

ISSN 1984-6169



REVISTA
BRASILEIRA
DO CARIBE

DOSSIÊ

Escravidão, liberdade e
processos de racialização em Cuba

VOLUME NÚMERO
24 46
JANEIRO/JUNHO 2023



PPGHis|UFMA
História e Conexões Atlânticas:
Culturas e Poderes



Universidade Federal do Maranhão - UFMA

REITOR

Fernando Carvalho Silva

PRÓ-REITOR DA AGEUFMA - Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização

Flávia Nascimento

DIRETORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosângela Fernandes

COORDENADORA DO PPGHis - Programa de Pós-Graduação em História

Soraia Sales Dornelles

VICE-COORDENADOR DO PPGHis - Programa de Pós-Graduação em História

Ítalo Domingos Santirocchi



© 2023 - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste número poderá ser reproduzida, seja por quais forem os meios empregados, sem a permissão por escrito da Coordenação do PPGHis.

As ideias, pensamentos, opiniões, conceitos ou visões emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Os artigos recebidos para publicação são apreciados por no mínimo 2 (dois) revisores escolhidos preferencialmente entre os membros dos Conselhos Editorial, Consultivo e Consultores Ad Hoc.



ISSN: 1984-6169

Qualis/CAPES (2017-2020): A4

Revista Brasileira do Caribe é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de acesso aberto, e que tem por missão focalizar o estudo das culturas afro-americanas na sua relação com outras culturas e com suas matrizes africanas, apoiando-se na mais ampla interdisciplinaridade.

Fone/Fax: +55 98 3272-8391 ou 8392

E-mail: revista_brasileira_caribe@hotmail.com

URL: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe>

Revista Brasileira do Caribe | Grupo de Pesquisa Estudos Caribenhos

Dossiê: Escravidão, liberdade e processos de racialização em Cuba

Organização do Dossiê: Aisnara Perera Díaz, Iacy Maia Mata e María de Los Ángeles Meriño Fuentes

EDITORES

Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro de la Fuente (Harvard University - Cambridge, Estados Unidos da América do Norte), Aline Helg (Université de Genève - Suíça, Suíça), Antonio Maurício Dias da Costa (Universidade Federal do Pará, Brasil), Consuelo Naranjo Orovio (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC/Madrid, Espanha), Jaime Almeida (Universidade de Brasília - UnB, Brasil), João José Reis (Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil), Jorge Luis China (Wayne State University, Porto Rico), Maria Bernadette Thereza Porto (Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil), Laura Muñoz (Instituto Mora - México, México), Olga Rosa Cabrera Garcia (Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil), Sílvia Cezar Miskulin, Brasil), Soraia Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão, Brasil), Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília - UnB, Brasil).

CONSELHO CONSULTIVO

Brigida Manuela Pastor (Swansea University, Reino Unido, Espanha), Carine Dalmás (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil), Danilo Rabelo (Universidade Federal de Goiás, Brasil), Dernival Venâncio Ramos (Universidade Federal do Tocantins, Brasil), Elena Cristina Palmero González (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Jorge Luis China (Wayne State University, Porto Rico), Juan José Baldrich (Universidad de Puerto Rico Recinto de Río Piedras, Porto Rico), Kátia Couto (Universidade Federal do Amazonas, Brasil), Marcos Antonio da Silva (Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil), Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, Luiz Sergio Duarte da Silva (UFG, Brasil), Patsy Lewis (Sir Arthur Lewis Institute for Social and Economic Studies (SALISES), Jamaica), Roland Walter (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil), Rose Mary Allen (University of the Netherlands Antilles), Olga Portundo (Universidad de Santiago de Cuba, Cuba).

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Haroldo Matos

Ilustração da capa:

Image by https://www.freepik.com/free-vector/geometric-turquoise-pattern_824114.

https://www.freepik.com/free-vector/geometric-turquoise-pattern_824114.htm#query=latin%20america%20pattern&position=12&from_view=search&track=ais

Revista Brasileira do Caribe. Universidade Federal do Maranhão, vol. 24, nº 46, jan./jun. 2023, São Luís, Edufma, 2023. Semestral. Descrição baseada em vol. XVIII, nº 35, (jul/dez 2017) 151p. ISSN: 1518-6784 .

1.Caribe-História-Periódicos

CDU:94(1-928-9)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Aisnara Perera Díaz, Iacy Maia Mata e María de Los Ángeles Meriño Fuentes	07
A IMPRENSA DE HAVANA E OS ESCRAVIZADOS: UM PERFIL DA ESCRAVIDÃO E DO TRABALHO ESCRAVO NOS ANÚNCIOS DE JORNAL (HAVANA, 1790-1815) Ynaê Lopes dos Santos	13
THE 1812 APONTE: REBELLIONS IN THE PROVINCES OF CUBA Matt D. Childs	31
CUBA SOB GUERRA (1868-1880): VIGILÂNCIA AMPLIADA E TRABALHADORAS/ES 'DE COR' SOB SUSPEIÇÃO Georgia Dominique Vanessa Cedraz Lopes	47
APERTURA HISTORIOGRÁFICA A LA MOVILIDAD Y LAS ESTRATÉGIAS DE ESCLAVOS EXPROPRIADOS DURANTE LA PRIMERA INSURGENCIA EN CUBA (1868-1878) María Elena Meneses Muro	67
¿ESTRATEGIAS O COARTADAS? EL RAPTO CONSENTIDO Y EL ESTUPRO VOLUNTARIO EN LA HABANA, SIGLO XIX Leidy Abreu García	85
“QUE NUESTRA VOZ SE LEVANTE”: O DISCURSO CONTRA-HEGEMÔNICO DAS MULHERES NEGRAS E MULATAS NA REVISTA <i>MINERVA</i> EM CUBA NO FINAL DO SÉCULO XIX Giselle dos Anjos Santos	107
ASOCIACIONISMO NEGRO-MESTIZO Y SUS CONTRIBUCIONES AL DESARROLLO EDUCATIVO EN LA SOCIEDADE CUBANA DE 1879 A 1961 Kezia Zabrina Henry Knight	127

APRESENTAÇÃO

Escavidão, liberdade e processos de racialização em Cuba

Cuba e Brasil, embora radicalmente diferentes em tamanho, demografia, colonização e história política, guardam bastante semelhança em um aspecto: o profundo apego à escravidão. O tráfico de africanos escravizados (legal e ilegal) para as duas regiões só foi definitivamente extinto em meados do século XIX. Tão tarde quanto em 1847, quando a maior parte das nações americanas já haviam posto o tráfico na ilegalidade, o então governador general de Cuba chegou a cogitar que uma forma de enfrentar a proibição ao tráfico seria “importar” escravizados do Brasil, já que as disposições vigentes à época se referiam apenas ao comércio direto nas costas da África.¹ Ao que parece, o Brasil, que àquela altura convivia bem com o tráfico ilegal e continuava recebendo milhares de africanos desembarcados ilegalmente, se constituía um bom exemplo sobre lidar com o tema.

Impactados pela abolição nos Estados Unidos no contexto da Guerra Civil e envolvidos em conjunturas políticas distintas – em Cuba, a primeira guerra de independência, a chamada Guerra de Dez Anos (1868-1878), no Brasil, a Guerra do Paraguai (1864-1870) - as cortes espanholas e o parlamento brasileiro encaminharam o lento e demorado processo de extinção da escravidão através de leis muito parecidas: a Lei Moret, de 1870, libertou em Cuba os nascidos de ventre escravizado e os sexagenários; no Brasil, leis semelhantes foram aprovadas em 1871, com a chamada Lei do Ventre Livre, e, em 1885, a Lei dos Sexagenários.

O Brasil, apesar da escravidão ruir em toda parte, vez por outra aparecia nos debates sobre a abolição no Caribe espanhol como exemplo de estabilidade e longevidade da infame instituição:

No quiero decir con esto, ni con mucho, que yo desconozca las tendencias del siglo en que vivimos – la fuerza de la opinión, señora del mundo, que aspira á estirpar la lepra de la esclavitud, considerada con razón, como frente y origen de males morales, á cuyas extinción debe todo gobierno ilustrado propender. Muy lejos de esto, yo no pediría, ni aun que siguiésemos el ejemplo del Brasil, imperio donde la esclavitud és muchísimo mas numerosa que en las Antillas españolas, pues conserva mas de dos millones de esclavos, y allí toda idea que perjudique á la insititucion doméstica, se ha oído siempre, y se oirá por muchos años, con marcada repulsión, sin que sirva para destruir esta verdad [...].²

1 “El único medio de precaver tamaños males se cree es el de permitir la introducción de esclavos procedentes de Brasil y demás posesiones coloniales extranjeras; disposición basada en los tratados vigentes que solo se refieren á la prohibición de la trata directa con las costas de Africa” (*Comunicação do Governador General da Ilha de Cuba à Secretaria de Ultramar*, Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Cuba Gobierno, Legajo 4931, CAJA 1, Exp. 2, Junta Informativa de Ultramar, 10 de novembro de 1847).

2 *Voto de Manuel de Armas na Junta de Informação*, Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Cuba Gobierno, Legajo 4931, CAJA 1, Exp. 2, Junta Informativa de Ultramar, 02 de dezembro de 1865.

Este discurso do representante de Cuba contra a abolição em Porto Rico na Junta de Informação, em 1865, tinha alguma razão. O desfecho já conhecemos: o Brasil foi o último país do continente a abolir a escravidão em 1888, mas Cuba, ainda colônia espanhola, foi o penúltimo, com a Lei do Patronato em 1880 e sua abolição definitiva em 1886. Antes da derrocada final, os moradores de Cuba e Brasil, durante todo o século XIX, assistiram ao incremento da introdução de africanos escravizados, à intensificação da produção para exportação (açúcar e café), ao espoucar de revoltas escravas, ao movimento abolicionista, ao surgimento da imprensa negra e à participação dos negros na política. Sobre estes temas (e muitos outros) historiadores brasileiros e cubanos vêm se debruçando há décadas. No caso de Cuba, são inestimáveis as contribuições de José Luciano Franco, Manuel Moreno Fraginals, Digna Castañeda Fuertes, Olga Portuondo, María del Carmen Barcia, Gloria García, Marial Iglesias Utset, María de los Ángeles Meriño Fuentes, Aisnara Perera Díaz, Mercedes García, Miriam Herrera Jerez, María Cristina Hierrezuelo, Fe Iglesias García – só para citar alguns, sem falar na contribuição de pesquisadores europeus e estadunidenses.

Do Brasil, Olga Cabrera tem orientado e publicado inúmeros trabalhos sobre raça, gênero, trabalho, nação e migração em Cuba. Há também uma tendência mais recente entre pesquisadores brasileiros de História das Américas de investigar a escravidão e relações raciais no Caribe - Eric Brasil Nepomuceno, Ynaê Lopes dos Santos, Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Letícia Gregório Canelas, Bethânia Santos Pereira, Kátia Cilene Couto, Rafael Bivar Marquese e Tâmis Parron. Por outro lado, muitos pesquisadores cubanos, vêm, pelo menos desde o início dos anos 2000, se interessando pelas Ciências Sociais brasileiras. Alguns deles, como Oilda Hevia Lanier, Julio Moracen Naranjo e Pedro Alexander Cubas Hernández participaram de edições do Fábrica de Ideias, que, através do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA - CEAO, tem propiciado há décadas o intercâmbio de pesquisadores de diversas partes do mundo interessados no tema das relações raciais. Alguns dos participantes cubanos do Fábrica são hoje professores de universidade públicas brasileiras.

O intercâmbio também se realiza a partir da participação em eventos acadêmicos e aqui é importante mencionar o inestimável papel desempenhado pelas historiadoras cubanas María de los Ángeles Fuentes e Aisnara Perera Díaz. Inicialmente recebidas no Brasil nos Seminários de História do Açúcar e do Café, organizados pela Profa. Eni Mesquita Samara (USP), as pesquisadoras travaram contato com as linhas de pesquisa História Social da Cultura, da Unicamp, e Escravidão e Invenção da Liberdade, da UFBA. Sua vasta produção é responsável por uma nova história da escravidão em Cuba e materializa a melhor interseção entre a historiografia cubana e a brasileira sobre o tema. Ao mesmo tempo, estas profissionais têm recebido e iniciado estudiosos brasileiros nos arquivos cubanos e apresentado incansavelmente a bibliografia para *nosotros*. O resultado tem sido um profícuo diálogo entre

os estudos sobre escravidão e raça em Cuba e no Brasil, que tem resultado em dissertações, teses, artigos e livros publicados aqui e lá.

Alforrias, família escrava, conspirações e revoltas escravas, processos de racialização, hierarquias e desigualdades raciais, raça e narrativas nacionais têm sido o ponto de encontro destes estudos e este dossiê, intitulado *Escravidão, liberdade e processos de racialização em Cuba*, seguindo esta trilha, reúne artigos que abordam temas caros aos estudos da escravidão, pós-abolição e relações raciais na ilha: anúncios de venda de escravizados em Havana; estupro e rapto consentido; a conspiração de Aponte (1812); escravizados na condição de bens embargados durante a Guerra dos Dez Anos; vigilância e repressão aos trabalhadores “de cor”; imprensa e associativismo negro.

Matt Childs apresenta brevemente a historiografia sobre a série de rebeliões envolvendo escravizados que espoucaram na ilha em 1812, mostrando como a descoberta, nos últimos 20 anos, de documentos no Arquivo Nacional de Cuba, em arquivos eclesiásticos e provinciais e arquivos na Espanha, produziu novos e frutíferos trabalhos sobre o tema. O *Libro de Pinturas de Aponte*, seu contexto e ambiente intelectual e sua participação ou não nas revoltas têm motivado a incursão dos pesquisadores nestes diversos arquivos. O autor, no entanto, está interessado em discutir, a partir de densa documentação, a existência ou não de um movimento articulado e dirigido por Aponte desde Havana envolvendo as revoltas de Porto Príncipe, Bayamo e Holguin.

Ynaê Lopes dos Santos faz uma incursão na imprensa de Havana do início no período de 1790 a 1815 e investiga os anúncios de vendas de escravizados veiculados no jornal *Papel Periódico de la Habana*, que posteriormente mudou de nome para *El Aviso de la Habana* (1809-1810) e, anos depois, tornou-se *Diario de la Habana*. De posse de 714 anúncios, a autora analisa o perfil dos trabalhadores escravizados na capital da colônia em uma conjuntura de incrementação do tráfico e intensificação da exploração da mão de obra escrava na ilha, com o *boom* da produção açucareira. Através destas fontes, são discutidos gênero e origem geográfica dos escravizados e suas atividades laborais.

Georgia Cedraz se debruça sobre um período que compreende as duas guerras de independência de Cuba – a Guerra de Dez Anos (1868-1878) e a Guerra Chiquita (1879-1880) – para perscrutar os seus efeitos sobre o cotidiano dos trabalhadores “de cor” de Havana. Para isso, utiliza sobretudo leis, censos e registros policiais. A autora chama atenção para a política de vigilância generalizada das autoridades espanholas sobre os moradores de Cuba, mas presta especial atenção à suspeição direcionada à população “de cor” e para a política racializada do Estado colonial espanhol viabilizada através de leis e deliberações administrativas. Ameaçada por insurreições em Cuba, a Espanha promoveu a reorganização militar na ilha, criando o Corpo de Ordem Pública, aumentando o efetivo policial em diver-

sas localidades e intensificando a vigilância – a autora analisa o impacto destas políticas no cotidiano dos trabalhadores em Havana – barbeiros, vendedores ambulantes, lavadeiras, em sua maioria, “de cor”.

Outro tema de interesse relacionado à Guerra de Dez Anos é abordado no artigo de María Elena Meneses Muro. Apesar do assunto dos bens embargados durante as insurreições anticoloniais de Cuba ter recebido atenção dos pesquisadores cubanos, pouco interesse tem sido devotado aos escravizados que foram embargados na condição de bens móveis. A autora, lastreada em uma vasta documentação, que envolve registros das fazendas, e fontes de embargos e reclamações, analisa o deslocamento de escravizados embargados da região centro-oriental para a ocidental de Cuba para atender aos interesses da produção açucareira. Em um momento de alta de preços dos escravizados, a introdução desta mão de obra expropriada como bem embargado em engenhos pequenos aumentou substantivamente sua produção ao tempo que impactou profundamente a vida dos escravizados nesta condição.

A imprensa negra em Cuba é tema de análise com o artigo de Giselle dos Anjos Santos, que discute, a partir de documentação publicada, a revista *Minerva*, durante os anos de 1888 e 1889, produzida por e para mulheres negras e “mulatas”. A autora analisa, através de um olhar atento às interseções entre gênero e raça, a veiculação, através da revista, de noções e discursos contra-hegemônicos que contrariavam, de alguma maneira, as regras consideradas de “bom” comportamento social. O artigo aborda temas como o temor da violência sexual, o controle da sexualidade, as diferentes representações sociais para mulheres brancas e negras no final do século XIX e analisa como o ativismo de negras e “mulatas” em Cuba defendiam a educação da população negra e representações contra-hegemônicas.

Nesta mesma linha de investigação, a pesquisa de Kezia Zabrina Henry Knight se debruça sobre as sociedades de instrução e recreio fundadas por negros e mestiços em Camaguey no período de 1879 até 1961, quando foram extintas. Assim como o artigo de Giselle, o enfoque aqui é no desenvolvimento educativo contra-hegemônico, propiciado pelo associativismo negro. A partir de entrevistas com famílias de ex-membros das 27 associações estudadas, dos documentos produzidos pelas associações e de jornais da imprensa nacional, a autora discute as práticas educativas contra-hegemônicas protagonizadas por negros e mestiços através das associações em contextos de hierarquias e desigualdades raciais, como ensino igualitário para ambos os sexos e aulas noturnas para trabalhadores e donas de casa.

Por fim, Leidy Abreu García, em uma interpretação que intersecciona gênero e raça, aborda o rapto e o chamado estupro consentido em Havana através de fontes judiciais. Como explica a autora, a palavra “estupro” em Cuba, no século XIX, era usada para práticas

que não necessariamente envolviam violência e podia significar relação sexual consentida sob promessa de casamento. A autora, a partir de 102 casos, discute como o rapto e o “estupro”, com sentidos diferentes dos atos criminais, foram práticas que buscavam a conquista do matrimônio, do concubinato ou da proteção da honra familiar. Embora a maior parte dos documentos tratem de homens e mulheres brancos das classes populares, foi possível identificar também casos que envolviam casais inter-raciais e homens livres e escravizadas.

Estes são os artigos que compõem o dossiê! Desejamos que disfrutem!

A imprensa havaneira e os escravizados: um perfil da escravidão e do trabalho escravo nos anúncios de jornal (Havana, 1790-1815)

The Havana press and the enslaved: a profile of slavery and slave labor
in newspaper advertisements (Havana, 1790-1815)

La prensa habanera y los esclavizados: perfil de la esclavitud y el
trabajo esclavo en los anuncios de los periódicos (La Habana, 1790-1815)

Ynaê Lopes dos Santos¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9685-9041>

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os anúncios de jornal sobre escravizados publicados pela imprensa havaneira entre os anos de 1790 e 1815. Material pouco utilizado pela historiografia, os anúncios do jornal *Papel Periódico de la Habana* e *El Aviso de la Habana* permitem conhecer com maior acuidade quem eram os escravizados que trabalharam em Havana num período de notório crescimento da população escravizada em Cuba.

Palavras-chave: Escravidão urbana; Trabalho; Havana.

Abstract: The present work aims to analyze newspaper advertisements about enslaved people published by the Havana press between the years 1790 and 1815. Documental source little used by historiography, the ads in the newspaper *Papel Periódico* e *El Aviso de la Habana* allow to know more accurately who were the enslaved who worked in Havana during a period of notorious growth in the slave population in Cuba.

Keywords: Urban slavery; Work; Havana.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar los anuncios periodísticos sobre esclavizados publicados en la prensa habanera entre 1790 y 1815. Material que ha sido poco historiografía, los anuncios de los periódicos *Papel Periódico de la Habana* y *El Aviso de la Habana* permiten conocer quiénes fueron los esclavizados que trabajaron en La Habana durante un período de notorio crecimiento de la población esclava.

Palabras-clave: Esclavitud urbana; Trabajo; La Habana.

Manuel José intrigou as autoridades do Real Arsenal. No dia seguinte ao natalício de 1800, ele apareceu com a região da boca sangrando muito. Ao ser interrogado se o ferimento era consequência de alguma briga, ele nada contestou, e como o sangue não parava de escorrer, foi encaminhado ao Real Hospital de San Ambrosio. Os demais escravos do Real Arsenal

1 Professora de História da América da UFF. Mestre e Doutora em História Social - USP.
E-mail de contato: ynaie.lopes.santos@gmail.com.

tampouco sabiam explicar o porquê do ferimento, pois nenhum confronto havia ocorrido naquele dia, nem na véspera. No hospital, a situação foi sendo elucidada. Depois de voltar a si, pois a perda de sangue havia lhe roubado os sentidos, Manuel Jose confessou que o autor do ferimento havia sido ele próprio. Num arroubo de desespero, o escravo havia tentado se matar usando uma faca. É possível que a compaixão cristã característica daquele período do ano tenha comovido os funcionários do Hospital, que na manhã seguinte narraram o desespero do escravo para os responsáveis da Casa Blanca (local em que Manoel trabalhava). Com a mesma rapidez, as autoridades iniciaram uma investigação para apurar os fatos.

A radicalidade da ação do escravo foi uma espécie de resposta derradeira aos maus tratos que Manoel José dizia receber de Fernando Sanches, o capataz de Casa Blanca. Segundo o cativo, ele estava

tan perseguido y acosado de los malos tratamientos que de mucho tempo a esta parte le ha inferido el referido Francisco Sanchez al considerar que su mal no tenía remedio por ser un pobre infeliz, y que no podía de otro modo de escaparse a sus tiranías.²

Ao ser interrogado, Sanchez contestou afirmando que a forma mais severa no trato com Manoel José era decorrente das inúmeras bebedeiras do escravo, que muitas vezes dormia durante o trabalho. E que, como responsável pelos cativos de Casa Blanca, ele deveria dar o exemplo.

O final dessa história não foi revelado pela documentação coletada, mas a radicalidade da ação de Manoel José e a confirmação justificada de Sanchez levam a crer que as atividades executadas e o tratamento dado aos escravos de Havana estavam longe de ser suaves. A crescente demanda por cativos gerada pelo escoamento da produção açucareira e pelo incremento das atividades comerciais de Havana acabou consumindo parte importante do segmento escravo da ilha, que executava as mais variadas atividades, muitas vezes a altos custos. À medida que Cuba se tornava uma importante produtora de açúcar na economia mundial, Havana ampliava o uso da mão de obra para fazer funcionar a dinâmica urbana. O uso amplo e variado do trabalho de escravizados, africanos e crioulos não era uma novidade em Havana entre o final do século XVIII e começo do século XIX. Trabalhos como o de Alejandro de la Fuente apontam o quão dependente da mão de obra escrava era a cidade de Havana ao longo do século XVIII (DE LE FUENTE, 2011). Ao mesmo tempo, é inegável que a aposta feita pela elite açucareira cubana no final do setecentos, não tenha reverberado em praticamente todas as instâncias da ilha.

Assim como ocorreu com outras cidades escravistas, os anúncios de jornal são importantes fontes documentais para a compreensão da vida e do trabalho escravizado. Nesse sentido, é de extrema importância o levantamento feito nos anúncios publicados no *Papel*

2 Archivo Nacional de Cuba, Intendencia, legajo 803, nº1, 1800.

Perdico de la Havana, primeiro periódico a circular nas ruas de Havana entre 1790 e 1805, e que entre 1809 e 1810 passou a ser chamado de *El Aviso de la Habana* (1809-1810), para mudar mais uma vez de nome em 1810, passando a ser chamado de *Diario de la Habana*.³ Parte dos anúncios de escravizados publicados nesse periódico foram posteriormente compilados em livro pelo historiador cubano Antonio Núñez Jiménez (1998).⁴

Pouco utilizados pela historiografia, tais anúncios permitem conhecer com mais profundidade o cotidiano escravista da cidade, na medida em que viabiliza o exame de três aspectos importantes da escravidão na Havana de então: a origem de parte dos cativos alocados nos serviços citadinos; o detalhamento das atividades executadas – que, por sua vez, permite aventar possíveis relações entre a origem desses escravos e os trabalhos realizados por eles em Havana; e a maior oferta de escravizados urbanos quando comparada aos anos anteriores.

Dentre os 714 anúncios examinados para o período de 1790-1815, um pouco menos da metade, 352, revela a procedência dos cativos. Embora não seja possível tirar conclusões generalizantes, é interessante notar que, de acordo com os anúncios que indicam a origem dos escravos, os africanos compunham 45% dos ofertados, seguidos pelos cativos nascidos no continente americano (fossem eles crioulos, mulatos ou oriundos de outras regiões da América), que contabilizavam 42% do total. Os *chinos* (filhos de negros com mulatos)⁵ representavam 9% dos escravos urbanos que tiveram sua origem especificada, mas foram contabilizados junto com os crioulos; e os cativos nascidos em outras colônias europeias, 4%.

Quando a análise da procedência é feita correlata ao gênero dos cativos, dois aspectos podem ser ressaltados. O primeiro é a significativa superioridade numérica do anúncio de homens, sugerindo que a composição escrava em Havana seguia o restante de Cuba: o desequilíbrio na razão de gênero.⁶ Em segundo lugar, em relação às mulheres, é interessante

3 Este jornal foi criado em 1790 pela burguesia *criolla* de Cuba, que tinha o desejo de ser mais atuante na administração da ilha. Cf: E. Roig de Leuchsenring: *La literatura costumbrista cubana de los siglos XVIII y XIX. I. Los periódicos: el 'Papel Periódico de La Havana'*. La Habana: Oficina del Historiador de la ciudad de La Habana, 1962.

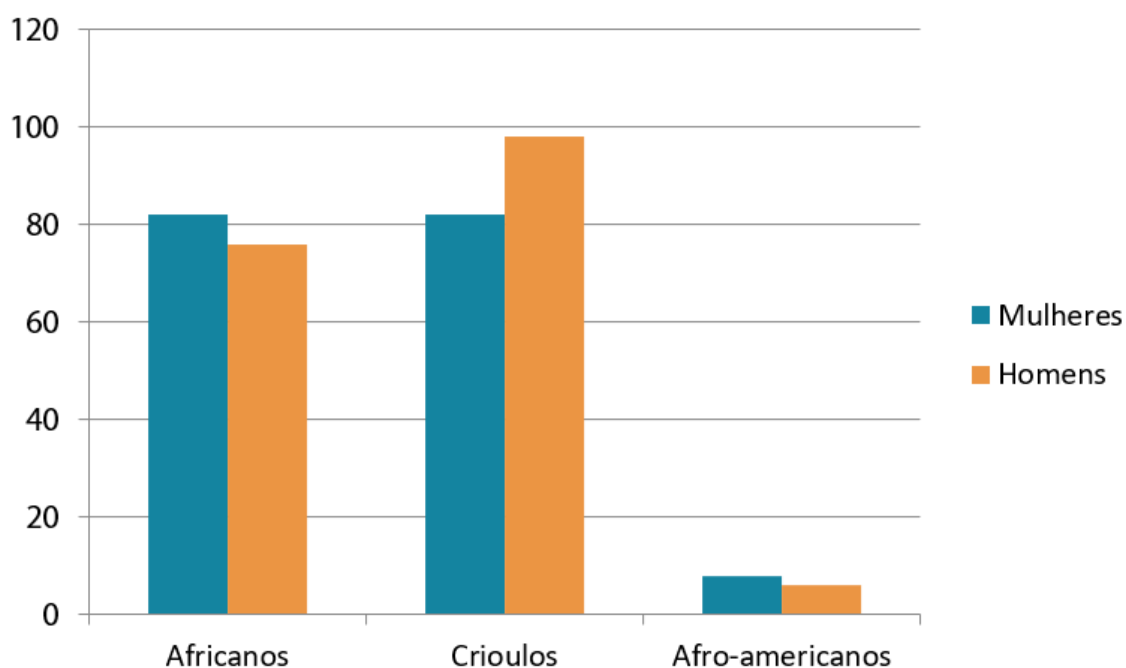
4 Mais recentemente, números publicados do periódico foram digitalizados e estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha e no Repositório Digital de la Oficina del Historiador de la Habana.

5 O termo *chino* tem dois significados dentro da dinâmica escravista de Cuba. De acordo com Pezuela, até o ano de 1847, *chino* era a palavra que designava os filhos de mulatas com negros de Cuba. A partir de 1847, *chino* passa a designar os chineses (e seus descendente) que passam a ser importados, como escravos, para a ilha. Cf. PEZUELA, J. *Diccionario Geografico, Estadístico, Histórico de la Isla de Cuba. Tomo II*. Madrid, Imprenta del Banco Industrial y Mercantil, 1866, p. 233.

6 Em sua análise sobre a dinâmica do tráfico de africanos escravizados para Cuba, Pablo Tornero Tinajero apontou que, desde os primeiros anos do século XIX, o baixo número de mulheres comercializadas nos portos cubanos preocupava parte das autoridades que, frente às pressões inglesas para a abolição do tráfico a partir de 1807, entendiam que deveria haver um investimento interno na perpetuação do escravismo. O mesmo autor lança a possibilidade dessa baixa entrada de mulheres nos portos cubanos ter sido fomenta-

observar que enquanto havia uma preponderância de africanas em relação às nascidas na América (fossem negras crioulas, mulatas ou nascidas em outras localidades do Novo Mundo), o inverso ocorreu com homens escravos: 46% deles eram de origem americana e 42% eram oriundos de diferentes localidades da África.

Gráfico 1 - Origem dos escravos de Havana (segundo anúncios de 1790-1815)



Fonte: NÚÑES, JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

No entanto, a quase paridade do percentual de africanos e crioulos apresentado pelos anúncios *do Papel Periódico de La Habana* não confirma a amostra observada em outros estudos que analisaram o mercado de escravos de Cuba por meio do cruzamento de diferentes fontes documentais. Laird Begard, Fe Iglesias García e María del Carmen Barcia demonstraram que, durante os anos de 1790 e 1815, o percentual de escravos urbanos nascidos no Novo Mundo girou entre 30% e 35%, enquanto os africanos escravizados contabilizaram 65% a 70% do mercado de cativos da capital cubana (BERGAD,

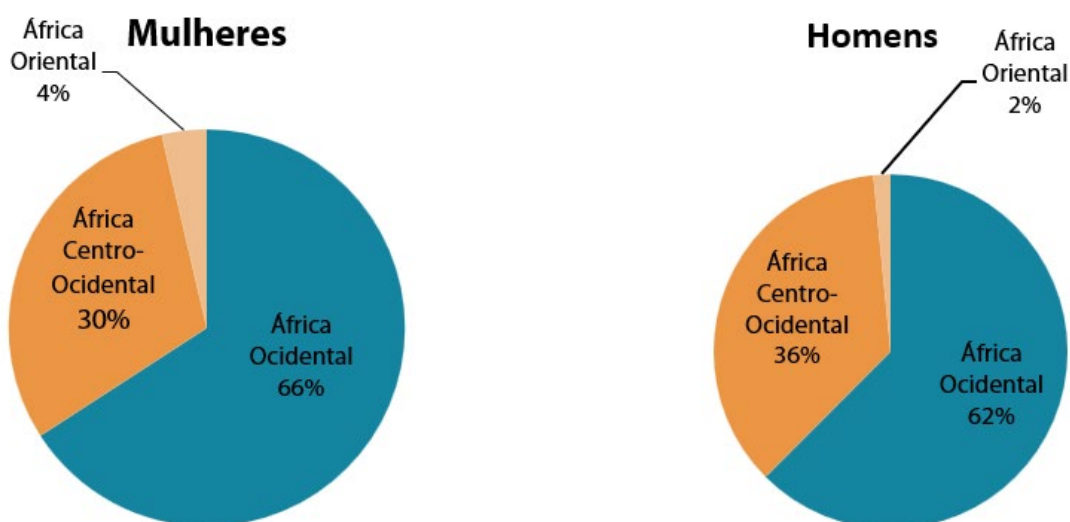
da pelos próprios traficantes, a fim de manter a dependência dos proprietários da ilha. TORNERO TINAJERO, *Crecimiento económico y transformaciones sociales*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996, pp. 57-59. No entanto, estudos mais recentes sobre as dinâmicas que pautaram o tráfico transatlântico (sobretudo na Costa Ocidental e Centro-Ocidental da África), apontam que o baixo número de exportação de africanas escravizadas era decorrente da estrutura de oferta das sociedades africanas envolvidas no comércio, que por sua vez estavam pautadas na importância que o trabalho das mulheres tinha em muitos povos africanos. Cf. FLORENTINO, M. *Em Costas Negras. Uma História do tráfico de escravizados entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 70-154. LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão - o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C., 1995, pp. 85-94). Tal composição era consequência direta da entrada de mais de 120 mil africanos escravizados durante os vinte e cinco anos analisados que, segundo o *The Cuban Slave Market*, teriam padronizado o total da população escrava de Cuba fosse no mundo rural, fosse no espaço citadino (BERGAD, L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C., 1995, 38-52).

É possível que a discrepância entre os dados gerais e aqueles coletados nos anúncios do *Papel Periódico* fosse decorrente da menor importância que muitos senhores de escravos atribuíam à origem de seus cativos no momento de anunciar seus préstimos nos jornais de Havana, embora não se possa descartar a hipótese de uma pretensa preferência por escravos crioulos no espaço citadino. Todavia, o exame mais detalhado das informações contidas nesses anúncios permite ressaltar que a diversidade de procedência dos africanos escravizados na cidade seguia o padrão observado no restante da ilha.

De acordo com os anúncios tabulados, *carabalís, congos, gangás, lucumís, mandingas* e *minas* compunham o maior percentual de escravos africanos que trabalhavam em Havana. Os dados analisados por Bergard, Iglesia e Barcia apontam que as designações acima corresponderam a 90% dos africanos escravizados que entraram na ilha entre 1790 e 1880. Grosso modo, praticamente 60% dos africanos escravizados de Havana seriam originários da África Ocidental, cerca de 35% da África Centro-Ocidental e 5% da África Oriental, reforçando assim certo padrão de procedência dos cativos na ilha.

Gráfico 2 - Grandes áreas de procedência dos africanos escravizados em Havana anunciados no papel periódico) 1790-1815)



Fonte: NÚÑES, JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

Contudo, tomar apenas essas grandes áreas como origem dos cativos africanos que trabalharam na cidade inviabilizaria analisar aspectos fundamentais da escravidão na capital cubana, pois descartaria uma importante informação contida nos anúncios de jornal: a denominação dada para a ascendência do escravo. Há muito, estudos examinam quais seriam os significados das designações que acompanhavam os nomes dos africanos escravizados. Durante certo tempo, *carabalís*, *minas*, *lucumís* e *congos* foram tidos como nações africanas transportadas para Cuba por meio do tráfico transatlântico. Parte dos trabalhos que defenderam tal premissa basearam seus argumentos em estudos linguísticos: povos que falavam a mesma língua pertenceriam à mesma nação e, por isso, teriam certo padrão comportamental no Novo Mundo. Vale pontuar que um dos primeiros trabalhos a analisar a procedência dos africanos de Cuba por meio do estudo linguístico foi o de Estéban Pichardo, ainda no século XIX. De acordo com seus estudos, as designações dadas aos africanos estavam vinculadas à língua falada por eles, indicando assim o pertencimento a sociedades africanas específicas. Tal análise permitiu que o autor chegasse a fazer uma espécie de inventário comportamental dos africanos (escravos e libertos) na ilha, obra em que Pichardo afirmou que os *carabalís* tinham “caráter soberbo e indômito” embora fossem bons trabalhadores, enquanto os *congos* eram leais, ainda que preguiçosos (PICHARDO, 1861, pp. 49-67).

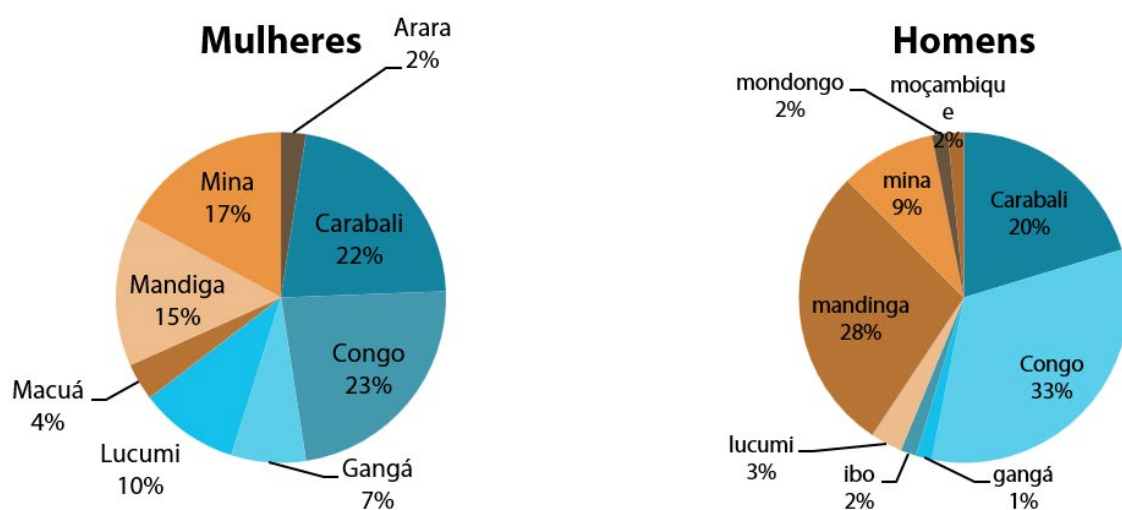
Mesmo que fortemente questionados, tais estudos foram fundamentais para análises posteriores, como as desenvolvidas por Fernand Ortiz, que entendia tais designações como etnias cuja territorialidade poderia ser delimitada no continente africano (ORTIZ, 1987, pp. 33-66). Sem dúvida alguma, a possibilidade de determinar a proveniência dos africanos que foram trabalhar como escravizados em Cuba trouxe informações valiosas sobre a especificidade do escravismo na ilha. Mas essas informações foram fortemente influenciadas pelo olhar evolucionista que muitos estudiosos empregaram em seus exames. Grosso modo, até a primeira metade do século XX, a hierarquização feita dentre os grupos examinados acabou comprometendo o estudo mais abrangente das culturas africanas em Cuba - não só por desconsiderar a forte presença de etnias de outras localidades africanas, mas também por não levar em conta a experiência do cativo no Novo Mundo no processo de (re)criação dos laços de identidade desses africanos e seus descendentes.⁷

Examinar somente as macroáreas de procedência dos africanos escravizados também encobre o estudo de dinâmicas do tráfico transatlântico para Cuba, bem como

7 A (re)configuração das identidades africanas no Novo Mundo é um assunto debatido pelos cientistas sociais há muito tempo. Um estudo ímpar que faz uma interessante síntese dessas discussões e aponta para a necessidade de exames aprofundados sobre a experiência americana da diáspora africana é: MINTZ, S. & PRICE, R. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. São Paulo, ed. Pallas, 1992.

suas consequências para o espaço citadino. Conforme apontado no gráfico 1, se tomado na totalidade, a África Ocidental foi a região que mais exportou africanos para a ilha. Contudo, aqueles que foram designados como *congós* (oriundos da África Centro-Ocidental) representaram tanto o maior percentual de escravos africanos que adentraram em solo cubano, como daqueles que ocuparam a rede de serviços urbano (GRANDÍO MORÁGUEZ, 2008).

Gráfico 3 - Procedências dos africanos escravizados em Havana anunciados no Papel Periódico (1790-1815)



Fonte: NÚÑES, JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

Quando cruzadas com as informações obtidas pelas análises que trabalharam com os dados do tráfico transatlântico para Cuba, bem como com os estudos feitos sobre os possíveis padrões comportamentais das nações/etnias africanas, é possível especular o porquê da presença mais significativa dos congós em Havana. Segundo Alejandro de la Fuente, desde o século XVI e, principalmente, durante o século XVII, os africanos escravizados denominados *congós* compuseram o maior percentual dos cativos de Cuba (DE LA FUENTE, 1986, p.75-96). De acordo com outros estudos, isso se manteve nos dois séculos seguintes graças à dinâmica do tráfico transatlântico para a ilha. Até a abolição inglesa do tráfico em 1807, os britânicos foram os maiores responsáveis pela introdução de africanos escravizados em Cuba. Suas relações estreitas com os portos localizados ao norte de Luanda teriam facilitado as transações comerciais na região, permitindo assim o intenso comércio de africanos dessa localidade (GRANDÍO MORÁGUEZ, 2008, pp. 184-185). Após a abolição e a implementação da política de patrulha nas águas do Atlântico Norte, portos mais ao sul de Luanda teriam se transformado em importantes entrepostos de africanos escravizados que, via de regra, faziam a travessia fora da rota vigiada pelos britânicos.⁸

8 A proibição do tráfico, em 1807, teria também dificultado a exportação realizada na África Ocidental, região

Conforme apontando há pouco, a forte presença de *congós* e *gangás* lida por autores que tinham uma visível predileção pelos africanos iorubas (que durante muitos anos foram classificados como mais civilizados do que os demais) acabou criando interpretações enviesadas sobre os homens e mulheres oriundos dessas localidades.⁹ Justamente por isso, a pecha de submissos e preguiçosos atribuída aos africanos vindos dessas regiões pode ser questionada no mundo urbano. De acordo com os anúncios publicados, a maior parte dos escravos originários da África Centro-Occidental executavam serviços em que a autonomia de trânsito era fundamental. Muitas mulheres eram vendedoras e lavadeiras; e os homens eram jornaleiros, cocheiros e veleiros. É admissível aventar que eles fossem designados para tais atividades justamente por sua pretensa obediência (o que diminuiria o risco de fugas). No entanto, como será visto com mais vagar, essa possível tendência à submissão pode ser contestada por meio da análise de outras informações. Não é preciso ir muito longe: o mesmo *Papel Periodico* publicou inúmeros anúncios em que senhores procuravam seus escravos *congós* e *gangás* que haviam escapado. Somado a isso, o grande número de anúncios ofertando africanos escravizados dessa procedência permite questionar a tacha de preguiçosos atribuída a eles: se a lassidão fosse uma característica tão marcante desses grupos, é provável que poucos proprietários quisessem adquiri-los.

Em que pese a maior predominância de *congós* nos anúncios de Havana, salvo curtos períodos, nenhum grupo africano contabilizou mais do que 28% do total da população escravizada vinda da África. Senegâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro, Baía do Benin e de Biafra e a África Oriental foram outras macrorregiões de onde saíram milhares de africanos que viriam trabalhar em solo cubano (ver Mapa 1). Mesmo que incipiente, a presença de traficantes hispânicos nas ilhas de Fernando Pó e Annobon (a partir de 1788) incrementou o número de africanos escravizados da Costa da Guiné - isso sem contar as rotas comerciais mantidas por traficantes ingleses e franceses.

Em proporção um pouco menor que os congós, os *carabalís* - que eram facilmente reconhecidos por terem seus dentes cortados - abundavam em Havana não só devido ao intenso tráfico estabelecido pelos ingleses nas regiões próximas ao rio Calabar (até 1807), mas também por serem tidos como *bons trabalhadores*. É interessante notar que mesmo

fortemente patrulhada pela esquadra inglesa, o que reforçaria a maior importação de africanos da região Centro-Occidental, principalmente aqueles designados como congós e mondongos. Cf.: GRANDÍO MORÁ-GUEZ, Oscar. Op. Cit., pp. 191-193.

9 Duas sínteses que examinam a hierarquização feita pela antropologia da primeira metade do século XX sobre dos grupos africanos que viveram em Cuba podem ser vistas em: CASTELLANOS, J. CASTELLANOS, I. Raíces Africanas de los negros de Cuba. In: *Cultura afro-cubana*, tomo 1, Universal, Miami, 1988. GUANCHE, Jesús. Identificación de los componentes étnicos africanos en Cuba: contribución a su estudio en los siglos XIX y XX. *Revista del CELSA*, nº 7, Varsovia, 2005, pp.237-251.

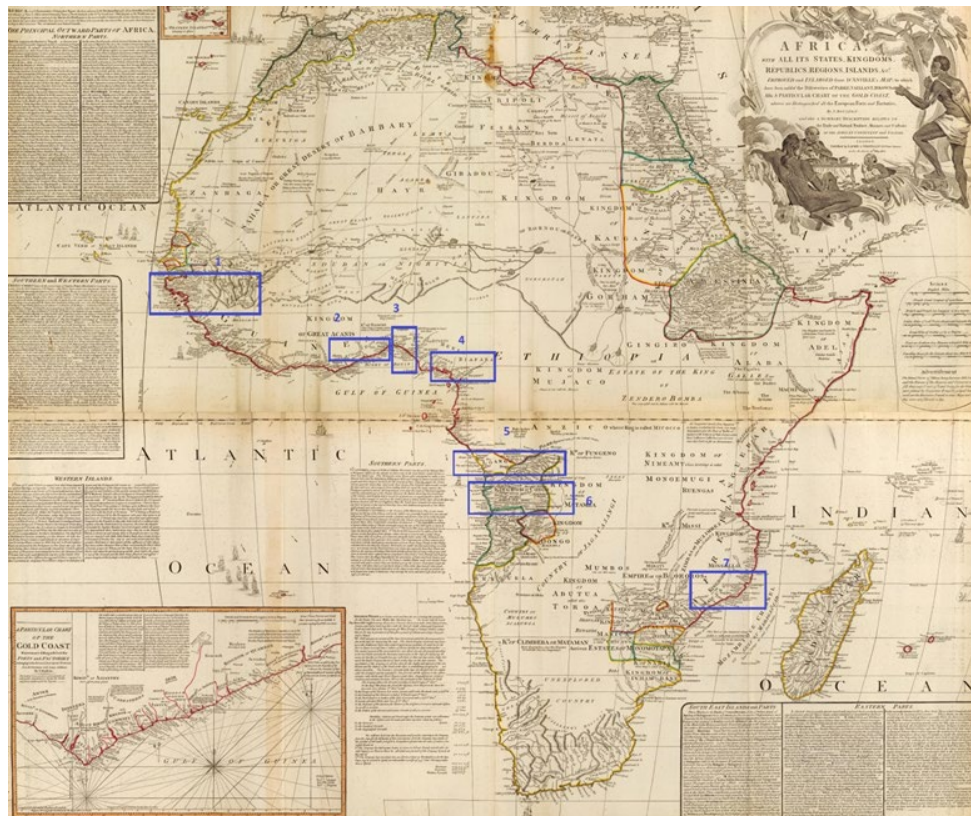
classificados como indolentes, os *carabalís* (fossem ou não subdivididos em *brícamos* ou *susam*), eram majoritariamente ofertados para tarefas que exigiam maior autonomia de trânsito, como os jornaleiro(a)s, vendedor(a)s e carregadores, ou então serviços especializados como enfermeira e sapateiro.

No entanto, ainda que possam indicar relações e/ou preferências entre origem dos escravos e as atividades executadas por eles, os dados oferecidos pelos anúncios de jornal não permitem formular um padrão confiável entre as variantes, mesmo porque há um número significativo de cativos que não teve sua procedência discriminada nos anúncios. Além disso, mesmo que houvesse uma relação entre a procedência e os tipos de serviços executados no espaço urbano, isto parecia ser menos relevante para a dinâmica da escravidão urbana se comparado aos preços cobrados pelos escravos. Em janeiro de 1792, por exemplo, duas escravizadas foram anunciadas no *Papel Periódico de La Habana*, ambas com suas crias com menos de um ano. Tanto a crioula como a *carabalí* foram ofertadas pelo mesmo valor: 350 pesos. Quinze anos depois, em janeiro de 1807, foram postos à venda dois escravos: um congo, “sano y ágil para todo”, vendido por 380 pesos; o outro era crioulo, com “principios de calesero y sano”, anunciado por 400 pesos.¹⁰

A análise seriada dos anúncios de venda escrava aponta que nem a procedência, nem mesmo possíveis especializações geravam diferenças significativas nos valores cobrados pelos cativos urbanos – salvo raros casos. O que parecia fundamental para determinar o preço cobrado pelos cativos eram as condições de saúde (que geralmente estavam atreladas à idade do cativo) e a ausência das pechas de fugitivos ou beberrões. Isso fica evidente em dois anúncios feitos em junho de 1793. No primeiro, uma escrava crioula de 17 anos, boa lavadeira e cozinheira, saudável, mas com tachas que seriam reveladas pelo dono foi ofertada por 130 pesos. No segundo, uma negra mandinga boçal (recém-chegada), saudável e sem tachas foi anunciada por 200 pesos. Justamente por serem recém-desembarcados e desconhecedores da sociedade em que estavam entrando, os boçais custavam menos do que escravos crioulos e ladinos que tivessem a mesma idade e a mesma condição física. Os dois casos acima pontuam, pois, como possíveis máculas (físicas e morais) influenciavam diretamente nos preços cobrados pelos cativos.

10 AGI, Periodicos, *El Aviso – Papel Periódico de la Habana*, 15 de enero de 1807.

Mapa 1 - Grandes áreas de procedência dos africanos escravizados em Havana



Fonte: S. Boulton. *Africa with all its States, Kingdoms, Republics, Regions & Islands*. London, published by Laurien & Whittlen, 1800. Produzido em 1787 e publicado em 1800 com base nos estudos de D'Anville, o mapa acima apresenta grande parte dos povos africanos conhecidos pelos europeus até finais do século XVIII. Fazendo uma análise conjunta dos dados fornecidos pelos trabalhos que examinaram o tráfico de africanos para Cuba entre 1790 e 1815 e as informações contidas nos anúncios do *Papel Periódico*, foi possível prospectar quais seriam as sete grandes-regiões de origem dos escravos africanos de Havana (destacadas em azul). O destaque identificado com número 1 representa a região de embarque dos mandingas escravizados. O número 2 abarca o território dos minas. O terceiro destaque compreende o território dos lucumís, ibos e ararás; seguido pelo número 4 que compreende os carabalís (todas essas regiões fazem parte da África-Occidental). Os números 5 e 6 apontam, respectivamente, as prováveis origens dos gangás, congos e mondongos – homens e mulheres oriundos da África Centro-Occidental. Por fim, o destaque número sete indica a região onde embarcaram aqueles que ficaram designados como macuás e moçambique, africanos da porção oriental do continente. Uma especulação do percentual que esses grupos representavam na população de africanos escravizados de Havana pode ser observado no Gráfico 3. Mapa disponível em: <http://www.davidrumsey.com/maps2522.html>.

Ao que tudo indica, foi a própria dinâmica do escravismo citadino que ditou a compra de cativos em Havana. Aproveitando possíveis benesses do tráfico transatlântico que objetivava a entrada massiva de africanos escravizados para as regiões de *plantations* da ilha, os proprietários urbanos compravam africanos e crioulos para a execução das mais variadas atividades. Assim como no campo, a possibilidade da exploração do trabalho escravo era o que atraía os futuros proprietários. Mesmo porque o investimento feito na compra de um cativo não era pequeno. Durante a última década do século XVIII, o preço médio de um escravo saudável e sem tachas em Havana era de 300 pesos (fosse homem ou mulher).

A compra do escravo urbano não era, pois, um investimento barato. Justamente por isso, boa parte dos cativos que eram colocados ao ganho cobravam os altos jornais que tanto indignaram Alejandro Humboldt: era necessário reaver, o mais rápido possível, a quantia investida nesses escravos. E, para otimizar os ganhos, muitos senhores acabavam ampliando as possibilidades de uso dos seus cativos, principalmente das mulheres escravizadas.

A maior parte das escravizadas anunciadas entre 1790 e 1815 (independentemente de sua origem) executava duas ou mais atividades. Aquelas que lavavam e costuravam, lavavam e cozinhavam ou faziam as três atividades representavam pouco mais de 32% das escravas anunciadas. Isso sem contar as cativas que eram colocadas para fazer toda sorte de serviços domésticos e aquelas que, além de trabalhar na casa de seus senhores, também saíam às ruas como jornaleiras. As possíveis especializações dessas cativas eram destacadas nos anúncios. Uma das costureiras ofertadas também era uma boa cortadora de túnicas, enquanto a outra tinha experiência em cuidar de idosos. E nem mesmo as escravas que tinham atividades mais especializadas escapavam do “faz tudo” inerente ao mundo urbano. O anúncio da única vendedora *lucumí* ressaltava que ela também tinha princípios de lavadeira e cozinheira; e uma das enfermeiras *minas* anunciadas sabia bordar muito bem. Outra forma de utilização da mão de obra escrava feminina era alocar as cativas que estavam grávidas ou que tinham “cria pequena” no cuidado de crianças. A maior parte delas era reservada para os serviços domésticos, mais especificamente ao cuidado de recém-nascidos que precisavam de amamentação.

Para além da exploração máxima por parte dos senhores citadinos, a variedade de serviços executados pelas escravas revela aspectos importantes da dinâmica de Havana. Não por acaso, lavar e cozinhar foram as atividades mais anunciadas no *Papel Periódico e no El Aviso de La Habana*. A intensa atividade portuária da capital cubana – fosse pela exportação do açúcar, fosse pela presença de tropas militares - e a presença sazonal de tripulações criavam uma demanda constante desse tipo de serviço. Muitos dos prováveis compradores das lavadeiras, cozinheiras e costureiras de Havana eram donos de tabernas e hospedarias, ou então moradores temporários da cidade. A prostituição de escravas também rendeu muitos lucros aos proprietários, sobretudo nos períodos em que Havana era invadida por tripulações de diferentes localidades.

No entanto, as atividades vinculadas ao porto não eram exercidas apenas por mulheres. Os *carretilleros*, por exemplo, foram responsáveis pelo embarque e desembarque dos produtos que transitavam na região alfandegária. Existiram ainda casos mais específicos, como do crioulo carpinteiro que era especialista em fazer caixas de madeira para exportar açúcar; o escravo anunciado como jornaleiro, mas que também produzia tiras de couro que serviam para lacrar tais caixas; e um veleiro congo que era um excelente reparador de barcos.

Ainda que tais casos mereçam destaque, é importante sublinhar que eles eram a exceção. Entre 1790 e 1815, a maior parte dos homens escravizados geralmente era anunciada para realizar atividades específicas. Embora houvesse barbeiros que também executassem serviços domésticos, cocheiros que sabiam trabalhar com tabaco, jornaleiro que ensacava pedra e até mesmo o caso excepcional de um cozinheiro que era cabeleireiro e marinheiro, no cômputo geral, os escravos (crioulos e africanos) eram apregoados para execução de apenas um serviço.

Muitos cativos continuavam sendo comprados a mando do rei para trabalhar nas fortificações, que precisavam de constantes reparos, e na construção das embarcações do Real Arsenal. É provável que parte dos serradores, carpinteiros e pedreiros anunciados acabassem alocados nas obras reais, mesmo que tivessem outras especializações – como o caso, já citado, de um jornaleiro que estava ensacando pedras numa obra pública. Tal hipótese pode ser estendida aos veleiros anunciados: é possível que, mesmo por um tempo específico, eles estivessem sob o mando indireto do rei espanhol trabalhando no Real Arsenal.

Em 1798, por exemplo, Lorenzo Quintana, um dos maiores comerciantes da cidade (e sócio do Compañia de Consignaciones de Negros) foi muito cauteloso ao lembrar às autoridades o atraso no pagamento dos jornais referentes aos escravos que ele havia alugado para o trabalho nas fortificações de Havana. Segundo seus cálculos, o Real Erario lhe devia 125 *reales* diários pelos jornais dos dez cativos que estavam alocados na obra. Como o atraso era de um mês, Lorenzo Quintana teria uma significativa quantia a receber e, fazendo uso do seu trânsito fácil entre as autoridades insulares, o comerciante fez com que seu lembrete chegasse ao conhecimento do Conde de Santa Clara, Capitão General de Cuba. De acordo com o ofício encaminhado, os cativos de Lorenzo Quintana foram alugados para trabalhar nas obras do Camino Cubierto que, assim como os feitos do Conde de Ricla, tinha por objetivo principal a proteção de Havana, sempre ameaçada por nações estrangeiras.¹¹

A situação acima seria impensável anos antes. Os casos analisados demonstram que até o último quartel do século XVIII, a oferta de escravos urbanos (bem como dos cativos rurais) era muito baixa se comparada com a demanda dos habitantes de Havana, que dependiam dos poucos e caros escravos introduzidos por meio do *asiento*; não por acaso, a maior senhora de escravos em Havana era a própria Coroa espanhola. Tal descompasso fez com que particulares fraudassem a posse de escravos reais para usufruto próprio. O advento da Revolução dos escravos de Saint-Domingue (1791-1804) e a ampliação da liberação do tráfico permitiram a disseminação da propriedade escrava em Cuba, inclusive no espaço ci-

11 Archivo General de Índias, Estado, Legajo 1, nº76, 1798.

tadino, a ponto da situação se inverter e as autoridades metropolitanas passarem a recorrer ao aluguel de particulares.

O lembrete cuidadoso de Lorenzo Quintana assinala, pois, uma mudança na estrutura de posse dos cativos citadinos gerada pela liberação do tráfico (e a maior oferta de africanos escravizados) e também pela ampliação dos usos desses escravos no mundo urbano. É razoável pressupor que tais mudanças beneficiaram, inclusive, a própria Coroa espanhola. Ainda que esta se visse dependente da mão de obra escrava para a execução de uma série de atividades (sobretudo àquelas que diziam respeito à manutenção dos fortes e do Real Arsenal), a maior oferta de escravos em Havana permitia que as autoridades alugassem os cativos apenas quando necessário, diminuindo assim parte dos entreveros que ela era obrigada a lidar na posição de proprietária.

Destarte, a expressiva variedade dos serviços executados pelos homens escravos sugere uma sofisticação não só das atividades urbanas, mas do próprio uso da mão de obra escrava na cidade. Quem desejasse cortar os cabelos poderia recorrer tanto aos muitos barbeiros de Havana, como aos escravos nascidos no Caribe inglês e francês. As padarias, cuja abertura deveria ser controlada pelo Capitão General para evitar as reclamações dos habitantes, continuavam sendo o local de trabalho de muitos cativos, que não eram os mesmos que confeitavam bolos e doces mais elaborados: para isso eram comprados ou alugados os escravos chocolateiros.

Numa relação cuja causalidade era difícil de ser determinada, a maior presença escrava em Havana alimentava a demanda por escravos na execução dos mais diferentes serviços citadinos, que por sua vez gerava uma necessidade constante de braços escravos na cidade. Parte das súplicas da elite cubana feita entre as décadas de 1760 e 1780 havia sido ouvida, e agora existia uma oferta de cativos na ilha que permitia, até mesmo, o avultado (e sofisticado) comércio interno de escravos. Embora os 714 anúncios feitos no *Papel Periódico* entre 1790 e 1815 possam parecer poucos se comparados aos mais de 122 mil africanos escravizados que entraram na ilha no mesmo período, não restam dúvidas quanto ao incremento do segmento escravo na capital cubana. Já foi assinalado nesse artigo que o motor do tráfico transatlântico de africanos escravizados foi a forte demanda criada pela elite cubana, que objetivava a construção de um sistema de *plantation* nos moldes dos existentes no Caribe inglês e francês; sendo assim, o incremento da escravidão urbana a partir de 1790 era consequência deste projeto econômico da oligarquia havaneira. As funções executadas pelos cativos citadinos corroboram isso. Mas também é forçoso lembrar que o *Papel Periódico* e *El Aviso de La Habana* eram importantes jornais da cidade, e que o anúncio era uma das formas de ofertar os préstimos dos escravos urbanos, negociata que poderia ser feita pessoalmente ou em casas especializadas no ramo.

Um aspecto que parece confirmar a maior presença escrava na cidade é o significativo aumento do número de *cabildos* de nação em Havana. Até 1755, Havana possuía vinte e uma dessas associações, número que aumentou para trinta e quatro durante o governo de Las Casas, chegando a setenta e três em 1815. Tais instituições existiam no mundo hispânico antes mesmo da colonização do Novo Mundo, tendo ganhado contornos específicos em cada uma das colônias espanholas. Embora tais *cabildos* fossem organizações que congregavam principalmente libertos e livres “de cor” – os cativos, quando faziam parte, ocupavam cargos secundários nunca exercendo o comando dos *cabildos*, é inevitável atrelar seu crescimento ao aumento do segmento escravo em Havana.

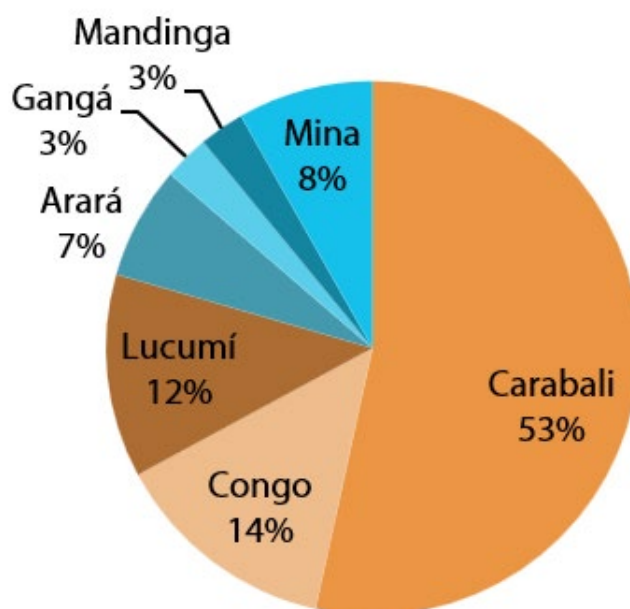
Em primeiro lugar, porque é plausível que dentro da lógica de associações que fomentavam a ajuda mútua, a compra da liberdade tenha sido uma das suas principais frentes de atuação. Ainda que faltem dados mais consistentes, a hipótese levantada ganha outro peso quando se observam quais eram as “nações” africanas que formaram tais *cabildos*. De acordo com os dados levantados por María del Carmen Barcia até o ano de 1815, os *carabalís* possuíam 39 *cabildos* de nações, seguidos pelos *congo* que tinham dez, os *lucumís* com 9, os *ararás* e *minas* com 5 cada e os *gangás* e *mandingas* com dois cada.

Importante frisar que María Del Carmen Barcia pontua quais eram as subdivisões dentre as “nações” dos *cabildos* analisados. Os *carabalís* estavam divididos entre: Isieque, Induri, Umugine, Isiquatro, Ibo, Ososo Umuna, Oquella, Agno, Isuano Orocho e Isuana Ib. Já os *congós* se dividiam em: Mondongo, Luango, Mucamba-Musundi, Mucamba Santo Antonio, Musundi Nuestra Señora del Rosario, Abanda, Musulongos, BungamaSan Juan de Dios, Luango Santo Domingo, Luango Nuestra Señora del Cobre, Musura San Cayetano, Masinga Nuestra Señora del Monserrate, Santo Rey Melchior. Os *lucumís*, por sua vez, estavam divididos em: Amanga, Nuestra Señora del Regla, Gonces Santa Barbara, Bragurá Santa Barbara, e Santa Bárbara- Sociedad de Proteccion Mutua y Recreo del Culto Africano Lucumí. Os *Ararás* subdividiam-se entre *Ararás* e *Papoes*. Os *Mandingas* estavam divididos em *Zape*, *Ceses de la Virgen de la Regla* e *Nuestra Señora del Pilar*. Por fim, os *minas* estavam divididos entre *Guagüi* e *Popó San Cayetano*.

As subdivisões dos *cabildos* de nação em Havana apontam, pois, a complexidade dessas associações, que merecem estudos específicos. No tocante a essa pesquisa, a simples constatação de que as “nações africanas” subdividiam-se em grupos menores no momento da conformação das associações de ajuda mútua reforça a ideia de que o espaço urbano permitiu a reconfiguração de identidades da “população de cor” que, graças ao pecúlio de alguns escravos e, principalmente às economias dos negros livres e libertos, conseguiram dar materialidade a práticas africanas reconfiguradas no Novo Mundo (BARCIA, 2009).

Não levando em conta as subdivisões existentes dentre cada uma das “nações” apontadas, o quadro geral dos *cabildos* negros em Havana até o ano de 1815 era o seguinte:

Gráfico 4 - Procedências africanas dos *cabildos* de nação em Havana - 1815



Fonte: BARCIA, Maria del Carmen. Op. Cit., pp.393-413.

Interessante notar que a proporção das “nações” dos *cabildos* não seguia o mesmo padrão visto para a escravidão em Havana. Isso fica especialmente evidente quando se analisa o caso dos carabalís. Reconhecidos como bons trabalhadores – ainda que “respondões” – os carabalís não ultrapassavam 25% dos escravos anunciados nos jornais de Havana entre 1790 e 1815. Todavia, o mesmo grupo detinha mais de 50% dos *cabildos* existentes na capital cubana. Embora não se possa descartar a influência da dinâmica do tráfico neste período, é possível aventar que a presteza atribuída a esta “nação” tenha facilitado a compra da alforria. Isso, em tese, teria permitido a conformação de um grupo expressivo de negros libertos *carabalís* não só saísse do cativeiro, mas também se tornasse proprietário de casas e terrenos na cidade. O caso mina é igualmente significativo. Os africanos designados como minas também eram classificados bons trabalhadores, atribuição essa que, no mundo urbano, poderia ter se convertido no maior número de compras de liberdade. Tal ideia fica mais interessante ao se observar que nas tabelas 6 e 7, os minas – tanto homens como mulheres – foram anunciados em atividades em que a autonomia de trânsito e o acesso ao pecúlio estavam potencializados. Assim como no Rio de Janeiro, africanos escravizados dessa procedência pareciam ter grande facilidade na execução dos trabalhos urbanos.

É forçoso salientar que o aumento do número de *cabildos* em Havana denotava o crescimento da apropriação do espaço urbano por parte dos herdeiros diretos da escravidão e, muitas vezes, dos próprios cativos. Não por acaso, desde a publicação do *bando de gobierno* de Las Casas no ano de 1792, tais associações foram obrigadas a alocar-se nas proximidades do Real Arsenal e da Real Factoria de Tabaco, nas margens que ligavam a muralha a Jesús María (*partido* que ainda não fazia parte, oficialmente, do perímetro urbano da capital cubana).

O que podemos perceber com a análise desses anúncios de jornal é que houve uma presença diversificada de origens africanas empregadas nas mais variadas atividades urbanas. Ainda que tenhamos alguns padrões de uso específico dessa mão de obra, o que salta aos olhos na documentação é a capilaridade do trabalho escravo na dinâmica de funcionamento de Havana entre os anos de 1790 e 1815.

Sem dúvida, essa constatação caminha *pari passu* com as medidas defendidas pelo governo ilustrado da ilha, que apregoava o incremento da população escrava via tráfico transatlântico. A população “de cor” de Havana (escrava e livre) era tolerada nas artérias da cidade se estivesse executando aquilo que justificou o tráfico e a própria instituição escravista na ilha: o trabalho. Mas esse trabalho não existia sozinho. Esses mesmos anúncios, lido conjuntamente com outras fontes documentais, permitem observar que outras práticas decorrentes da escravidão, que não se alinhavam com os padrões ilustrados de cidade, ficaram setorizadas nas regiões mais distantes das vistas da elite, do outro lado do muro que dividia a cidade e o mundo suburbano.

O caso dos *cabildos* de nação chama atenção, na medida em que ao migrarem para a região extramuros de Havana, tais associações também se desligavam das igrejas a que estavam atreladas intramuros, tendo que construir suas próprias sedes. Tinham, pois que reconstruir suas identidades em espaços além-muro, nos quais tinham muito mais liberdade para reconfigurar, materialmente, as heranças africanas e suas reelaborações no contexto do Novo Mundo. E seria justamente nesta região de trânsito entre a cidade e o campo que livres, libertos e escravos vivenciariam práticas fundamentais do cativo urbano; práticas essas que viabilizariam a formação de famílias, de redes sociais e de associações de ajuda mútua, mas também o questionamento da escravidão.

REFERÊNCIAS

- BARCIA ZEQUEIRA, María del Carmen. "Negros en sus espacios: vida y trabajos en la Habana Colonial (espacios físicos, espacios sociales, espacios laborales)". *In.*: José Antonio Piqueras. (Org.). **Trabajo libre y Coactivo en Sociedades de Plantación**. Madrid: Siglo XXI, 2009.
- BERGAD, L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C. **The Cuban Slave Market, 1790-1880**. Cambridge, Cambridge
- CASTELLANOS, J. CASTELLANOS, I. Raíces Africanas de los negros de Cuba. *In.*: **Cultura afro-cubana**, tomo 1, Universal, Miami, 1988.
- DE LA FUENTE, Alejandro. "Denominaciones étnicas de los esclavos introducidos en Cuba: siglos XVI e XVII". **Anales del Caribe 6**, 1986, pp.75-96.
- DE LA FUENTE. **Havana and the Atlantic in Sixteenth Century**. University of North Carolina Press, 2011.
- FLORENTINO, M. **Em Costas Negras**. Uma História do tráfico de escravizados entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- GRANDÍO MORÁGUEZ, Oscar. The african Origins of Slave Arriving in Cuba, 1789-1865. *In.*: ELTIS, D. RICHARDSON, D. (orgs.). **Extending the frontiers: essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. Yale University Press. New Haven/London, 2008, pp. 176-201.
- GUANCHE, Jesús. Identificación de los componentes étnicos africanos en Cuba: contribución a su estudio en los siglos XIX y XX. **Revista del CELSA**, nº 7, Varsovia, 2005, pp.237-251.
- HOWARD, Philip A. **Changing History**. Afro-Cuban Cabildos and Societies of Color in the Nineteenth Century. Louisiana, Louisiana State University Press, 1998
- HUMBOLDT, A. **Ensayo Político sobre la Isla de Cuba**. (tradução de D.J. de V.Y.M). Paris: Librería de Lecointe, 1836.
- LEUCHSENRING: **La literatura costumbrista cubana de los siglos XVIII y XIX. I. Los periódicos: el 'Papel Periódico de La Habana'**. La Habana: Oficina del Historiador de la ciudad de La Habana, 1962.
- LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África**. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão - o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.
- MINTZ, S. PRICE, R. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica**. São Paulo, ed. Pallas, 1992.
- MURRAY, D. David. **Odius Commerce**. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- NÚÑES JIMÉNEZ, Antonio. **Los Esclavos Negros**. La Habana, Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998.
- ORTIZ, Fernando. **Los Negros Esclavos**. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1987.
- PEZUELA, J. **Diccionario Geográfico, Estadístico, Histórico de la Isla de Cuba**. Tomo II. Madrid, Imprenta del Banco Industrial y Mercantil, 1866
- PICHARDO, Estéban. **Diccionario Provincial casi-razonado de Vozes Cubanas** (Tercera Edición notablemente aumentada y corregida). Habana, Imprensa del Gobierno, Capital General e Real Hacienda por S.M, 1861.
- RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa**. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo, Cia. das Letras, 2005.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico**. Escravidão e espaço cidadão no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). São Paulo. Tese de Doutorado defendida na FFLCH, USP, 2012.
- TORNERO TINAJERO, Pablo. **Crecimiento económico y transformaciones sociales**. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996.

The 1812 Aponte [?] Rebellions in the Provinces of Cuba

Las rebeliones de Aponte [?] de 1812 en las provincias de Cuba

As rebeliões de Aponte [?] de 1812 nas províncias de Cuba

Matt D. Childs¹

Abstract: Over the last twenty-five years, scholars of Cuban history have investigated a series of slave rebellions and conspiracies that spread across the island from January to April 1812 known collectively as the Aponte Rebellion, or Aponte Conspiracy. The scholarship on the Aponte Rebellion has largely focused on what happened in Havana in 1812, and the cultural reconstruction of the world of the rebels, and Aponte's *Libro de Pinturas*, in particular. By contrast, this article examines the rebellions outside of Havana that have been collectively labeled as part of the Aponte Rebellion going back to the pioneering work of José Luciano Franco (1963). Drawing upon archival sources from national, regional, and international archives in Cuba and Spain, the article asks: Was it one island-wide coordinated movement based in Havana led by Aponte? Or were there four separate movements in Puerto Principe, Bayamo, Holguin, and Havana from January 1812 to March 1812? At least from the extant archival and documentary records and other studies completed to date by historians, there is very limited contemporary evidence generated in 1812 of an island-wide movement coordinated and directed by Aponte from Havana.

Keywords: Slave Rebellion; Aponte Conspiracy; Cuba.

Resumen: Durante los últimos veinticinco años, los estudios de la historia cubana han investigado una serie de rebeliones y conspiraciones de esclavos que se extendieron por la isla entre enero y abril de 1812, conocidas colectivamente como la Rebelión de Aponte, o Conspiración de Aponte. Los estudios sobre la Rebelión de Aponte se han centrado en gran medida en lo que sucedió en La Habana en 1812, y en la reconstrucción cultural del mundo de los rebeldes, y en el *Libro de Pinturas* de Aponte, en particular. Por el contrario, este artículo examina las rebeliones fuera de La Habana que han sido llamadas colectivamente como parte de la Rebelión de Aponte, y que se remontan al trabajo pionero de José Luciano Franco (1963). Basándose en fuentes de archivos nacionales, regionales, e internacionales de Cuba y España, el artículo pregunta: ¿Fue un movimiento coordinado a nivel de toda la isla con base en La Habana dirigido por Aponte?; ¿O hubo cuatro movimientos separados en Puerto Príncipe, Bayamo, Holguín y La Habana desde enero de 1812 hasta marzo de 1812? Al menos a partir de las fuentes documentales y de archivo existentes, y de otros estudios realizados hasta la fecha por historiadores, existe evidencia contemporánea muy limitada generada en 1812 de un movimiento a nivel de toda la isla coordinado y dirigido por Aponte desde La Habana.

Palavras-clave: Rebelión esclava; Conspiración de Aponte; Cuba.

Resumo: Nos últimos vinte e cinco anos, acadêmicos da história cubana investigaram uma série de rebeliões e conspirações de escravos que se espalharam pela ilha entre Janeiro e Abril de 1812, conhecidas coletivamente como Rebelião de Aponte ou Conspiração de Aponte. Os estudos sobre a Rebelião de Aponte centraram-se particularmente no que aconteceu em Havana em 1812, na reconstrução cultural do mundo dos rebeldes, e no *Livro de Pinturas* de Aponte. Em contraste, este

1 University of South Carolina, childsmid@mailbox.sc.edu.

artigo examina rebeliões fora de Havana que foram coletivamente chamadas de parte da Rebelião de Aponte e que remontam ao trabalho pioneiro de José Luciano Franco (1963). Baseando-se em fontes de arquivo nacionais, regionais e internacionais de Cuba e Espanha, o artigo pergunta: Aponte liderou este movimento que foi coordenado em toda Ilha? Ou existiram quatro movimentos distintos em Porto Príncipe, Bayamo, Holguín, e Havana, de Janeiro de 1812 a Março de 1812? Pelo menos a partir de fontes documentais e de arquivo existentes e de outros estudos realizados até à data por historiadores, há evidências contemporâneas muito limitadas geradas em 1812 de um movimento em toda a ilha coordenado e dirigido por Aponte a partir de Havana.

Palavras-chave: Rebelião escrava; Conspiração de Aponte; Cuba.

INTRODUCTION

Over the last twenty-five years, a Cuban historiographical *foco* has developed and put down deep roots in the investigation of a series of rebellions and conspiracies that spread across the island from January to April 1812 known collectively as the Aponte Rebellion, or Aponte Conspiracy. Although often mentioned in fiction and general historical accounts published in the 19th century and first half of the 20th century, José Luciano Franco's brief, insightful, and well-documented *La conspiración de Aponte* (1963) was the only archival study of the event until very recently.² Beginning in the 1990s several scholars at the Instituto de Historia and other research centers had begun working through the files *Asuntos Políticos del Archivo Nacional*, related to Aponte and other topics of slavery and rebellion. Most notably, the work of Gloria Garcia, *La Esclavitud desde la Esclavitud* (1996) and the chapters by Eduardo Torres-Cuevas and Maria del Carmen Barcia, in *La Colonia* (1994) began to build on Franco's pioneering work and point to new directions and possibilities for investigation. However, because of economic challenges related to publishing in the "Special Period," a lot of these scholars had limited opportunities to publish their work and disseminate their findings.³

Over the last 20 years the scholarship on Aponte, his *Libro de Pinturas*, and the conspiracy has changed dramatically. A quick scan of the secondary literature on the Aponte Rebellion clearly shows that the files in the *Archivo Nacional de Cuba* have been worked through by Ada Ferrer, Gloria Garcia, Maria Carmen Barcia, Eduardo Torres-Cuevas, Jorge Pavez-Ojeda, Stephan Palmié, Juan Antonio Hernandez, Sybille Fisher, and surely many others.⁴ Other documentary sources in Havana's ecclesiastical archives dealing directly

2 José Luciano Franco, *La conspiración de Aponte* (Havana: Publicaciones del Archivo Nacional, 1963).

3 Gloria García, *La esclavitud desde la esclavitud; la visión de los siervos* (Mexico: Centro de Investigación Científica, 1996), pp. 45-48; and María del Carmen Barcia, Gloria García, and Eduardo Torres-Cuevas, eds, *La colonia: evolución socioeconómica y formación nacional. Desde los orígenes hasta 1867* (Habana: Editora Política, 1994), esp. chapters 6-8, and pp. 331-332 in particular.

4 Ada Ferrer, *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution* (Cambridge: Cambridge University

and indirectly with the Aponte Rebellion have been consulted by Jane Landers and Linda Rodriguez.⁵ And regional Cuban archives and various archives in Spain have been consulted to dig deeper into clues and evidence that can help us understand Aponte in more detail. Over the last 20 years, the scholarly work being done on the intellectual world of Aponte and his ever-illusive *Libro de Pinturas* has quite simply been impressive both in its volume and insights. Taken collectively as a whole, Cuban historiography should thank Stephan Palmié for his polemical critique laid down in 2002 that questioned whether Aponte was even involved in the rebellion, which prompted many scholars to dig through archives and libraries to show him otherwise. While the documentary evidence and scholarly conclusions over the last twenty years overwhelmingly show Aponte's intimate involvement and detailed planning for the rebellion in Havana, Palmié methodologically challenged many of scholars writing about Aponte to engage theory and evidence more directly and move between the historical "event" of the Aponte Rebellion and the various contemporary and historiographical "discourses" surrounding Aponte and his *Libro de Pinturas*.

This boom in scholarship on Aponte has largely been focused on what happened in Havana in 1812, and the cultural deconstruction and reconstruction of the world of the rebels, and Aponte's *Libro de Pinturas*, in particular. In this article, I will move the examination away from Havana and Aponte and his co-conspirators, and rather, turn a detailed focus on the rebellions outside of Havana that have been collectively labeled as part of *La Conspiración de Aponte* going back to the pioneering work of José Luciano Franco (and even earlier).⁶ In this article, I want to ask a rather basic question: Was it one island-wide co-

Press, 2014); Gloria García, García, *Conspiraciones y revueltas: la actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)* (Santiago, Cuba: Editorial Oriente, 2003), pp. 66-74; María del Carmen Barcia, *Los ilustres apellidos: Negros en la Habana colonial* (Habana: Ediciones Boloña, 2009), pp. 290-295; Matt D. Childs, *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle Against Atlantic Slavery* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006); Spanish translation: *La rebelión de Aponte de 1812 en Cuba y la lucha contra la esclavitud Atlántica* (Santiago, Cuba: Editorial Oriente; Instituto Cubano del Libro, 2012); Jorge Pavez Ojeda, "Lecturas de un código afrocubano: Naturalismo, etiopismo y universalismo en el libro de José Antonio Aponte (La Habana, circa 1760-1812)," *Historia Crítica* (Bogotá), 45 (Sept-Dec., 2011), pp. 56-85; *ibid*, "Expediente contra José Antonio Aponte, La Habana, 1812," *Anales de Desclasificación*, vol. 1, no. 2 (2006), pp. 717-768; Stephan Palmié, *Wizards and Scientists: Explorations in Afro-Cuban Modernity & Tradition* (Durham Duke University Press, 2002); Juan Antonio Hernández, "Hacia una historia de lo imposible: La revolución haitiana y el libro de José Antonio Aponte," PhD diss., University of Pittsburgh, 2005; *ibid*, "Prólogo: El 'Libro de Pinturas' de José Antonio Aponte y los imaginarios de la revolución haitiana en el caribe del siglo XX [sic]," in José Luciano Franco, (comp.), *Las conspiraciones de 1810 y 1812* (Caracas: Biblioteca Ayacucho 2010), pp. ix-lxxiv; Sibylle Fischer, *Modernity Disavowed, Haiti and the Culture of Slavery in the Age of Revolution* (Durham: Duke University Press, 2004), pp. 41-47; Jiménez Marata, Anette, ed. José Antonio Aponte: perspectivas interdisciplinarias (Habana: Instituto Cubano de Investigación Juan Marinello, 2019).

5 Jane G. Landers, *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions* (Cambridge: Harvard University Press, 2011); *ibid* "Catholic Conspirators? Religious Rebels in Nineteenth-Century Cuba," *Slavery & Abolition*, vol. 36, no. 3 (2015), pp. 495-520; Linda M. Rodriguez *Vicente Escobar and José Antonio Aponte: Redefining Art, Race, and History in Colonial Cuba* (book manuscript in preparation).

6 For an earlier treatment of the historiography on Aponte, see Childs *La rebelión de Aponte*, pp. 21-33.

ordinated movement based in Havana led by Aponte as Captain General Someruelos confidently concluded with his April 7 1812 broadside?⁷ Or, were there four separate movements that erupted on plantations and subsequently squashed by colonial authorities in Puerto Principe, Bayamo, Holguin, and Havana from January 1812 to March 1812? At least from the extant archival and documentary records and other studies completed to date by historians, there is very limited contemporary evidence generated in 1812 of an island-wide movement coordinated and directed by Aponte from Havana.

For me at least, what is striking is that when authorities investigated the rebellions in the interior provinces, there is very little referencing of events in other parts of the island. Of course, part of this is explained by the difficulty of sending news rapidly as these rebellions, conspiracies, and investigations happened in “real time” from January to March of 1812. But even after the rebellions on plantations outside of Havana had been suppressed, in the lengthy interrogations at La Cabaña fortress that took place from March 1812 through the end of the year, colonial authorities asked very few questions of the conspirators, prisoners, and rebels about any connections to events in Puerto Principe, Bayamo and Holguin. These movements most certainly shared a chronological and ideological affinity, but with one possible exception (that I will take up below shortly), there was not an individual, or cadre of leaders, that somehow explains the coordination of these events across the island from the extant records I have consulted.

REVOLTS AND CONSPIRACIES IN THE PROVINCES

For now, let me provide a very quick summary of the events in the provinces from January to March 1812 that make up the events known as La Conspiración de Aponte. Then I will explore any connections to Havana — and in particular related to Aponte and the other leaders.

The first revolts occurred near the east-central city of Puerto Príncipe two months earlier. Over the course of two days, beginning on 15 January 1812, slaves and free people of color rose in rebellion on five plantations all located within three miles of Puerto Príncipe. The first insurrection began at the plantation Najasa and immediately involved all the slaves. The rebels burnt the master’s house, killed three whites, and then spread the movement to neighboring plantations.⁸ Within a matter of hours, slaves revolted at the Daganal plantation where they killed the white overseer, Pedro Cabrajal. Then the uprising moved to the

7 “Bando del Capitán General de la Isla,” Havana, 7 Apr. 1812, Archivo Nacional de Cuba, Havana, fondo Asuntos Políticos (hereafter ANC-AP), leg. 12, no. 24.

8 Sedano to Someruelos, Puerto Príncipe, 4 Feb. and 22 Mar. 1812, Archivo General de Indias, Seville, fondo Papeles de Cuba (AGI-PC), leg. 1640.

San José sugar estate where the insurrectionaries killed two whites. Later, they spread their movement to the Santa Marta plantation where they killed another white and seriously injured two others. The uprising ended at the Montalban plantation where the rebels killed one white and injured another before the local militia, standing army, and armed citizens finally suppressed the insurrection.⁹ By the time the rebellions ended, slaves and free people of color had killed eight whites, injured numerous others, and burnt or partially destroyed several plantations. Colonial officials responded to the bold challenge to their authority by staging a public execution. A crowd of spectators greeted with “enthusiasm” the execution of fourteen slaves and the shipment of sixty-three prisoners to Saint Augustine, Florida.¹⁰

Shortly after the rebellion’s suppression, authorities in Puerto Príncipe reported that several “black bandits” had escaped to the mountains where they planned to spread their “terrible movement” to the eastern cities of Bayamo and Holguín.¹¹ The governor of Puerto Príncipe warned Lieutenant Governor Corral in Bayamo to patrol the countryside for rebels who had eluded capture. Rumors, stories, and reports circulated that as many as “180 of the revolted blacks from Najasa” were heading toward Bayamo, according to one terrified resident.¹² The planned rebellion in Bayamo came to an end on the night of 7 February 1812 when the slave Antonio José informed his master Lorenzo Vásquez Tamayo of the uprising.¹³ According to the slave, the plan called for “many blacks from the town and others from elsewhere were going to unite . . . burn various houses . . . block the entrances [to the city] . . . and attack the military headquarters to seize gunpowder, bullets, and rifles.”¹⁴ Bayamo’s Lieutenant Governor Corral concluded from the interrogations that “the blacks from the Hacienda Najasa in the jurisdiction of Puerto Príncipe had proceeded in agreement with those of this city” when they began the uprising.¹⁵ The discovery in free black José María Tamayo’s

9 “Testimonio del quaderno de las confesiones que sieguen adherentes al numero: 3,” AGI-PC, leg. 1865A, fol. 12; Sedano to Someruelos, Puerto Príncipe, 1 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1640; “Sobre la Conspiración intentada por los negros esclavos para invadir la villa a resultas de la libertad que suponen estarles declaradas por las Cortes Generales y extraordinarias del Reyno de Puerto Príncipe.” (Jan. 1812), ANC-AP, leg. 11, no. 37, fols. 63v-65; Cabildo Minutes, Puerto Príncipe, 17 Jan. -31 Jan. 1812, Archivo Histórico Provincial de Camgüey, Actas Capitulares (AHPC-AC), leg. 27, fols. 34v-65.

10 Sedano to Someruelos, Puerto Príncipe, 1 Feb., 4 Feb., and 22 Mar. 1812, AGI-PC, leg. 1640; Cabildo Minutes, Puerto Príncipe, 17 Jan. - 23 Mar. 1812, AHPC-AC, leg. 27, fols. 35-121, passim.

11 Armiñan to ?, Holguín, 17 Feb. 1812, Archivo Histórico Provincial de Holguín, Tenencia de Gobierno (AHPH-TG), leg. 69, exp. 2048.

12 ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 4, 71; Corral to Urbina, Bayamo, 27 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1548.

13 ANC-AP, leg. 12, no. 9, fol. 14.

14 Ibid., fol. 18.

15 Corral to Someruelos, Bayamo, 16 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1649, no. 66.

house of two rebels who escaped capture in Puerto Príncipe provided the crucial evidence of the link between the two rebellions.¹⁶

Bayamo authorities extended their search for runaway slaves suspected of participating in the conspiracy to Holguín where they believed the fugitives had found refuge.¹⁷ Colonial officials in Holguín decided to “exhaust all preventive measures” and “brought the women from the countryside to the city until the movement has been pacified.”¹⁸ The town council of Holguín adopted measures to suppress any possible rebellion and calm the panic of white residents because “nowhere else is an uprising of blacks more feared than in this city.”¹⁹ With the imminent threat of rebellion terrifying the white population, judicial officials began to question vigorously any suspected rebels to get to the bottom of the planned insurrection. The suspicion of possible connections with revolts in other towns only increased when a rural patrol arrested three runaway slaves from Puerto Príncipe near Holguín at the end of February.²⁰ The questioning of numerous slaves and free people of color finally yielded some results when a slave denounced the rebellion on 11 March.²¹

Despite the Captain General’s assurance in February that the “rebellions had been suppressed,” a month later slaves rose again.²² This time, however, the revolts erupted not in the interior of the island, but “in the outskirts of the capital.”²³ On the night of 15 March an insurrection began at the Peñas-Altas sugar plantation involving slaves and free people of color. In a matter of hours, the insurgents razed the entire estate.²⁴ During the uprising, the rebels killed the technician in charge of refining sugar, his two children, and two white overseers.²⁵ The insurgent slaves and free people of color then spread their movement by splitting into three groups to attack three nearby sugar plantations: Trinidad, Rosario, and Santa Ana. At the plantation Trinidad, the slave Amador torched the sugar cane once the group

16 ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 101-103.

17 Alvarez to Corral, Bayamo, 15 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 124-125v.

18 [Armiñan ?], Holguín, 14 Feb. 1812, Archivo del Museo Provincial de Holguín, fondo Colonial (AMPH-Colonial), no. 191.

19 Cabildo Minutes, Holguín, 7 Feb. 1812, Archivo Nacional de Cuba, fondo Gobierno General (ANC-GG), leg. 545, no. 27103.

20 Urbina to Governor of Holguín, Santiago, 26 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1548.

21 Armiñan to Urbina, Holguín, 16 Mar. 1812, AGI-PC, leg. 1548; Armiñan to Urbina, Holguín, 15 Mar. 1812, ANC-GG, leg. 545, no. 27103.

22 Someruelos to Pezuela, Havana, 14 Feb. 1812, Archivo General de Indias, Seville, fondo Ultramar (AGI-UM), leg. 84, no. 343.

23 “Quaderno de los autos formados contra varios negros de aquella ciudad [La Habana] por insurrección,” 21 July 1812, ANC-AP, leg. 13, no. 15, fol. 70.

24 ANC-AP, leg. 13, no. 1, fol. 128.

25 ANC-AP, leg. 12, no. 25, fol. 100v; leg. 13, no. 1, fols. 13, 42v-43.

from Peñas-Altas arrived.²⁶ During the course of the uprising at Trinidad, the revolutionaries killed five whites, including the overseer and his family.²⁷ Before the insurrection could spread to other plantations, the local militia, standing army, and armed citizens successfully “repelled the . . . attack” on the plantations.²⁸ Shortly thereafter, the rebels dispersed and took refuge in the countryside. Over the next several months, colonial authorities hunted down most of the rebels. Once caught, the government subjected them to trial, punishment, and execution to calm “the outcry of the public.”²⁹

“REVOLUTIONS WITH THE REVOLUTION?”

After providing this brief analysis of the various movements collectively known as the Aponte Rebellion of 1812 (more lengthy accounts can be found in Chapter 4 of my book *The 1812 Aponte Rebellion*), one crucial question to return to is whether it was one unified revolution or several separate uprisings and conspiracies? Colonial authorities and judicial officials simply concluded that Aponte and the others inspired and directed the rebellions from Havana without documenting or explaining in detail how they did so. Strong evidence indicates that the events in Bayamo and Puerto Príncipe were part of the same movement. Slaves and free people of color in the two regions had either contacted each other before January 1812, or decided to join forces once the rebellion began. The leader of the Karabali *cabildo* in Bayamo, José María Tamayo, explained that he provided shelter for two Karabali slaves who participated in the Puerto Príncipe uprising because they were his “relatives,” in reference to their common African ethnicity.³⁰ The slave Gertrudis from Bayamo informed authorities that she had learned from several of her Karabali friends that they had “collectively sang” about the rebellious blacks from Puerto Príncipe that came to Bayamo.³¹ Judicial authorities, colonial officials, and even foreign observers all concluded with sufficient evidence that the rebellion in Puerto Príncipe was linked to the denounced conspiracy in Bayamo.³²

Establishing connections between events in Puerto Príncipe, Bayamo, the denounced conspiracy in Holguín, and the rebellion in Havana remains difficult, and ultimately

26 ANC-AP, leg. 12, no. 14, fol. 41.

27 ANC-AP, leg. 12, no. 23, fol. 3; leg. 13, no. 1, fols. 176-77, 188-89.

28 ANC-AP, leg. 13, no. 1, fols. 103v-104.

29 ANC-AP, leg. 13, no. 15, fol. 70.

30 ANC-AP, leg. 12, no. 9, fol. 102.

31 *Ibid.*, fol. 62.

32 ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 4, 6v-7; no. 27, fol. 3; Francisco Curado to John Cunningham, Montego Bay, Jamaica, 9 Feb. 1812, British National Archives, Colonial Office, (hereafter NA-CO), 137/134, fol. 48; Someruelos to Ministerio de Gracia y Justicia, Havana, 5 Mar. 1812, AGI-PC, leg. 1752, no. 348.

only suggestive. All the political leaders of the eastern portion of the island believed the rebels from Puerto Príncipe would spread their movement to Holguín.³³ Bayamo resident José Antonio Alvarez had heard that as many as “180 blacks could arrive” in Bayamo or Holguín from Puerto Príncipe.³⁴ Military officials in Puerto Príncipe believed they had confirmed the rumors of a rebel slave invasion in late February when they arrested three slaves who reportedly planned to spread the rebellion to Holguín.³⁵ Unfortunately, without the court testimony and trial record from the Holguín conspiracy, establishing connections between the movements without any additional records remains elusive.³⁶

When judicial officials investigated the rebellion in Havana, they surprisingly failed to ask about connections with other movements on the island. The interrogated conspirators certainly had every incentive not to mention any involvement or knowledge of the other rebellions, as it would be regarded as a clear indication of guilt. Nonetheless, given the wide range of questions posed to the rebels, it is puzzling that little information about the revolts in Holguín, Bayamo, and Puerto Príncipe can be found in the Havana judicial proceedings. Suggestive evidence could indicate that the rebels coordinated the planned insurrection in Holguín and the plantation uprisings in Havana to start on the same day in March. Unknown to judicial officials in the two cities, who simultaneously conducted their own separate investigations, the denounced conspiracy in Holguín had been planned for the same day the rebellion erupted on the Peñas-Altas plantation in Havana.³⁷ Judicial officials either assumed that all the rebellions had been planned from the colonial capital and felt no need to prove it, or possibly, but definitely less likely, the coordination from Havana was so well known that it did not require an investigation, and thus, never entered the court records. Colonial officials and judicial investigators may have simply assigned the leadership to the Havana rebels to calm quickly the fears of white residents, terrified by a rebellion that had engulfed the entire island.

33 Urbina to Someruelos, Santiago, 15 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1548, no. 456; [Armiñan?], Holguín, 14 Feb. 1812, AMPH-Colonial, no. 191; Francisco Curado to John Cunningham, Montego Bay, Jamaica, 9 Feb. 1812, NA-CO, 137/134, fol. 48; Alvarez to Corral, Bayamo, 15 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 124-124v; Armiñan to Urbina, Holguín, 1 and 8 Feb. 1812, ANC-GG, leg. 545, no. 27103.

34 Alvarez to Corral, Bayamo, 13 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 124-124v.

35 Urbina to Arminan, 26 Feb. 1812, Santiago, AGI-PC, leg. 1548

36 The colonial collection at the AMPH was created by the single efforts of local historian José García Castañeda who selectively chose documents that had been abandoned and were most likely going to be destroyed. It is possible that he may have decided to save the cover letter but not the court records. I did not find any copies of the testimony or any mention of the court records in municipal, regional, specialized, national, or colonial archives in Cuba, Spain, England or the United States. I would like to thank Angeles Aguilera at the AMPH, José Abreu, historian of the Cuban Communist Party in Holguín, and José Novoa, Director of the Casa de Iberoamérica, for their efforts to locate the court records and long discussions about their possible location and disappearance.

37 Armiñan to Urbina, Holguín, 15 Mar. 1812, ANC-GG, leg. 545, no. 27103.

Perhaps even more surprisingly, colonial officials, judicial authorities, slaveowners, and others never questioned how the rebellions had been coordinated over a geographic area that spanned more than 500 miles from Havana in the West to Bayamo in the East. The lack of attention to this important detail pointedly reveals that although hundreds of miles separated the main cities of Cuba, the island functioned as an integrated political unit. Communication across the diverse regions certainly occurred. Frustrated efforts by colonial officials to prevent the flow of information and individuals from one region to another indicate the hidden communication networks of slaves and free people of color. In the aftermath of the rebellions and conspiracies, the governor of Santiago reprimanded Juan Falcón for his inability “to prevent communication among the blacks” in the jurisdictions of “Bayamo, Holguín, and this city [Santiago].”³⁸ Likewise, the town council of Puerto Príncipe called for the “utmost vigilance. . . [to] absolutely prohibit slaves from communicating with others.”³⁹ Military officials and slave catchers often arrested runaway slaves and free people of color traveling without licenses far away from their homes. A slave patrol in Bayamo arrested the escaped slave Feliciano from Havana shortly after military officials discovered the planned conspiracy.⁴⁰ Many examples demonstrate that slaves clandestinely traveled throughout the island.⁴¹ Free people of color also moved throughout the island with forged travel passes, and could have spread the movement.⁴² Logistically, planning and coordinating the rebellion throughout the island was clearly possible.

Now let me turn to the suggestion of José Luciano Franco who identified Hilario Herrera as the key individual who connected the rebellions and conspiracies in the East with Havana.⁴³ Orders sent out across the island for the arrest of Hilario Herrera, a resident of the village of Azúa on the Spanish border separating the island of Hispaniola, may provide key evidence of a single individual who linked the various rebellions. During the last days of February 1812, Governor Francisco Sedano of Puerto Príncipe, concluded that “Hilario Herrera, alias, the Englishman,” had been “the primary organizer of the bloody uprising” in the eastern part of the island.⁴⁴ Santiago Governor Urbina described him as “the author of the

38 Urbina to Falcón, Santiago, 10 Apr. 1812, ANC-Correspondencia de los Capitanes Generales (Hereafter AN-C-CCG), leg. 94, no. 10.

39 Cabildo Minutes, Puerto Príncipe, 15 Apr. 1809, AHPC-AC, leg. 25, fols. 189-189v

40 Archivo Histórico Provincial de Granma (hereafter AHPG), Protocolos, leg. 11, libro 3, 18 Mar. 1812, fols. 108v-109.

41 Urbina to los Alcaldes de Jiguaní, Santiago, 26 Nov. 1811, ANC-CCG, leg. 93, no. 2; Rudesindo de los Olivos to Someruelos, 24 Dec. 1799, Havana, AGI-PC, leg. 1679; Sedano to Someruelos, 1 and 8 Mar. 1812, Puerto Príncipe, AGI-PC, leg. 1640; Urbina to Someruelos, Santiago, 23 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1548, no. 463; Urbina to los Alcaldes de Jiguaní, Santiago, 17 Feb. 1812, AGI-PC, leg. 1548; ANC-AP, leg. 12, no. 9, fols. 62v-64.

42 Hitar to Someruelos, Havana, 17 Dec. 1810, AGI-PC, leg. 1679; ANC-AP, leg. 12, no. 9, fol. 22.

43 Franco, *La conspiración de Aponte*, 31-33.

44 Sedano to Urbina, Puerto Príncipe, 23 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 46, fols. 1-2.

horrible catastrophe the island of Cuba would have suffered, from which, we have happily been saved.”⁴⁵ Previously wanted for “stealing a cow,” Herrera had escaped capture, spread the rebellion to the cities of Bayamo and Holguín, and was attempting to return to Santo Domingo to evade arrest, according to Sedano.⁴⁶ Colonial officials ordered a manhunt for Herrera in Santiago, Bayamo, Holguín, Puerto Príncipe, and even in Santo Domingo.⁴⁷

Cuban political leaders sent physical descriptions of Herrera across the island so that he could be identified and arrested. Authorities described him as a “free black, Dominican, tall, robust, trimmed beard, somewhat gray-haired, more than fifty years old, always wears a bandanna on his head and jewels on his hands, he is called Hilario Herrera, alias, the Englishman.”⁴⁸ The generic description of Herrera, which could have fit many people, combined with the panic created by the rebellions, resulted in several reported sightings of Herrera in different parts of the island. Bayamo resident and Santo Domingo émigré, Rosa de Matos informed Lieutenant Governor Corral that “Hilario Herrera passed through this town on his way to [Santiago de] Cuba during the past Christmas.”⁴⁹ Judicial officials in Havana suspected Herrera may have been in the capital after Pablo Serra reported that his slave had talked with a “black who wore a bandanna on his head.”⁵⁰ Cuban historian José Luciano Franco believed that Herrera “served as the agent of the conspiracy planned by Aponte in the eastern zone of the island,” providing the link to the leadership in Havana. Herrera may even have attempted to coordinate “on the day of the rebellion the arrival in an undetermined place on the northern coast a boat from Haiti carrying three hundred rifles for the rebels.”⁵¹ The search for the elusive rebel in several cities only turned up the barren report that the “black Hilario Herrera boarded as a passenger on the Spanish sloop *Dos Amigos*,” bound for Santo Domingo on “the first of February.”⁵² Herrera left behind a trail of unanswerable questions

45 Urbina to Gobernador Político Interno de Santo Domingo, Santiago, 29 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 55.

46 Sedano to Urbina, Puerto Príncipe, 23 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 46, fols. 1-2.

47 Urbina to ?, Santiago, 29 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 54; Urbina to Gobernador Político Interno de Santo Domingo, Santiago, 29 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 55; Buenaventura to Urbina, Santiago, 1 Mar. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 56; Urbina to Teniente Gobernador de Holguín, Santiago, 29 Feb. 1812, AHPH-TG, no. 71; Urbina to Sedano, Santiago, 1 Mar. 1812, ANC-CCG, leg. 94, no. 7.

48 Sedano to Urbina, Puerto Príncipe, 23 Feb. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 46; Corral to Alcalde Ordinario, Bayamo, 29 Feb. 1812, ANC-CCG, leg. 94, no. 4; [n. a, n. d (Feb. 1812?)] ANC-CCG, leg. 94, no. 3.

49 Corral to Alcalde Ordinario, Bayamo, 29 Feb. 1812, ANC-CCG, leg. 94, no. 4.

50 ANC-AP, leg. 12, no. 14, fol. 86.

51 Franco, *La conspiración de Aponte*, 31-33. I could find no sources in Spanish or Cuban archives, or Franco’s personal papers housed at the AOHCH, to document his statements. Nonetheless, Franco may have been correct to suggest a possible link to Haitian military aid. At the time of the search for Herrera, Holguin Governor Armiñan reported the arrival of a “French corsair.” Armiñan to Urbina, Holguín, 5 Apr. 1812, ANC-GG, leg. 545, no. 27103. Gálvez and Novoa omitted this important section of the letter that they reprinted as a document in, 1812, 66.

52 Urbina? to Gobernador del Puerto Príncipe, Santiago, 3 Mar. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 61; Urbina? to Go-

for colonial officials and historians on his role in the Aponte Rebellion. He did not leave his revolutionary activities in Cuba; the same year Herrera escaped from Cuba, he participated in a revolt in Santo Domingo.⁵³

“OUR MAN [ONLY] IN HAVANA”

José Antonio Aponte’s name became synonymous with the movement immediately after authorities suppressed the rebellions. Just one year later, Antonio J. Valdés’ *Historia de la isla de Cuba*, briefly mentioned the insurrections headed by the “Black Aponte and the other accomplices” that “disturbed the tranquility of the island’s inhabitants.”⁵⁴ “Aponte” the man entered history with the political movement known as the “Aponte Rebellion of 1812.” What requires further examination is to determine if history has done justice to Aponte’s role in the rebellion, or slighted the participation of others.

Regardless of evidence indicating meetings at Aponte’s house attended by various slaves and free people of color involved in the rebellion, when authorities discovered the *Libro de Pinturas* that contained images of black soldiers defeating whites in battle, it was all the proof they needed to justify his execution. Even before they found the book, Juan Ignacio Rendón, the lawyer in charge of the investigation, had concluded from the interrogation of others that the book contained “references to the crime.”⁵⁵ Aponte’s own acknowledgement that the maps had been “copied with the exact attention to the entrances and exits of the military forts” of Havana, only confirmed Rendón’s suspicion that the book served as a blueprint for locations to attack.⁵⁶ Before Rendón had concluded his investigation, he labeled Aponte and other free people of color as the leaders and charged them with seducing the slaves to revolt.⁵⁷ As slavery defined the patron-client networks and the asymmetrical reciprocity relations that governed Cuban society, “masterless” free people of color were especially vulnerable to the repressive authority of the colonial state.⁵⁸

Colonial administrative changes in Cuba also favored quickly finding the leaders and ending the investigation. Someruelos ended his otherwise extremely successful twelve-year tenure as Captain General with the difficult task of suppressing the rebellions. Undoubtedly, Someruelos did not want a long investigation that would delay the end of his rule

vernador de Santo Domingo, Santiago, 3 Mar. 1812, ANC-AP, leg. 214, no. 60.

53 Franco, *La conspiración de Aponte*, 31; Geggus, “Slavery, War, and Revolution,” 42, note 115; Méndez Capote, *4 conspiraciones*, 38.

54 Valdés, *Historia de la isla de Cuba*, 263-264.

55 ANC-AP, leg. 12, no. 17, fols. 3-5.

56 *Ibid.*, fols. 17v-18.

57 ANC-AP, leg. 13, no. 15, fols. 6v-50v.

58 Rendón to Peñalver, Havana, 10 June 1812, ANC-AP, leg. 12, no. 25, fols. 130-31.

and call into question his effectiveness as a colonial administrator. The execution of Aponte and others on 9 April 1812, represented Someruelos' last official act as Captain General.⁵⁹ When he died over two years later, the printed eulogy praising his service in Cuba specifically singled out his "prompt and orderly" actions in suppressing the rebellion and executing the leaders.⁶⁰

The transition of power meant that Juan Ignacio Rendón conducted the investigation with little supervision from either Captain General Someruelos or his successor Apodaca. Rendón received his training as a lawyer in Spanish Hispaniola before emigrating to Cuba as a result of the Haitian Revolution. His personal experience with rebellion certainly provided a heightened sense of alarm to the images in Aponte's book. Rendón later stated that "within the span of four days," he had "discovered the conspiracy. . . led by the rebellious José Antonio Aponte."⁶¹ Rendón fell ill over the course of the investigation, which may explain why he asked very few questions about events in other parts of the island.⁶² Less than one week after the plantation uprisings outside of Havana began, Rendón declared José Antonio Aponte the leader of the island-wide movement.

The need to discover the leaders, administer swift punishments, and the exigencies created by the transition in colonial administrations, all made finding the authors of the movement an immediate necessity. Political expediency, however, does not mean Aponte had no role in the movement. Aponte hosted several crucial meetings at his house during the planning of the insurrection. The slave Antonio Cao from Peñas-Altas solidified the link between the plantation slaves and Aponte's home when he stayed there during his frequent visits to Havana.⁶³ Clemente Chacón reported that Aponte told him "he had more than four hundred blacks at his command" for the rebellion.⁶⁴ Several rebels testified that Aponte finalized the last details for the insurrection during meetings at his house between the days of 15-17 March 1812.⁶⁵ Given the life and death situation for the interrogated rebels, they most certainly did everything possible to direct guilt away from themselves. Blaming Aponte for their participation in the rebellion could save their lives. On the other hand, because any

59 Apodaca to Pezuela, Havana, 15 Apr. 1812, AGI-SD, leg. 1284, no. 1; Apodaca to Ayuntamiento, Havana, 24 Apr. 1812, AOHCH-AC, leg. 84, fols. 198-199v.

60 Filomeno, *Elogio del excelentísimo Señor Don Salvador de Muro y Salazar, Marques de Someruelos*, 21-22, P. K. Yonge Library Special Collections, University of Florida, Gainesville, Florida.

61 Antonio Cano Manuel to Juan Madrid Davila, Cádiz, 17 Feb. 1813, AGI-UM, leg. 98.

62 ANC-AP, leg. 12, no. 25, fol. 74v; Estanislao Godino y Muñoz, Cádiz, 26 Nov. 1812, AGI-UM, leg. 98.

63 ANC-AP, leg. 12, no. 25, fols. 88-89v; leg. 13, no. 1, fols. 42, 51-52, 95-98.

64 ANC-AP, leg. 12, no. 14, fol. 71 [emphasis in original].

65 Ibid., fols. 73v-75; leg. 13, no. 1, fol. 44.

association with the leader would most definitely be interpreted as an admission of guilt, it is amazing how many admitted to talking about the rebellion with Aponte.

Criminal testimony – especially testimony of slaves and free people of color involved in conspiracies and rebellions – is inherently contradictory. Slaves and free people of color questioned for their suspected involvement asserted their innocence by denying statements made against them and counter-accusing their accusers.⁶⁶ In the confusion of their own testimony, they often contradicted their earlier statements. Aponte was no exception. At first, he denied any meetings at his house and his reported warning that “any man of color who did not join them would have his head cut off.” Once Aponte realized he would be found guilty, he admitted that the conversations had taken place in his house. Aponte acknowledged “that it appeared just that all the people of color should unite, and they would only chop off the heads of those who resisted.”⁶⁷ Aponte also admitted to participating in the rebellion when he answered “it is true” to statements identifying him as a leader. Aponte told judicial authorities that he “became involved in the project in concert with others, but always advised moderation.” Aponte argued his influence placed restraints on Salvador Ternero and Clement Chacón because he “could not commit atrocities with a heart of steel.”⁶⁸ Later, Aponte also admitted to hosting meetings at his house when the rebellion was planned and organized.⁶⁹ After Aponte confessed his knowledge of the movement and participation in the project, Rendón and other lawyers only asked about the rebellion in Havana, and not about the revolts and conspiracies in other parts of the island.

Aponte may have provided testimony on his association with insurrections across Cuba that have yet to be found by historians and archivists. After Aponte’s execution, the investigation and questioning of suspected rebels continued for months. Judicial officials questioned free black Pilar Borrego with information from what they described as “the statements given by Aponte and Chacón the day before their execution, and with the knowledge they would die on the following day from their punishment.”⁷⁰ When authorities interrogated free black Melchor Chirinos in May, they mentioned “Aponte’s last confession” before his execution.⁷¹ Military official Vicente de la Huerta later informed Captain General Apodaca in October that “in the afternoon on the day 8 April, at the time when José Antonio Aponte, Clemente Chacón, and the other prisoners were in the chapel” receiving their last rights, they “gave an interesting declaration.” Huerta stated that he immediately called a “judge and

66 See the numerous examples in ANC-AP, leg. 12, nos. 9, 13, 14, 16, 17, 18, 25; leg. 13, nos. 1, 38; leg. 14, no. 1.

67 ANC-AP, leg. 12, no. 18, fol. 29.

68 ANC-AP, leg. 12, no. 14, fol. 79.

69 Ibid.; leg. 13, no. 1, fols. 98, 170.

70 ANC-AP, leg. 13, no. 1, fol. 224.

71 Ibid., fol. 170.

a court clerk” to take their last testimony. Reportedly, the final confessions “lasted past eight at night.” The next morning on 9 April, the testimony was given to Someruelos.⁷² The last confessions by Aponte, Chacón, and others are not included with the court testimony and trial record that have been housed at the Cuban National Archive for more than a hundred years. Historian Ada Ferrer tracked down and consulted the personal papers of Someruelos in Toldeo, Spain, but neither Aponte’s Libro nor his last confession was included among the documentation.⁷³

This “last confession” like the Libro de Pinturas is missing. To be as clear as possible: my point in drawing attention to this possible last confession is for other scholars to perhaps find this missing documentation or other sources. Contrary to what Stephan Palmié wrote: “But appeals to the missing ‘last confessions’ of Aponte and some of his alleged co-conspirators won’t do us any good. Negative evidence is a tricky beast: the dog that didn’t bark in the night. But sometimes positive evidence still needs to be interrogated as to what it is evidence for.”⁷⁴ I have not made any causal and or interpretive arguments based upon this last confession. If I have, please point those out to me and let’s debate it. Rather, I have simply drawn attention to the fact that this “last confession” is referenced several times in documents generated shortly after Aponte’s execution and used for what we would recognize today as “cross-examination” questions by lawyers. Just like the Libro de Pinturas that nobody has seen to my knowledge, we still have many questions about the purpose of the book and its possible explanations. The questions posed at us from the documents and the sources from judicial officials challenges us to make sense of this missing evidence. I do not think we should walk away from this challenge. Should we just ignore these references to the last confession as it is “negative evidence”? If that’s the case, I am glad that standard does not apply to the testimony where various deponents describe the Libro de Pinturas that has not been found, even if it would be classified as “negative evidence.” I sure have learned a lot from so many scholars trying to make sense of ANC-AP, leg, 12, no. 17 in particular, despite this “negative evidence” of the missing Libro de Pinturas.

Simply put: we should not ignore documentation in reference to Aponte’s possible last confession as it can force us to think about other possible interpretations and hunt down other evidence. The crucial evidence for Aponte’s role as the leader of the island-wide movement may be included in his last confession. Or it may not. That is my point to consider when we are charged with writing history as a constructed narrative that toggles between a social science of data analysis and a literary enterprise that requires a story.

72 Huerta to Apodaca, Havana, 24 Oct. 1812, ANC-AP, leg. 13, no. 1, fol. 335 [emphasis in original].

73 Ferrer, *Freedom’s Mirror*.

74 Palmié, “La historia de los dos Aponte,” in *José Antonio Aponte: perspectivas interdisciplinarias* (Habana: 2019), p. 187.

The last statement given by Aponte the day before he died, perhaps with the incentive to clear his consciousness, and even protect others by taking responsibility for the movement, remains absent from the extant documentation. Judicial officials might have misplaced the testimony when they requested the Aponte Rebellion court records from government archives during their investigations of other criminal activities. In 1839, Juan de Velasco requested the court records from the Aponte Rebellion to investigate the “clandestine meetings of blacks in this capital.” Velasco suspected that Juan Ignacio Rendón had previously questioned some of the slaves and free people of color “for their involvement many years ago in the investigation of Aponte, Lisundia, and others for planning a conspiracy against the whites.”⁷⁵ Several years later, when the extensive La Escalera conspiracy erupted in Matanzas and Havana during 1843-44, the Military Commission in charge of the investigation requested the Aponte Rebellion court records.⁷⁶ Reportedly, the Military Commission returned all the records to government archives, but they could have misplaced Aponte’s testimony. Aponte’s last confession was not included with the trial records for the later investigations. If Rendón and Someruelos agreed that Aponte had served as the leader of an island-wide rebellion based upon his last confession, the document could answer many crucial questions about the movement. Perhaps the most important question would be, if indeed, the revolts and conspiracies that rocked Cuba during January, February, and March deserve the title “The Aponte Rebellion of 1812.”

CONCLUSION

Correctly or incorrectly, the politics of blame turned to fame for José Antonio Aponte: History has known him ever since as the leader of the Aponte Rebellion of 1812. The rebellion began in Puerto Príncipe, with the insurrection of slaves on several plantations. The movement then spread to Bayamo, where the cabildos played an active role in organizing and planning the insurrection during festival days. Word of slave and free people of color rebellion terrified white residents throughout the island. In Holguín, this fear contributed to the questioning of slaves on several plantations and the movement’s denunciation. Havana slaves and free people of color rose in revolt on 15-16 March through an elaborate plan that united the urban and rural populations. The available documentation ultimately does not provide enough evidence to argue that the rebellions represented one coordinated plan of revolution directed by Aponte and other leaders from Havana. However frustrating it may be for historians looking for conclusive evidence to get the facts straight, the primary con-

75 Juan de Velasco to Captain General, Havana, 13 Dec. 1839, ANC-AP, leg. 40, no. 33.

76 ? to Captain General, Havana, 6 Apr. 1844; Eugenio Solas to Pedro Vidal Rodríguez, Havana, 28 May 1845, ANC-AP, leg. 40, no. 33.

cern of colonial officials was putting an end to the movement. Their goal was to suppress the rebellions, punish the leaders, and restore order. They focused on identifying specific individuals and the sequential chains of meetings that transformed conspiratorial plans to coordinated insurrections. Despite our need to look for proof that would pass as acceptable evidence in a modern courtroom, the records stubbornly resist such levels of verification; judges and lawyers simply did not apply these standards to their evidence.

I am the author of this article and I find this lack of information and a conclusive answer frustrating. Just like I and countless other scholars have found the absence of the Libro de Pinturas extremely frustrating. This is, of course, a heavily sedated understatement of trying to figure Aponte out. I have now spent many years in one form or another working on Aponte. Perhaps, this is what is so interesting about Aponte and the rebellion that bears his name: how do historians practice their discipline when there is an absence of documentation, but every indication that these documents once existed? And may indeed still exist somewhere? Hopefully (?). Maybe (?). Perhaps (?) I think other historians far smarter than me should try and figure it out now. Just one piece of advice: as with so many aspects of the La Conspiración de Aponte, it might be wise to return to the work of el maestro José Luciano Franco for clues and possibilities.

Cuba sob guerra (1868-1880): vigilância ampliada e trabalhadoras/es ‘de cor’ sob suspeição

Cuba under war (1868-1880): increased surveillance and workers of color under suspicion

Cuba en guerra (1868-1880): vigilancia ampliada y trabajadores de color bajo sospecha

Georgia Dominique Vanessa Cedraz Lopes¹

 <https://orcid.org/0009-0007-2955-4786>

Resumo: Em Cuba, desde as primeiras décadas do trabalho escravo houve uma preocupação em vigiar e dificultar qualquer atividade independente de homens e mulheres “de cor”; legislações tentavam controlar e punir ações consideradas impróprias ou deletérias por proprietários/as de cativos/as e pela administração colonial; no século XIX, essa apreensão se acentuou devido ao contexto sociopolítico interno e externo. Neste artigo tentaremos compreender como o clima de tensão que se aprofundou em Cuba, na segunda metade do Oitocentos, reverberou na vida dos/as trabalhadores/as urbanos/as de Havana tornando-os/as alvos reiterados de suspeição; através de documentos como registros policiais, leis, censos, dentre outros, tentaremos compreender como a deflagração e prolongamento da Guerra de Dez Anos (1868-1878) e da Guerra Chiquita (1879-1880) dificultou o cotidiano dos/as *de cor*.

Palavras-chave: Trabalho urbano; Suspeição; Escravidão.

Abstract: In Cuba, since the first decades of slave labor there has been a concern to oversee and hinder any independent activity of men and women of color; legislation tried to control and punish actions deemed inappropriate or harmful by slaveholders and the colonial administration; in the nineteenth century, this apprehension was accentuated due to the internal and external socio-political context. In this article, we will try to understand how the climate of tension that deepened in Cuba, in the second half of the 19th century, reverberated in the lives of urban workers in Havana, making them repeated targets of suspicion; through documents such as police records, laws, censuses, among others, we will try to understand how the outbreak and prolongation of the Ten Years War (1868-1878) and the Chiquita War (1879-1880), made the daily life of colored people more difficult.

Keywords: Urban work; Suspicion; Slavery.

Resumen: En Cuba, desde las primeras décadas del trabajo esclavo, hubo una preocupación por de vigilar y obstaculizar cualquier actividad independiente de hombres y mujeres de color. La legislación intentó controlar y castigar las acciones consideradas impropias o deletéreas por los propietarios de cautivos y la administración colonial; en el siglo XIX, esta presión se acentuó debido al contexto sociopolítico interno y externo. En este artículo trataremos de comprender cómo el clima

1 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestra em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professora efetiva da Rede Pública de Educação Básica do Estado da Bahia; integrante da Linha de Pesquisa Escravidão e invenção da liberdade. Algumas fontes e conclusões apresentadas neste texto são parte da dissertação de mestrado intitulada “‘Trabalhando por conta própria’: mulheres de cor e trabalho urbano na Havana entreguerras (1868-1880)” defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Para entrar em contato: georgiacedraz@gmail.com.

de tensão que se profundizou em Cuba em la segunda mitad del siglo XIX reverberó en la vida de los trabajadores urbanos de La Habana, convirtiéndolos repetidamente en blanco de sospechas. A través de documentos como registros policiales, leyes, censos, entre otros, trataremos de comprender cómo el estallido y prolongación de la Guerra de los Diez Años (1868-1878) y la Guerra Chiquita (1879-1880) dificultaron la vida cotidiana de la gente de color.

Palabras clave: Trabajo urbano; Sospecha; Esclavitud.

Desde a sublevação escrava de São Domingos (1791), instaurou-se “um verdadeiro regime de terror” em Cuba, uma perseguição generalizada, que tinha como alvo pessoas de qualquer condição social ou racial; todavia, determinados grupos sociais eram o foco central dessa política. Normas restritivas tentavam controlar escravos/as e, também, “[...] artesãos, pequenos negociantes – sobretudo os ambulantes, considerados particularmente perigosos por seu fácil e rápido deslocamento – e os trabalhadores urbanos, a quem se lhes restringe a permissão de transitar sem a obtenção de passes” (GARCÍA, 2003, pp. 19-20).²

Em consonância com García, a historiadora Ynaê Lopes dos Santos (2012) relata que, entre 1834 e 1844, uma série de medidas foram tomadas para seguir disciplinando a população de Havana; durante o governo de Miguel Tacón, Geronimo Valdés e Leopoldo O’Donnell, a população “de cor” era o principal alvo dessa política de ordenação e vigilância.³ Em 1841, o capitão geral de Cuba, Geronimo Valdés, publicou um Bando de Gobierno, conjunto de leis cujo objetivo central era recrudescer as medidas contra a população escrava e liberta. Sob a administração O’Donnell, a repressão La Escalera atingiu fortemente a classe média negra que se formava em Havana (SANTOS, 2012, p. 288-294). Ao analisar conspirações anticoloniais e antiescravistas em Santiago de Cuba, entre as décadas de 1860 e 1880, a historiadora lacy Maia Mata (2015) concluiu que, sob as rédeas da Coroa Espanhola “[...] operava a lógica da suspeição” da “gente de cor” (MATA, 2015, p. 224).

Em verdade, na primeira e, também, na segunda metade do Oitocentos a Revolução Haitiana reverberava em Cuba; escravos envolvidos em conspirações na década de 1860 faziam referências à revolta que pôs fim à escravidão e tornou independentes o Haiti e a República Dominicana; também causava temor à Coroa espanhola e aos proprietários de escravos os

2 “Un verdadero régimen de terror”; “[...] artesanos pequeños comerciantes – sobre todo a los ambulantes, considerados particularmente peligrosos por su fácil y rápido desplazamiento – e a los trabajadores urbanos, a quienes se les restringe en lo permisible transitar libremente sin la obtención de pases” (GARCÍA, 2003, pp. 19-20).

3 “Entre os chamados livres “de cor”, em Cuba, estavam os [homens e mulheres negros e mestiços] nascidos livres ou os que, através da alforria, haviam conseguido a liberdade; em Cuba, não era comum, como no Brasil, o uso do termo liberto, que aparece raramente na documentação”. O termo *moreno/a* em Cuba era sinónimo de negro/a. “Em Cuba como no Brasil operava um complexo sistema de classificação social baseado na cor, e os termos negro, pardo, mulato, moreno (negro), trigueño (moreno), chino etc. referiam-se aos distintos tons de pele e eram manipulados, às vezes, em função da condição social” (MATA, 2015, p. 26, 42). Para esta pesquisa, as fontes primárias utilizadas só acionaram os termos pardo/a, moreno/a e mulato/a.

desdobramentos da Guerra Civil estadunidense e sublevações na Jamaica. A queda do domínio espanhol nas colônias da América Latina e a posterior abolição do trabalho escravo nestes territórios, por sua vez, foram igualmente impactantes. Ao longo do século XIX, os debates no campo político também ajudaram a exacerbar os ânimos em Cuba; a pressão da Inglaterra pela abolição da escravidão, juntamente com a crescente força dos movimentos abolicionistas tornavam o cenário social da ilha complexo (GARCÍA, 2003; SANTOS, 2012).

A historiografia cubana e cubanista, portanto, tem indicado com estudos de fôlego que desde as primeiras décadas do século XIX, na tentativa de suplantar qualquer tentativa de sublevação que pudesse resvalar no fim do sistema escravista e na independência da colônia mais valiosa do Caribe, isto é, diante de um contexto sociopolítico desfavorável aos seus interesses, as autoridades coloniais ampliaram suas instâncias de vigilância, colocando a todos/as, independente da classe social, raça ou gênero, em suspeição. A historiografia também tem indicado outro importante aspecto da sociedade colonial cubana do Oitocentos; os/as “de cor” foram sempre o alvo central das suspeitas por crimes comuns ou políticos; como veremos, leis e outras deliberações administrativas indicam uma política colonial racializada, que tornava os/as “de cor” livres, escravizados/as ou libertos/as, um grupo permanentemente suspeito, identificado como mais suscetível ao crime; eram os/as “de cor” que sofriam as penas mais duras e tinham os corpos mais vigiados em espaços públicos ou particulares.

ATMOSFERA DE TENSÃO

O temor que a administração colonial, os/as senhores de escravos/as e toda a sociedade cubana escravista nutria pelos/as “de cor” se ampliou na segunda metade do Oitocentos; em especial, em meio às guerras por independência e pela abolição da escravidão, período em que as alianças estabelecidas entre brancos e não brancos na luta contra a Coroa espanhola se ampliavam e aprofundavam.⁴ A própria composição do Exército Libertador – multirracial – e o recrutamento de escravizados para a luta abolicionista e anticolonial atemorizava os/as que queriam manter as hierarquias de raça e classe do sistema colonial (MATA, 2015).

4 O primeiro movimento independentista de Cuba teve início em 10 de outubro de 1868 e se prolongou por dez anos. O longo conflito, denominado Guerra de Dez Anos ou Grande Guerra, só terminou em 10 de fevereiro de 1878, quando a liderança branca da insurreição selou um acordo com a Espanha, o Pacto de Zanjón; o fim da guerra foi negociado sem a independência e sem a abolição da escravidão. Em agosto de 1879 um segundo conflito começou reunindo insurretos inconformados com o pacto selado com os espanhóis. A nova ação independentista e abolicionista denominada Guerra Chiquita, contudo, não foi profícua, sendo sufocada pelo Exército Espanhol em dezembro de 1880. Em 24 de fevereiro de 1895 uma nova insurreição recomeçou, novamente na região oriental de Cuba; posteriormente, se estendeu pelo setor centro-oriental. Esse terceiro conflito bélico só terminou em 10 de dezembro de 1898, com a assinatura do Tratado de Paris, através do qual a Espanha se comprometia em se retirar de suas possessões de ultramar.

Na tentativa de conter esse ímpeto por liberdade a Coroa espanhola realizou uma reorganização militar na ilha. Em 13 de julho de 1875, em meio à Guerra de Dez Anos, a administração colonial criou, por decreto, em Havana, o Corpo de Ordem Pública; criação institucional elaborada sob o modelo da Guarda Civil, mas com funções distintas (GODICHEAU, 2014, p. 9). A Guarda Civil tinha uma função de controle político; se ocupava de perseguir indivíduos considerados malfeitores e controlar o território. Como braço armado da Coroa espanhola, também se encarregava de proteger as instituições relevantes para a Península (*Ibd.*). Ao elaborar o *Diccionario Geografico, Estadistico, Historico de la Isla de Cuba*, o espanhol Jacobo de la Pezuela indicou que a Guarda Civil servia como corpo auxiliar da polícia.⁵

O Corpo de Ordem Pública, por sua vez, se constituía na polícia urbana e tinha por responsabilidade velar pela ordem pública, evitar tumultos de rua, conflitos nos mercados, controlar lugares considerados de ócio e de pública concorrência, bem como controlar pessoas que transitavam por pousadas e albergues; este novo corpo de polícia urbana estava encarregado de manter a tranquilidade, evitar conflitos em áreas públicas, controlar regiões onde houvesse indivíduos ociosos e garantir as transações regulares de todos os ramos do comércio, mas não somente isso. Era a essa instância do poder colonial que estava atribuída a função de, com um “interesse renovado”, controlar os indivíduos (*Ibd.*, p 6). A criação do Corpo de Ordem Pública para a capital da colônia espanhola foi justificada diante da nova conjuntura; quase uma década de guerra: “[...] o país está em estado anormal há muito tempo, o que agitou todos os espíritos, vícios e paixões”;⁶ ante o novo cenário, alegava o governo colonial, o antigo efetivo policial era insuficiente para garantir a segurança das pessoas e propriedades e, também, para garantir as transações regulares de todos os ramos do comércio.

Entre 1877 e 1879, além da companhia de Ordem Pública criada para Havana, a administração colonial criou companhias para Santiago de Cuba, Porto Príncipe e Matanzas com um efetivo total de 1 200 homens. Em 1880, além de reforçar o destacamento dessas três re-

5 O *Diccionario Geografico, Estadistico, Historico de la isla de Cuba* elaborado em quatro volumes pelo espanhol Jacobo de la Pezuela foi uma fonte importante aqui utilizada. Em verdade, com o intuito de reportar à metrópole informações da colônia caribenha – a “melhor província de ultramar”, nas palavras do próprio Pezuela – este peninsular reuniu detalhadas informações de Cuba: clima, geografia, agricultura, reino animal e, também, organização governamental. De modo minucioso, Jacobo de la Pezuela agrupou dados acerca da divisão política, militar, eclesiástica, judicial, marítima e administrativa da colônia; através de uma organização em ordem alfabética facilitou a localização de informações diversas de cada província que compunha Cuba. Deste modo, o *Diccionario* nos forneceu referência de preços de produtos e serviços; detalhou dados da organização policial de Havana; reuniu censos, biografias, dentre outros dados socioeconômicos relevantes. PEZUELA, Jacobo de la. *Diccionario Geografico, Estadistico, Historico, de la isla de CUBA*. 1863, p. 134 e 135, Tomo III, disponível na Biblioteca Nacional da Espanha <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000041269&page=1>.

6 “[...] el país se encuentra hace largo tiempo en un estado anormal, que agitando los ánimos, ha desarrollado todos los vicios y pasiones” (*Gaceta de la Habana*, 18, 07/1875, ANC). Todas as traduções da língua espanhola e inglesa para a língua portuguesa que constam neste artigo foram elaboradas pela autora. Em se tratando, especificamente da língua espanhola, as traduções, inclusive dos documentos utilizados como fontes primárias, foram elaboradas com o auxílio do dicionário da Real Academia Espanõla, disponível em <https://dle.rae.es/>.

giões, Santa Clara e Pinar del Río também receberam destacamentos (GODICHEAU, 2014, p. 9).⁷ Novas tropas foram enviadas da Espanha para Cuba para se integrarem à Guarda Civil.⁸ Em 1881, o Corpo de Ordem Pública e o destacamento da Guarda Civil reuniam um efetivo de 4 798 homens (GODICHEAU, 2014, p. 9). Portanto, conforme indicamos, com o início das guerras de independência a Coroa espanhola realizou uma reorganização militar em toda ilha.

Havana contava, ainda, com os *serenos*, “instituto de vigilância noturna” criado no começo do século XIX e expandido pelos governantes que se sucederam indicando a necessidade de ampliação de mais um corpo policial. Primeiro esta outra instância de vigilância foi ampliada em 1824 pelo então capitão geral de Cuba, Dionisio Vives; ao assumir o posto de capitão geral a partir de 1834, Miguel Tacón, por sua vez, organizou meios de subsidiá-la; em 1842, Gerónimo Valdés ampliou o corpo de *serenos* ao organizar uma nova divisão urbana; posteriormente, Leopoldo O’Donnell, além de ampliar novamente este instituto de vigilância, estabeleceu um quartel general para ele, localizado na rua da Industria. Na década de 1860, Havana contava com 8 cabos *celadores* e 319 *serenos* (PEZUELA, 1863, Tomo III).

Tentaremos compreender, portanto, alguns desdobramentos deste cenário beligerante no mundo do trabalho urbano; na vida daqueles/as que geravam a riqueza colonial. Tentaremos compreender também a acentuada tensão causada pelas guerras de independência em Havana – centro político-administrativo de Cuba – ainda que este território da ilha não tenha sido invadido pelos independentistas; veremos como a população havaneira sofreu os reflexos dos conflitos, em especial os/as trabalhadores/as “de cor” que estavam por toda parte da cidade.⁹

HAVANA: CIDADE NEGRA

Para além da associação entre os “de cor” e lideranças brancas, independentistas e abolicionistas, – a ascensão demográfica dos homens e mulheres negros/as e mestiços/as, que integravam grande parte da engrenagem social de Cuba também gerou temor; escravizados/as, livres e libertos estavam por toda parte em Havana; quem circulava pelas ruas

7 Para mais informações sobre a Guarda Civil em Cuba, é possível acessar uma importante fonte primária: SANDOVAL, Jimenez de. *Las instituciones de seguridad pública en España y sus dominios de Ultramar: Bosquejo histórico y regulamentario*. Madrid: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1858.

8 Fazendeiros se queixavam da falta de segurança sobretudo no departamento Ocidental (GODICHEAU, 2014, p. 7-8).

9 Conforme a historiografia cubana e cubanista tem indicado, as duas primeiras guerras por independência e abolição da escravidão em Cuba (Guerra de Dez Anos e Guerra Chiquita) começaram no setor Oriental da ilha; posteriormente, se estenderam ao Centro; todavia, o *front* de combates bélicos, que devastaram inúmeras cidades e vilas, zonas rurais e urbanas, não chegou a Havana, capital da colônia que, na primeira metade do século XIX, havia se consolidado como centro político-administrativo de Cuba, província onde se reunia a cúpula do governo político e militar colonial, residência do governador superior, do capitão geral, do superintendente geral, do bispo diocesano, do comandante geral da Marinha, do intendente da Real Propriedade de toda a Ilha e da Real Audiência Pretorial (instância jurídica colonial), dentre outras autoridades (HAZARD, 1928, p. 84-85; CEDRAZ, 2019).

e vielas da cidade, majoritariamente, eram os/as “de cor”; a ostensiva presença deles/as impressionava quem estava na jurisdição (HAZARD, 1928 p. 67). Na década de 60 do Oitocentos, às vésperas da primeira guerra, o norte-americano Samuel Hazard, que passou vários meses em Havana, destacou que a população total da cidade, “[...] segundo as melhores autoridades na matéria, é de cento e noventa e sete mil habitantes, uma boa parte dos quais são negros e mulatos livres” (HAZARD, 1928, p. 85).¹⁰

Nesse cenário a presença das mulheres “de cor”, em especial, se destacava; de dia, independente do cenário, era a presença de negras e mestiças que impactava. Na década de 1860, Hazard indicava que o viajante que visitasse a capital da colônia circulando hora atrás hora da manhã raramente encontraria uma mulher a pé, a não ser as negras (HAZARD, 1928 p. 67). Estatísticas oficiais endossam essa máxima elaborada pelo contemporâneo. Dados do *Diccionario Geografico, Estadistico, Historico, de la isla de CUBA*, publicado em 1863, reiteram este cenário de afluxo das mulheres de cor pelas ruas de Havana; de acordo com censos contidos neste documento, mais de 25 mil mulheres brancas estavam dedicadas aos afazeres da casa; mulheres de cor livres, encerradas em atividades dentro de residências, chegavam a pouco mais de 3 mil (PEZUELA, 1863, p 350-372).

Em meados do século XIX, essas mulheres representavam 38% da população, 57% dos habitantes livres da jurisdição Ocidental (COWLING, 2018, p. 69). Ao analisar dados estatísticos do censo de 1846 e 1862, Rebecca J. Scott concluiu que a população negra livre do Departamento Oriental tinha “um caráter rural bem definido”; no Departamento Ocidental, todavia, 65% da população negra livre era urbana; ou seja, a maioria dos homens e mulheres negras/os livres viviam nas vilas e cidades (SCOTT, 1991, p. 27).

Em 1877, Cuba tinha cerca de 1.500.000 habitantes; dentre os quais, mais de 900 mil espanhóis, cerca de 9 mil estrangeiros, mais de 40 mil asiáticos e pelo menos 480 mil indivíduos “de cor”; Havana concentrava cerca de 28% da população total de Cuba e era a província mais populosa da ilha.¹¹ A presença ostensiva dessa população “de cor” na segunda metade do século XIX estava atrelada ao tráfico de escravizados/as que seguiu crescente em Cuba até a década de 1860 (OROVIO, 2009; SCOTT, 1991; SANTOS, 2012).

10 “La población total, según las mejores autoridades en la materia, es de ciento noventa y siete mil, habitantes, una buena parte de los cuales son negros y mulatos libres”. HAZARD, 1928, p. 85.

11 Em 1878, último ano do primeiro conflito bélico, a ilha foi dividida em seis províncias: Pinar del Río, Havana, Matanzas, Santa Clara, Porto-Príncipe e Santiago de Cuba; também estava subdividida em dois departamentos: o Ocidental, com capital em Havana, e o Departamento Oriental, com capital em Santiago de Cuba; Cuba passou por várias mudanças nas divisões políticas e geográficas durante o século XIX. Em 1827, adicionou o Departamento Central, com capital em Trinidad, aos Departamentos Ocidental e Oriental, já existentes. Em 1850, voltou à organização inicial de dois departamentos. Em 1878, abandonou-se o sistema de departamentos e a ilha foi dividida em seis províncias: Pinar del Río, Havana, Matanzas, Santa Clara, Puerto-Príncipe e Santiago de Cuba (MATA, 2015, p. 27, 36 e 255; CUBA, p. 228, 231, Volume 1, Tomo I).

O *ayuntamiento* de La Habana, que pertencia à província de La Habana reunia, em 1877, pouco mais de 198 mil habitantes; dos quais cerca de 18 mil homens e 28 mil mulheres “de cor”.¹² A província inteira, que incluía 12 *Partidos Judiciales* – Bejucal, Guanabacoa, Guínes, La Habana (dividida em 7), Jaruco, San Antón de los Baños – tinha mais de 435 mil habitantes.¹³ Naquele ano, as mulheres “de cor” livres seguiam sendo maioria e somavam mais de 39 mil; homens “de cor” livres, por sua vez, somavam pouco mais de 30 mil. Em se tratando da população escravizada, homens somavam mais de 20 mil; mulheres cativas, mais de 18 mil. Coartados somavam 1 134; coartadas, 1 568.¹⁴

Estes e outros dados indicam que, quando a primeira guerra de independência de Cuba estalou, as mulheres “de cor” já eram a maioria da força de trabalho das ruas das cidades e vilas, em se tratando da venda de mercadorias e serviços; certamente foram alvo reiterado de vigilância em Havana já que ocupavam postos de trabalho nas ruas da cidade (HAZARD, 1928; CASTILLO e TERRY, 2011; MATA, 2015, p. 23-25; LANIER e CASTILLO, 2016). Estavam misturadas aos trabalhadores homens escravizados, alforriados e brancos pobres e, juntamente com eles, formavam a base da pirâmide social colonial cubana.¹⁵

SUSPEIÇÃO COTIDIANA

Vigiar a população branca e não branca era a função de uma série de agentes do Estado, encarregados de cumprir determinações e controlar espaços de trabalho e convivência; no dia a dia, espreitavam a rotina dos/as trabalhadores/as bairro a bairro, zelando pelo cumprimento de uma série de deliberações elaboradas pela administração colonial para tentar não somente controlar e ordenar os indivíduos, mas também evitar conspirações.

A *Cartilla del Guardia Municipal de Policía Urbana*, publicada em 1882, reunia uma série de determinações nos ajudando a entender como a administração colonial orientava o

12 *Ayuntamiento*: instância política que dirigia e administrava uma cidade; no caso da capital da colônia, Havana, estava sob a presidência do Capitán General (VALLE, 1952).

13 Ver CUBA, p. 142, Volume 2, Tomo I.

14 “De acordo com a lei espanhola, um escravo que oferecesse uma quantia substancial como pagamento inicial sobre seu preço de compra – tornando-se desse modo um coartado – obtinha alguns privilégios. Não podia ser vendido por um preço maior que o valor estimado na época da *coartación* e tinha direito a uma parte dos rendimentos se fosse alugado. Em teoria, a *coartación* proporcionava um meio para a autoemancipação e criava uma categoria intermediária entre escravo e livre” (SCOTT, 1991, p. 31). Censo da população de Havana realizado em 1877; baseado numa divisão territorial que incluía cidades, vilas e povoados (CUBA. *Los censos de población y viviendas en Cuba: estimaciones, empadronamientos y censos de población de la época colonial y la primera intervención norteamericana*, p. 132, Volume 2, Tomo I, Comité Estatal de estadísticas - Instituto de Investigaciones Estadísticas).

15 “En la sociedad urbana [habanera] estaban representadas todas las clases integrantes de la población, situadas jerárquicamente en una pirámide, en cuya cima estaban las autoridades militares y funcionarios coloniales, procedentes de la metrópoli, seguidos por los hacendados criollos y la clase media (urbana y rural) [...]. El africano y sus descendientes criollos, formaban la base en que se asentaba el sistema esclavista” (CHAPEAUX, 1971, p. 16-17).

trabalho dos agentes de segurança. A administração municipal compilou cento e dois artigos para regular o comportamento dos trabalhadores das ruas; elencou as que considerava serem mais “frequentemente” aplicáveis.¹⁶ Ao analisar as disposições, percebemos que as mais recorrentemente aplicáveis se relacionavam ao ordenamento e regulamento das atividades desempenhadas majoritariamente pelos/as trabalhadores/as negros/as que percorriam as ruas de Havana comercializando produtos e serviços (CEDRAZ, 2019). A *Cartilla* estabelecia uma série de regras para atividades desenvolvidas por vendedores/as ambulantes, barbeiros, cocheiros, tabaqueiros, pintores, pedreiros, carpinteiros, dentre outras. Também tentava regular o trabalho de lavadeiras e funcionários/as domésticas/os.

Alguns artigos da *Cartilla* se referem diretamente a determinadas atividades; o Artigo 8º legislava sobre os vendedores ambulantes determinando que essa categoria de trabalhadores/as só poderia transitar pelas vias públicas das cinco da manhã às dez da noite. O Artigo 56, por sua vez, estabelecia que “[...] os vendedores deveriam ter sempre ajustados e contrastados pesos e medidas [para comprovar a exatidão deles]”,¹⁷ de modo a garantir ao consumidor transparência acerca do preço dos produtos. Já o Artigo 19 proibia “[...] cabides e ganchos, em qualquer lugar para pendurar amostras de mercadorias, frutas, tubérculos”¹⁸ - mais uma tentativa de ordenação do espaço público, tentando garantir que as mercadorias fossem dispostas de modo minimamente organizado. Aos barbeiros estava proibido, segundo o Artigo 41, situar-se nas ruas ou imediações das fontes públicas.¹⁹

A *Cartilla* não apresenta as punições aplicadas nos casos de descumprimento destas e das demais leis. Todavia, outros documentos oferecem pistas de que a administração municipal agia de modo punitivo para levar a cabo suas determinações. Vejamos. O *Bando de Gobernación y Policía de la Isla de Cuba* (1864), elaborado no governo de Gerónimo Valdés, então Presidente Governador e Capitão Geral de Cuba, em 1843, e publicado numa terceira edição revisada em 1864, elenca uma série de determinações e punições elaboradas pela administração colonial para os casos de desobediência (p. 67). De acordo com este documento, as lavadeiras estavam sujeitas ao Artigo 183, segundo o qual “[...] nada se lavará nem esfregará nos pilões das fontes”; sob pena da contraventora pagar aos cofres públicos 4 pesos. Na seção *Salud Pública*, o *Bando de Gobernación* deliberava, no Artigo 111 que estava proibido “[...] jogar na rua água que tenha servido para a lavagem de roupas e qualquer

16 *Cartilla del Guardia Municipal*, Biblioteca Nacional José Martí (BJM), La propaganda Literária: Habana, 1882, Localização: 344.97291, Car, C, p.29.

17 “[...] los vendedores deberán tener siempre cabales y contrastadas las pesas y medidas” (*Cartilla del Guardia Municipal*, BJM, La propaganda Literária: Habana, 1882, Localização: 344.97291, Car, C, p. 27).

18 “[...] las perchas y colgadizos, garfios, ganchos, escarpías y toda salida para colgar muestras de géneros, frutas, viandas [frutos e tubérculos comestíveis que se servem cozidos]” (*Cartilla del Guardia Municipal*, BJM, La propaganda Literária: Habana, 1882, Localização: 344.97291, Car, C, p.37).

19 *Cartilla del Guardia Municipal*, BJM, La propaganda Literária: Habana, 1882, Localização: 344.97291, Car, C, p. 29.

outra que estivesse suja; assim como também animais mortos ou outras sujeiras sob pena de 3 pesos”.²⁰ Em dois de setembro de 1843, o Capitão do Bairro de Jesús María impôs multa de 3 pesos à negra Ramona Bovadilla por infringir esta determinação.²¹ É provável que os/as trabalhadores/as domésticos/as, que lidavam com a higiene das residências, tenham sido os/as principais alvos da vigilância em obediência a esse artigo.

O Artigo 93 do *Bando de Gobernación* (1864), por sua vez, determinava que os/as vendedores/as de rua deveriam obter licença para executar essa atividade; o documento seria expedido pelo Comissário ou Capitão de Bairro. A multa para a desobediência desta determinação era de 50 pesos. Dezoito anos depois, determinação similar seguia em vigor; o Artigo 55 da *Cartilla del Guardia* (1882) determinava que, para situar-se em terreno público, um indivíduo precisava obter previamente uma licença.²² Cabe destacar que estas licenças determinavam o local em que a atividade laboral poderia ocorrer, ou seja, não bastava ter a licença, era preciso obedecer à delimitação do espaço geográfico do trabalho determinado pela administração colonial. Esta lei surge, portanto, como mais uma tentativa de tornar o controle dos indivíduos ainda mais eficiente e preciso.

Entre 1869 e 1870 María Acosta estava devidamente matriculada como vendedora de pescado frito ou salgado. Uma vez registrada e com matrícula, Acosta podia trabalhar, lado a lado dos demais vendedores que circulavam nas praças Vieja, Vapor e Tácon e nas ruas Villegas, Florida, San Rafael, Maloja e Egido. Também tinham licença para atuar nas ruas Consulado, Cuba, Amistad, Compostela, Amargura, Dragones, San Miguel, San Isidoro, Infanta e Cienfuegos, algumas parteiras de Havana que estavam devidamente matriculadas.²³ Em se tratando das parteiras, para além de obterem licenças referentes às áreas de trabalho, a partir do século XIX, também estavam obrigadas a obter uma certificação profissional emitida pela Escola de Parteiras; a ausência desse certificado acarretava uma multa de 8 pesos; as trabalhadoras que não pagassem o valor pela infração eram encaminhadas à Casa de Recogidas, prisão feminina. A partir de 1844, as mulheres que trabalhavam como *maestras*, ou seja, que cuidavam de crianças entre seis e sete anos de idade, lhes ensinando as primeiras letras, atuando no magistério, também deveriam obter licenças de trabalho; as primeiras de-

20 “[...] nada se lavará ni fregará en los pilones de las fuentes”; “Se prohíbe arrojar a la calle agua que hubiere servido para el jabonado de ropas, y cualquiera otra que estuviere sucia; así como también animales muertos u otras inmundicias bajo la pena de tres pesos” (*Ibid*, Artigo 111, página 35).

21 Livro de Multas de 1843, disponível no Arquivo Nacional de Cuba (ANC), Fondo: Miscelánea de Libros, Orden: 2.604, Año 1843, Contenido: Multas; VALDÉS, 1864.

22 *Cartilla del Guardia Municipal, La propaganda Literária: Habana, 1882*, Localización: 344.97291, Car, C, Biblioteca Nacional José Martí (BJM), p. 29.

23 *Matricula general de industria y comercio en el año economico 1869-70*. Arquivo Nacional de Cuba (ANC). Fondo: Gobierno General, Legajo: 478, Número de Orden: 23542, Contenido: matricula.

terminações em torno da exigência de licenças para exercer o magistério constam do *Bando de Gobernación y Policía* de 1844.²⁴

O detalhamento de espaços de trabalho no registro de matrícula dos/as trabalhadoras/as não nos parece em vão. Aduzimos que, provavelmente, elas/es não tinham liberdade de deslocamento para as áreas que desejassem; estavam circunscritas/os aos espaços cadastrados nos registros; estas delimitações, além de tentarem estabelecer um ordenamento das áreas públicas e evitar conflitos entre os/as trabalhadores/as nas disputas por áreas de trabalho, também tinham por objetivo vigiar as ações e controlar a circulação dos indivíduos.²⁵

No livro de *Matricula geral de industria y comercio en el año economico 1869-70* do 4º Ofício de Havana, para cada trabalhador/a registrado havia um espaço (rua, praça, mercado, etc.) vinculado. Provavelmente para facilitar esta vigilância e fiscalização, Havana foi dividida em 6 distritos pelas instâncias policiais; não em vão, conforme a organização policial apresentada por Jacobo de la Pezuela, havia, entre outros funcionários, exatos 6 comissários de distrito, provavelmente, um para cada distrito sob os quais estavam divididos os 37 bairros de Havana, conforme detalhado no Quadro 1 (MARTINEZ, 2005, p 231-237).

A província de La Habana estava composta por 34 *ayuntamientos* que compunham os 12 *Partidos Judiciales* anteriormente citados; a capital da província estava dividida em 37 bairros *Intramuros* e *Extramuros*, todos eles distribuídos em 6 distritos.²⁶

24 Em Cuba houve parteiras desde o século XVI; neste primeiro momento as parteiras foram menos controladas; entre 1576 e 1749 não houve disposições acerca deste ofício. Somente em 1750, através da promulgação de uma Real Cédula, as autoridades coloniais convocaram as parteiras para a realização de um exame de qualificação através do qual obteriam um título profissional; poucas mulheres compareceram à prova e as autoridades sequer entregaram o título às que realizaram o exame. Este cenário indica a pouca relevância de fiscalizar e institucionalizar este ofício até o século XVIII. María del Carmen Barcia Zequeira (2015) indica que mudanças significativas ocorreram a partir de 1820 quando o crescimento acelerado da população, sobretudo na região ocidental de Cuba, implicou em mais nascimentos. De acordo com a historiadora, é possível que este incremento populacional tenha levado ao aumento também de complicações nos partos. Esse fator, atrelado à implementação da regulamentação da profissão, ancorada no cientificismo e na inserção de homens neste ofício, dificultou o secular trabalho das parteiras. Também é a historiadora María del Carmen quem nos dá informações acerca da atuação das *maestras* em Cuba.

25 Para a historiadora Oilda Hevia Lanier (2016), com o avanço do século XIX as oportunidades de trabalho em Havana afunilaram; a mão de obra de cor – escrava, livre e liberta – presença cada vez maior na capital da província, estava imersa em uma concorrência pelos mesmos postos de trabalhos. Ver LANIER, 2016, p. 6-7; 20-23. O incentivo à imigração espanhola e chinesa também pode ter impactado no acirramento por postos de trabalho em Cuba (para isso, ver SCOTT, 2009); a respeito de mais informações acerca das disputas por espaços de trabalho ler CEDRAZ, 2019.

26 Trinta e quatro *ayuntamientos* que compunham a província de Havana: 1. Aguacate, 2. Alquizar, 3. Bainó, 4. Batabanó, 5. Báuta, 6. Bejucal, 7. Cano (El), 8. Casíguas, 9. Catalina, 10. Guanabacó, 11. Guínes, 12. Güira de Melena, 13. Habana (La), 14. Isla de Piños, 15. Jaruco, 16. Jibacó, 17. Madruga, 18. Manágu, 18. Marianáo, 20. Melena del Sur, 21. Nueva Paz, 22. Pipian, 23. Quivican, 24. Regla, 25. Salud (La), 26. San António de las Vegas, 27. San António de los Baños, 28. San António Río Blanco, 29. San José de las Lájas, 30. San Nicolás, 31. Santa María del Rosário, 32. Santiago de las Vegas, 33. Séiba del Água, 34. Tapaste (MARTINEZ, 2005, p. 231-237). Os termos *intramuros* e *extramuros* que se apresentam em parte da documentação utilizada nesta pesquisa representam esta distinção de espaços. Nas fontes documentais desta pesquisa, notamos que, com o passar dos anos, mesmo após a muralha ser destruída em 1863, quando a população e, consequente-

Quadro 1 – Divisão dos seis distritos de Havana e seus 37 bairros

	1º Distrito	2º Distrito	3º Distrito	4º Distrito	5º Distrito	6º Distrito
Bairros	Templete	San Francisco	Tacón	Arsenal	Atarés	Santuario
	San Felipe	Santa Clara	Colón	Jesús María	Pilar	Cementerio
	Santo Cristo	Santa Tereza	La Punta	La Ceiba	Villanueva	
	San Juan de Dios	Paula	Guadalupe	Vives	Jesús del Monte	
	Santo Angel	San Isidro	Monserrate	San Nicolás	Cerro	
			Dragones	Marte	Príncipe	
			San Leopoldo	Chávez		
			San Lázaro	Peñalver		
				Pueblo Nuevo		

Fonte: MARTINEZ, 2005, p 231-237.

A ficha de licença de trabalho também nos ajuda a entender outros aspectos da vigilância exercida pela Coroa espanhola sobre os/as trabalhadores/as; este documento era emitido por instâncias policiais revelando que o mundo do trabalho preocupava as autoridades coloniais muito mais pelas possibilidades de associativismo rebelde antiescravista e anticolonial do que pelo desordenamento ou atritos por concorrência comercial que podiam causar nas vias públicas.

Em maio de 1852 o *moreno* livre Ramon, de 25 anos, através de expediente solicitou à *Comissaria* de Polícia do 3º Distrito do Departamento de Havana uma licença de vendedor ambulante. Ramon, solteiro, natural da África, de nação ganga, pleiteava a licença para exercer a venda de aves.²⁷ Não sabemos ao certo se as licenças eram expedidas no distrito ao qual pertencia o bairro em que o solicitante residia ou no bairro em que desejava trabalhar; em todo caso, o *moreno* livre Ramon estava ligado a um dos oito bairros que compunham o 3º Distrito do Departamento de Havana: Tacón, Colón, La Punta, Guadalupe, Monserrate, Dragones, San Leopoldo e San Lázaro.

mente, a cidade cresceram, contemporâneos continuaram utilizando estas denominações. Samuel Hazard, por exemplo, esteve em Havana após a queda da muralha, todavia, ao descrever algumas regiões da cidade, continuou acionando a divisão anterior das muralhas (*intra* e *extramuros*) para identificar a localização de determinados bairros da capital da colônia. As autoridades também seguiram utilizando a muralha como referência territorial visto que os censos elaborados na segunda metade do século XIX seguiram usando a mesma nomenclatura ao analisarem a população bairro a bairro (Ministerio de Assuntos Exteriores e Cultura de Espanã e Ministerio de Cultura de Cuba, La Habana Vieja, pp.30- 44; HAZARD, 1928).

27 Expediente sobre a matrícula de todos os que exerçam nesta ilha, uma maestria, profissão, arte ou ofício. Gobierno e Capitania General de la Ilha siempre fiel de Cuba – Secretaria Política. Havana, 22 de maio de 1852. Arquivo Nacional de Cuba (ANC), Gobierno Superior Civil, Legajo 17, Numero 949.

Outras informações contidas neste documento endossam nosso argumento a respeito da vigilância dos/as trabalhadores/as, visto que cada indivíduo registrado tinha suas descrições físicas detalhadas, em caso de uma posterior necessidade de identificação. Ramon estava descrito como indivíduo de “altura, cor, testa e sobrancelhas normais, olhos escuros, nariz achatado, boca grossa, barba sem pelos, sinais particulares”.²⁸ Documento semelhante, a *Libreta del tabaquero*, que esteve em vigor em Havana até a década de 1860, registrava o lugar de nascimento, domicílio e detalhes físicos dos trabalhadores da indústria de *puros*; esses documentos também sinalizavam se o *tabaquero* possuía licença de trabalho. A *Libreta* foi considerada uma estratégia para “ajudar o empresariado a disciplinar a força de trabalho” (CODINA, 1999, p. 3).

Entendemos que a descrição detalhada dos corpos dos/as trabalhadores/as foi uma estratégia do Estado para distingui-los/as e reconhecê-los/as em meio aos outros indivíduos de “sua classe”. O objetivo de tal ação foi, presumivelmente, exercer um patrulhamento; uma tentativa de controlar e identificar esses indivíduos em casos de fuga, envolvimento ou suspeita de envolvimento em algum crime comum (furto, roubo, falsificação de documento, ou seja, descumprimento da legislação) e nos casos de crime contra a Coroa.

Essa documentação reforça a compreensão de que os trabalhadores exerciam seus ofícios sob a inspeção constante das autoridades coloniais. Em verdade, esses registros serviam igualmente ao domínio da administração colonial ávida por controlar cada espaço público ou privado, cada indivíduo. Para a historiadora Oilda Hevia, as autoridades coloniais utilizavam subterfúgios tais como evitar fugas, escândalos e pleitos, para manejar e limitar a mobilidade dos/as escravizados/as, porém, o objetivo maior era impedir que os/as cativos/as atuassem e desfrutassem dos mesmos direitos das pessoas livres (LANIER, 2016, p. 36).

No dia dois de abril de 1843 a *morena* livre Sebastiana Sotolongo foi multada pelo Capitão do *partido* de Río blanco del Sur por haver infringido o Artigo 16 do *Bando de Gobernacion*. A parda Juana del Castillo também infringiu este artigo e foi multada pelo Capitão de Bairro de Jesús María. Sebastiana e Juana pagaram 4 pesos; o registro de multas não detalhou a infração cometida por elas, todavia, se tomarmos o valor imposto como multa, podemos inferir que estas mulheres deixaram de registrar algum morador de suas casas ou a mudança de endereço delas ou, ainda, de registrar inquilinos novos.²⁹

28 “Estatura regular, color, frente e cejas de su clase, ojos oscuros, nariz chata, boca boluda, barba lampiña, señas particulares [...]” (*Ibid*).

29 O Artigo 16 se refere a quatro determinações detalhadas na seção Orden Publica: possuir um passe com registro da casa em que reside (com descrição de todos os moradores; era preciso registrar nascimentos e falecimentos) e de onde proceda e, em caso de mudança, estar com esse passe atualizado junto às autoridades coloniais (comissários ou *pedáneos*) – 4 pesos de multa por infração; informar a estas mesmas autoridades acerca do aluguel destes imóveis, com detalhes sobre os inquilinos – 4 pesos de multa por infração; quem possuir imóveis com fins comerciais, que recebem hóspedes, deverão informar todas as noites às mesmas autoridades coloniais nomes, sobrenomes, pátria de origem, procedência, estado e ofícios ou pro-

O controle minucioso de quem se mudava, de quem nascia ou morria em determinada residência, de quem dormia ou não na casa de um indivíduo, se configurava num braço do Estado nos espaços privados; esta ação, em verdade, fazia parte de uma política que colocava todos sob suspeição, inclusive os/as brancos/as. Não em vão, no dia 18 de abril de 1843, a administração colonial impôs multa de 10 pesos tanto a *Don Domingo Castro* quanto à parda Eustáquia Guerra por descumprirem o Artigo 16 do *Bando de Gobernacion*; esta lei se refere ao controle de indivíduos em cada residência ou estabelecimento comercial que preste serviço de pernoite (VALDÉS, 1842, p. 10).

No dia 17 de abril de 1843 o Capitão de Bairro de Jesus María impôs multa à *morena* livre Josefa Valdés e às escravas Presentacion Mancho e Catalina Valdés apreendidas transitando nas ruas após as dez horas da noite sem licença. Pelo mesmo motivo, no dia três de abril de 1843 o Capitão de Bairro de Chávez multou um grupo de escravos; José de Jesus (pardo), José Ines Romero, José Pedro Bonfante, Henrique Marques, Lorenzo Llopart, Valentin Gonzalez, Felipe Rodrigues, Hermenegildos Morales, apreendidos por desobedecerem a lei e circularem pela rua sem licença às dez horas da noite. Temos ainda *Don José* e seu escravo que, em abril de 1843, foi multado em 4 pesos por estar circulando após as dez horas da noite sem licença, e *Don Alejo Allo* que, um mês depois, em maio de 1843, teve que pagar igual valor pela multa imposta pelo Comandante de Serenos a sua escrava Agustina Carabalí, também apreendida sem licença às dez horas da noite.³⁰

Estas e outras determinações impostas pela lei indicam que a população estava sob tentativa de controle tanto nos estabelecimentos comerciais quanto privados. Diante dessa renovada estrutura de ordenamento dos espaços privados e públicos e da fiscalização das atividades laborais reiteramos que a vigilância da administração colonial resultou na “[...] imposição de uma política cada vez mais segregacionista”. Era unânime atribuir à população negra “certos vícios” que proliferavam na cidade de Havana; os/as negros/as seguiam sendo vistos/as como os/as causadores do comportamento “delitivo e violento” (MARTÍNEZ, 2005, p. 29).

Em verdade, a administração colonial sabia desde muito tempo que os espaços de trabalho e sociabilidade também configuravam espaços políticos. Um homem negro foi preso, em 1824, por cantar no Mercado Vapor: “na porta de *La Punta* há uma bandeira com um letreiro que diz ‘Viva a Independência’” (GARCÍA, 2003, p. 79).³¹ Estes atos reiteram, conforme

fissões destes indivíduos – 10 pesos de multa por infração e; os que receberem visitas em suas residências também deverão informar acerca delas, sejam moradores do mesmo bairro ou de outro – 5 pesos de multa por infração. VALDÉS, 1842, Artigo 16, p. 10. Livro de Multas de 1843, disponível no ANC, Fondo: Miscelánea de Libros, Orden: 2.604, Año 1843, Contenido: Multas

30 Livro de Multas de 1843, disponível no ANC, Fondo: Miscelánea de Libros, Orden: 2.604, Año 1843, Contenido: Multas

31 “En mayo de 1824 un negro fue aprehendido en el mercado del Vapor por cantar “en la puerta de la Punta hay una bandera puesta con un letrero que dice Viva la independencia” (Ibid, p. 79).

propôs Gloria García, que homens e mulheres “de cor” não estavam à margem dos fatos; na contramão, com ações individuais ou coletivas, se mostravam conscientes do que lhes rodeava. As palavras, gestos, e cantos entoados pelos/as “de cor” traduziram a atmosfera colonial (GARCÍA, 2003, p. 78-79).

Para Pedro Deschamps Chapeaux e Juan Perez de la Riva, sobre os não brancos pesava a suspeição, que podia lhes impedir de exercer cargos de confiança ou receber uma remuneração equânime em relação a um homem branco; ao analisar o trabalho dos homens negros na região portuária de Havana, os historiadores chegaram a esta conclusão.³² O trabalho nas docas *habaneras* constituíram uma zona onde homens “de cor”, africanos ou crioulos, livres ou escravos, recebiam um salário inferior mesmo executando as mesmas atividades de carga e descarga de mercadorias, que os homens brancos, peninsulares ou crioulos.³³ Homens “de cor” estavam, inclusive, excluídos dos trabalhos de vigilância e estiva, a menos que estivessem registrados. As zonas e escalas erguidas e impostas pelo regime escravista para estabelecer uma divisão social do trabalho foram determinadas pela origem, a cor e o estado social dos indivíduos, fatores determinantes para distingui-los.³⁴

Há indícios de que homens negros e pardos não engrossavam as fileiras dos *serenos*. Samuel Hazard registrou um *sereno* portando uma pistola; no período em que o norte-americano esteve em Havana, na década de 1860, aos homens “de cor”, livres, escravizados ou alforriados não era permitido portar armas. A proibição de porte de armas pelos “de cor” era antiga e a historiadora Ynaê Lopes nota que no começo do século XIX medidas como esta permaneciam em vigor; segundo a historiadora, a interdição de armas “recaía sobre todos os habitantes de Havana [...] mas era especialmente lembrada no caso dos cativos” (SANTOS, 2012, p. 214). Na segunda metade do Oitocentos o controle do porte de armas prosseguia e, de modo igualmente reiterado, em relação a negros/as e mestiços/as; o *Bando de Gobernación y Policía de la isla de Cuba*, publicado em 1842 e republicado em 1864, seguia proibindo aos livres “de cor” o porte de armas permitidas às pessoas brancas (MATA, 2015, p. 44).³⁵

É possível que a suspeição que pairava sobre os/as “de cor”, traduzida nesta interdição, nos ajude a compreender porque nos censos relativos ao *ayuntamiento* de Havana nenhum integrante do corpo de polícia era um homem de cor, conforme veremos no Quadro 2.

32 CHAPEAUX E RIVA, 1974, p. 17-18.

33 O termo *criollo* era usado em geral para os descendentes de europeus nascidos na América Espanhola; era usado também para os negros e mulatos, escravos ou livres, nascidos em Cuba (MATA, 2015, p. 45).

34 CHAPEAUX, 1971, p. 89.

35 Ver VALDÉS, Geronimo. *Bando de Gobernación y Policía de la Isla de Cuba*. Biblioteca Nacional de España, Habana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General por S.M., 1864, Biblioteca Nacional de España (BNE) disponível em <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000065641&page=1>; Ver também HAZARD, 1928, p. 207-208.

Quadro 2 – Ocupações relativas ao corpo de Polícia de Havana

Ocupações registradas no Terceiro Distrito (Catedral)	Branco	De cor
Comissários	1	X
Serenos	15	X
Ocupações registradas no Quarto Distrito (Factoria)	Branco	De cor
Comissário	1	X
Celadores	9	X
Empregado da Secretaria de Polícia	1	X
Serenos	9	X
Sub-comissários	1	X
Salvaguardias	10	X
Ocupações registradas no Quinto Distrito (Horcon)	Branco	De cor
Comissários de Polícia	1	X
Celadores	8	X
Sub-comissário de Polícia	1	X
Ocupações registradas no Sexto Distrito (Cementerio)	Branco	De cor
Empregados de Polícia	4	X

Fonte: PEZUELA, 1863, pp. 350-372.

A ausência de homens “de cor” nos quadros da Polícia de Havana revela a política de suspeição sob a qual estavam submetidos negros e mestiços fossem eles livres, escravizados ou libertos; a ausência de mulheres brancas ou “de cor”, por sua vez, revelam a presença de hierarquias de gênero na sociedade colonial de Cuba, que vedavam a elas o acesso a postos de trabalho considerados de exclusividade dos homens.³⁶

CONCLUSÕES

A administração colonial convertia suspeitos/as em criminosos/as; havia determinação legal para prender *personas sospechosas* antes mesmo de saber se havia ocorrido um delito. Artigos do *Bando de Gobernacion y Policía* indicam esta inferência: o Artigo 12 determinava que “[...] os capitães e tenentes do *partido* rondaram suas demarcações à noite [...] para evitar todo gênero de desordens e, se ao passar das onze horas encontrarem pessoas suspeitas, as deterão até averiguar suas circunstâncias” (VALDÉS, 1842, 83-84). O Artigo 13 segue a mesma linha determinando a prisão antes mesmo que seja possível provar que um indivíduo cometeu algum delito: “[...] [os *pedáneos*] tão logo tenham notícia de existir em seu distrito algum indivíduo suspeito de deserção, lhe deterá” (VALDÉS, 1842, 83-84). O Artigo 19, por sua vez, permitia

36 Para compreender melhor como essa hierarquia de gênero operava e sua amplitude no mercado de trabalho urbano de Havana ler: CEDRAZ, 2019.

a prisão de toda pessoa que viajasse sem passaporte ou licença; “será detido como suspeito até que se depure sua procedência e o objeto de sua viagem” (VALDÉS, 1842, p. 87).³⁷

A orientação das prisões nos parece de ordem muito mais política, relacionada diretamente com uma ameaça às instituições coloniais que à propriedade privada ou à vida humana; não em vão as detenções estavam direcionadas, especialmente, contra os/as que tentavam se deslocar – daí o controle dos que estivessem viajando sem passaporte ou licença – e muitos homens “de cor” foram detidos por não apresentar estes documentos. Para além do cenário de prisões deliberadas, com base tão somente em suspeição, cabe destacar que sobre os corpos negros e mestiços recaíam penas judiciais mais duras; em 1879, quando o Código Penal espanhol foi estendido a Cuba, estava determinado como “[...] circunstância agravante ser o ofensor negro e o ofendido branco [...]. O artigo 10, por exemplo, afirmava que qualquer negro que cometesse um crime envolvendo um branco sob qualquer circunstância agravante enfrentaria a execução” (MATA, 2015, p. 190).

Em se tratando das faltas impostas pelos agentes de segurança com multas pecuniárias, as punições variavam de acordo com a cor da pele: prisões para os brancos e trabalhos forçados para escravizados e livres “de cor”. A diferença no tipo de punição às quais estavam sujeitos homens e mulheres brancos/as e “de cor”, independentemente de serem livres, libertos/as ou escravizados/as, avaliza o raciocínio de que, numa sociedade racialmente hierarquizada a liberdade, a saída do cativeiro, não significava cidadania ou acesso a direitos iguais em relação à parcela branca da população. Nesse sentido o 261º Artigo do *Bando de Gobernacion* determinava que:

Não podendo fazer efetivas a multa ou multas que forem acordadas por absoluta carência de bens do infrator, sofrerá dois dias de prisão por cada peso que valha a multa, sendo um homem branco, e se for de cor será destinado ao trabalho dos calçamentos e passeios. Se [sic] os infratores fossem filhos de família ou escravos, seus pais ou proprietários se tiverem bens pagarão a multa em que incorreram, e se lhes faltarem sofrerão [a pena de] trabalhos dos escravos e o filho de uma família a prisão ou correção que o Governo estime de acordo com as circunstâncias do infrator (VALDÉS, 1842, p. 67).³⁸

Identificamos, portanto, que ao longo do século XIX a administração colonial ampliou e recrudescer a legislação e a rede de instituições que estavam encarregadas de vigiar

37 “[...] los capitanes y tenientes do partido rondarán sus demarcaciones por las noches [...] para evitar todo género de desórdenes, y si pasada la hora de las once encontraren personas sospechosas, las detendrán hasta averiguar sus circunstancias”. [...] [los pedáneos] tan luego como tuvieren noticia de existir en su distrito algún individuo sospechoso de deserción, le detendrán”. “[...] será detenido como sospechoso hasta que se depure su procedencia y el objeto de su viaje” (VALDÉS, 1842, p. 83-87).

38 “No pudiéndose hacer efectivas la multa ó multas que quedan acordadas por absoluta carencia de bienes del infractor, sufrirá dos días de prisión por cada peso que importe la pena, siendo hombre blanco, y si fuere de color será destinado á los trabajos de las caites y paseos. Si los inf-actores fuesen hijos de familia ó esclavos pagarán sus padres ó dueños si tuvieren bienes la multa en que hubieren incurrido, y careciendo de ellos sufrirán la de trabajos los esclavos y íes hijo de familia la de prisión ó corrección que el Gobierno estime según las circunstancias del infractor” (VALDÉS, 1842, Artigo 261, p. 67).

e, quando necessário, punir homens e mulheres considerados/as desobedientes e malfeitores; ameaça social. Concluímos que o corpo administrativo de Cuba exerceu uma vigilância constante dos sujeitos considerados suspeitos, em especial, homens e mulheres negros e mestiços, africanos/as ou deles descendentes numa persistente suspeição determinada por hierarquias de raça e classe que caracterizaram a sociedade colonial cubana.

Para o pesquisador François Godicheau (2014), todavia, parte das ações radicais de violência indiscriminada contra a população cubana cometidas pela Guarda Civil, na década de 1880, foram reflexo de sua sensação de “impotência” em cumprir sua função central de controle social em meio às guerras de independência e abolição da escravidão. Ynaê Lopes dos Santos afirma, por sua vez, afirma que a reiterada publicação dos *Bandos de Governo* ao longo dos séculos demonstra a dificuldade em controlar e vigiar a população; isto é, a persistência do problema.

Em verdade, o controle e a vigilância da crescente população negra e mestiça em Cuba – na década de 1870 já composta por quase meio milhão de indivíduos – foi um problema para as autoridades espanholas. Ainda assim, imersos numa sociedade hierarquizada que tentava a todo custo submetê-los/as a uma série de regulamentos, que estava a todo tempo tentando controlar e vigiar cada um de seus movimentos para mantê-los sob ingerência, negros/as e mestiços/as tiveram que forjar resistências. Com ações de desobediência surpreenderam e irritaram as autoridades coloniais e os escravistas, ora contestando ora renegociando os termos de um acordo social unilateral que os excluía da construção de suas cláusulas; teceram as próprias experiências na luta cotidiana por sobrevivência e respeitabilidade, tornando-se, assim, indivíduos cada vez mais capazes de compreender e se mover na sociedade em que viviam.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTILLO, Daisy Rubiera; TERRY, Inés María Martiatu (orgs.), **Afrocubanas: historia, pensamiento y prácticas culturales**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

COWLING, Camillia. **Concebendo liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

_____, Camillia. "Género y los sentidos de la libertad: mujeres esclavizadas y libertas en Cuba y Brasil (1870-1880)". In: LANIER, Oilda Hevia; CASTILLO, Dayse Rubiera (orgs.). **Emergindo do silêncio: Mujeres negras en la História de Cuba**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciências Sociales, 2016.

CHAPEAUX, Pedro Deschamps, **El negro en la economía habanera del siglo XIX**, La Habana: Unión de Escritores y Artistas de Cuba, Primera Edición, 1971.

CHAPEAUX, Pedro Deschamps; RIVA, Juan Perez de la. **Contribucion a la História a la gente sin história**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

CODINA, Joan Casanovas. **Los trabajadores urbanos en la Cuba del siglo XIX y el surgimiento del abolicionismo popular en Cuba**. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales: Universidad de Barcelona, nº 45 (48), 1999.

CUBA. **Los censos de población y viendas en Cuba: estimaciones, empadronamientos y censos de población de la época colonial y la primera intervención norteamericana**, Volume 1 e 2, Tomo I. Comité Estatal de estadísticas - Instituto de Investigaciones Estadísticas.

CUBA. Ministerio de Asuntos Exteriores e Cultura de España e Ministerio de Cultura de Cuba, **La Habana Vieja: mapas y planos en los Archivos de España**, BJM, La Habana: Castillo de la Fuerza, Enero-marzo (1985).

DÍAZ, Aisnara Perera; FUENTES, María de los Ángeles Meriño. **Para librarse de lazos, antes buena familia que buenos brazos: Apuntes sobre la manumisión en Cuba**. Santiago de Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

_____, Aisnara Perera; FUENTES, María de los Ángeles Meriño. **Estrategias de Libertad: un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872)**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2015, Tomo I e II.

FUENTE, Alejandro de la. "Slaves and the Creation of Legal Rights". In: **Cuba: Coartación and Papel**. University of Pittsburgh, 2005.

_____, Alejandro de la. "Eslavitud, 1510-1886". In: OROVIO, Consuelo Naranjo (Org.), **Historia de Cuba**. Madrid, 2009.

_____, Alejandro de la. "Población libre y estratificación social, 1510-1770". In: OROVIO, Consuelo Naranjo (Org.), **Historia de Cuba**. Madrid, 2009.

FUERTES, Digna Castañeda. "Demandas judiciales de las esclavas en el siglo XIX cubano". In: CASTILLO, Daisy Rubiera; TERRY, Inés María Martiatu (org.). **Afrocubanas: historia, pensamiento y prácticas culturales**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

GARCÍA, Antonio Santamaría. "Evolución económica, 1700-1959". In: OROVIO, Consuelo Naranjo (Org.), **Historia de Cuba**. Madrid, 2009.

GARCÍA, Gloria. **Conspiraciones y revueltas: La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)**. Santiago de Cuba: Instituto Cubano del Libro - Editorial Oriente, 2003.

GODICHEAU, François. "La Guardia Civil en Cuba, del control del territorio a la guerra permanente (1851-1898)". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Debates, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67109>. Acesso em: 04 mar. 2019.

GUERA, Ramiro. **Guerra de los 10 años**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales - Instituto Cubano del Libro, 1972, Tomo 1 e 2.

HIERREZUELO, María Cristina. "La mujer 'de color' en la sociedad colonial santiaguera. Un comentario". In: CASTILLO, Daisy Rubiera; TERRY, Inés María Martiatu (orgs.), **Afrocubanas: historia, pensamiento y prácticas culturales**, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

LANIER, Oilda Hevia; CASTILLO, Daisy Rubiera (orgs.). **Emergiendo del Silencio: Mujeres negras en la Historia de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016.

_____, Oilda Hevia. "Historias ocultas: Mujeres dueñas de esclavos en la Habana colonial (1800-1860)". In: LANIER, Oilda Hevia Lanier; CASTILLO, Daisy Rubiera (orgs.). **Emergiendo del silencio: Mujeres negras en la Historia de Cuba**. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2016.

_____, Oilda Hevia. "Reconstruyendo la historia de la exesclava Belén Álvarez". In: CASTILLO, Daisy Rubiera; TERRY, Inés María Martiatu (org.). **Afrocubanas: historia, pensamiento y prácticas culturales**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

MARTINEZ, Yolanda Díaz. **La peligrosa Habana: Violencia y criminalidad a finales del siglo XIX**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

_____, Yolanda Díaz. "La supervivencia del soldado cubano durante la Guerra de los Diez Años". La Habana: Caliban – **Revista Cubana de Pensamiento e Historia**, 2008.

MATA, Iacy Maia. **Conspirações da raça de cor: Escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.

MENA, Luz. "Prólogo". In: Lanier, Oilda Hevia; CASTILLO, Daisy Rubiera (orgs.). **Emergiendo del Silencio: Mujeres negras en la Historia de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016.

OROVIO, Consuelo Naranjo. "Evolución de la población desde 1760 a la actualidad". In: OROVIO, Consuelo Naranjo (Org.). **Historia de Cuba**. Madrid, 2009.

PEZUELA, Jacobo de la. **Diccionario Geográfico, Estadístico, Histórico, de la isla de CUBA**. Madrid: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863, Tomo I e III. Disponível na Biblioteca Nacional da Espanha. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000041269&page=1>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba**. A transição para o trabalho livre, 1860-1899. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

TERRY, Inés María Martiatu. "Tirando piedras y rompiendo cabezas. De deshacer tachaduras y exclusiones al discurso afrofeminista se trata". In: CASTILLO, Daisy Rubiera, TERRY, Inés María Martiatu (org.). **Afrocubanas: historia, pensamiento y prácticas culturales**. La Habana: Editorial: Ciencias Sociales, 2011.

VALLE, Francisco Gonzalez del. **La Habana en 1841**. La Habana: Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana, 1952.

ZEQUEIRA, María del Carmen Barcia. **Oficios de mujer – Parteras, nodrizas y "amigas": Servicios públicos en espacios privados (Siglo XVII-siglo XIX)**. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2015.

_____, María del Carmen Barcia. **Mujeres al margen de la Historia**. Instituto Cubano del Libro: Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2009.

Apertura historiográfica a la movilidad y las estrategias de esclavos expropiados durante la primera insurgencia en Cuba (1868-1878)

Historiographic opening to the mobility and strategies of expropriated slaves during the first insurgency in Cuba (1868-1878)

Uma abertura historiográfica à mobilidade e às estratégias dos escravos expropriados durante a primeira insurreição em Cuba (1868-1878)

María Elena Meneses Muro¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8675-5751>

Resumen: El artículo examina la administración de los esclavos expropiados por el gobierno colonial como resultado de la política de embargo de bienes, implementada en Cuba entre 1869 y 1878. El procesamiento de fuentes documentales inéditas atesoradas en el fondo *Bienes Embargados* del Archivo Nacional de Cuba permite develar aristas de estudio y definir problemáticas de un tema poco explorado en la historiografía. La intención principal del texto es desentrañar elementos relativos a cuestiones medulares del proceso: el movimiento geográfico de los esclavos y los espacios laborales asignados durante la Guerra de los Diez Años. Al mismo tiempo, se expondrán los reducidos, aunque posibles márgenes de maniobra de los esclavos y sus familiares para interpretar y usar a su favor los recursos legales.

Palabras claves: Cuba; Política de embargo; Esclavos expropiados; Movilidad; Estrategias.

Abstract: This article examines the administration of expropriated slaves by the colonial government as a result of the policy of *embargo de bienes*, implemented in Cuba between 1869 and 1878. The processing of unpublished documentary sources archived in the Seized Property collection of the National Archive of Cuba allows for the unveiling of issues and define problems related to a theme little explored in historiography. The main intention is to unravel elements relating to the essential questions of the process: the geographical movement of slaves and assigned occupation spaces during the Ten Years' War. At the same time, we identifies the reduced, although possible margins of maneuvers of the slaves and their families to interpret and use legal resources in favor of them.

Keywords: Cuba; Policy of *Embargo*; Expropriated Slaves; Mobility; Strategies.

Resumo: O artigo examina a administração de escravos expropiados pelo governo colonial como resultado da política de apreensão de bens, implementada em Cuba entre 1869 e 1878. O processamento de fontes documentais inéditas, guardadas no acervo do Arquivo Nacional de Bens

1 El primero de abril de 1869 Domingo Dulce y Garay decretó el embargo de bienes pertenecientes a los miembros de la Junta Central Republicana de Cuba y Puerto Rico, con sede en Nueva York. A partir de la circular del día 15 hizo extensiva la política de embargo a todos los individuos clasificados de infidentes, al decir del Capitán General, con el objetivo de restar recursos materiales al movimiento insurgente. En realidad, en el decreto de embargo confluyeron múltiples factores en modo alguno desligados de las fuertes presiones ejercidas por grupos de integristas en un contexto donde el poder gubernativo de Dulce se encontraba resquebrajado y en descrédito. Sobre la connotación del término infidente, consúltese el decreto de la secretaría de gobierno del 13 de febrero de 1869, en: *Datos y noticias oficiales referentes a los bienes mandados a embargar en la Isla de Cuba por el Gobierno Superior Político*, 1870, p. 3.

Apreendidos de Cuba, nos permite descobrir áreas de estudo e definir os problemas de um tema pouco explorado na historiografia. A principal intenção do texto é desvendar elementos relacionados às questões centrais do processo: o movimento geográfico dos escravos e os espaços de trabalho atribuídos a eles durante a Guerra dos Dez Anos. Ao mesmo tempo, serão apresentadas as pequenas, mas possíveis, margens de manobra para os escravos e suas famílias para interpretarem e usarem os recursos legais a seu favor.

Palavras-chave: Cuba; Política de Embargo; Escravos Expropiados; Mobilidade; Estratégias.

A tenor de la conmemoración del 10 de octubre en 1941, el discurso en la sesión solemne de la Academia de la Historia estuvo a cargo de Joaquín Llaverías. Entre el amplio diapazón de temas posibles a develar, el director del Archivo Nacional ocupó la tribuna para disertar sobre lo que creía un asunto urgente: el Consejo Administrativo de Bienes Embargados, institución rectora de la política de expropiaciones entre 1869 y 1871. A su entender, la comunidad de historiadores había “omitido un capítulo tan interesante, ni aun siquiera sucintamente relatado”. El capitán Llaverías mencionaba que algunos adelantos se debían solo a “la afirmación de autores españoles” (LLAVERÍAS, 1941, p. 6-7). Se refería entonces a historiadores del conflicto colonial como Justo Zaragoza y Antonio Piralá, quienes con sus respectivas obras sustentaban el breve apartado referencial que le dedicó el maestro Ramiro Guerra Sánchez a los bienes embargados en su monumental obra *Guerra de los Diez Años, 1868-1878*. En alusión a la existencia de 222 legajos que componen el fondo *Bienes Embargados*, referida por Llaverías en su texto de 1941, Ramiro Guerra reclamaba la dedicación de las nuevas generaciones de historiadores hacia “tan importante extremo de la historia patria” (GUERRA, 1972, p. 106).

A lo largo de la segunda mitad de la vigésima centuria los enfoques historiográficos, con grados de profundidad y alcances diversos, se relacionaron con los modos de expropiación y el impacto político económico del proceso de retención de propiedades a los individuos clasificados de infidentes por la Capitanía General desde 1869.¹ Fue en la década de 1970 cuando Julio Le Riverend, en su estudio de la economía antillana, afirmó la posibilidad de que “el embargo de bienes constituyese uno de los hechos políticos de más resonancia en la transformación económica del país”, con implicaciones en el ámbito social a partir del surgimiento de lo que el acucioso investigador denominara “nueva aristocracia del dinero” (LE RIVEREND, 1974, p. 456-458). La “desaparición” de bienes muebles y el deterioro progresivo de parte de las propiedades por los efectos del conflicto bélico en la estructura agraria o, podríamos agregar aquí, a causa de prácticas administrativas incorrectas asociadas al método de gestión directa entre 1869 y 1871, fueron de la mano, al decir de Le Riverend, con la transmisión de títulos sobre los inmuebles a españoles vinculados, en mayor o menor medida, a las esferas de poder colonial.²

2 Más recientemente, la investigadora Mercedes García subrayó el impacto político-económico al plantear la

A todas luces, la política de embargo de bienes brindó márgenes de maniobra hábilmente utilizados por funcionarios que integraron las estructuras administrativas centrales, o bien instancias intermedias de las jurisdicciones, así como por comerciantes refaccionistas devenidos arrendatarios - administradores de instalaciones azucareras expropiadas a partir de 1873.

En un ejercicio de síntesis, pudiéramos definir tres áreas sobre las que se centró, en lo fundamental, la atención de un grupo de autores: los negocios personales establecidos al amparo de las entidades administrativas, la corrupción político-administrativa en torno a la gestión de los patrimonios expropiados, así como la impronta del proceder en la concentración y centralización de la producción y el capital y sus afectaciones en determinados grupos de la denominada burguesía esclavista industrial-comercial, proceso este último que venía orquestándose desde la supresión del privilegio de ingenios en 1865.³

Se ha insistido, en mayor o menor medida, en los beneficiosos contratos que adquirieron miembros del Consejo Administrativo de Bienes Embargados para la refacción de unidades productivas, y en los arrendamientos ventajosos de los ingenios de mayor importancia en cuanto a tecnificación y rendimiento.⁴ Sabemos también de las ventas de parte del patrimonio (ilegales en no pocas ocasiones),⁵ las ocultaciones, tasaciones por debajo del valor real, o declaración “en muy mal estado” durante la confección del expediente de embargo por parte de funcionarios y testificantes interesados en lucrar con propiedades susceptibles de ser subastadas.⁶ Tampoco nos es ajena la adquisición de fábricas de azúcar⁷ y

incidencia del procedimiento de retención de propiedades en el desplazamiento del patrimonio cubano a manos españolas entre 1869 y 1878, lo que, en su opinión, en gran medida provocó “el estancamiento del capital doméstico y en otros casos la ruina de una parte del patriciado” (GARCÍA, 2012, p. 136 y p. 206-210).

3 La Ley del Privilegio de Ingenios de 1529 imposibilitaba el embargo de fincas por deudas y litigios, es decir, la tierra, los esclavos, artefactos, animales o muebles; pero no ocurría lo mismo con la producción que podía pasar a manos de los refaccionistas. Sobre la normativa, véase GARCÍA, 2007, p. 73-83.

4 ROLDÁN, 2000, p. 96-101. Para una panorámica acerca de las problemáticas suscitadas entre las entidades administrativas sobre el tema embargo/desembargo de bienes y el rendimiento financiero de estos bajo la tutela estatal, véase ROLDÁN, 1990.

5 La existencia de funcionarios que lucraron a su favor con las utilidades derivadas de la administración de los patrimonios embargados durante esta etapa se advierte en varias obras del siglo XIX. Al respecto, véanse: BETANCOURT, 1870, p. 59 y p. 66; DE ACOSTA, 1872, p. 16-18; PIRALA, 1895-1898, t. I, p. 660 y t. II, p. 739-740. Sin que llegara a proponerse un estudio exhaustivo acerca del tema, el historiador Manuel Moreno Fraguas, en su obra de síntesis histórica, valoró el proceso de embargo de bienes como un “fabuloso negocio donde la corrupción llegó a casos extremos” (MORENO, 1995, p. 238-239). En esta dirección se concentraron los aportes del investigador peruano Alfonso Quiroz, quien pone de relieve los niveles de corrupción con ejemplos puntuales en la administración de esclavos (QUIROZ, 2001, p. 91-111).

6 Al respecto, LOYOLA, 1993, p. 14-20.

7 La historiadora María del Carmen Barcia Zequeira puso el acento, sobre todo, en “el gran peso” que tuvo el embargo en el desplazamiento de la propiedad (azucarera) desde “el punto de vista cualitativo” (BARCIA, 1987, p. 81-88). Como afirma Barcia, notables miembros de las instituciones rectoras de los bienes embargados aumentaron sus fábricas de azúcar. En este sentido, los casos más sugerentes para el análisis se relacionan con procesos de declaratorias de quiebra y deterioro cuyo significado real aún queda por precisarse.

terrenos; procederes todos insertos en el contexto bélico favorable a beneficiosos negocios con bienes muebles e inmuebles.

¿Hasta qué punto los procedimientos en torno al embargo de patrimonios, en su mayoría criollos, permitieron labrar importantes fortunas? Se trata de un tema aún por dilucidar que exige el estudio detenido y profundo, cuyas implicaciones rebasan los marcos temporales de la Guerra Grande. En el fondo *Bienes Embargados* del Archivo Nacional de Cuba se localiza un volumen considerable de expedientes individuales de embargos y reclamaciones poco explorado. El examen de dicha información permitirá realizar evaluaciones más complejas y de gran alcance, al tiempo que resultará imprescindible, de conjunto con el procesamiento de otras fuentes documentales, para analizar la redistribución efectiva de la riqueza en Cuba, durante y después de la guerra, así como el surgimiento de grupos a los que Le Riverend se refiriera como nueva "aristocracia del dinero".

Pero existe un lado menos visible en todo este proceso. Y es que en ese entramado donde convergieron unidades productivas, viviendas, comercios, acciones de empresas, bibliotecas, y demás propiedades que representaban la riqueza de los individuos acusados de infidencia, se embargaron también esclavos como bienes muebles.

¿Acaso los procedimientos podrían semejarse cuando se trataba de sujetos esclavizados? La importancia de estos grupos en la economía, definidos por el demógrafo e historiador Juan Pérez de la Riva como "el cuarto y decisivo factor de la prosperidad cubana" (PÉREZ DE LA RIVA, 1975, p. 77), la existencia de un sistema legal que regulaba su custodia y les garantizaba determinados derechos, la compleja dispersión geográfica que protagonizaron y la promulgación de políticas abolicionistas en el marco del conflicto bélico, exigieron una especial atención. Las lógicas diferencias en los modos de administrar a los esclavos en relación con el resto de los bienes retenidos marcaron distinciones en el plano jurídico, tanto como en la instrumentación de la política a lo largo del decenio insurreccional.

En la composición del universo laboral coincidían, como era de esperar, multitud de servicios domésticos, oficios altamente calificados, actividades propias de faenas agrícolas; todos desempeñados por hombres y mujeres, algunos unidos por lazos consanguíneos. Había quién estaba casi a las puertas de la libertad jurídica, producto a su coartación, y otros que reunían sus jornales con vistas a manumitirse.

Se trata, sin temor a dudas, de un proceso multifacético, acontecido en circunstancias especiales: la guerra de independencia y el inicio de la abolición legal de la esclavitud. ¿Qué sucedió con los esclavos y las esclavas una vez embargados?, ¿cuáles fueron los márgenes de acción legal que emplearon a su favor estos grupos bajo la condición jurídica del embargo o la

incautación?,⁸ son algunas interrogantes que permiten desbrozar líneas de estudio orientadas a complejizar y ampliar la historiografía que aborda el proceso de desintegración del régimen esclavista en Cuba.⁹ Este texto no pretende resolver cada una de las problemáticas de investigación; el propósito, sobre todo, es dirigir la mirada hacia los conglomerados expropiados que, a diferencia de otros cautivos o de los llamados emancipados, se gestionaron con lógicas procedimentales ajustadas a los imperativos de la guerra anticolonialista.

No se trata solo de advertir la existencia de una confiscación de esclavos a centenares de propietarios, sino de entender las problemáticas que generó este proceso en lo relativo a los cambios de las formas administrativas. La política de embargo implicó en la *praxis* modificaciones en el modo de organizar y disponer la fuerza de trabajo esclava en los espacios urbano y rural. Grupos de cautivos de todo el país dejaron de ser administrados por particulares para pasar a manos de instituciones del gobierno colonial que se sucedieron en lapsos breves con especificidades inéditas hasta entonces: desde el Consejo Administrativo de Bienes Embargados —1869-1871—, la Administración Central de propiedades del Estado y Bienes Embargados —1871-1872—, la Junta de la Deuda del Tesoro de la Isla de Cuba —1872-1877—, hasta la Dirección general de Hacienda, cuya gestión rebaza las fronteras de la guerra.

Cada una de estas instancias administrativas y sus agentes, tanto civiles como militares (vocales e inspectores, gobernadores, tenientes gobernadores, administradores locales de Hacienda), generaron información disponible para adentrarnos en las múltiples dinámicas de reclusión y movilidad espacial a las que estuvieron sujetos los esclavos. Llegado a este punto, estamos en presencia de lo que podemos denominar como el capital documental del embargo: informes y actas de entidades administrativas, registros e inventarios de población expropiada, contratos de arrendamiento, cuentas rendidas por administradores, padrones de ingenios; imprescindibles para develar en esta ocasión cambios en el orden ocupacional, formas de distribución y procesos de reclamaciones concernientes a esclavos retenidos.

8 Entre abril de 1869 y marzo de 1871 los esclavos expropiados estuvieron bajo la égida del Consejo Administrativo de Bienes Embargados mediante el precepto jurídico de retención preventiva y gestión económica en calidad de depósito. No podemos referirnos al manejo estatal hasta la aplicación del Real decreto del 25 de marzo de 1871. Tres cuestiones definieron dicho proceder: el embargo asumió también la categoría de incautación y las responsabilidades directivas pasaron a la Hacienda pública, única a cargo de los intereses fiscales del Estado. Véase el Real decreto de 25 de marzo de 1871, en: *Boletín de la Revista general de legislación y jurisprudencia*, 1872, p. 603-610.

9 Sobre el proceso de disolución de la esclavitud en Cuba e inserción de los libertos en el entretejido social y económico posesclavista, véase en especial la obra de SCOTT, 2001. En lo referente al período de la gesta libertaria, los puntos de mira se han dirigido con fuerza a la repercusión de la conflagración sobre las políticas abolicionistas, con especial destaque en la Ley de Ventres Libres de 1870. De la profusa literatura consultada, se distinguen los acercamientos de Ada Ferrer y David Sartorius, quienes aportan elementos imprescindibles para comprender la participación de los esclavos en los ejércitos contendientes, así como las prácticas establecidas con vistas a su incorporación (FERRER, 2011; SARTORIUS, 2013). Sobre la presencia esclava en la contienda independentista dentro de los términos de la historia regional, consúltense también, ABREU, 2004; CENTO, 2013a. Sobre la manumisión a partir de las reclamaciones judiciales entabladas por los esclavos, véase: PERERA y MERIÑO, 2015.

RUTAS DE LA EXPROPIACIÓN

El examen del *corpus* legal generado por las entidades administrativas confirma que el desplazamiento geográfico de los esclavos expropiados en el centro oriente hacia la región occidental del país fue una de las aristas más relevantes en el trazado de la política de empleo. La prioridad económica oficial, a partir del decreto del capitán general Antonio Fernández y Caballero de Rodas (1869 - 1870) en 1870,¹⁰ se asoció a los intereses en la producción y exportación del azúcar, fundamentalmente en las instalaciones embargadas en la franja Matanzas-Cárdenas-Colón. El procesamiento de los registros de las plantaciones San José, Santa Rosa, Santo Domingo, Concepción y Armonía, pertenecientes a Domingo Aldama, revela la existencia de un número considerable de apellidos de propietarios de estirpe camagüeyana en enero de 1873.¹¹ Hombres y mujeres que transitaban entre los laberintos zigzagueantes de la modernidad, las extensas caballerías cultivadas de caña y las naves de los barracones de patio inexistentes en Puerto Príncipe y Santiago de Cuba, escasos en la zona villareña.

Cabría preguntarnos: ¿qué impacto tuvo este desplazamiento de los embargados? Algunos medios publicísticos de la época señalaron el reforzamiento de la actividad agroindustrial. El *Boletín de Colonización* estampaba en sus páginas el 15 de abril de 1876:

Desde que la insurrección invadió el Departamento Oriental y parte del Central, casi todas las dotaciones que existían en los ingenios, cafetales y haciendas de crianzas de los mismos, fueron trasladadas a las Villas y al Departamento Occidental, y con el auxilio de ellas se fomentaron multitud de ingenios cuyos productos, en aumento gradual como era consiguiente, vinieron a acrecentar la cifra de exportación de azúcares (p.6).

El análisis de la historiadora Rebecca Scott sobre la estructura demográfica de la población esclava en la década de 1870 demostró la resistencia de la institución esclavista, al advertir fundamentalmente la concentración de la fuerza de trabajo en los principales emporios azucareros del país. Como bien planteaba la autora, en regiones como Puerto Príncipe y Santiago de Cuba se manifestó la disminución poblacional luego del inicio de la revolución independentista: la liberación, la muerte o emigración, estaban entre los factores que condicionaron la reducción del número de esclavos. Las cifras mostradas por Scott revelaron, en efecto, el incremento en la distribución de esclavos en las zonas de Matanzas.¹² Ahora bien,

10 Véase la circular del 16 de febrero de 1870, en: *Disposiciones relativas a bienes embargados e incautados a los infidentes*, 1874, p. 60.

11 Los inventarios que se elaboraron con motivo de la licitación de ingenios en enero de 1873 pueden consultarse en los legajos 109 y 143 del fondo *Bienes Embargados* del Archivo Nacional de Cuba (ANC). Sobre el embargo de las propiedades de Domingo y Miguel Aldama, consúltese la tesis doctoral de Alessia Bonanno, 2007. Agradezco a la Dra. María de Carmen Barcia Zequeira por facilitarme la investigación de Bonanno.

12 SCOTT, 2001, p. 120-153. Véase también, ABREU, 2013, p. 14-18.

quedaba por determinar entre las causales propiciadoras de las tendencias que aportaban los datos, la influencia específica de la administración de los esclavos expropiados.

Imilcy Balboa, reconoce, por su parte, el reacomodo interno que tuvo lugar en la región occidental a partir del “traslado de algunas dotaciones de siervos a ingenios de esa zona”. No obstante, la investigadora afirma que “dicho flujo fue limitado y de escasa importancia”¹³. He aquí un punto de encuentro necesario para entender la complejidad de un proceso con incidencia tanto en el orden demográfico como económico-social. Por supuesto, las consideraciones parten del conocimiento de los procedimientos implementados con la población expropiada. Coincidimos con la autora en que se trató de un fenómeno producido a escala local. Las fuentes acreditan la presencia de esclavos en ocho ingenios embargados en 1873.

Ello no es óbice para afirmar la importancia de ese refuerzo, en mayor o menor medida. Las potencialidades de las fuentes existentes en el Archivo Nacional de Cuba son indudables, al menos para avanzar en el análisis del flujo de desplazamiento hacia la propiedad Santa Rita, situada en la jurisdicción de Colón. A diferencia de los colosos de Domingo Aldama, se trataba de un ingenio pequeño que, incluso, carecía de dotación propia. Pero el embargo a Tomás Rodríguez Ruiz, encausado como infidente en 1869, cambió su historia. Llegaron a la propiedad 86 esclavos embargados en varias jurisdicciones de la isla y la refacción se dirigió hacia las áreas más deficitarias. Santa Rita produjo entonces un total de 444 bocoyes de azúcar entre las zafras de 1870 y 1871, cifra que sobrepasó con creces la de años anteriores. Debido a las reclamaciones entabladas contra Ruiz, el enclave se declaró en concurso de acreedores y pasó de manos de la Administración Central de propiedades del Estado y Bienes Embargados al Juzgado de la jurisdicción de Colón el 31 de marzo de 1871. Aun así, los esclavos remitidos por la instancia central permanecieron en sus labores y se afirmaron como garantía para hacer efectivo el débito de 13.927 pesos con 25 centavos producto de la inversión del Consejo Administrativo.¹⁴

Por esa misma fecha, el monto de los arribados a los ingenios de la familia Aldama ascendía a 310, disminuido a 225 en 1874. En modo alguno era una mera cifra. El refuerzo cobró un alto significado si tenemos en cuenta la situación que enfrentaba la industria del dulce: crisis de la oferta y alto precio con que se cotizaban los esclavos en edad laboral en el mercado.¹⁵

No es menos cierto que parte de las regulaciones sobre movilidad se orientó hacia la población no empleada en rublos agrícolas o de difícil colocación. Entre aquellos “esclavos

13 La investigadora Imilcy Balboa sostiene su tesis a partir de la referencia a la obra de Julio Le Riverend. En realidad, el historiador no cualifica la movilidad esclava en términos de “algunas dotaciones”, sino que se refiere al traslado de esclavos en el contexto de una emigración más general (BALBOA, 2000, p. 32-38; LE RIVEREND, 1974, p. 463).

14 “Concurso de bienes a Don. Tomás Rodríguez Ruiz y entrega al Juzgado de Colón del ingenio Santa Rita embargado al infidente referido, 1871”, ANC, leg. 160, no. 13.

15 BERGAD, IGLESIAS y BARCIA, 1995, p. 61.

aislados”, como los calificara el gobernador político de La Habana Dionisio López Roberts en un intento por diferenciarlos de los que integraban dotaciones en 1869, se encontraban jornaleros habituados a prestar servicios en el sector terciario de las ciudades, algunos en condición de coartados; hombres y mujeres de más de cincuenta años, en ocasiones hasta con padecimientos crónicos. De ahí la importancia de atender, como parte de los criterios de rentabilidad de esa fuerza de trabajo, otras variables cualitativas contenidas en los registros que, más allá de las tabulaciones numéricas, incluyan las edades, el sexo, así como las condiciones de salud de parte del conglomerado sujeto a este tipo de flujo migratorio.

Por otro lado, además de la lógica predominante de trasladar los esclavos a las unidades embargadas del Occidente y Las Villas, encontramos otros circuitos de movilidad. Pudiéramos referir aquellos impulsados por intereses regionales o locales de las jurisdicciones del centro-oriente que forcejeaban para detentar el control administrativo, así como los condicionados por el impacto de los embates del conflicto militar en la estructura agraria de las jurisdicciones más afectadas. Este análisis es transversal a la composición del universo poblacional de las jurisdicciones, en estrecho vínculo con la configuración del paisaje económico y, sobre todo, con el estado de las propiedades embargadas que fueron receptoras por excelencia de los conglomerados en igual condición. Importa aquí señalar la relevancia de variar la escala de observación para poder comprender, por ejemplo, por qué difieren los escenarios de movilidad en regiones como Remedios, Puerto Príncipe y Bayamo con ubicación en los departamentos de Las Villas, del Centro y el Oriente, respectivamente. Y es que los itinerarios de movilidad permiten también la apertura del análisis a estudios comparativos.

El examen de fuentes estadísticas, con niveles de precisión variables, evidencia la alta concentración humana en enclaves rurales de Remedios entre 1874 y 1877. A partir de los cotejos de listados de alquileres anuales y la relación de bienes embargados entre 1869 y 1873, se puede estimar una cifra de 369 esclavos. Los embargados a José Manuel de Rojas,¹⁶ quien poseía una de las mayores fortunas personales de la región, representaban un 90% de esta suma: 327 formaban parte de la dotación del ingenio San Rafael, ubicado en el partido de Tinaguayabo, y solo 5 permanecían en el servicio terciario de la ciudad.¹⁷ En la distribución del resto de los 37 esclavos administrados por las oficinas de la zona remediana

16 El inventario de las propiedades de José Manuel de Rojas puede verse en: “Expediente de embargo de bienes de Manuel José de Rojas”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 17, no. 1.

17 “Relación de las propiedades embargadas a infidentes en la jurisdicción de Remedios, 1869-1873”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 211, no. 40; “Cuenta de bienes embargados e incautados en la jurisdicción de Remedios del mes de diciembre de 1876”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 224, no. 24; “Expediente sobre arrendamiento de los esclavos embargados. Inventario, 1870-1871”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 201, no. 17.

se aprecia la demanda y cesión de mano de obra hacia la producción azucarera de la región con destino, en lo fundamental, al ingenio San Rafael.¹⁸

Cuando procesamos la información disponible para los casos de Bayamo y Puerto Príncipe, demarcaciones profundamente afectadas en el orden económico, constatamos los niveles de complejidad que implicaron la gestión para las administraciones locales. Es en el contexto bayamés donde encontramos una mayor resistencia a ejecutar los decretos oficiales de traslación. Diversos intereses convergieron y con ellos los argumentos de la Junta de Vigilancia para reorientar a su favor el movimiento de los embargados: desde la importancia del trabajo esclavo para la reconstrucción de las fincas, hasta el reforzamiento de sentimientos filiales y vínculos de afición no solo hacia los espacios laborales, sino, en mayor medida, hacia el terruño en que estos se enclavaban.¹⁹ Comprensible resulta entonces que, entre septiembre de 1870 y julio de 1874, los mayores lotes de esclavos se desplazaran fuera del territorio bayamés, pero no con destino a la capital colonial, sino hacia el ingenio Esperanza, propiedad del regidor del ayuntamiento de Manzanillo don José Venecia.²⁰

Por su parte en Puerto Príncipe, del monto de 945 esclavos retenidos, alrededor de 542 fueron enviados a La Habana.²¹ En 1875 la vasta llanura camagüeyana se encontraba prácticamente desprovista de mano de obra susceptible de ser empleada. Situación que fundamenta la solicitud del administrador de rentas de Puerto Príncipe para clausurar el depósito de esclavos en agosto de dicho año. José Cañizares exponía a la Junta de la Deuda del Tesoro que los rendimientos de los 14 siervos alquilados no cubrían “ni la cuarta parte de los gastos” de su hospedaje en el establecimiento; a quienes, además, calificaba como “insignificante suma”. Y es en este caso específico donde el esclavo dejó de ser una fuente de ingresos rentable para convertirse en una carga pesada. Válido recordar la compleja situación económica en aquella jurisdicción signada por el alto precio de los alimentos, el escaso abastecimiento de suministros y la monopolización del expendio de carne. Allí los moradores, en su inmensa mayoría, apelaban al subsidio del ayuntamiento, conocido en la época como “limosna del gobierno”.²²

Todo parece indicar que las autoridades príncipeñas no pudieron o supieron concebir alternativas propias para redireccionar la fuerza de trabajo como sucedió en Bayamo. La

18 “Ingenio San Rafael. Arrendamiento a Garvalena y Gamiz”, ANC, fondo Bienes Embargados, leg. 105, no. 1.

19 Las ardidés implementadas por la Junta de Vigilancia de Bayamo para retener el control sobre la población embargada en la jurisdicción pueden consultarse en: “Expediente formado para que se remitan a disposición de este Consejo los esclavos embargados que carezcan de ocupación en los puntos en que se hallen”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 150, no. 30.

20 “Expediente de esclavos embargados. Bayamo, 1874”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 200, núm. 6.

21 “Expediente instruido por reclamación de los esclavos embargados en Puerto Príncipe”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 200, no. 10.

22 Véase una síntesis documentada del panorama económico de la región en CENTO, 2013a.

historiadora Elda Cento Gómez afirma que “las abundantes referencias al alquiler de esclavos” durante este período, sean, probablemente, consecuencia del embargo (CENTO, 2013b, p. 39-40). La documentación consultada, en lo que respecta a los esclavos en dicho régimen, permite el acceso a un material factual importante con la consecuente apertura a nuevos enfoques que posibilitan replantearse esta tesis.

¡MI POBRE MADRE ES COARTADA!... PERSPECTIVAS DE ANÁLISIS EN TORNO A LAS RECLAMACIONES Y DEMANDAS DE DERECHO

Pero el impacto de la política de embargo rebasó por mucho la horizontalidad de las instituciones implicadas para abarcar las relaciones entre estas y los propios esclavos. La documentación también permite acceder a aristas menos visibles y necesarias en el análisis del proceso. Se sabe ya que las máximas autoridades coloniales fueron responsables del traslado de poblaciones esclavas a la capital colonial. Se desplazaron de forma expedita en ferrocarriles y en vapores, sin costos, ni peligros a afrontar; a diferencia de otros tipos de movilidades clandestinas en las que ha profundizado la investigadora Camillia Cowling (2016). A bordo de los vapores de la Compañía Correos de las Antillas, los primeros grupos de esclavos embargados procedentes de Nuevitas, Baracoa, Gibara y Santiago de Cuba arribaron a La Habana en junio de 1870.²³

¿Cuánto pudo impactar este procedimiento en los ritmos cotidianos de los desplazados? Es probable que nunca alcancemos a comprender, en toda su complejidad, el universo de posibles impactos en ese plano temporal de lo estable, lo rutinario, lo de todos los días. Sin embargo, algunas huellas se alcanzan a percibir en los procesos de solicitudes que entablaron mediante familiares, amigos o allegados, donde, al decir de la historiadora Gloria García, “se traduce un mundo que probables inexactitudes o deliberadas distorsiones no pueden esconder por completo” (GARCÍA, 1996, p. 4).

Una rápida mirada a las muestras estadísticas de los expropiados remitidos a los ingenios, introduce un elemento interesante: la relación entre la legislación y las prácticas cotidianas en el seguimiento de los procesos con vistas al cumplimiento de la Ley Moret,²⁴ así como de las demandas para promover reacomodos laborales y traslados de espacios

23 Sobre el otorgamiento de la primera concesión a Ramón Herrera para el transporte de esclavos véase: *Datos y noticias oficiales referentes a los bienes mandados a embargar en la Isla de Cuba por el Gobierno Superior Político*, 1870, p. 78.

24 Promulgada el 4 de julio de 1870 de acuerdo con lo establecido en las Cortes Constituyentes. Conocida también como Ley de Ventres Libres, otorgaba la libertad jurídica a los esclavos mayores de 60 años y los hijos nacidos de madres esclavas luego de su publicación, al tiempo que los nacidos entre septiembre de 1868 y la emisión de la normativa eran adquiridos por el Estado mediante el pago a sus dueños de 125 pesetas. De igual forma, eran declarados libres los que pertenecieran al Estado, aquellos que auxiliaban o integraban las fuerzas españolas en campaña, así como los que no aparecían inscritos en el padrón de 1871. Véase: PICHARDO, 1975, t. I, p. 383-386.

de recepción concernientes, en lo fundamental, a esclavos coartados. En muchas de estas situaciones los esclavos y sus intermediarios percibían a las entidades estatales como auxiliaadoras en sus reclamos o garantes de determinados derechos que les asistían. Se generaba entonces una relación más horizontal entre la instancia administrativa y el demandante, que prescindía en tales contextos de figuras intermedias como el síndico del ayuntamiento²⁵ o funcionarios de las juntas protectoras de libertos según los tipos de peticiones.

El relato de Isidoro Cordero sobre la situación de su madre Teresa Guerra ofrece pistas en este sentido. A través del escribano Francisco de Casas, el pardo libre solicitó la salida de la esclava del ingenio Armonía a la Administración Central de propiedades del Estado y Bienes Embargados el 9 de marzo de 1872: “mi pobre madre es coartada y [...] me es muy sensible Señor!, que esté colocada en una finca al rigor de los intemperios [sic.] y más trabajos que en ella se ofrezcan!”²⁶

Tres violaciones legales se comprobaron en este caso: el derecho a la libertad a sus casi 63 años de edad, el derecho a emplearse por cuenta propia siendo coartada y el derecho a ser devuelta por el decreto de desembargo de bienes a su propietario Antonio Fernández Bramosio.²⁷ Es curioso como Cordero no recurrió a ninguno de estos recursos, sino a otro más expedito, el alquiler. El hijo pasó entonces a ser el arrendatario de su madre, devengando la suma de seis pesos mensuales en los que estaba tasada. En esta ocasión, el hecho de que familiares de embargados asumieran esta fórmula para reunirse con sus allegados tuvo un significado especial: Teresa murió en 1873, era aún una esclava coartada, pero, al menos, bajo el cuidado y la compañía de su hijo. Resulta en extremo interesante como Manuel de Torres, clérigo de la Iglesia de Jesús del Monte en La Habana, hizo alusión directa en la partida de óbito de Teresa a las irregularidades en el cumplimiento de la Ley Moret: “sin embargo de ser libre por la Ley de 23 de junio de 1870 se halla perteneciendo a bienes embargados”²⁸

No es esta la ocasión de adentrarnos en las complejidades propias de la aplicación de la normativa jurídica en estudio. Baste apuntar, a partir de los procesos de liberaciones examinados, que en el otorgamiento de cartas de libertad mediaron, sobre todo, reclamaciones devenidas ejercicios de presión a favor de esclavos sexagenarios. El hecho de que a la

25 Sobre la figura del síndico como principal intérprete legal de los esclavos, véanse: BARCIA (2003); VARELLA (2011); PERERA y MERIÑO (2009, 2015).

26 “Expediente en que el pardo libre Isidoro Cordero solicita tener a su lado su madre Teresa Guerra, macuá, de la dotación del ingenio Armonía”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 134, no. 8.

27 La violación de los derechos que amparaba a los esclavos coartados no es privativa de las autoridades gestoras de los bienes embargados. La historiadora Claudia Varela plantea como a medida que avanza el siglo XIX estos hombres y mujeres tuvieron menos oportunidades de eludir los envíos a las plantaciones. VARELLA, 2011. Véase además, DE LA FUENTE, 2007. Sobre la reglamentación del contrato de coartación, consúltese el Reglamento de Esclavos de noviembre de 1842 en: LUCENA, 2000, p. 1258-1264.

28 “Expediente en que el pardo libre Isidoro Cordero solicita tener a su lado su madre Teresa Guerra, macuá, de la dotación del ingenio Armonía”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 134, no. 8.

altura de 1878 el Director General de Hacienda dispusiese que la Junta Protectora de Libertos manifestase cuáles de los expropiados estaban empadronados en el recuento de esclavos de 1871, sugiere, no solo el poco rigor administrativo, sino el interés en retener el control sobre los esclavos por el mayor tiempo posible.²⁹ Este proceder se constata de igual forma en parte de las tramitaciones sobre desembargos de bienes, incluidos los esclavos, con carácter de dilatadas y complejas. La existencia de órdenes de devoluciones no representó, *de facto*, el fin de la administración institucional. Hacia la década de 1880 aún permanecían esclavos bajo la administración de la Hacienda pública en torno a los que gravitaban no solo la expropiación, sino también la condición de patrocinados en virtud de la Ley del Patronato.

Por otro lado, llama poderosamente la atención como los cuestionamientos a cambios en las dinámicas de empleo, presuponían, de algún modo, el conocimiento de lo que representaba el estatus jurídico de coartado. Desde esta perspectiva, el embargo a los propietarios no debía suponer la pérdida del derecho a ejercer las libertades de ubicación laboral y movimiento geográfico. Tal era la lógica argumentativa presente en la exposición del esclavo Francisco Flaquer a la Administración Central con el objetivo de promover la salida de su esposa María de la O Díaz del ingenio Santa Rosa de Domingo Aldama. A través del intermediario Manuel Vásquez, quien rubricó el escrito el 28 de junio de 1872, Francisco reclamaba el “derecho de ser resituada a la Habana” mediante los siguientes argumentos: “[...] jamás ha pertenecido a los trabajos de campo y siempre se ha ocupado de ganar jornal en esta ciudad por su oficio de lavandera y ha dejado aquí a sus hijos, su marido y con ello sus intereses y sus afectos [...]”. Acto seguido, se exigía que María de la O, quien, por cierto, se presentó de forma voluntaria en las oficinas de la Administración Central en el mes de enero, “continuase en su condición de antes que no ha perdido legalmente por culpas de su Señor”.³⁰ Dicha condición suponía para el esclavo el respeto a las prácticas laborales de los esclavos jornaleros, aquellos que recibían un permiso del propietario para emplearse por su cuenta.

Es ostensible el modo en que estas reclamaciones lograron poner límites a algunos procedimientos seguidos en el empleo de cautivos expropiados. ¿Cómo se produjo la incorporación de María de la O a su dinámica laboral en la capital colonial? Una vez más se apeló al procedimiento jurídico del alquiler. En el contrato del primero de agosto de 1872 se ponen de manifiesto las cláusulas establecidas: el arrendatario debía satisfacer a la corporación el jornal fijado a la esclava en 10 pesos mensuales, mientras que el fiador garantizaba el pago del primer trimestre por adelantado. La presencia de esta figura en el documento se

29 “Expediente formado por oficio de la Admón. pidiendo relación detallada de los esclavos embargados en virtud de art. 1 de la circular del 20 de abril de 1867”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 192, no. 72. Aunque la descripción del expediente hace referencia al año 1867, es evidente que se trata de la resolución emitida por Domingo Dulce y Garay el 20 de abril de 1869 para regular el embargo a todos los individuos que en lo adelante fuesen declarados infidentes.

30 “Incidente sobre la esclava María de la O Díaz”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 111, no.17.

relaciona, sobre todo, con la propia excepcionalidad de este caso. Francisco, desprovisto de personalidad jurídica, era quien aparecía como contratista de los servicios de otro esclavo, en este caso, su esposa. Por su parte, Doña Regla Rodríguez, propietaria del esclavo, fungía como fiadora.³¹ Dos años más tarde, se renovó el contrato de arrendamiento bajo la administración de la Junta de la Deuda del Tesoro, pero, esta vez se enmendaba lo que podía resultar una anomalía: la contratista era Doña Regla Rodríguez.

El procesamiento de decenas de documentos del Archivo Nacional de Cuba refiere también la posibilidad de colocación en posiciones ventajosas en dependencia de comportamientos y habilidades consustanciales al propio esclavo. Pudiéramos citar las siguientes variables de análisis: habilidad laboral, aprovechando el estado incompleto de la información que llegaba a las dependencias centrales, restablecimiento de lazos familiares mediante el alquiler de esclavos embargados por familiares libres avecinados en La Habana, posibilidad de agenciarse colocaciones más rentables, sobre todo aquellos que se empleaban por su cuenta en la ciudad de La Habana, con los más altos indicadores de renta en el país, libertad de las madres esclavas para elegir el patronazgo de su prole una vez regulada la Ley Moret.

Si seguimos el itinerario de varios grupos de esclavas trasladadas desde la ciudad de Bayamo, encontramos circunstancias que potenciaban determinadas oportunidades. Para Domitila, la ruptura de la autoridad de su ama, Doña Josefa Tellez, había significado la libertad de solicitar el patronazgo de su hija Demeteria.³² El conocimiento de la normativa posibilitó la apelación a la Junta de la Deuda el 12 de julio de 1875 a través del intermediario Luis M. del Monte. En alusión a la citada ley, la carta expone las cualidades necesarias para la elección del patrono: “persona que le inspire completa fe, que de ella cuide, le inculque sanos principios de moralidad y la eduque con arreglo a su condición”.³³

Llaman la atención los calificativos mediante los que se representaba a la figura del patrono en la carta. Ya fuesen ideados por Domitila o por el escribano, lo cierto es que ambos debieron compartir el modelo del protector. Junto a la familiaridad que debía inspirar en la esclava, se articulaba la capacidad del patrono para educar al liberto. Ciertamente, Demeteria era destinada bajo el cuidado de Mercedes Dobarganes de Rodil sobre la base de su enseñanza, credencial fuerte para la época con vistas a lograr un mejor destino para su

31 “Instancia de la Sra. Regla Rodríguez para que le permitan a la morena María de la O que se encuentra en el Ingenio Santa Rosa venir a La Habana”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 114, no. 58.

32 Los márgenes de acción debido a la ruptura del dominio del propietario/infidente sobre sus esclavos fueron advertidos por Rebecca Scott (2006, p. 118 y 119) a partir de la referencia puntual al caso de Domitila, propiedad de Liberato Leiva y Arnau en la región central del país. A diferencia de la esclava de Doña Josefa Tellez, de igual nombre y condición, los grados de libertad de Domitila se asociaron con la búsqueda de una retribución diaria por cuenta propia.

33 “Promovido por la morena Guadalupe Tellez solicitando le sea entregada a D. Mercedes Dobarganes su hija Demeteria”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 157, no. 1.

prole. Detrás de este tipo de cuidado aludido en la carta subyacen las estrategias trazadas por padres esclavizados para facilitar la movilidad social de sus hijos, una vez que podían recibir los beneficios de la Ley Moret explícitos en su artículo séptimo: “enseñanza primaria y educación necesaria para ejercer un arte o un oficio” (PICHARDO, 1975, p. 384).

Los procesos de reclamaciones y demandas de derecho que se generan como resultado de la interacción de los esclavos con el *corpus* jurídico permiten reconstruir, mediante el cruzamiento con otras fuentes de archivo, parte de sus itinerarios de vida al menos en la corta duración.

A partir de la solicitud de Caridad Correa a la Junta de la Deuda del Tesoro con motivo del patronazgo sobre su hija María en 1875 podemos acceder, por ejemplo, a las formas de empleo y los espacios asignados por las autoridades desde 1870. Cuando su dueña Elvira Céspedes fue expropiada, Caridad y su hija formaron parte de los esclavos que codificados como “inútiles” fueron obligados a recluirse en el ingenio “Esperanza” de Manzanillo a raíz de un contrato de arrendamiento ventajoso entre la Junta de Vigilancia de Bayamo y la sociedad de comercio Venecia Rodríguez y Compañía.³⁴ En el caso de Caridad, los calificativos aludían por un lado, a la inexperiencia de la esclava en trabajos propios de faenas agrícolas y, por otro, al hecho de que su hija contaba con apenas un año de edad. Más allá de los ardides tejidos durante el proceso de calificación, lo cierto es que Caridad, quien se desempeñaba en quehaceres domésticos, fue enlistada como de “oficio campo” y permaneció en el enclave azucarero entre septiembre de 1871 y julio de 1874.

En el mes de agosto de 1874 un nuevo desplazamiento resitúa su itinerario en La Habana. El Asilo de San José fue el espacio que le permitió a Caridad cambiar sus expectativas de vida: del ingenio al hogar de María Belén Delgado, esposa del administrador de dicha institución.³⁵

El establecimiento de nuevas redes y vínculos se confirma cuando accedemos a la petición elevada a la Junta de la Deuda el 31 de agosto de 1875. A cargo de la morena libre Mercedes Busto estuvo la redacción de la carta donde la esclava solicitó el cumplimiento de la Ley Moret en su artículo séptimo. María Belén Delgado, esposa del administrador del Asilo, fue la mujer designada por Caridad para ejercer el patronazgo sobre su hija. La educación del infante era depositada en manos de quien le merecía, según ella, “la confianza necesaria”.³⁶

Dicho esto, volvamos al principio. Tenía razón Joaquín Llaverías cuando apuntaba la importancia de adentrarse en el estudio del embargo de bienes durante la Guerra Grande.

34 Expediente formado para que se remitan a disposición de este Consejo los esclavos embargados que carezcan de ocupación en los puntos en que se hallen”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 150, no. 30.

35 “Expediente sobre alquiler de la esclava Caridad Correas y sus hijos María y Tomás de Dña. Elvira Céspedes”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 156, no. 43.

36 “Expediente promovido por la morena Caridad Correas solicitando que su hija María sea entregada a Doña Belén Delgado para que la enseñe y demás de su sexo”, ANC, fondo *Bienes Embargados*, leg. 154, no. 6.

Quizás lo único que añadiría a las observaciones del sagaz académico es que no se trata de la omisión de un capítulo de tan interesante historia, sino de un amplio universo de líneas de investigación donde convergen dos dimensiones fascinantes: la guerra y la esclavitud; o como diría Manuel Moreno Fragnals, de un amplio universo perteneciente al “riquísimo mundo de cosas intocadas y nunca comentadas” (MORENO, 1967, p. 64).

Los imperativos del embargo motivaron la formación de cientos de documentos que, con niveles de precisión variables, posibilitan adentrarse en las formas de gestión de los conglomerados humanos. A pesar de presentar escasa importancia numérica,³⁷ los esclavos expropiados, su administración, movilidad y espacios de reclusión contornearon, con sus particularidades, aquel paisaje donde habrían de dialogar distintas racionalidades, allí donde convergieron en la cotidianidad multiplicidades de intereses y estrategias, ya fueran los del esclavizado o los del esclavista.

37 Un análisis estadístico sobre el número de esclavos expropiados por regiones durante la Guerra de los Diez Años, puede leerse en: MENESES (2021).

BIBLIOGRAFÍA

Abreu Cardet, José. **Visiones sobre la guerra de 1868**. Holguín: Ediciones Holguín, 2004.

_____. "Ingenios azucareros e integrismo: un problema pendiente". **La Gaceta de Cuba**. La Habana, no. 5, 2013.

Acosta y Albear Francisco de. "Apreciaciones sobre la insurrección de Cuba", [s.e], Habana, 1872, en Vidal Morales y Morales, **Colección Facticia**, T. LXII.

Balboa, Imilcy. **Los brazos necesarios**. Inmigración, colonización y trabajo libre en Cuba, 1878-1898. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, Fundación Instituto de Historia Social, 2000.

Barcia Zequeira, María del Carmen. **Burguesía esclavista y abolición**, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

_____. **La otra familia**. Parientes, redes, y descendencia de los esclavos en Cuba. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2003.

Bergad, Laird W, Fe Iglesias García, María del Carmen Barcia Zequeira. **The Cuban Slave Market, 1790-1880**. New York: Cambridge University Press, 1995.

Betancourt, José Ramón. **Las dos banderas**. Apuntes históricos sobre la insurrección de Cuba. Sevilla: Establecimiento Tipográfico del Círculo Liberal, 1870.

Boletín de Colonización. La Habana, Comisión Central del Ramo en la Isla de Cuba, año 4, no. 7, 15 de abril de 1876.

Boletín de la Revista general de legislación y jurisprudencia. Madrid, Imprenta de la Revista de Legislación, vol. 39, 1872.

Bonanno, Alessia. **Terra e denaro a Cuba**. La Guerra dei Dieci Anni ed il declino dell' élite creola (1868-1895) (Tesis doctoral). Roma: Università degli Studi Roma Tre, 2007.

Cento Gómez, Elda. **Nadie puede ser indiferente**. Miradas a las guerras (1868-1898). Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2013.

_____. **Del látigo y el jornal**. Apuntes sobre la esclavitud en el Camagüey. Camagüey: Editorial Ácana, 2013.

Cowling, Camillia. "Esclavitud, espacio físico y movilidad en Cuba, siglo XIX". En Piqueras Arenas, José Antonio, ed. **Orden político y gobierno de esclavos**: Cuba en la época de la segunda esclavitud y de su legado, Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente, 2016.

Datos y noticias oficiales referentes a los bienes mandados a embargar en la Isla de Cuba por el Gobierno Superior Político. La Habana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870.

Disposiciones relativas a bienes embargados e incautados a los infidentes. La Habana: Almacén de papel y efectos de escritorio, de Castro, Hermanos y Compañía, 1874.

Ferrer, Ada. **Cuba insurgente. Raza, nación y revolución 1868-1898**, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

García Rodríguez, Mercedes. **Entre haciendas y plantaciones**. Orígenes de la manufactura azucarera en La Habana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

_____. **Con un ojo en Yara y otro en Madrid**. Cuba entre dos revoluciones. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012.

García, Gloria. **La esclavitud desde la esclavitud**. La visión de los siervos. México D.F.: Centro de Investigación Científica "Ing. Jorge L. Tamayo", 1996.

De la Fuente, Alejandro. "Slaves and the Creation of Legal Rights: Coartación and Papel". **Hispanic American Historical Review**. Durham, vol. 87, no. 4, 2007.

Guerra Sánchez, Ramiro. **Guerra de los Diez Años, 1868-1878**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, T. I y T. II, 1972.

Le Riverend, Julio. **Historia económica de Cuba**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1974.

Llaverías, Joaquín. **EL Consejo Administrativo de Bienes Embargados**. La Habana: Imprenta "El Siglo XX", 1941.

Loyola Vega, Oscar. "El fondo de Bienes Embargados del Archivo Nacional de Cuba". **La formación del historiador**. Morelia, año 3, no. 7-8, primavera-verano de 1993.

Lucena Salmoral, Manuel. **Leyes para esclavos**. El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española [CD-ROM]. Madrid: Colección Proyectos Históricos Tavera (1), 2000.

Meneses Muro, María Elena. **El embargo de los esclavos**. Movilidad, espacios y trabajo durante la Guerra de los Diez Años en Cuba. Santa Marta: Editorial Unimagdalena/ Universidad del Magdalena, 2021.

Moreno Fraginalls, Manuel. "La historia como arma". **Casa de las Américas**, no. 40, 1967.

_____. **Cuba/España, España/Cuba. Historia común**. Barcelona: Grijalbo Mondadori, S.A., 1995.

Perera Aisnara, María de los Ángeles Meriño. **Para librarse de lazos, antes buena familia que buenos brazos. Apuntes sobre la manumisión en Cuba (1800-1881)**. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

_____. **Estrategias de libertad: un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872)**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, T. I y T. II, 2015.

Pérez de la Riva, Juan. **El barracón y otros ensayos**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

Pichardo, Hortensia. **Documentos para la Historia de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, T. I, 1975.

Pirala, Antonio. **Anales de la guerra de Cuba**, Madrid: Imprenta de F. González Rojas, T. I, 1895-1898.

Quiroz, Alfonso W. "Corrupción, burocracia colonial y veteranos separatistas en Cuba, 1868-1910". **Revista de Indias**. Madrid, vol. LXI, núm. 221, 2001.

Roldán de Montaud, Inés. **La Hacienda en Cuba durante la Guerra de los Diez Años (1868-1880)**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, Sociedad Estatal Quinto Centenario, Instituto de Estudios Fiscales, 1990.

_____. **La restauración en Cuba: el fracaso de un proceso reformista**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

Sartorius, Davis. **Ever Faithful Race, Loyalty, and the Ends of Empire in Spanish Cuba**. Durham: Duke University Press, 2013.

Scott, Rebecca. **La emancipación de los esclavos en Cuba**. La transición al trabajo libre, 1860-1899. La Habana: Editorial Caminos, 2001.

_____. **Grados de Libertad**. Cuba y Luisiana después de la esclavitud. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

Varela, Claudia. "El canal administrativo de los conflictos entre esclavos y amos. Causas de manumisión decididas ante síndicos en Cuba". **Revista de Indias**. Madrid, vol. LXXI, núm. 251, 2011.

Zaragoza, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**. Apuntes para la historia política de esta Isla en el presente siglo. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, T. II, 1873.

¿Estrategias o coartadas? El rapto consentido y el estupro voluntario en la Habana - Siglo XIX

Strategies or alibies? The spoilt kidnapping and the voluntary violation in the Havana - XIX Century

Estratégias ou álibis? Rapto consensual e estupro voluntário em Havana - século XIX

Leidy Abreu García

 <https://orcid.org/0009-0009-8564-3411>

Resumen: El presente artículo estudia la relación esencial hombre/mujer y las alternativas operadas durante el siglo XIX habanero para la conformación de la familia. El matrimonio, salvo contadas excepciones, se constituyó - en el periodo objeto de estudio - sobre bases económicas, políticas o sociales, que refrendan la permanencia en el tiempo de intereses parentales. No obstante, la transgresión de las construcciones normativas en torno al matrimonio y la familia se insertaron en la realidad de La Habana del siglo XIX de modo cotidiano, con alternativas como el rapto consentido y el estupro voluntario. Esta contravención, que con frecuencia dio origen a “uniones desiguales”, se originaba en razones de tipo económico y de status social, que en el caso cubano se complejizan además por el componente racial o estamental. La persistencia y el predominio de estas manifestaciones entre las capas populares habaneras, constituyen el interés de este artículo.

Palabras Claves: Estupro voluntario; Familia; Matrimonio; Rapto consentido; Raza.

Abstract: The present article studies the relationship essential man /woman and the alternatives operated during the Havanan XIX century for the conformation of the family. The marriage, except for counted exceptions, was constituted - in the period study object - it has more than enough economic, political or social bases that countersign the permanency in the time of interest's family. Nevertheless, the transgression of the normative constructions around the marriage and the family was inserted in the reality of Havana of the XIX century in a daily way, with alternative as the spoilt kidnapping and the voluntary violation. This breach that frequently gave origin to “unequal unions”, he/she originated in reasons of economic type and of social status that in the Cuban case you they hinder also for the racial component. The persistence and the prevalence of these manifestations among the Havanan popular layers, they constitute the interest of this article.

Keywords: Rape volunteer; Family; Marriage; Spoilt kidnapping; Race.

Resumo: Este artigo estuda a relação entre homem e mulher e as alternativas operadas durante o século XIX em Havana para a conformação da família. O casamento, com poucas exceções, foi constituído - durante o período estudado - em bases econômicas, políticas ou sociais, que endossavam a permanência no tempo de interesses parentais. Entretanto, a transgressão das construções normativas em torno do casamento e da família foi inserida na realidade de Havana do século XIX cotidianamente, com alternativas como o rapto consensual e o estupro voluntário. Essa contravenção, que frequentemente dava origem a “uniões desiguais”, tinha origem em razões econômicas e de status social, que no caso cubano eram ainda mais complexificadas pelo componente racial ou de classe. A persistência e a predominância dessas manifestações entre as camadas populares de Havana são o foco deste artigo.

Palavras-chave: Estupro voluntário; Família; Matrimônio; Rapto consentido; Raça.

A MODO DE INTRODUCCIÓN

A lo largo de la historia de la humanidad, y en el complejo proceso de conformación de la familia, denominada tradicionalmente como célula básica de la sociedad, han sido diversos los aspectos que se han suscitado y que merecen ser estudiados. Sociólogos, antropólogos e historiadores, en los últimos treinta años, han sido cautivados por problemáticas vinculadas al matrimonio, la consensualidad, las relaciones intergeneracionales y también al cuidado de los hijos legítimos o naturales. Para acercarse a cada una de estas tramas existe una multiplicidad de ángulos, aristas e incluso perspectivas diversas. El tratamiento brindado a la relación esencial hombre/mujer, desde una representación cotidiana y en un *lapso* histórico que permite percibir ciertas continuidades y también evidentes rupturas, resulta interesante.

El modelo hegemónico patriarcal de familia, asentado en una fórmula de unión contractual - el matrimonio - y basado en los principios sancionados por la Iglesia católica, fue el aplicado en todas las colonias españolas, incluida la Isla de Cuba, desde el inicio de la colonización. Este modelo establecía la importancia real y simbólica de formar un hogar, sustentarlo y atender a la crianza y educación de los hijos. Pero todas esas acciones estaban bajo el control del hombre, la mujer era un elemento subalterno, subordinado a intereses y deseos, cuyas funciones esenciales era la procreación y la educación de la prole. Era, importante, además, que la paternidad resultase formalmente irrefutable, ya que los descendientes heredaban todos los bienes acumulados.

En el periodo que comprende el decimonono habanero, el matrimonio, salvo contadas excepciones, se constituyó sobre bases económicas, políticas o sociales, que legalizaron la permanencia en el tiempo de intereses parentales, por esta causa, en múltiples ocasiones los padres, desestimando los sentimientos de sus hijos, les “buscaban” parejas acordes a su *status* que implicase un ascenso social o económico. Aunque esta concepción en Cuba se hallaba arraigada de modo directo o como paradigma en casi todas las capas de la población, fueron las clases dominantes las que más la aplicaron, porque eran las que tenían intereses generacionalmente establecidos. En este sentido, los matrimonios “entre iguales” pasarían a conformar vínculos cada vez más estrechos dentro de un círculo endogámico.¹

Sin embargo, la transgresión de las construcciones normativas en torno al matrimonio y la familia, mediante subterfugios como el rapto consentido y el estupro voluntario, se

1 Endogamia: “[...] obligación de casarse en el interior de un grupo definido objetivamente [...] La verdadera endogamia solo es la negativa a reconocer la posibilidad del matrimonio fuera de los límites de la comunidad humana, la cual está sujeta a muy diversas definiciones según la filosofía del grupo que se considera [...]. De modo general, la endogamia “verdadera” simplemente manifiesta la exclusión del matrimonio practicado fuera de los límites de la cultura, cuyo concepto está sujeto a contradicciones y dilataciones de toda índole. La fórmula en apariencia positiva, de la obligación de casarse en el interior de un grupo definido por ciertos caracteres concretos (nombre, lengua, raza, religión etc.) es pues la expresión de un cierto límite, socialmente condicionado, del poder de generalización” (LEVY- STRAUSS, 2018).

insertó en la realidad habanera de modo cotidiano. Esta contravención, que con frecuencia dio origen a “uniones desiguales”;² se originaba por razones de tipo económico y de *status* social, que en el caso cubano se complejizan además por el componente racial o estamental. La persistencia y el predominio de estas manifestaciones entre las capas populares de La Habana decimonónica, estimularon la reactualización y el uso más agresivo de una legislación matrimonial³ que trató, en lo posible, de frenar esta situación.

Precisamente, sobre este tema particular gira el interés del artículo que presenta al rapto consentido y al estupro voluntario como mecanismos que tuvieron como fin el logro de una relación interracial. Durante el periodo objeto de estudio fueron diversas las causas de juicios de disenso paterno que se originaron y que se encuentran custodiados en el Archivo Nacional de Cuba. Los padres desestimando los intereses de los hijos y ejerciendo el poder que tenían como padres de familia, y que la propia mentalidad colectiva de la época les imponía, obligaron a sus hijos a realizar nupcias no deseadas. La decisión de con quién debía casarse un hijo o hija se tomaba con el objetivo de salvaguardar, sobre todo, la economía familiar y la endogamia social. Los intereses familiares, económicos, de clases y de raza, estuvieron presentes en una sociedad multirracial y con evidentes diferencias económicas entre los propios grupos, capas y sectores (BARCIA, 2003).

Pocos han sido los trabajos que se han dedicado a analizar el matrimonio, la clase y la raza en Cuba desde su compleja interrelación. El estudio más completo que se conoce sobre matrimonio, raza y clase en Cuba es el realizado por la catedrática de antropología social Verena Stolcke, pionera en este campo de investigación.⁴ El primer acercamiento al tema publicado en el país es “Color, clase y matrimonio en Cuba en el siglo XIX” (MARTÍNEZ ALIER, 1968). Veinticuatro años después, en 1992, aparece el libro *Racismo y Sexualidad en la Cuba Colonial* (STOLCKE, 1992) donde, a partir del análisis de múltiples expedientes de disensos encontrados en el Archivo Nacional de Cuba, la autora, estudió la sociedad decimonónica a través de métodos y técnicas provenientes de la antropología social, aplicados a fuentes eminentemente históricas. Debe destacarse que, el inicio de la conflictividad matrimonial se

2 Uniones desiguales: se suscitaban por razones de tipo económico, racial y estamental. Dicha unión se establecía entre individuos que legalizaron su alianza a través de la firma de un contrato matrimonial, o aquellos en que el amancebamiento se convirtió en una solución socialmente aceptada, tanto en los casos marcados por diferencias socio-estamentales que impedían legalizar la relación, como en los que la consensualidad pudiera ser percibida como una conducta arraigada en la mentalidad colectiva. Ambas cuestiones tuvieron como fin último la creación de familias estables y duraderas (ABREU, 2018, p 14).

3 Pragmática sanción sobre los matrimonios del 23 de marzo de 1776.” En: *Los Códigos Españoles concordados y anotados*. Tomo 9, Madrid, *Imprenta de la Publicidad*, 1850.

4 Habría que señalar, no obstante, el desarrollo de una vertiente de estudios, desarrollada en Cuba en los últimos diecisiete años que se ha centrado en la familia esclava y el estudio de la legislación que la regula, cuyos resultados no solo han contribuido a renovar criterios de larga vigencia, sino que revisten importancia como referentes teóricos y metodológicos (BARCIA, 2003, PERERA y MERIÑO, 2008, 2015).

manifiesta en un denominador común: la Pragmática Sanción sobre Matrimonios de 1776,5 porque en esta normativa se basan los juicios de disenso que solo se entablan, por supuesto, a partir de su promulgación.

Un elemento significativo, que no puede obviarse, cuando se profundiza en el estudio, es la utilización de las fuentes. En el Archivo Nacional de Cuba, la citada autora consultó el fondo Gobierno Superior Civil donde encontró expedientes de solicitudes de licencia matrimonial y afirmó, que en este fondo debían estar todos los expedientes que sobre el tema existían en el archivo. Utilizó, pero con menor frecuencia, los fondos de Asuntos Políticos, Consejo de Administración y Miscelánea de Expedientes.

Partiendo de este presupuesto, puede afirmarse que uno de los aportes del artículo que se presenta es la consulta de un número de fondos - que profundizan en la temática del rapto y el estupro - más amplios, localizados en el Archivo Nacional de Cuba y el Archivo Histórico del Arzobispado de La Habana. En ambos repositorios documentales se encuentran numerosos expedientes portadores de un gran volumen de información que no había sido procesada con anterioridad. Entre estos se destacan los documentos judiciales ubicados en los fondos: *Escribanía, Miscelánea de Expedientes, Miscelánea de Libros y Gobierno General*, los cuales, después de ser examinados, han mostrado su valor e importancia para múltiples requerimientos sociales y económicos, las relaciones conyugales, y desde luego su legitimización.

Las problemáticas en las que Stolcke centró su atención fueron las prácticas matrimoniales, el matrimonio interracial, el amancebamiento, el racismo, las relaciones entre las distintas clases sociales y algunos aspectos de la sexualidad en la Isla durante el siglo XIX. La autora, basada en la construcción social de género y en la mujer como su eje fundamental, explica el rol asignado a ellas, tanto en el espacio privado como en el espacio público. Refleja además la importancia del cuidado y preservación de la honra femenina, destinada a perpetuar el linaje de su familia o a introducir hijos mestizos en esta. También analiza la elección de pareja para el matrimonio y el imperativo del mantenimiento de la pureza de sangre en los "circuitos" elitistas. Además, estudia el disenso matrimonial asumido por algunas familias, casi siempre entre matrimonios interraciales y definidos desiguales por las clases sociales a las que pertenecían los novios.

El rapto y la seducción (STOLCKE, 1992, pp. 163-187) son abordados como móviles que utilizaron los jóvenes involucrados en el acto para que los padres admitieran la relación sentimental que pretendían y debe estudiarse, en su criterio, sobre el conocimiento de dos vertientes esenciales: el rapto que se presenta a los tribunales como medio de superar el disenso y el que se realiza como forma de inicio a una relación de amancebamiento. Este último,

5 "Pragmática sanción sobre los matrimonios del 23 de marzo de 1776". En: Los Códigos Españoles concordados y anotados. Tomo 9, Madrid, Imprenta de la Publicidad, 1850.

en su opinión, era el más frecuente. Más adelante en su texto arguye, con gran acierto, que el rapto debe estudiarse en estrecha relación con la falta de libertad de matrimonio y en relación con la moral religiosa que exigía virginidad en la mujer soltera y castidad en la casada.

No obstante, sus innegables aportes, el intento de caracterización de estos comportamientos, presentados como válidos para toda la sociedad cubana, requiere en la actualidad un re-análisis asentado en un mayor volumen de información, en un conocimiento más denso y profundo de la sociedad colonial de Cuba y en determinadas precisiones sobre los espacios, públicos o privados, geográficos o socio-culturales.

De este criterio se desprende que haya sido seleccionado como objeto de investigación un espacio geográfico más pequeño, La Habana. Aunque puede afirmarse *a priori* que las cuestiones vinculadas al matrimonio legal y sus transgresiones - rapto y estupro - se manifestaron de similar manera en todos los espacios de nuestra geografía, caracterizados por problemas análogos, de espectro social, específicamente racial o económicos, se ha considerado útil probarlo, al menos para La Habana.

A lo largo de su desarrollo, la sociedad habanera estuvo atravesada por un eje racial que produjo una política matrimonial encaminada a la preservación del ordenamiento social existente, lo que puede afirmarse a partir del estudio de los censos y padrones de fines de siglo XVIII y siglo XIX⁶. El comportamiento demográfico reflejado en cada uno de ellos, la división de la población por sexo y color de la piel y la incidencia de los matrimonios, en los censos específicos que contienen el dato, permite entender la conducta sexual de la población. De una manera muy clara lo definieron las Doctoras en Ciencias Históricas Aisnara Perera y María de los Ángeles Meriño, en su trabajo sobre la familia santiaguera cuando exponen: "Un padrón de vecinos o un censo, cual instantánea, nos transmite un momento de la vida, agitada o apacible, de un barrio, una ciudad, o una cédula principal: el hogar, don-

6 El de 1774, cuya versión más conocida es la publicada por D. Ramón de la Sagra en su Historia económico-política de la Isla de Cuba, Habana, Imprenta de las viudas de Arazoza y Soler, 1831, que lamentablemente contiene algunos errores. Este censo aparece publicado con el título de "Estado General de la Isla de Cuba formado de orden del Sr Marqués de la Torre" en Ramos Piñol, Oscar. El primer censo de población de Cuba colonial. La Habana, Editorial Estadística, 1990. El original de este censo se encuentra en la Biblioteca del Patrimonio Nacional, Miscelánea de Ayala, tomo XXI, Signatura 2, folio 348, Madrid, España. Año de 1828. Censo de la Siempre Fidelísima Ciudad de La Habana, Capital de la siempre Fiel Isla de Cuba. Formado de Orden del Excelentísimo Señor Don Francisco Dionisio Vives, actual Presidente, Gobernador y Capitán General de ella, por el teniente Coronel de Infantería, capitán del Real Cuerpo de Ingenieros. Don Manuel Pastor. Habana, Oficina de las viudas de Arazoza y Soler, impresoras del Gobierno y Capitanía General por SM, enero 1829. Resumen del Censo de Población de la Isla de Cuba a fin del año de 1841. Formado de Orden del Excmo. Sr. Capitán General de la misma por una comisión de jefes y oficiales nombrada especialmente para verificarlo. Habana, Imprenta del Gobierno por S.M, 1842. Cuadro Estadístico de la Siempre Fiel Isla de Cuba. Correspondiente al año de 1846, formado bajo la dirección y protección del Excelentísimo Sr. Gobernador y Capitán General Don Leopoldo O'Donnell. Por una Comisión de Oficiales y empleados particulares. Habana, Imprenta del Gobierno y Capitanía General. Por S.M, 1847. Rodríguez Escay, Francisco. Compendio de Geografía de la Isla de Cuba, arreglado a las últimas disposiciones políticas y administrativas, por Francisco Rodríguez Escay y Antonio López Prieto. Habana, Editor Miguel de Villa, calle del Obispo, N 50, 1879, 84 p.

de convivieron, cual universo heterogéneo, los más diversos caracteres humanos" (MERIÑO FUENTES y PERERA DÍAZ, 2011, p. 23) También insiste en el uso de esos datos la Doctora María del Carmen Barcia cuando señala "[...] que permite establecer la categoría de familia, no sólo por la consanguinidad, sino por el hogar" (BARCIA, 2007). Dentro de esa sociedad, un factor relevante que posibilitó la probabilidad de uniones desiguales y de conductas transgresoras fue la composición de la población en razón de raza y sexo. Algunos contemporáneos atribuyen la existencia del matrimonio interracial a la desigual proporción existente en la población blanca entre uno y otro sexo, elemento que se observó en los censos.

El examen de los documentos judiciales consultados permitió la construcción de conceptos que, hasta el momento, no habían sido mencionados por la historiografía en Cuba, como el rapto consentido y el estupro voluntario. Ambos permiten diferenciar al rapto y al estupro de los actos criminales propiamente dichos y vincula dichas prácticas con el logro del matrimonio, el amancebamiento, el cuidado y resguardo del honor familiar y como mecanismo para eludir el disenso paterno ante relaciones interraciales o por diferencias económicas. Queda evidenciado, a su vez, que el mayor número de raptos consentidos y estupros voluntarios ocurrió entre personas blancas, de los estratos más humildes de la sociedad, sin embargo, también fueron perpetrados por hombres blancos con mujeres morenas libres y por hombres blancos con mujeres esclavas.

FAMILIA Y SOCIEDAD EN CUBA SIGLO XIX

Desde la segunda mitad del siglo XVIII hasta 1886, fecha de la definitiva abolición de la esclavitud, la plantación azucarera tuvo múltiples características, pero la más importante fue que funcionó esencialmente con mano de obra esclava y esto implicó la constante introducción en Cuba de negros africanos que procedían directamente de ese continente o que arribaban a partir de algunas islas caribeñas, como Jamaica o Santa Cruz de Dinamarca. También hubo esclavos en los sitios de labor, en las haciendas y en las ciudades del resto del territorio, en estas últimas desempeñaron oficios de diverso corte, especialmente aquellos que no querían realizar los blancos. De esta manera la esclavitud permeó la sociedad rural y urbana y, junto a otros elementos de la cultura hegemónica, provocó que la población blanca en general, asumiera criterios y actitudes peyorativas con respecto a la "de color". La esclavitud cosificó a los siervos, los deshumanizó y acarrió la proliferación de criterios racistas en una población que, hasta mediados del siglo XIX, fue mayoritariamente negra y mulata.

Cuando se inició la introducción masiva de esclavos destinados a las plantaciones, surgieron proyectos paralelos, con la finalidad de promover una inmigración libre, europea, que garantizaría el desarrollo de un campesinado blanco capaz de contrarrestar la influencia

africana. La llegada de africanos esclavizados, la fuerte inmigración europea y el arribo de miles de chinos⁷ en calidad de colonos, tuvieron un profundo impacto en la evolución de la sociedad criolla primero y cubana después, dando origen a un amplio y complejo proceso de mestizaje que se reguló tanto laical como eclesiásticamente.

Según la condición social y el color de la piel, el régimen estamental vigente en Cuba postuló la jerarquía de deberes y derechos de cada habitante del país. La Iglesia, por su parte, inscribía a los hombres en los registros parroquiales cuando nacían, se casaban o morían, en tanto el Estado los empadronaba teniendo en cuenta el color de la piel y su estamento social como blancos; pardos y morenos libres; y pardos y morenos esclavos. Como puede apreciarse por esa disposición, la primera característica de la sociedad, era que su forma de estructurarse respondía a dos criterios, uno jurídico, que agrupaba a sus individuos como - libres o esclavos - y otro que tenía en cuenta las supuestas diferencias "raciales", pues los libres eran blancos y "de color". Esa jerarquización no reflejaba, sin embargo, el *status* económico de los individuos que integraban las diferentes clases, capas, sectores y grupos sociales, que combinaban elementos heterogéneos y complejos, vinculados además a una fuerte estructura estamental.

Todas estas particularidades conformaron una sociedad estructurada no sólo sobre la base de las posibilidades económicas sino también sobre el "color de la piel", donde cada individuo tenía una posición que no debía ser transgredida. Para salvaguardar ese orden se pusieron en práctica diversas regulaciones legislativas que, junto a otros mecanismos como la religión, crearon fronteras de difícil acceso entre el estamento hegemónico, esencialmente blanco, el subalterno, que cubría la amplia gama de criollos blancos, pobres, "libres de color" - pardos y morenos - y los esclavos que se diferenciaban entre sí de acuerdo al grado de integración cultural, el lugar de origen y su ubicación en el campo o la ciudad.

Al ser el color de la piel parte de la apariencia física, los individuos tenían que demostrar a los efectos legales y sociales que no poseían antecedentes negros. La pureza de sangre constituyó un criterio de clasificación más riguroso que la apariencia puramente física. El color de la piel indicó que se era esclavo o se descendía de estos; por lo que fue causa y muestra de una realidad vigente: el racismo y la esclavitud. Lo antes expuesto nos demuestra la existencia de una sociedad con características particulares, con diversidad de colores de la piel y de relaciones económicas y sociales que influyeron en la existencia de uniones desiguales. Así, la sociedad adquirió su propia fisonomía y los problemas raciales y la economía familiar constituyeron un punto esencial de peligro y trabas para algunas familias y

7 Entre 1847 y 1875 entraron a Cuba una gran cantidad de chinos en condición de colonos, aparecerán en los datos estadísticos dentro del grupo de los blancos. Estos asiáticos de diversos lugares de procedencia, se integraron a la nación cubana y contribuyeron a su formación (BARCIA; GARCÍA; TORRES, 1994, p. 267-268).

aquellos jóvenes que, enamorados, transgredieron el designio de sus mayores y colocaron su amor por encima de los obstáculos que se les presentaron.

Es importante señalar que en las capas populares fue donde existió un mayor desarrollo de lo que puede denominarse uniones desiguales. La convivencia en similares espacios de los diferentes grupos, capas y sectores sociales propició, en algunos casos, la celebración de estos matrimonios; pero la realización de los mismos, no significó que existieran impedimentos por parte de las familias ante estas uniones. Las relaciones de raza y clase dentro de la familia habanera estuvieron marcadas por el estricto control legislativo matrimonial. La Ley establecía la necesidad del consentimiento paterno para los esponsales y matrimonios, y declaraba, como uno de sus preceptos, el de “conservar a los padres de familia la debida y arreglada autoridad que, por todos derechos, les corresponden en la intervención y consentimiento de los matrimonios de sus hijos” (MARRE, 1997, p221).

Esto provocó que, durante la primera mitad del siglo XIX, fueran los padres los iniciadores de los procedimientos relativos a los juicios instruidos por uniones desiguales (STOLCKE, 1992; ABREU, 2018). La conducta asumida, tanto por los padres blancos como por el gobierno, con respecto a las uniones desiguales, revelaba una tensión entre padres e hijos y las intenciones políticas con respecto a la supuesta pureza racial, que se manifestaba en la construcción ideológica de conductas segregacionistas establecidas y sancionadas en relación con el color de la piel. El amplio radio de la patria potestad que ejercían los padres fue significativo en este sentido, pues incluía la elección matrimonial de los hijos y la edad a la que debían contraer matrimonio.

EL RAPTO CONSENTIDO Y EL ESTUPRO VOLUNTARIO SU CONCEPTUALIZACIÓN

Cuando una joven pareja pasaba por alto las normas establecidas por la familia para la elección de pareja, apelaban a otras alternativas para evadir el disenso paterno. En numerosas ocasiones de la vida diaria, en que no se permitía la relación por las regulaciones establecidas, estas fueron vencidas mediante subterfugios audaces: como eran el rapto y el estupro.

El “rapto” implica la sustracción de una persona del espacio en que vive, es decir de su hogar, en el presente artículo se refiere al rapto cometido sobre mujeres. El vocablo “estupro” proviene del latín *stuprum* y tiene diversos significados que van desde un acto sexual que se realiza con engaño, seducción, promesa de matrimonio, abuso de autoridad o abuso de confianza. Aunque en la legislación española de la época puede haber estupro forzado, por lo general en los casos que se abordan en la investigación no se producía violencia física ni intimidación. Se ejecutaba sobre una mujer virgen u honrada o con parentesco en grado prohibido con el propósito de lograr autorización para el matrimonio o iniciar una vida en común.

Igual que lo descrito entre los pueblos de la tradición cultural mesoamericana, entre los afroestizos la unión comienza muchas veces con el “robo”, que sigue las mismas pautas. El muchacho puede llegar sorpresivamente a su casa con la novia o a casa de algún pariente; poco después avisan del robo y hablan con los padres de la muchacha para formalizar la fecha de la boda. Tanto mujeres como hombres inician la vida en pareja muy jóvenes y se espera que la novia sea virgen al ser “robada”. La falta de esta calidad puede motivar a que los padres del novio la devuelvan a casa de sus padres, explicándoles el problema (ROBICHAUX, 2003, p 30).

En el estudio se ha calificado al *rapto como consentido* y al *estupro como voluntario*, porque ambos se manifiestan como conductas concertadas por la pareja que desea unirse legalmente, para forzar una aprobación que les es negada.

El estupro será reconocido como “voluntario” y se entiende como el acceso carnal con joven o doncella mayor de 12 años, obtenido voluntariamente prevaleciéndose de su personalidad, por cualquier relación o situación, con el fin último de obtener una relación matrimonial, que no es aceptada por la familia y la sociedad. El acto sexual se produce de manera voluntaria y nunca mediante la violencia. Ha sido calificado de esta forma para eliminar las posibles conductas engañosas o seductoras. La acción se iniciaba casi siempre por el rapto. No se trataba en estos casos de un acto de violencia, sino de una relación concertada a los efectos de obtener la anuencia a un matrimonio que tenía la oposición de los padres o de las autoridades, respaldados por las leyes.

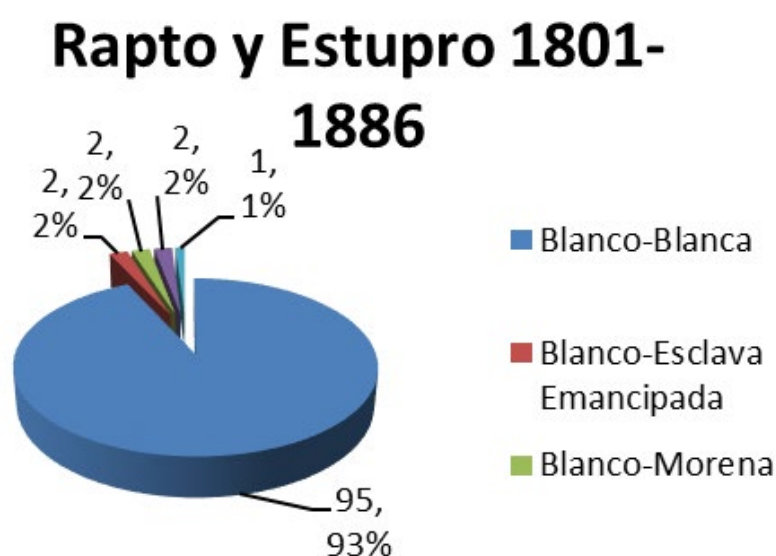
Requiere igual importancia definir qué se entiende por rapto consentido, denominación dada al delito que se comete sobre una joven, con su consentimiento, para lograr la intención de contraer matrimonio. Este tipo de rapto pretendía, como fin último, lograr el matrimonio y nunca se realizó con la intención de menoscabar la integridad moral de la persona, a menos que ésta deseara consumir la relación sexual. La historiadora María del Carmen Barcia plantea que, en las zonas campesinas, el rapto de la mujer era una institución, o más bien una especie de juego, que precedía a la unión permanente, por lo general también consensual (BARCIA, 2005, pp. 237-238).

La relación sexual, es decir, el estupro fue, en todos los casos, acordado voluntariamente. Para efectuar el secuestro, el novio se ponía de acuerdo con la joven y la sustraía del hogar, conduciéndola a la residencia de una familia amiga. La pareja, casi siempre representada por el varón, apelaba ante las autoridades para que desestimaran el disenso paterno y para lograr, de esta forma, la aceptación del matrimonio.

ESTRATEGIAS O COARTADAS - EL EJERCICIO DEL RAPTO Y EL ESTUPRO

Como se ha mencionado anteriormente, el rapto consentido y el estupro voluntario funcionaron como estrategias o coartadas eficaces para lograr un matrimonio desigual. Para el presente análisis se utilizaron diversos expedientes en los que se manifiestan estos

comportamientos.⁸ La muestra analizada de 102 casos de raptos y estupro localizados en el Archivo Nacional de Cuba, en los fondos Misceláneas de Expediente y Miscelánea de Libros confirma que la mayor cantidad de raptos y estupros se efectuó entre hombres y mujeres blancos pertenecientes a las capas populares, lo que representa un 93% del total de los expedientes consultados. No obstante, también fueron localizados expedientes que nos confirman cruces entre personas de desigual “color de la piel”, aunque con una menor incidencia.⁹ El raptos en las áreas rurales se convirtió en un juego o subterfugio para iniciar una vida en pareja, lo que implicó que pocos casos fueran a los tribunales.



Fuente: Expedientes ubicados en el Archivo Nacional de Cuba sobre Rapto y Estupro (1801-1886).
Elaborado por la autora.

8 El memorial de Don José Agustín Alfonso solicitando se habilite para casarse a Doña Isabel Figueroa, devuelto para que presente la partida de bautismo en 24 de diciembre al asesor, la diligencia remitida de Cimarrones sobre el rapto de la joven. En: ANC. Fondo *Miscelánea de Libros*, Libro 2756, 12 de diciembre de 1833. Al asesor segundo el memorial de Don Francisco de Cruz por haber sido raptada su entenada Doña María de los Ángeles Muñis por Don Juan Alejo. (sic) En: ANC. Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2721, 27 de agosto de 1842. Al asesor tercero el expediente sobre que se habilite la licencia a Doña Merced Valdés hija de la casa cuna pa qe pueda casarse con Dn José Vicente de Cánova. Devuelto en 22 pa qe se una a la causa qe por rapto se le siguió a Cánova pasando Esmo Junco. (sic) En: ANC. Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2721, 14 de enero de 1843. Al Asesor 1 los oficios del Capitán de Arroyo Arenas sobre haber raptado Don Manuel Gómez a Doña Dolores Viera para casarse. En: ANC. Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2721, 17 de marzo de 1843. (sic). El oficio del Capitán de Cabañas sobre haber robado Don Antonio Barriol a Da María Dols García para casarse. En: ANC. Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2721, 8 de agosto de 1843. (sic). Al asesor 3 rapto de Doña Antonia Dosríos y de Doña Dolores García. (sic) En: ANC. Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2721, 9 de octubre de 1843. Al asesor 1 el expediente promovido por Don Gavino Lucero sobre extracción y depósito de Doña Juana de Sierra. (sic) En: ANC. Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2756, 5 de noviembre de 1833.

9 Ver Anexo 1

Las mujeres que aparecen en los expedientes de este tipo de querellas casi siempre declaraban que habían accedido a escapar con sus pretendientes y a mantener relaciones sexuales con los presuntos seductores, porque habían recibido previamente palabra de matrimonio.¹⁰ De modo que vivían completamente convencidas de que ya estaban casadas o de que llegarían a estarlo. Así lo demuestra el caso de Doña Josefa González y Báez y Don Tomás Díaz, el joven, al ser citado en la delegación por el delito de raptó, arguyó en su defensa no tener motivos por los cuales raptar a Doña Josefa que no fuese la palabra que le ofrecía de matrimonio, la cual pensaba cumplir. De esta manera se le dio al joven la prórroga de un mes para la realización del matrimonio con el pago de todos los gastos en tramitación y se depositó¹¹ a Doña Josefa González y Báez en su casa hasta la realización del matrimonio.¹²

En la acusación hecha por la madre de Doña Antonia María Matos, menor de edad de 18 años, de raptó y estupro cometido el 3 octubre de 1860 por Don Juan Núñez, la joven exponía que pedía la reparación de su violación con el matrimonio, y que no sabía si se hallaba embarazada. Sin embargo el varón aludió en su momento “[...] el hecho de la extracción de la joven Matos sin violencia, ni oferta de ningún género, [...]” (sic).¹³ Aquí percibimos que las intenciones de Don Juan hacia la referida Matos nunca fueron negativas. Este expediente presenta sus propias características, pues aparecen las leyes que aluden al raptó.

Considerando, lo que dispone la ley doce títulos 14 de la partida tercera; aplicable a los casos como el relacionado. Considerando en cuanto al raptó; primero que la justificación de haberlo cometido es plena, segundo lo que se observa por derecho penal consuetudinario respecto a la corrección imposible; tercero que anunciando los raptos simples no sean delitos y si faltas, estas si son accesorios de otro hecho que requiera juicio escroto se sentencien justamente con lo principal, sin que deba faccionarse el procedimiento [...] y cuarto, que la evación de lo raptado únicamente se castiga cuando se declara que no hubo raptó porque de lo contrario sería preciso aceptar el contrasentido de que una persona puede aparecer delincuente y seducida un mismo tiempo[...] [sic].¹⁴

Se absuelve de la instancia a Núñez con respecto al estupro, y por el raptó se le impone la multa de 25 pesos, en caso de insolvencia debía permanecer 30 días de prisión que

10 Doña Carlota Hernández quien, llevando relaciones con Don Hipólito Rivero, se fugó de su casa por la puerta trasera para encontrarse con el mismo y poder casarse con él. En: ANC. Fondo *Miscelánea de Expedientes*, legajo 2624, Expediente J, Año 1872.

11 El depósito, figura legal utilizada con frecuencia en la sociedad colonial, constituyó junto al raptó consentido y al estupro voluntario, un medio que supuestamente protegía a las mujeres. Estas eran ubicadas, como objetos, en determinadas casas. Se usó en casos de divorcio, amenazas personales y también ante disensos matrimoniales y la preservación del honor familiar. Resulta necesario advertir que depositar era “poner alguna persona en lugar donde libremente pueda manifestar su voluntad, habiéndola sacado el juez competente de la parte donde se teme que le hagan violencia”. (ESCRICHE, 1874, p 656)

12 Expediente de Doña Josefa González y Báez y Don Tomás Díaz por delito de raptó. En: ANC. Fondo *Miscelánea de Expedientes*, legajo 260, Expediente Ac, Año 1856.

13 Diligencias promovidas por la madre de Doña Antonia María Matos contra Don Juan Núñez por raptó de su hija. En: ANC. Fondo *Miscelánea de Expedientes*, tomo 16, legajo 3791, expediente AR.

14 *Ibidem*.

sufrirá en la cárcel de esta ciudad. Este hecho según figura “[...] fue mas bien por evasión que rapto por violencia”.¹⁵

Es evidente que la deshonra de la hija solía impulsar a los padres a dar su aprobación para el matrimonio. El mero hecho de que esta hubiese sido sustraída de su vivienda, era ya, ante la sociedad, un motivo de deshonra, sólo reparable con la boda. Los padres, ante tan compleja disyuntiva consentían, por lo general, en celebrar las nupcias. El rapto y el estupro,¹⁶ cuya eficacia se derivaba de la consideración en que se tenían la virginidad y la castidad, nos presentan que la honra femenina estaba estrechamente vinculada al honor familiar.

Las leyes que definen el estupro, como apreciamos en el caso relatado, también se reflejaban en los expedientes. En el auto promovido por Juana Josefa, de condición esclava, contra Don Nicolás Aguado, en el año 1802, la mujer lo acusa de estupro, el fin que media es la obtención de la libertad por parte de la querellante, pero en realidad el estupro realizado fue, según aparece en el expediente, voluntario.¹⁷ En las actas figura que Juana Josefa es esclava de Doña Blanca Zepero y reclama su libertad a un hombre blanco, que no es su dueño pero con el cual ha mantenido relaciones sexuales. El acusado al describir a Juana Josefa advierte [...] bien se conoce que Juana es muy vivoña [...].¹⁸

Las leyes señalan especiales penas a los estupradores, y dan facultad para que los acusen. [...] El estupro en sentencia de los canonistas es de tres maneras, uno absolutamente violento, otro voluntario y otro violento en cierto modo. El primero es quedándola doncella, forzada, esto es sosteniendo de manos y pies y aun implorando auxilio con clamor, es oprimida y presionada por fuerza. El segundo es ella quedando consiente en su defloración. El tercero quedando por miedo solo es estuprada. El estupro voluntario no tiene nueva malicia distinta de la simple fornicación y por lo mismo en pluma de los Teo juristas no es necesario declarar esta circunstancia en la confección pues ni alla doncella se hace injuria. [...] Pero no cae bajo de la pena canonica el estuprador que con alagos ruegos ó dádivas indujo a la moza al concubizo. (sic)¹⁹

En consiguiente la demanda carecía de validez pues Juana Josefa no fue obligada, por lo que, conforme a lo antes dicho, Don Nicolás no tuvo que retribuirle con el precio de su libertad. Como todo proceso judicial de la época, en ocasiones, los fallos tardaron años en ser emitidos.²⁰ Sin embargo, cuando se analiza el documento, debe tenerse en cuenta, la

15 *Ibidem*.

16 El memorial de Don Luis de Lesama solicitando casarse con Doña Francisca García, se pasó al asesor con una instancia del padre, devto y se desglosó la sumaria de estupro y se pasó al asesor en 29. (sic) En: ANC Fondo: *Miscelánea de Libros*, Libro 2756, 6 de febrero de 1838.

17 Expediente promovido por Juana Josefa, esclava, contra Don Nicolás Aguado por estupro. En: ANC. Fondo Escribanía. Escribanía de Daumy, legajo 693, expediente 22, Año 1802.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*.

20 Este caso también ha sido analizado en el texto *Estrategias de Libertad un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1862)* de Aisnara Perera Díaz y María de los Ángeles Meriño Fuentes, en el apartado dedicado a la Prostitución. Resulta muy interesante la visión las autoras tienen del documento (PERERA DÍAZ y MERIÑO FUENTES; 2015, Tomo II, pp. 100-103). Aunque en la presente investigación- solo

posible falsedad de las conductas de un hombre blanco en una sociedad en la que el esclavo estaba esencialmente cosificado. ¿Hasta qué punto una esclava era escuchada cuando acusaba a un hombre blanco de ser estupro? No obstante, esta fue una estrategia utilizada por algunas esclavas, que tal vez, en determinadas circunstancias, les dio resultado, ya que era empleado con el propósito de obtener la libertad.²¹

En los autos seguidos por Don Pedro Ponce aparece una acusación contra Don José Perera Estimbour, de raptó y estupro de su hija Doña María Dolores. Esta, por medio de su legítimo curador y padre, acusa a Don José Perera de haberla seducido bajo engaño, dándole palabra de matrimonio y promoviendo la publicación de esponsales. En el juicio se

[...] sitaron los testigos que en su testimonio plantea que Dña María de los Dolores Ponce no fue fecundada ni parida por José Perera. Una testigo parda libre, refiere que estando en el portal de Don Ambrosio Luano hablando con él, en la vuelta de Belén vio llegar a Doña María Dolores con Don José Perera en un carro de alquiler, habiendo entrado en la casa de Don José Escanel y se pusieron en observación, luego salió Perera quedando la muchacha en asesoría. [...] ²²

Finalmente pudo probarse que los padres de la joven Ponce tuvieron conversaciones con los de Estimbour, sobre las relaciones amorosas que existían entre sus hijos. En el expediente aparecen las cartas de amor cursadas entre ambos. La muchacha quedó depositada, hasta que finalmente se resolviera el asunto. Aunque la sentencia de este juicio no aparece en el expediente, es de suponer, que teniendo en cuenta las características del caso, ambas familias llegaron a un acuerdo matrimonial.

Desde el momento en que se desconocía el paradero de una joven, los familiares comenzaban a sospechar que ésta se había fugado con su pretendiente. Se aludía entonces a que había efectuado ese acto con el propósito de conseguir la aprobación para un matrimonio al que se oponían las familias. A su vez, las autoridades tampoco vieron el raptó como algo inusual, se observa en los expedientes cierta costumbre a la existencia de este tipo de conductas, aluden, por ejemplo, a la pronta aparición de los jóvenes y a la necesaria anuencia de los padres con respecto al matrimonio, para “reparar” lo ocurrido.²³

abordamos el tema relacionado con el estupro, y las leyes que lo definen - presentamos el caso como muestra de que prácticas similares podían ocurrir entre individuos de las capas populares y entre hombres blancos con esclavas.

21 Este criterio es ampliamente discutido en *Estrategias de libertad...*, sobre todo, en relación a si funcionaba o no como argumento para el logro de la libertad. Para mayor información: PERERA DÍAZ y MERIÑO FUENTES; 2015, Tomo II, pp. 100-120.

22 Expediente promovido por Don Pedro Ponce sobre el raptó y estupro que cometió Don José Perera Estimbour con su hija Doña María Dolores. (sic) ANC. Fondo *Escribanía de Varios*, legajo 1039, expediente 20220, Año 1807.

23 Expediente criminal contra Don Juan Peñalver por raptó de Vicenta García. En: ANC. Fondo *Miscelánea de Expedientes*, legajo 2445, expediente A, 1865.

También el rapto constituyó una conducta para iniciar una relación de amancebamiento, pues muchas personas de los estratos más humildes no tenían las condiciones requeridas para celebrar el matrimonio, o incluso no consideraban que casarse legalmente fuese algo importante. La pareja decidía vivir junta y, una vez que su situación cambiaba podían legalizar su unión. En otros casos, impedidos de casarse por la apreciable “diferencia”, también se acudía al rapto y al estupro para lograrlo. Ambos deben considerarse relacionados con la ausencia de libertad para lograr la aprobación del matrimonio y de hecho fueron conductas eficaces porque obligaron, de cierta forma, a los padres a consentir un matrimonio al que se habían opuesto.

Si durante el rapto se llegaba a efectuar la relación sexual, esta constituía una razón suficiente para que los padres aceptaran al pretendiente. Si en principio ese matrimonio era perjudicial para la familia, ahora su “honor” exigía que fuera celebrado. Los padres también acudieron a las autoridades competentes, cuando se sentían amenazados de que su hija pudiera ser raptada. El expediente promovido por el pardo José Francisco Peña (mestizo) en queja de que Don Francisco Grana (blanco) músico de Artillería lo molesta sin cesar porque quiere casarse con su hija y él se opone.

[...] El pardo José Francisco Peña se queja que el músico del Real Cuerpo de Artillería Don Francisco hombre de malos antecedentes lo molesta sin cesar persiguiendo a una hija suya con quien quiere casarse y como le haya negado su anuencia se ha amenazado escandalosamente manifestando que de cualquier manera se la ha de llevar espone que por consecuencia de haber dado cuenta de todo el celador del Barrio.²⁴

Empero, las autoridades competentes también intervinieron en los juicios por estupro y mediaron ante la institución eclesiástica para su mejor culminación. El siguiente caso es muestra del interés de mediación cuando el Teniente Gobernador de Guanabacoa pide al cura párroco de la Iglesia de Santa Ana de Guanabo que, sin pérdida de tiempo, bautice al Hijo de Doña Antonia Regaló, [...] sino tubiere algún motivo legal que lo impide, en cuyo caso lo haga presente, extendiendo la partida con expresión de citar pendiente la declaratoria sobre filiación del padre la cual se pondrá cuando termine la causa”.²⁵

El interés particular radicaba en que se encontraba en curso el proceso sobre “[...] los autos criminales promovidos por Doña Felipa Correa contra Don José de la Paz Díaz por estupro y fecundación de su hija Doña Antonia Regaló”.²⁶ Doña Antonia había sido estuprada y en el acto había quedado encinta, la citada joven había accedido a tener relaciones sexuales bajo palabra de matrimonio. En espera de la sentencia judicial, contra Don José de

24 Expediente promovido por el pardo José Francisco Peña en queja de que Don Francisco Grana (blanco) músico de Artillería se opone al matrimonio con su hija. En: ANC. Fondo *Gobierno Superior Civil*, legajo 1148, expediente 43936, Año 1852.

25 Expediente a oficio del Sr Teniente Gobernador de Guanabacoa pidiendo bautize el Párroco de Guanabo el hijo de Da Antonia Regaló. (sic) En: AHAH. Fondo: *Reconocimientos, Legitimaciones, Bautismos, Matrimonios, Defunciones*, legajo 2, expediente 31, 1853.

26 *Ibidem*.

la Paz, la familia agraviada necesitaba la compensación de su honor. El dictamen final sobre el acto de estupro cometido quedaba pendiente, pero el sacramento del bautismo fue otorgado al niño sin dilación ¿de alguna manera el honor de la familia debía ser devuelto?

Sábado doce de noviembre de mil ochocientos cincuenta y tres años. Yo Don Miguel Antonio Serrano Sacristán Teniente Cura de la Iglesia Parroquial por ausencia del párroco de ingresos de Santa Ana de Guanabo bautise y puse los santos óleos a un niño que nació el día veinte y tres de junio de mil ochocientos cincuenta hijo natural de Da Antonia Regaló natural y vecina de esta feligresía hallándose pendiente en juicio la declaratoria sobre filiación paterna, abuelos maternos Dn Vicente y Da Felipa Correa en cuyo niño ejerci las sacras ceremonias y puse por nombre Juan Bautista fue su padrino Don Jacinto Marques a quien advertí el parentesco espiritual que contrajo y lo firmé [...]

Para las propias autoridades el sacramento del bautismo era fundamental en la culminación del proceso.

La mayor cantidad de raptos y estupros fue realizada por hombres blancos pobres. Las diligencias formadas contra Don Aureliano Soto y Vieta por rapto de Doña Adriana Fernández y Piraslo, es un ejemplo. La acusación fue presentada por Doña Parmeria Piraslo, vecina de la calle de Escobar. La misma refiere

[...] haber participado y visto sobre las diez de la noche, cuando se hallaba de visita en casa de su media hermana Doña Elvira García en unión de su sobrina carnal Doña Adriana Fernández, que también se encontraba el amante de esta Don Aureliano Soto y Vieta vecino de Villegas y aprovechando ambos una oportunidad de descuido de las hermanas, se marchó antes y después la muchacha.²⁷

Doña Parmeria pone en conocimiento de las autoridades que se había cometido un rapto, a su vez confirmaba que su sobrina hacía un año llevaba relaciones amorosas con su pretendiente y que había escapado con este para comenzar una vida en común. Una vez iniciadas las investigaciones al respecto se obtuvo la declaración de testigos.

[...] compareció la morena Teresa Paredes natural de Villa clara, soltera de diez y ocho años. Criolla de mano [...] prestó juramento en forma a apreciación decir verdad y ecsaminada por la conducente dijo: que como a los diez de la noche que acaba de espirar y en circunstancias de dirigirse para su domicilio por la calle de Animas ya próximo a Lealtad vio que de este para aquella y en dirección a Galiano venia un carruaje de alquiler a todo escape distinguiendo lo ocupaban una mujer y un hombre sospechando fuesen la niña Doña Adriana Fernández que estaba de visita en la casa donde se encuentran en servicio de declarante y que despues supo había sido robada por su novio.²⁸

La citada Parmeria reclamaba con el matrimonio que la falta de su sobrina y su pretendiente fuese enmendada.

27 Expediente criminal contra Don Aureliano Soto y Vieta por rapto de Doña Adriana Fernández y Piraslo. (sic) En: ANC. Fondo *Misceláneas de Expedientes*, tomo 16, legajo 2329, expediente Ñ, Año 1882.

28 *Ibidem*.

Otro juicio entablado entre personas blancas, fue el de los autos criminales contra Don Esteban Hurguet, por el rapto de Doña Anselma Castillo, en Quiebrahacha.²⁹ Doña Eulogia Ramírez viuda de 38 años, madre de la muchacha y residente de Cabañas declara

[...] que en la madrugada de hoy faltó de su casa su hija [...] menor de edad, sospechando haya sido llevada por Don Esteban Hurguet de esta vecindad con quien tenía relaciones amorosas y que lo ponía en conocimiento de la autoridad para [...] que se proceda a la captura de Dn Esteban y Doña Anselma para lo que corresponda [...].³⁰

La joven, de 14 años de edad, mantenía relaciones amorosas casi por un año con el consentimiento de su madre. Durante el procedimiento se le pregunta a la demandante si durante este periodo pactó el matrimonio de su hija con alguna otra persona que no fuese del agrado de ella, y respondió que “[...] con nadie hizo semejante convenio; sólo entabló relaciones su hija con Esteban Hurguet”.³¹ De él expresó, que tiene buen juicio por ser labrador y honrado, pero que “[...] suplica a la autoridad la vindicación de la honra de su expresada hija [...] único motivo de la salida de su casa ha sido el deseo de hacer vida con Esteban Hurguet con el cual se ha marchado”.³²

Un rapto interesante, que se produjo en La Habana, en marzo de 1872, fue encontrado en el expediente criminal contra Felipe Catalón, criado libre y asiático, natural de Filipinas, de estado soltero y de 21 años de edad, por hurto y seducción de una esclava. En él aparece la figura legal del depósito. Este rapto se realizó con el objetivo expreso de convertir a la sierva en su mujer. El dueño de la esclava expresa que

[...] habiendo desaparecido de esta casa calzada de San Lázaro 821 la negrita Belén de mi propiedad ha sido presentada hoy declarando que el criado Felipe que hemos alquilado la acompañó el día de su fuga y la depositó en una casa conocida de aquel en la que se vio una de las prendas que fue robada hace días de casa [...].³³

Cuando la referida Belén fue llamada a declarar respondió que era natural de Puerto Príncipe, tenía once años de edad y era esclava de Don Pedro Luis Yay. Como puede apreciarse Belén era aún una niña. Respecto a la demanda, se le hicieron varias preguntas, entre estas que dijera “porque causa o motivo se ausentó el día doce del actual año a las ocho de

29 Quiebrahacha: Localidad habanera que se encuentra ubicada a 11 kilómetros de la cabecera del municipio Mariel. En la antigua división política administrativa de 1976 Mariel pertenecía a la Provincia La Habana, en la actual división política administrativa de Cuba (2011) pertenece a la provincia Artemisa.

30 Expediente criminal contra Don Esteban Hurguet, por el rapto de Doña Anselma Castillo, (sic). En: ANC. Fondo *Misceláneas de Expedientes*, tomo 16, legajo 2400, expediente L, Año 1864.

31 *Ibidem*.

32 *Ibidem*.

33 Expediente criminal contra Felipe Catalón, criado libre y asiático, por hurto y seducción de una esclava. En: ANC: Fondo *Misceláneas de Expedientes*, tomo 16, Legajo 2329, expediente Ab, Año 1872.

mañana de la casa de su dueño, [...] y en caso afirmativo si lo hizo sola o fue inducida por terceras personas [...];³⁴ a lo que ella respondió

[...] que fue seducida por el asiático Felipe criado de la casa que le prometió que le iba a llevar a una casa buena y que fuese para el doblar de la calle inmediata de Escobar que allí lo esperaba él y que ella impresionadamente fue al punto marcado y el asiático la condujo hacia dentro de La Habana trayéndola luego para otra casa para serla su mujer [...].³⁵

Al ser la pretendida Belén de condición esclava, y aunque el fin último de este rapto fue convertirla en mujer y esposa del asiático Felipe, éste fue condenado a prisión. La joven fue llevada de vuelta a la casa de su dueño.

Han sido localizados además varios expedientes de rapto perpetrados por hombres blancos con mujeres negras. Un ejemplo fue el caso criminal contra Don Juan Bosch por el rapto y estupro de la morena Juana Pastora. En las actas aparece que la joven era mayor de doce años y menor de treinta y tres y que Juan Bosch, natural y vecino de la ciudad de La Habana, de estado soltero e hijo de Don Manuel y Doña María, de oficio tabaquero y de diecinueve años, con instrucción y sin antecedentes penales. Declara la ofendida que “[...] lleva relaciones con el procesado y que el diez y nueve de septiembre, salió de la casa de su abuela, se encontró a Bosch y este la llevó a una posada robándole su honor y la abuela de Juana ignora este particular”.³⁶

Juana Pastora accedió a tener relaciones sexuales con el referido Bosch sin el consentimiento de la abuela, porque éste le había ofrecido palabra de matrimonio, sin embargo, no podía cumplir con lo pactado porque sus padres le habían negado el permiso por ser la joven “de color”. Ahora se hacía necesario reparar la pérdida de la virginidad, para la abuela el consentimiento estaba dado, obvio en las condiciones relatadas, el honor de Juana debía ser restituido con el matrimonio, pero, la referida unión interracial afectaba a la familia Bosch. Lo más probable es que el matrimonio no se haya efectuado, que Juana y su novio mantuvieran una relación de amancebamiento, en el mejor de los casos, y en el peor, que la joven se haya convertido en otra víctima más de los prejuicios raciales. La mirada racializada era una consecuencia directa del grado en que la esclavitud había permeado toda la sociedad.

CONCLUSIONES

A modo de conclusión puede afirmarse que las relaciones hombre - mujer, que se entablaron en La Habana decimonónica y que han sido expuestas en el presente trabajo, demostraron que en diversas familias habaneras existieron conflictos provocados por cues-

34 *Ibidem*.

35 *Ibidem*.

36 Expediente criminal contra Don Juan Bosch por el rapto y estupro de la morena Juana Pastora. ANC. Fondo *Misceláneas de Expedientes*, tomo 16, legajo 2387, expediente J, Año 1882.

tiones relacionadas con la raza y la clase social a la que se pertenecía. Las personas blancas de las capas populares y los “de color”, fueran libres o esclavos, se veían obligadas a darle forma a su conducta de acuerdo a las expectativas y costumbres del sector dominante blanco.

El disenso paterno constituyó un arma utilizada por los padres o tutores para evitar un matrimonio, que podía ser perjudicial para la familia por el color de la piel o por el *status* económico. Para vencer este escenario existieron conductas transgresoras que fueron utilizadas con asiduidad: el rapto consentido y el estupro voluntario que tuvieron un objetivo esencial el logro de una relación.

A partir de la investigación fueron construidos conceptos como el de rapto consentido y el de estupro voluntario que desligan esas conductas de rasgos de criminalidad que tienen en otros ámbitos. Se debe destacar que las conductas transgresoras siempre constituyen una excepción social que se encuentran en las fuentes judiciales. Haber pretendido abordar el rapto y el estupro en su concepción general hubiera requerido el esfuerzo conjunto de un equipo de investigadores. No obstante, fueron analizados 102 expedientes, que permitieron formular una visión abarcadora del problema, no solo porque aborda un escenario complejo, sino por el tipo de información encontrada en fondos, como el de Miscelánea de Libros del Archivo Nacional de Cuba, que no había sido utilizado con anterioridad.

Al rechazar los criterios sociales establecidos de elección de esposa o esposo, el rapto y el estupro con consentimiento de ambas partes constituyó una afirmación de la libertad e igualdad individuales, convirtiéndose en un desafío directo a la sociedad y a la familia.

A pesar de todos los expedientes encontrados y analizados, no puede concluirse que el rapto o el estupro constituyesen conductas generalizadas para la concertación de los matrimonios; la mayor parte de la población habanera, en edad matrimonial, no acudió al rapto o al estupro para realizar sus nupcias. Es decir, ambas conductas transgresoras, como muchas de las acciones judiciales, fueron excepcionales, pero dejaron una huella en el imaginario colectivo que perduró en el tiempo.

BIBLIOGRAFÍA.

Abreu García, Leidy. **Prácticas conyugales en las capas populares del Occidente de Cuba (La Habana, Matanzas, Cienfuegos y Trinidad) 1776- 1886.** Tesis en opción al grado de Doctor en Ciencias Históricas, La Habana, Facultad de Filosofía, Historia y Sociología, Universidad de La Habana, 2018, p 14.

Barcia Zequeira, María del Carmen, Gloria García Rodríguez y Eduardo Torres Cuevas (redactores.) **Historia de Cuba.** La Colonia. Evolución socioeconómica y formación nacional de los orígenes hasta 1867. Editora Política, La Habana, 1994, pp. 267-268.

Barcia Zequeira, María del Carmen. **La otra familia.** Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba. La Habana, Fondo Editorial Casa de las Américas, 2003.

Barcia Zequeira, María del Carmen. **Capas populares y modernidad en Cuba (1878-1930).** La Habana, Colección La Fuente Viva, Fundación Fernando Ortiz, 2005.

Barcia Zequeira, María del Carmen. "Una mirada social a las familias. Su reflejo en censos y padrones". En: Vera Estrada, Ana (compiladora). **La Dimensión Familiar En Cuba:** pasado y presente. La Habana, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2007.

Censo de la Siempre Fidelísima Ciudad de La Habana, Capital de la siempre Fiel Isla de Cuba. Formado de Orden del Excelentísimo Señor Don Francisco Dionisio Vives, actual Presidente, Gobernador y Capitán General de ella, por el teniente Coronel de Infantería, capitán del Real Cuerpo de Ingenieros. Don Manuel Pastor. Año de 1828, Habana. Oficina de las viudas de Arazoza y Soler, impresoras del Gobierno y Capitanía General por SM. Enero 1829.

Cuadro Estadístico de la Siempre Fiel Isla de Cuba. Correspondiente al año de 1846, formado bajo la dirección y protección del Excelentísimo Sr. Gobernador y Capitán General Don Leopoldo O – Donell. Por una Comisión de Oficiales y empleados particulares. Habana, Imprenta del Gobierno y Capitanía General. Por S.M, 1847.

Escriche, Joaquín. **Diccionario razonado de legislación y jurisprudencia.** Madrid, 1874, tomo II, p 656.

Levy-Strauss, Claude. "Estructuras elementales del parentesco". En: www.heortiz.net/cpm/levi-straussclaude-naturaleza-y-cultura-inceto-endogamia-y-exogamia.pdf. Consultado el 3 de enero de 2018

Martínez Alier, Verena. "Color, clase y matrimonio en Cuba en el S XIX". En: **Revista de la Biblioteca Nacional José Martí**, La Habana, 1968, pp. 47-112.

Marre, Diana. "La Aplicación de la Pragmática Sanción de Carlos III en América Latina: una revisión". En: **Quaderns de l'Institut Català d' Antropologia**, Barcelona, nº 10, 1997, p221.

Meriño Fuentes, María de los Ángeles y Aisnara Perera Díaz. **Familias, Agregados y Esclavos.** Los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861). Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2011.

Noticias de la Isla conqe se acompañó el Padrón del año de 1775. Formado por Orden del Señor Marqués de la Torre. Gobernador y Capitán General de ella. La Habana, S.N, 1789. (sic)

Perera Díaz, Aisnara y María de los Ángeles Meriño Fuentes. **Esclavitud, familia y parroquia en Cuba:** Otra mirada desde la microhistoria. Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2008.

Perera Díaz, Aisnara y María de los Ángeles Meriño Fuentes. **Estrategias de Libertad:** un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872), Tomo II, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2015.

Pragmática sanción sobre los matrimonios del 23 de marzo de 1776." En: **Los Códigos Españoles concordados y anotados.** Tomo 9, Madrid, Imprenta de la Publicidad, 1850.

Resumen del Censo de Población de la Isla de Cuba a fin del año de 1841. Formado de Orden del Excmo Sr. Capitán General de la misma por una comisión de jefes y oficiales nombrada especialmente para verificarlo. La Habana, Imprenta del Gobierno por S.M, 1842.

Robichaux, David. "Introducción al Matrimonio en Mesoamérica ayer y hoy". En: **El Matrimonio en Mesoamérica**. Unas miradas antropológicas. México D.F., Universidad Iberoamericana, 2003. p 30

Rodríguez Escay, Francisco. **Compendio de Geografía de la Isla de Cuba, arreglado a las últimas disposiciones políticas y administrativas, por Francisco Rodríguez Escay y Antonio López Prieto**. Habana, Editor Miguel de Villa, 1879, calle del Obispo, N 50, 84 p.

Verena Stolcke. **Racismo y Sexualidad en la Cuba Colonial**. Madrid, Alianza Editorial S.A., 1992

FUENTES DOCUMENTALES.

Archivo Nacional de Cuba. (ANC)

ANC, Fondo Escribanía. 1801- 1886

ANC, Fondo Miscelánea de Expedientes, 1801-1886

ANC, Fondo Miscelánea de Libros. 1801-1886

Anexo I Casos de Rapto y Estupro

Año	Blanco-Blanca	Blanco-Esclava Emancipada	Blanco-Morena	Blanco- Expósita.	Blanco Morena esclava.
1801	15	1	1		
1802	5	1			
1805	1				
1807	1				
1820	1				
1831				1	
1833	2				
1837	1				
1838	1				
1839	1				
1842	1				
1843	3			1	
1846	9				
1849	1				
1850	1				
1851	5				
1853	1				
1854	1				
1856	5				
1860	6				
1861	2				
1864	8				
1868	1				
1869	3				
1872	7				
1880	6				
1881					1
1882	5				
1886	2		1		
Total	95	2	2	2	1

Elaborado por la autora.

Fuente: Expedientes ubicados en el Archivo Nacional de Cuba sobre Rapto y Estupro (1801-1886).

“Que nuestra voz se levante”: o discurso contra-hegemônico das mulheres negras e mulatas na Revista *Minerva* em Cuba no final do século XIX

“Que nuestra voz se levante”: the counter-hegemonic discourse of black and mulatto women in the Cuban magazine *Minerva* at the end of the nineteenth century

“Que nuestra voz se levante”: el discurso contrahegemónico de las mujeres negras y mulatas en la revista *Minerva* de Cuba a finales del siglo XIX

Giselle dos Anjos Santos¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4997-1698>

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as práticas de resistência e os discursos contra-hegemônicos construídos pelas mulheres negras cubanas, por meio da análise da Revista *Minerva*, publicação quinzenal organizada por mulheres negras e mulatas em Cuba entre os anos 1888 e 1889.

Palavras-chave: Mulheres negras; Mulatas; Revista *Minerva*; Cuba.

Abstract: This article aims to discuss the resistance practices and anti-hegemonic discourses constructed by Cuban black women, through the analysis of Revista *Minerva*, a biweekly publication organized by black and mulata women in Cuba in the late nineteenth century, between 1888 and 1889.

Keywords: Black Women; Mulata; *Minerva* Magazine; Cuba.

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir las prácticas de resistencia y los discursos contrahegemónicos construídos por las mujeres negras cubanas mediante el análisis de la revista *Minerva*, una publicación quincenal organizada por mujeres negras y mulatas en Cuba entre 1888 y 1889.

Palabras clave: Mujeres negras; Mulatas; Revista *Minerva*; Cuba.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o discurso contra-hegemônico presente na Revista *Minerva*, publicação quinzenal organizada por mulheres negras e mulatas em Cuba no final do século XIX - um século marcado por inúmeras transformações na sociedade cubana, quando a ilha viveu o auge da indústria açucareira e se tornou a colônia espanhola mais próspera. O crescimento

1 Giselle dos Anjos Santos é bacharela em História pela PUC-SP e mestra em Estudos de Gênero e Teoria Feminista pela UFBA onde desenvolveu a dissertação de título “Mulheres negras em Cuba: Representações sociais em tempos de crise (1990-2012)”. Atualmente cursa o Doutorado em História Social na USP, com o projeto “Discursos sobre a mestiçagem e a democracia racial em Cuba e no Brasil: Tramas de gênero, raça e sexualidade (1933-1978)”. E-mail: santos.gisellea@gmail.com.

da mão de obra escravizada também intensificou as tensões raciais e o temor de que a ilha se transformasse em um “outro Haiti”.² Ideias que propagavam o “*miedo al negro*” foram disseminadas em inúmeros discursos, povoando o imaginário social da época. Por este motivo, as tentativas de insurreições dos escravizados e escravizadas foram rigorosamente combatidas antes mesmo de eclodirem, como ocorreu na Conspiración de Aponte em 1812 e no ciclo de revoltas que resultou na repressão La Escalera no ano de 1844 (DE LA FUENTE, 2001).

Porém, ainda que as revoltas tenham sido duramente combatidas, existiram inúmeras expressões de resistência negra, como, por exemplo, as petições judiciais desenvolvidas por escravizados e escravizadas. Segundo o estudo de Digna Castañeda (2011) sobre processos judiciais pleiteados por escravizadas durante o século XIX em Cuba, as principais motivações das petições foram para evitar a desagregação familiar; impedir a venda de negras livres como escravizadas, e reclamar o direito à *coartación* (esta prática consistia no direito que o/a escravizado/a adquiria após entregar uma quantidade de dinheiro ao seu senhor, possibilitando não ser vendido/a sem o desconto desta quantia ou a opção de comprar a própria liberdade, frente ao pagamento do restante do valor).

Além do crescimento do escravismo e das expressões da resistência negra, neste período também cresceu o chamado grupo de “pessoas de cor livres”. Existia uma parcela significativa da população negra liberta nos centros urbanos durante as primeiras décadas do século XIX. De acordo com Luz Mena (2007, p. 75), na cidade de Havana 23% da população urbana estava composta por negros e negras livres entre 1830 e 1840. Deste percentual, pouco mais da metade eram de mulheres que trabalhavam fora de casa.

O século XIX também foi marcado pelas lutas de independência política de Cuba frente à Espanha. Ocorreram três guerras contra o poderio espanhol: a Guerra dos Dez Anos, entre 1868-1878; a Guerra Chiquita, de 1879-1880; e o terceiro conflito, de 1895 a 1898. Frente às históricas tensões raciais, como as inúmeras divergências sobre o fim do trabalho escravo e a inserção da população negra na sociedade cubana, envolvendo as lideranças dos movimentos de independência, intelectuais e a elite que se beneficiava desta mão de obra, a abolição da escravidão ocorreu em Cuba apenas em 1886 (DE LA FUENTE, 2001). Esta foi, portanto, a penúltima libertação do continente americano, anterior somente ao processo que ocorreu no Brasil em 1888.

Em Cuba, antes e depois da abolição, foram criadas sociedades negras. Durante o contexto de luta pela independência, a partir de 1878, a população negra passou a se articular nas Sociedades de Instrucción y Recreo de Pardos y Morenos. Essas associações foram importantes coletivos que impulsionaram ações em prol da população negra, como: a igualdade de direitos, a eliminação da discriminação racial, a obtenção de direitos civis, a superação educacional

2 Os ecos da Revolução Haitiana foram propagados por todas as Américas e Caribe, impulsionando o temor das elites coloniais em diferentes territórios de que as rebeliões escravas se disseminassem no interior dos sistemas escravistas (DE LA FUENTE, 2001).

e cultural, a luta pela independência de Cuba, a perpetuação dos rituais e costumes ancestrais, a busca pela unidade política, entre outras questões. Algumas associações possuíam instâncias femininas que atuaram em defesa das mulheres e das famílias negras (MONTEJO, 2004).

No ano de 1887 existiam 139 sociedades negras espalhadas por toda a ilha. Após a promulgação da lei de associações em 1886, muitas delas passaram a integrar o Directorio Central de las Sociedades de la Raza de Color, que existiu entre 1886-1894, sob o comando de Juan Gualberto Gómez.³ Ele também foi o fundador do jornal *La Fraternidad* (1879–1890), que tinha a finalidade de combater a escravidão e lutar pelos direitos civis⁴ da população negra (SCHMIEDER, 2018).

O jornal fundado por Juan Gualberto Gómez soma-se a outros exemplos.⁵ A imprensa negra foi um importantíssimo instrumento de expressão das reivindicações políticas deste grupo na sociedade cubana no século XIX, pois, estes jornais “sostenían un contra-discurso subalterno que se dirigía contra el discurso hegemónico racista de la *élite* criolla blanca” (SCHMIEDER, 2018, p. 437). Este papel contra-hegemônico será aprofundado quando discutirmos a produção das mulheres negras e mulatas na Revista *Minerva*, a seguir.

Para a construção desta análise são fundamentais as categorias de gênero,⁶ raça,⁷ interseccionalidade⁸ e discurso,⁹ bem como os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia.¹⁰

3 Juan Gualberto Gómez (1854-1933), filho livre de pais escravizados, viveu por oito anos na França. Ele atuou em diferentes jornais cubanos, escrevendo em defesa dos direitos e da igualdade de oportunidades para a população negra. Posteriormente, no contexto da República, foi deputado e senador anti-machadista (POUMIER, 2007).

4 Segundo Aline Helg (2000, p. 70), ao criar o Directorio Central de las Sociedades de la Raza de Color, Juan Gualberto Gómez foi acusado pelo governo espanhol e jornalistas cubanos de buscar aglutinar negros e mulatos no diretório com a finalidade de instaurar uma divisão racial entre esses e os brancos, e esta iniciativa culminaria em uma guerra de raças em Cuba.

5 Alguns dos jornais da imprensa negra que existiram neste contexto, foram: *El Ciudadano*; *El Hijo del Pueblo*; *El Hijo del Pueblo*; *La Unión*; *El Herald*; *La Lealtad*; *La Fraternidad*; *El Pueblo*; *La Armonía*; *La Igualdad*; *La Nueva Era*; *El Nuevo Criollo* (GARVE, 2012, p. 54).

6 No que tange à discussão de gênero, partilho das considerações de Joan Scott, que compreende que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, instituindo-se como uma forma primária das relações significantes de poder (SCOTT, 1995).

7 A respeito da categoria de raça, partilho da definição conceitual da antropóloga Verena Stolcke que não a compreende a partir de uma noção biológica, mas como um construto histórico-social que legitimou práticas de subordinação e hierarquização de diferentes grupos sociais. Assim, embora a raça não exista em termos biológicos, está presente no imaginário social por meio de classificações hierarquizadas de grupos e indivíduos (STOLCKE, 1991).

8 No tocante à categoria de interseccionalidade, utilizamos como referência o conceito proposto pela professora de Direito Kimberlé Crenshaw. Segundo ela, a categoria de interseccionalidade “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

9 Compreende-se aqui o termo discurso, dentro da acepção proposta pelo filósofo Michel Foucault (1999), como um arquivo de imagens que forjam uma linguagem comum, possibilitando representar sentidos e conhecimentos sobre um determinado tema.

10 O conceito de hegemonia aqui utilizado está baseado na obra de Antonio Gramsci (1999). O autor defende

DISCURSO HEGEMÔNICO SOBRE AS MULHERES NEGRAS E MULATAS EM CUBA NO SÉCULO XIX

A violência sexual contra as mulheres negras foi um mecanismo inseparável da dinâmica opressiva que engendrou o trabalho escravo nas Américas (DAMASCENO, 2008; GARCÍA, 2009; STOLCKE, 1991, 1991b). Desta forma, a construção de uma dupla moral sexual foi essencial para a constituição do sistema escravista, inclusive na sociedade cubana, como afirma a historiadora Aline Helg (2000):

El temor sexual se basaba en los estereotipos más comunes de la bestia negra y el salvaje africano, y en la creencia en la presunta lujuria innata de los negros. En un país como Cuba, donde las mujeres blancas eran menos numerosas que los hombres blancos, la imagen del violador negro estimulaba a los hombres blancos a defender a sus esposas e hijas, en especial durante las guerras y las rebeliones. Sin embargo, no había una imagen del violador blanco de mujeres negras, cosa que ocurría ciertamente en la realidad por lo menos hasta el fin de la esclavitud. Al contrario, las contrapartes femeninas del violador negro eran la mulata seductora y la negra lujuriosa, una fantasía que liberaba a los hombres blancos de culpabilidad por violación u opresión sexual y los transformaba en víctimas de las mujeres cubanas de color (HELG, 2000, p.24).

Assim, a partir de discursos baseados na representação do primitivismo sexual dos africanos e africanas foi consolidada a dupla moral sexual, que gerou uma espécie de “escusa moral” frente aos estupros sistemáticos empreendidos por homens brancos contra mulheres negras, já que eles eram provavelmente seduzidos pela lascívia incontrolável das mesmas.

Verena Stolcke (1991, p. 70) afirma que foi fundamental para o desenvolvimento do projeto colonial o controle da sexualidade e capacidade feminina de procriar, por meio de leituras hierarquizadas que visaram distinguir as representações sociais entre as mulheres brancas, simbolizadas como ícones de pureza, e as mulheres negras, associadas a figuras libidinosas.

Tais representações foram sedimentadas ao longo do período colonial a partir de diversas práticas discursivas. Exemplo disto é o ditado popular que circulava em Cuba durante o século XIX: “no hay tamarindo dulce ni mulata señorita” (STOLCKE, 2017, p. 26). Para Salvador Méndez (2018, p. 158), “el discurso hegemónico sobre la femineidad afrodescendiente fue interiorizado a lo largo de un lento y gradual proceso pedagógico normativo”.

Até porque, existiram diversas fontes de difusão das representações estereotipadas sobre as mulheres negras e mulatas, como, por exemplo: o discurso médico eugenista, artigos sobre costumes, o teatro bufo, a imprensa jocosa-séria, as músicas (especialmente a

que a hegemonia está pautada pelas mediações entre a economia, o Estado e os grupos sociais, que edificam disputas simbólicas de sentido e poder na construção dos imaginários sociais. Neste processo, frente ao exercício da força, é necessário o consentimento. Já o conceito de contra-hegemonia foi aprimorado especialmente a partir da produção de outros teóricos sobre a obra de Gramsci, como a discussão de Raymond Williams sobre os grupos subalternos (WILLIAMS, 1979).

guaracha, habanera e o son); a litografia, a poesia e a literatura, além das *marquillas cigarreiras* (MÉNDES, 2018; STOLCKE, 2017).

Por exemplo, durante o século XIX as mulheres negras e mulatas foram alvos de estudos de médicos eugenistas, pautados pelo racismo científico,¹¹ que construíram discursos que as classificavam como agentes de contágio de enfermidades físicas e morais (MENA, 2007, p. 78). A partir disso foram estabelecidas associações entre a figura da mulher negra e o exercício da prostituição.¹² O Hospital de Higiene de La Habana, fundado em 1873 com a finalidade de recluir e “curar” as prostitutas enfermas da cidade, foi uma das instituições que mais se empenhou para desenvolver as teorias eugenistas no contexto cubano (GARCÍA, 2009).

De modo geral, a maior parte dessas práticas discursivas enfatizaram a figura das mulatas, como ilustra o ícone da “mulata de rumbo” construído pela “arte costumbrista”.¹³ A historiadora Maria del Carmen Barcia (2003) aponta que a imagem da mulata é essencial para a compreensão do imaginário social vigente durante o século XIX, uma vez que sua representação foi primordial para a construção da identidade nacional cubana. Até porque, como defende Melisa Blanco (2006), a figura da mulata materializava em seu próprio corpo as disputas e tensões existente na sociedade cubana do período. Devido a sua constituição híbrida, seu corpo representava com primazia a disputa dos parâmetros de “civilização” (branquitude) e “barbárie” (negritude) presentes nos debates sobre o ideal de nação. Por isto, dominar o corpo e a sexualidade das mulheres negras e mulatas, por meio das relações inter-raciais e do branqueamento da população, simbolizou a tensão de encaminhar a nação em direção ao desenvolvimento (branquitude) ou ao retrocesso (negritude) (BLANCO, 2006, p. 84). Inclusive, evidenciando a vigência de um discurso (fetichista) que defendia o

11 No final do século XVIII e durante o século XIX a “raça” passou a ser objeto de teorização científica em todos os campos do saber. Foram desenvolvidas classificações raciais dos grupos humanos, apontando características físicas para instituir hierarquias sociais, e assim demonstrar a superioridade da “raça” branca sobre as demais “raças”. Uma vez que a civilização foi associada aos brancos e seus atributos físicos, defendeu-se a existência de uma superioridade cultural indiscutível, enquanto as outras raças foram associadas à barbárie ou à selvageria. As produções do racismo científico foram permeadas pelas disputas em torno dos movimentos de expansão europeia, como a colonização e o imperialismo, além dos projetos de nação e os nacionalismos europeus (WIEVIORKA, 2007, p. 19-24).

12 O fenômeno social da prostituição, uma problemática que atribuiu a Cuba a imagem de “burdel del Caribe” desde o final do século XIX, não foi uma prática desenvolvida apenas por mulheres negras e mulatas, visto que mulheres brancas, e inclusive homens, também desempenhavam tal atividade. De acordo com Elizalde (1996, p. 32), após a Guerra dos Dez Anos, cresceu significativamente o número de mulheres brancas se prostituindo e esses índices aumentaram ainda mais com o conflito bélico de 1895. Todavia, o discurso sobre a atuação das mulheres brancas como prostitutas não teve a mesma conotação, nem assumiu as mesmas proporções das críticas de que as mulheres negras foram alvo.

13 Segundo Madeline Cámara, “Mulata de rumbo se denominó a un personaje creado por la literatura y el arte costumbrista del siglo XIX cubano (Gelabert y Landaluce) que se caracteriza por ser una mujer de clase social baja, de costumbres morales libertinas, que gusta de los bienes materiales pero no del trabajo, y que por lo general usa un atuendo calcado de la mujer blanca criolla pero aderazado con detalles y colores pintorescos del gusto de la raza africana” (CÁMARA, 2003, p. 21).

branqueamento, circulava neste período a anedota que afirmava que a mulata “fue el único, pero excelente invento de los españoles de la isla” (BARCIA, 2003, p. 39).

Tais tensões e representações estereotipadas proliferaram de forma abundante na literatura ao longo do século XIX, por meio de narrativas que atribuíram a hipersexualidade enquanto característica central das personagens de mulheres negras, e especialmente mulatas (UXÓ, 2010). O principal exemplo disto é a novela *Cecilia Valdés*, de Cirilo Villaverde (2008) publicada em 1882,¹⁴ que é considerada uma das principais obras da literatura cubana.

Por meio da narrativa sobre o romance entre Cecilia, uma mulata “praticamente branca”, e Leonardo Gamboa, um homem branco da elite, foram expostas as transgressões de gênero, raça e sexualidade existentes na sociedade escravista. A trama revela que Cecilia é filha bastarda de Don Cândido Gamboa, o senhor de engenho pai de Leonardo, portanto, ambos são irmãos e tal envolvimento representa um crime incestuoso. A obra possui um final trágico, onde Leonardo foi assassinado por Pimienta, mulato apaixonado por Cecília, enquanto ela foi enviada para um hospital psiquiátrico. Tal desfecho condena a filha do casal a viver como bastarda, assim como a própria Cecilia viveu.¹⁵

Cecilia, a protagonista do livro de Villaverde, iniciou uma saga de personagens de mulatas sedutoras que rechaçavam o casamento com homens negros e mulatos, por julgarem que o casamento com homens brancos possibilitaria “adelantar la raza”, e consequentemente, a sua ascensão social. Parece-nos relevante analisar a descrição que o autor erige acerca de Cecilia:

Porque a una frente alta, coronada de cabellos negros y copiosos, naturalmente ondeados, unía facciones muy regulares, nariz recta que arrancaba desde el entrecejo, y por quedarse algo corta alzaba un sí es no es el labio superior, como para dejar ver dos sartas de dientes menudos y blancos. Sus cejas describían un arco y daban mayor sombra a los ojos negros y rasgados, los cuales eran todo movilidad y fuego. La boca tenía chica y los labios llenos, indicando más voluptuosidad que firmeza de carácter. Las mejillas llenas y redondas y un hoyuelo en medio de la barba, formaban un conjunto bello, que para ser perfecto sólo faltaba que la expresión fuese menos maliciosa, si no maligna (VILLAVERDE, 2008, p. 25).

Desta forma, Villaverde atesta a existência de falta de caráter e um lado maligno em Cecilia, por meio de leituras sobre suas características fenotípicas. Tal interpretação está vinculada às teorias do racismo científico e ao pensamento médico-eugenista, que vigoraram

14 A primeira versão de *Cecilia Valdés*, no formato de conto, foi publicada em 1839. Somente em 1882 houve a publicação da versão definitiva da obra de Villaverde (UXÓ, 2010, p. 138).

15 Existem diferentes interpretações sobre a obra de Cirilo Villaverde. Para Antonio Benítez-Rojo (2009), por meio da narrativa o autor demonstra que a corrupção moral da escravidão corrompe a toda a população, incluindo brancos, negros e mulatos, sem exceções, além de transmitir a mensagem de que o passado escravista e o racismo impossibilitam a reconciliação entre os cubanos.

no final do século XVIII e durante o século XIX em inúmeros países europeus e latino-americanos, inclusive em Cuba (GARCÍA, 2009; MENA, 2007).

A construção desta personagem expõe as hierarquias de gênero, raça e sexualidade, tal como a posição subalterna atribuída às mulheres negras e mulatas na sociedade cubana neste período. Denominada pelo personagem de Leonardo Gamboa como “un diablito en figura de mujer” (VILLAVERDE, 2008, p. 344), Cecilia encarna a imagem do *outra* feminino, simbolizando a oposição ao marianismo imperante, ao qual se enquadra a imagem da mulher branca, representada com características virginais e submissas.¹⁶ A construção da personagem mulata como “mulher caída” e antítese da mulher branca se apoia na concepção de duplo critério moral.

Porém, ainda que este discurso produzido majoritariamente por homens brancos tenha sido propagado por meio de diferentes veículos, como a literatura, a imprensa e a música, se consolidando como hegemônico, as próprias mulheres negras e mulatas contestaram tais representações, criticando a dupla moral sexual racista. O texto de Lucrecia González no Jornal *La Armonía*, em 1882, evidencia tal questionamento:

Papagayos eternos de la moralidad y decoro, que nunca han sentido latir su corazón con la calma que debe reinar en el pecho de todo hombre honrado. Pues el que se burla de la inocencia de una virgen, el esposo que desprecia las dulces uvas del hogar doméstico y el hombre que desconoce las ventajas que nos brinda la amistad, jamás podrán llevar ni el más pequeño óbolo á la urna del progreso (GONZÁLEZ, 1882 *apud* MÉNDEZ, 2018, p. 158).

Ou seja, previamente à abolição da escravidão em Cuba (1886), as mulheres negras já questionavam explicitamente as hierarquias de gênero, raça e a dupla moral sexual. Em diálogo com o contexto a autora problematiza e coloca em xeque o sentido contraditório entre o discurso moral e a conduta masculina, frente aos objetivos de progresso e à construção da nação cubana. Além disso, o texto de Lucrecia explicita que antes mesmo da constituição da Revista *Minerva* já circulavam expressões das contranarrativas produzidas por mulheres negras e mulatas na imprensa negra cubana.

16 O personagem de Leonardo Gamboa realiza uma comparação entre Cecilia e Isabel, sua noiva branca, onde explica que seria impossível decidir-se entre uma das duas, devido à existência de posições dicotômicas entre ambas; com relação a Cecilia ele afirma: “es toda pasión y fuego, es mi tentadora, un diablito en figura de mujer, la Venus de las mula... ¿Quién es bastante fuerte para resistírsele? ¿Quién puede acercársele sin quemarse? ¿Quién al verla no más no siente hervirle la sangre en las venas? ¿Quién la oye decir: te quiero, y no se le trastorna el cerebro cual si bebiera vino?” Já sobre Isabel, ele diz: “Bella, elegante, amable, instruida, severa, posee la virtud del erizo, que punza con sus espinas al que osa tocarla. Estatua, en fin, de mármol por lo rígida y por lo fría, inspira respeto, admiración, cariño tal vez, no amor loco, no una pasión volcánica” (VILLAVERDE, 2008, p. 344-345). Contudo, o personagem expõe que são precisamente as características de Isabel que um homem deve buscar em uma mulher para contrair matrimônio, já com relação a Cecilia, afirma “No me ha pasado jamás por la mente casarme con la de allá, ni con ninguna que se le parezca” (2008, p. 345). Este discurso demonstra-se revelador das hierarquias sociais que permeavam a figura de mulheres negras e brancas na sociedade cubana, distanciadas pela existência de um duplo critério moral.

REVISTA MINERVA: DIFUSÃO DO DISCURSO CONTRA-HEGEMÔNICO DAS MULHERES NEGRAS E MULATAS EM CUBA

Maria del Carmen Barcia (2003; 2011) destaca que o século XIX em Cuba foi repleto de transformações, especialmente depois da Guerra de los Diez Años (1868-1878), que gerou múltiplas e transcendentas mudanças políticas, sociais e culturais. Segundo a autora, “el período finisecular estuvo cargado de acciones y reacciones que hicieron de esta etapa una de las más interesantes [...] de la historia de Cuba” (Barcia, 2011, p. 77).

Dentre as inúmeras mudanças significativas, que atingiram também o campo legal, ocorreram as seguintes aprovações: a lei de imprensa em 1879, a lei de liberdade de reuniões em 1880 e a lei de associações em 1886 – bem como a própria abolição definitiva da escravidão, também em 1886. A partir disto passaram a proliferar jornais e revistas de diversos tipos e tendências políticas na ilha, ocorreu inclusive o crescimento da imprensa feminina,¹⁷ da imprensa negra e demais setores marginalizados, como as prostitutas¹⁸ (Barcia, 1996; 2011).

Contudo, a imprensa feminina – especialmente na primeira metade do século XIX – foi constituída de um discurso de teor conservador. Tais produções, que eram dirigidas por homens, foram:

concebidas fundamentalmente como instrumento para la educación moral de la mujer en los cánones patriarcales de subordinación al hombre, de abnegación, pudor y modestia como máximas virtudes femeninas; del respeto a sus “sagrados” deberes en tanto esposa, madre y guardiana de la paz del hogar, y a la inviolabilidad “natural” de los límites entre las esferas pública y privada (MONTERO, 2007, p.124).

Ainda assim, Brígida Pastor (2002) aponta que as revistas femininas foram o principal veículo para a difusão da produção de escritoras no século XIX. Contudo, a proliferação de escritoras mulheres que ocorreu neste período encontrou grande resistência, pois “las mujeres no sólo sufrieron discriminación en el mundo literario sino que también se las acusó de ignorar su papel de madres y esposas cuando decidieron convertirse en escritoras, ya que la femineidad y la intelectualidad eran forzosamente opuestas” (PASTOR, 2002, p. 29).

Discursos como o de Teodoro Llórente exemplificam a vigência deste imaginário preconceituoso: “la poesía ha de estar siempre en el corazón de la mujer, en sus labios algunas veces; pero nunca en su pluma. La mujer que abre su corazón a sus lectores está muy expuesta a perder lo que constituye el mayor atractivo de su sexo” (PASTOR, 2002, p. 29 *apud* PALMER, 1991, p. 15). Ou seja, para este autor as poetisas representavam uma ameaça à

17 A imprensa feminina existe em Cuba desde 1811, com a publicação do *El Correo de las Damas*. Diversos veículos surgiram ao longo do século XIX, tais como: *La Moda o Recreo Semanal del Bello Sexo* (1829); *Ramillote Habanero* (1854); *La Noche* (1864); *El Céfitro* (1866); *Las Hijas de Eva* (1874); *El Recreo de las Damas* (1876), *La Familia* (1884), entre outros (GONZÁLEZ, 2011).

18 Barcia (1996) analisou o jornal *La Cebolla*, que foi fundado por prostitutas e meretrizes no ano de 1888 com o objetivo de defender os interesses deste grupo, historicamente marginalizado.

imagem de docilidade e passividade atribuída as mulheres, que deveriam inspirar os poetas, mas nunca protagonizar a escrita.

Porém, colocações como a de Teodoro Llórente referem-se a mulheres brancas, consideradas sinônimos de pureza. Se a feminilidade e a intelectualidade foram classificadas como condições opostas, tratando especificamente das mulheres negras esta seria uma incongruência ainda maior. A produção escrita feminina, seja por meio de poesia, literatura ou na imprensa foi desenvolvida majoritariamente por e para as mulheres brancas. As mulheres negras e mulatas estavam excluídas e invisibilizadas da imprensa feminina produzida até então (MÉNDEZ, 2018). Pois, ainda que as mesmas representassem 33,8% da população feminina, de modo geral, a população negra letrada era de apenas 12,3 % (BARCIA, 2011, p. 81).

Contudo, existiram expressivos exemplos que subverteram este padrão, seja no campo da poesia ou da imprensa. Como demonstra a trajetória de Mercedes Matamoros (1851-1906), que foi uma importante poetisa afrocubana, cujos poemas foram recitados até por José Martí – considerado “O Apóstolo” da Independência de Cuba (POUMIER, 2007). Ela tratou em suas poesias sobre separatismo, direitos da mulher, bem como discriminação e resistência negra, como ilustra a poema *La muerte del esclavo*:

Mas de su cuerpo ante la masa yerta
no se alzaré mi voz conmovedora
para decirle: -¡Lázaro, despierta!
¡Atleta del dolor, descansa al cabo!,
¡que el que vive en la muerte nunca llora,
y más vale morir que ser esclavo!
(MATAMOROS, 1892 *apud* POUMIER, 2007)

As palavras de Mercedes Matamoros evidenciam que a poesia e a crítica social também foram armas muito bem utilizadas pelas mulheres negras e mulatas. Já no âmbito da imprensa, além do exemplo de Lucrecia González no Jornal *La Armonía*, citado acima, de mulheres negras que escreveram para veículos da imprensa negra em geral, existiram as publicações específicas organizadas por mulheres negras.

Segundo Victoria Sueiro Rodríguez (2002; 2013), a sociedade de instrução e recreio de mulheres negras e mestiças Las Hijas del Progreso, que foi criada em 1879 na província de Cienfuegos, vinculada à sociedade de homens negros El Progreso, fundou o jornal *La familia* em 1884. Esta publicação quinzenal foi “un periódico literario y religioso” (SUEIRO, 2013, p. 79). As integrantes da sociedade Las Hijas del Progreso e Colaboradoras¹⁹ do jornal, que eram em

19 Entre as integrantes do jornal *La Familia* encontravam-se as seguintes colaboradoras: Caridad González, Concepción Gutiérrez, Ana Ventura Olivera, Flora Olivera, Ana Ventura Rodríguez, Victoriana Ayala, Cristina Ayala, Nieves Acosta, Martina Tillet, Caridad Santana, Josefa Lemus, Francisca Cañizares, Julia Viroso, Filomena Berrayarza, Lorenza Sánchez, Eduvigis Pérez, Úrsula Coimbra, Marina Coimbra, Dorotea Almeida, Ana Joaquina Sosa, Natividad González e Eloísa González.

sua maioria professoras, também fundaram uma escola para meninas negras. Mas o jornal deixou de existir no mesmo ano em que foi lançado, devido a problemas financeiros.

Outro exemplo importantíssimo neste sentido foi *Minerva: A Revista Quincenal Dedicada a la Mujer de Color*,²⁰ publicada na capital Havana entre novembro de 1888 e julho de 1889. A revista foi proeminente, sendo distribuída para todas as províncias da ilha, além de Cayo Hueso e Nova York, locais de expressiva imigração cubana. Seu nome trazia referência à Minerva, deusa romana das artes, da ciência e da sabedoria (BARCIA, 2011).

O grupo de autoras da revista era composto por mulheres negras e mulatas letradas de diferentes partes da ilha, oriundas de famílias negras livres de camadas da classe média, bem como de ex-escravizadas.²¹ As colaboradoras mais assíduas da revista foram: Úrsula Coimbra de Valverde – quem escrevia com o pseudônimo de Cecilia, que será discutido mais adiante – América Font, África Céspedes, Lucrecia González, Pastora Ramos, Cristina Ayala, entre outras. Inclusive, várias mulheres de Cienfuegos que escreveram para o jornal *La Familia* também estão entre as principais colaboradoras da Revista *Minerva*.²²

De acordo com a legislação deste período, as mulheres não podiam ocupar cargos, ao menos que fossem viúvas. Desta forma, homens negros²³ ocuparam a posição de direção e administração da revista de forma burocrática, sendo que Miguel Gualba²⁴ foi o diretor, já Enrique Cos e Américo Arenosa foram administradores em momentos distintos (BARCIA, 2011, p. 81).

A revista abordava temáticas diversas, dentre elas debates sobre a vida social e até mesmo os esportes, porém, os principais temas abordados foram: a poesia, a defesa da educação e da ilustração, além de reflexões morais (COLÓN, 2016). Com relação à questão poética, destaca-se que algumas das colaboradoras da revista eram poetisas, como Onatina, Lucrecia González, Cristina Ayala, entre outras (BARCIA, 2011, p. 91).

20 Infelizmente, os exemplares da Revista *Minerva* que se encontram no acervo da Biblioteca Nacional José Martí estão impossibilitados de serem consultados devido ao seu péssimo estado de conservação. Por este motivo, faço referência aos textos da revista por meio de extratos transcritos em trabalhos publicados anteriormente (BARCIA, 2011; COLÓN, 2016, 2016b; MÉNDEZ, 2018).

21 Um dos exemplos neste sentido é a ex-escravizada letrada María Angela Storini, que colaborou com a revista. Antes disso, durante a Guerra dos Dez Anos, ela chegou a residir com os seus antigos senhores nos Estados Unidos, França, Alemanha e Itália.

22 Segundo Victoria Sueiro (2013), várias das mulheres que escreveram para o jornal *La Familia* também escreveram para a Revista *Minerva*, como: Úrsula Coimbra; Onatina; Natividad González e Cristina Ayala. Depois de Havana, a província de Cienfuegos foi o local onde existiram mais promotoras da revista em toda a ilha. Para a autora, “las mujeres cienfuegueras encontraron en la publicación habanera el nuevo eslabón de la cadena que había quedado interrumpida con la desaparición de La familia” (SUEIRO, 2013, p. 84).

23 Alguns destacados intelectuais negros também tiveram textos publicados na Revista, como Martín Morúa Delgado, Rafael Serra, Antonio Medina Céspedes – primeiro homem negro a dirigir um jornal cubano: *El Faro*, em 1842 (BARCIA, 2011, p. 91).

24 Segundo Schmieder (2018), Miguel Gualba foi um dos principais colaboradores de Juan Gualberto Gómez na redação do jornal *La Fraternidad*.

Já a questão educacional motivou inúmeras discussões na revista, como evidenciam as palavras escritas por Felipa Basilio em janeiro de 1889:

No temáis que el estudio y la ilustración hagan perder a la mujer ninguna de sus encantadoras debilidades, por el contrario cuanto más educada, será más mujer porque podrá comprender mejor la grandeza de su misión, sabrá colocarse no por encima, sino al nivel de su esposo, y este encontrará en ella, no una instruida esclava pero sí una amante compañera (BASILIO, 1889 *apud* COLÓN, 2016b, p. 46).

A posição de Felipa Basilio sobre educação ilustra diferentes aspectos que merecem ser discutidos. Identificamos um lado explicitamente progressista na sua reivindicação do direito feminino à educação, e especialmente quando salienta a posição das mulheres ao lado dos homens, postulando uma condição de igualdade. Inclusive, a contraposição da figura da “escrava” versus ao da “companheira” pode indicar uma crítica à condição das mulheres negras, que, mesmo após a abolição, poderiam se manter subalternizadas (como escravizadas) no matrimônio.

Contudo, não podemos perder de vista a menção da autora ao que seriam as “encantadoras debilidades” femininas. Felipa Basilio, enquanto atriz social do seu tempo, demonstra uma concepção progressista, mas também explícita e propaga os discursos de gênero vigentes no século XIX que associavam as mulheres à noção de fraqueza física (e também moral) (PASTOR, 2002). As “debilidades” atribuídas às mulheres foram escusas morais utilizadas historicamente para justificar as hierarquias de gênero nas sociedades ocidentais (MONTERO, 2007). Até porque a dita fraqueza releva a comparação das características femininas com a figura dos homens. Porém, tal noção não se estendeu a todos os subgrupos de mulheres, já que com o tráfico atlântico as mulheres de origem africana foram obrigadas a trabalhar nas Américas, tanto quanto os homens negros escravizados.

Outro exemplo da importância atribuída à educação na Revista *Minerva* está presente no texto de María Angela Storini, ex-escravizada letrada, que também defendeu o acesso das mulheres negras à educação e ainda fez uma proposta:

la educación de la mujer de nuestra raza, ni los hombres, ni mujeres se ocupan de eso; para muchos el educar a la mujer es cuestión de adorno, de la cual se puede prescindir. Error lamentable, causa de la cual se deriva la mayor parte de los males que lamentamos en el presente, consecuencia lógica de otros muchos que lamentaremos en el porvenir. Y pregunto ahora, ¿hemos de seguir siempre así? ¿Seguiremos impávidas contemplando el estado de decadencia moral en que vivimos por la falta de ilustración? [...] constituir, repito, una asociación para la enseñanza de la mujer de nuestra raza; en donde podamos aprender todas, tanto la niña como la mujer ya hecha, todo lo necesario e indispensable de nuestros deberes, una asociación que responda a todas nuestras necesidades morales (STORINI, 1888 *apud* COLÓN, 2016b, p. 43-44).

A proposta de construção de uma associação destinada à educação de meninas e mulheres negras, partindo de uma ex-escravizada, se demonstra muito significativa, já que a maioria da população negra não era letrada neste período. A criação de escolas também

era uma das propostas e ações realizadas pelas Sociedades de Instrucción y Recreo de Pardos y Morenos, como ilustra o exemplo já mencionado da escola organizada pela sociedade Las Hijas del Progreso. Segundo Barcia (2011), a revista divulgou com frequência as atividades das sociedades negras, especialmente as propostas sobre educação, como a iniciativa da sociedade La Divina Caridad, que desejava construir uma escola. A autora destaca a existência de uma grande proximidade entre esses grupos, pois “las integrantes de los comités benéficos estaban relacionadas, de una u otra forma, con las redactoras que colaboraban con la revista, o con su dirección” (BARCIA, 2011, p. 90).

Também esteve presente na revista a crítica à escravidão e à dupla moral sexual que a acompanhou:

no os debe importar el sarcasmo de aquellos que tanto hacen; pues si algo alcanzan, demuestran a las claras que solo se inspiran en el deseo de sumir en la inacción a la raza que por luengos años, les ha servido de motor para abastecer sus anaqueles de oro y para saciar por la fuerza (las más de las veces) sus avaros apetitos (LANITA, 1888 *apud* COLÓN, 2016b, p. 49).

Com relação à temática das reflexões morais, acreditamos ser notória a presença de valores ligados a questões de ordem religiosa em algumas passagens, como, por exemplo, as constantes defesas do matrimônio. Felicia Valdés é uma das colaboradoras que expressa tal posição: “La época de los hijos uterinos, de los hijos de padres no conocidos pasó ya. Esa época de baldón y vergüenza [...] tuvo su razón de ser cuando nuestra condición de esclavas cortaba nuestras aspiraciones hacia lo grande y sublime que es el matrimonio” (VALDÉS, 1889 *apud* MÉNDEZ, 2018, p. 158).

Contudo, os casamentos não foram valorizados apenas pelas autoras da revista - como afirma Stolcke (2017, p. 26), o matrimônio representava um importante símbolo de status, justamente “porque estaba reservado a iguales sociales”. Assim, para superar os impedimentos existentes para as mulheres negras no contexto escravista, as colaboradoras da revista salientavam as vantagens do matrimônio civil em comparação ao religioso, já que o segundo não oferecia respaldo da legitimidade da descendência, acesso à herança etc. (BARCIA, 2011).

Ao tratar sobre as reflexões morais e a defesa do matrimônio, Maikel Colón (2016, p. 46) chega a afirmar que “fiel a su tiempo, esta publicación también incorporó cierta *línea temática conservadora*”. Concordamos que existem contradições e até mesmo alguns discursos com viés hierárquico que estão atrelados aos valores da época. Porém, acreditamos que mesmo que as autoras da Revista *Minerva* aparentemente tenham refletido a moral vigente em algumas passagens, em inúmeras outras elas também transgrediram a ordem e desafiaram o status quo.

Tal viés contra-hegemônico pode ficar ainda mais nítido quando nos aproximamos da autora mais destacada da revista – justamente por cumprir um papel aglutinador junto às demais – Úrsula Coímbra de Valverde.²⁵ Além de ter contribuído na Revista *Minerva* (nas suas duas fases, entre 1888-1889 e 1910-1915), ela também escreveu para o já mencionado jornal *La familia* (1884), além do *El Nuevo Criollo* (1906-1908) - um semanário publicado e editado por Rafael Serra, destacado intelectual negro e antirracista. Neste último jornal, Úrsula publicou um conjunto de ensaios sobre *La Mujer en la Poesía Cubana* (COLÓN, 2017).



(COLÓN, 2017).

25 Segundo Maikel Colón Pichardo (COLÓN, 2017), Úrsula Coímbra de Valverde nasceu em Cienfuegos, mas passou a maior parte de sua vida em Santiago de Cuba. Ela era pianista, foi uma ótima compositora e intérprete, com uma carreira musical de destaque. Além disso, lecionava aulas de piano, inglês e francês. Assim como também atuou como escritora, colaborando com diferentes revistas e jornais.

Curiosamente Úrsula assinava seus textos na Revista *Minerva* com o pseudônimo²⁶ Cecilia. A bibliografia consultada sobre a Revista *Minerva* (BARCIA, 2011; COLÓN, 2016, 2016b, 2017; MÉNDEZ, 2018) não problematizou a opção da autora, contudo, consideramos ser fundamental a reflexão sobre a utilização deste pseudônimo.

Como discutido anteriormente, Cecilia Valdés, a personagem principal do livro de Villaverde, tornou-se uma grande referência no imaginário social cubano, enquanto ícone de mulatas interessadas em “adelantar la raza” (UXÓ, 2010). Ademais, Cecilia foi representada nesta obra com grande riqueza de detalhes em suas características físicas e grandiosa beleza, porém não são mencionados atributos intelectuais. Esta narrativa serviu para reafirmar o paradoxo entre mente e corpo presente no discurso colonial.

Os discursos sobre códigos de gênero, raça e sexualidade que vigoraram neste período foram definidos por meio de binarismos e dicotomias entre: homem/mulher; branco/negro; mente/corpo; luz/escuridão; racional/irracional; puro/impuro. A partir desses mecanismos discursivos foi construída historicamente a figuração da superioridade do homem branco europeu frente à inferioridade biológica dos *outros*, distanciados de sua imagem. Tais discursos essencialistas relacionaram características físicas do fenótipo negro e do corpo feminino a uma suposta inferioridade intelectual e comportamental desses grupos (SHOHAT; STAM, 2006; STOLCKE, 1991b).

Assim, por meio da composição desses quadros dicotômicos, a mulher negra, ao ocupar o espectro oposto do parâmetro universal da humanidade, ilustrado pela figura do homem branco (ocidental, heterossexual e proprietário), passou a representar uma posição de extrema subalternidade, por meio da “interseccionalidad de vectores de alteridad” (MÉNDEZ, 2018, p. 147). Como afirma Janaína Damasceno (2008, p. 4), o estereótipo e o fetichismo “marcam o modo pelo qual foi racionalizada a existência da mulher negra e como foi legitimada sua presença nas hierarquias mais baixas de ser humano” nas sociedades ocidentais.

Portanto, interpretamos que ao assinar os seus textos com o pseudônimo de Cecilia, Úrsula Coímbra utilizou de certa ironia para desconstruir o lugar atribuído para as mulheres negras e mulatas pelo discurso hegemônico, como “só corpo, sem mente” (hooks, 1995, p. 469). Desta forma, por meio do trabalho intelectual, ela deu voz à tão estigmatizada Cecilia. Inclusive, Úrsula defendeu na Revista *Minerva* a família e o matrimônio intrarracial:

si la raza de color desea cordialmente dignificarse, y ocupar en las funciones públicas el lugar a que están llamados todos los elementos componentes de la sociedad, empiece por formar la familia dentro de los preceptos dictados por la moral, y exigidos por las leyes. Tenga presente que sin familia no hay organización sociológica posible.

26 Segundo Victoria Sueiro (2013, p. 88), Úrsula Coímbra também utilizava o pseudônimo “La Sibila” para assinar suas publicações no jornal *El nuevo criollo*. Sibila significava na Roma antiga mulher com o dom da profecia e conhecimento sobre o futuro.

Cada hombre de color busque su esposa entre las mujeres honradas y mejor educadas de su clase; no reniegue de su raza, que eso lo abatiría más. No exija todavía que su elegida sea hija de mujer casada; recuerde que esa madre fue esclava (COIMBRA, 1888 *apud* COLÓN, 2016b, p. 45-46).

Neste extrato existe uma defesa de Úrsula da família, dentro do parâmetro hegemônico de moralidade e legalidade vigentes no período. Porém, existe uma ruptura com o modelo de moralidade, que parte de uma lógica viável para a população branca, ao passo que a autora atenta para o fato de que as mulheres negras disponíveis para o matrimônio poderiam ser filhas de mães que não teriam se casado, devido à escravidão. Ou seja, utilizando o prisma da racialidade, ela sugere uma espécie de exceção aos ditos “preceptos dictados por la moral”.

Ademais, como é possível apreender por meio da análise da foto, Úrsula possivelmente é uma mulher mestiça. Porém, diferente do discurso que está presente na obra de Villaverde e da representação que vigorava no imaginário da época, ela responde de forma contrária à expectativa de “adelantar la raza”. Neste sentido, ao invés de defender os casamentos inter-raciais, contribuindo para o branqueamento da população, Úrsula constrói outra narrativa sobre as mulheres negras e mulatas em Cuba.

Em outros escritos da autora fica ainda mais explícito o sentido e a reivindicação de uma posição contestadora:

Yo, al proclamar estas verdades, me siento orgullosa de pertenecer a una raza que por sí sola y a costa de sacrificios, procura elevarse a la altura de las demás y lucha, trabaja y estudia para vencer [...] bastante tiempo hemos tenido el dogal y la mordaza, tanto tiempo hemos callado, así pues el espíritu del siglo reclama que nuestra voz se levante (COIMBRA, [1888] 2011, p. 93 - grifos meus).

Lembrando que foram silenciadas por muito tempo, Úrsula pontua a necessidade de uma nova postura, neste outro contexto, com a aproximação da virada do século. Ela faz uma afirmação no plural (“que nuestra voz se levante”), convocando outras mulheres negras e mulatas a assumirem tal responsabilidade também.

No mesmo sentido, África de Céspedes também reivindica uma voz contra hegemônica:

enervado nuestro espíritu por el duro tratamiento de ayer y el torpe juicio de hoy, nos preparamos a la defensa en el constante batallar [...] haremos hasta que se nos considere tal como somos, y tal como a cada artista pirata le ha parecido o conve-nido a sus medrosos fines. ¿Nos invitáis a luchar? Pues luchemos (CÉSPEDES, 1889, *apud* COLÓN, 2016b, p. 48-49).

Desta forma, a autora tece críticas tanto ao passado escravista, como ao período pós-abolição, evidenciando a continuidade dos valores, preconceitos e hierarquias raciais e de gênero. África se posiciona de modo insurgente contra os estereótipos presentes no discurso hegemônico acerca das mulheres negras, e ao declarar que as mulheres negras estão dispostas a lutar, reivindica nitidamente uma posição combatente e contra-hegemônica.

Portanto, as mulheres negras e mulatas que protagonizaram as páginas da Revista *Minerva* questionaram e confrontaram o discurso hegemônico que lhes atribuía uma imagem pautada por estereótipos. Essas mulheres levantaram a voz e lutaram contra a subalternidade imposta pelo racismo e a opressão de gênero, construindo um discurso contra-hegemônico.

Devido a dificuldades financeiras²⁷ que foram se aprofundando ao longo do tempo, a Revista foi extinta após julho de 1889 (BARCIA, 2011). Entretanto, segundo Colón (2016), no ano de 1910 surgiu uma nova Revista *Minerva*, que, apesar de ter o mesmo título, desta vez era dirigida por homens. O subtítulo demonstrava os novos rumos: *Minerva: a Revista Ilustrada Universal*, porém, um grupo de mulheres escreviam colunas em uma seção intitulada “Páginas feministas”. Inclusive, algumas das autoras que colaboraram com a versão afro-cubana também publicaram assiduamente, como Cristina Ayala e Úrsula Coímbra de Valverde,²⁸ sendo que a última também foi uma das redatoras desta revista (COLÓN, 2017). Nesta outra fase a *Minerva* foi impressa até 1915.

Desta forma, mesmo que a primeira fase da Revista *Minerva*, focada na exposição das reflexões de mulheres negras e mulatas, tenha encerrado suas atividades após um ano, o discurso contra-hegemônico produzido por este grupo continuou circulando em Cuba. A imprensa negra foi responsável por fomentar entre a Primeira República (1902-1933) e a Segunda República (1933-1952) um crescente debate acerca da identidade nacional cubana e a temática racial (DE LA FUENTE, 2001), seja por meio das vozes dos homens negros,²⁹ como das vozes contra-hegemônicas das mulheres negras³⁰.

27 O primeiro número da revista foi vendido ao público por 75 centavos, no mês seguinte o valor foi rebaixado para 60 centavos. Já em dezembro de 1888 a revista era vendida a 50 centavos em Havana e 60 centavos nas demais províncias. Um número significativo de cubanas, dentro e fora da ilha, contribuíam financeiramente com a revista (BARCIA, 2011, p. 81).

28 Úrsula Coímbra de Valverde fez contribuições na nova fase da revista exaltando a atuação feminina: “En cuanto a nuestras mujeres, ellas convierten el erial del mundo en vergel, ellas se ve que luchan por sostener nuestra revista, porque saben que, premian el esfuerzo, el mérito y por eso tratan de colocar alto nuestro pendón para que se sepa, que en ningún tiempo ni circunstancia, dejó de ser la primera en acudir a todas las manifestaciones altas del pensamiento” (Revista *Minerva*, Sección “Páginas Feministas”, Octubre de 1911 *apud* COLÓN, 2017).

29 A discussão racial estava presente nas páginas dos principais periódicos em circulação na ilha, havia inúmeras colunas escritas por intelectuais negros que expuseram tais discussões: o jornal *La Prensa* publicou a coluna “Palpitaciones de la raza de color”, de Ramón Vasconcelos sob o pseudônimo de Tristán entre 1915-1916. O *Diario de la Marina* publicou a influente página dominical “Ideales de una raza” (1928-1931) do arquiteto e jornalista Gustavo Urrutia e a sua coluna “Armonías” (1931-1958). O jornal *Unión Nacionalista* teve durante os anos 1920 a seção regular intitulada como “La situación del elemento de color”, dirigida por Abelardo Pacheco. As atividades das associações negras eram narradas nas seções “Sociedad” de diferentes jornais. Pedro Portuondo Calá publicou “Motivos Sociales” no periódico *El País* entre os anos 1930 e 1940. Na década de 1950, *El Tiempo* publicou diversas colunas regulares dedicadas à temática racial, incluindo “1000 noticias en sépia”, de Elósegui, “Aire libre”, de Manuel Cuéllar Vizcaino, e “Sepialandia”, de Sixto Gastón Agüero (DE LA FUENTE, 2001).

30 Durante o período republicano as mulheres negras continuaram propondo reflexões sobre a sua experiência por meio da imprensa. Como expõem os exemplos dos artigos reeditados no livro *Afrocubanas* (MARTIATU, RUBIERA, 2011): “Voces negras a favor del Partido Independientes de Color”, de Carmen Piedra, pu-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, no contexto de importantes mudanças e efervescências políticas desencadeadas com o final da Guerra de los Diez Años surgiu a Revista *Minerva*, organizada por mulheres negras e mulatas em 1888 - nove anos depois da aprovação da lei de imprensa, dois anos após a abolição da escravidão e dez anos antes da independência nacional.

Uma revista escrita por mulheres negras neste cenário, discutindo os problemas sociais existentes, como o acesso à educação, entre outros temas que lhes atingiam diretamente, representou um divisor de águas, pois, o discurso hegemônico vigente até aquele momento acerca das mulheres negras e mulatas tinha sido edificado por meio de narrativas produzidas por homens brancos que se utilizaram de representações estereotipadas, pautadas em imagens hipersexualizadas.

As colaboradoras da Revista *Minerva* demonstraram ousadia ao construírem inúmeras críticas e reivindicarem a sublevação de suas vozes. Portanto, mesmo com a presença de algumas contradições, consideramos que a produção intelectual das mulheres negras e mulatas na revista constituiu-se enquanto um espaço de difusão de um discurso questionador e contra-hegemônico frente as representações vigentes acerca deste grupo.

blicado em abril de 1910 no jornal *Previsión*; "Nuestros valores étnicos", de Consuelo Sierra, publicado no *Diario de la Marina* em 1929; "Lo que somos", de Inocencia Silveira, no mesmo jornal também em 1929; da autoria de Catalina Pozo Gato, "La negra cubana y la cultura", publicado em 1930 no *Diario de la Marina*, e "La inteligencia negra", de Arabela Oño, publicado em março de 1938 no periódico *Adelante*.

BIBLIOGRAFIA

BARCIA, María del Carmen Zequeira. Entre el poder y la crisis: Las prostitutas se efienden. **Contrastes**, Revista de Historia, no. 7-8, 1991-1993. Departamento de Historia Moderna, Contemporánea y de América. Universidad de Murcia. España, 1996, p. 7-20.

_____. Mujeres em torno a minerva. In MARTIATU; RUBIERA. (comp.) **Afrocubanas**. Historia, pensamiento y prácticas culturales. La Habana: Ciencias Sociales, p. 77-92, 2011.

_____. Sociedad imaginada: La isla de Cuba en el siglo XIX. **Contrastes**. **Revista de História**, n.12, p. 21-42, 2001-2003.

BENÍTZ-ROJO Antonio. El Caribe y la conexión afroatlántica. In BENEMELIS, Juan (editor). **La memoria y el olvido**. El discurso afrocubano. Kingston, Ediciones Ceiba, p. 35-42, 2009.

BLANCO, Melisa. El ritmo del azúcar. Una epistemología de la mulata cubana. In OCHOA, María Luisa Fernández. **¡Ay, qué rico!** El sexo en la cultura y la literatura cubana. Valencia: Advana Vieja, 2º edición, p. 83-94, 2006.

CÁMARA, Madeline. Ochún en la cultura cubana: metáfora y metonimia en el discurso de la nación. Veracruz, **La Palabra y el Hombre**, enero-marzo 2003, no. 125, p. 21-34.

CASTAÑEDA, Digna Fuentes. Demandas judiciales de las esclavas en el siglo XIX cubano. In MARTIATU; RUBIERA. (comp.) **Afrocubanas**. Historia, pensamiento y prácticas culturales. La Habana: Ciencias Sociales, p. 17-29, 2011.

COIMBRA, Úrsula de Valverde. Gratitud. A mis amigas y colegas del periódico Minerva. In MARTIATU; RUBIERA. (comp.) **Afrocubanas**. Historia, pensamiento y prácticas culturales. La Habana: Ciencias Sociales, p. 93-94, 2011.

COLÓN, Maikel Pichardo. **Figuras ocultas del feminismo en Cuba**. Cuba Posible, 2017. Disponible: <https://cubapossible.com/figuras-ocultas-del-feminismo-cuba/>. Acceso: mar. 2021.

_____. Racismo y feminismo en Cuba: ¿dos mitades y una misma naranja? Claves históricas para su estudio. Barcelona, **Boletín Americanista**, año xvi. 1, n.º 72, Barcelona, 2016, págs. 179-198.

_____. Sábanas blancas en mi balcón, negra mi condición: hacia una (re)evaluación de narrativas cubanas decimonónicas sobre género, "raza" y nación en las páginas de "Minerva". **Barcelona**, Mitologías hoy, vol.13, junio 2016b, p. 39-56.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002.

DAMASCENO, Janaina. **O corpo do outro**. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro. O caso da Vênus Hotentote. (2008). Disponible em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf. Acceso: jun. 2013.

DE LA FUENTE, Alejandro. **Una nación para todos**. Raza, desigualdad y política en Cuba 1900-2000. Madrid: Editorial Colibrí, 2001.

ELIZALDE, Rosa Miriam. **Flores desechables** ¿Prostitución en Cuba? La Habana: Abril, 1996.

GARCÍA, Alyssa. Nocións de honor, género y raza: La regulación del cuerpo femenino en Cuba en los contextos históricos coloniales y neocoloniales. **Revista Sexología y Sociedad**, La Habana, año 15, n. 41, 2009. Disponible em: www.cenesex.sld.cu/webs/honor.htm. Acceso em: 10 dez. 2009.

GARVE, Lucas. La prensa negra en Cuba y su discurso de la modernidad. En: **Islas. Foro Raza y Cubanidad, pasado, presente y futuro**, 7, 20, 2012, p. 53-56.

GONZÁLEZ, Julio César. Los 200 años de la prensa femenina en Cuba. Revista La Jiribilla. **La Habana**, n. 554, dezembro, 2011. Disponible em: http://epoca2.lajiribilla.cu/2011/n554_12/554_30.html. Acceso em: novembro, 2020.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HELG, Aline. Lo que nos corresponde. La lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba (1886-1912). **La Habana**, Ediciones Imagen Contemporánea, 2000.
- hooks, bell. "Intelectuais Negras." **Revista de Estudos Feministas** 2 (3), 1995, p. 464-478.
- MARTIATU, Inés María; RUBIERA, Daisy Castillo (comp.). **Afrocubanas**. Historia, pensamiento y prácticas culturales. La Habana: Ciencias Sociales, 2011.
- MENA, Luz. Raza, género y espacio: Las mujeres negras y mulatas negocian su lugar en La Habana durante la década de 1830. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, nº26, p. 73-85, 2007.
- MÉNDEZ, Salvador Gómez. "Que resuene mi voz": la lucha de las mujeres afrodescendientes por la igualdad racial y de género en la prensa cubana del siglo XIX. In ÁLVAREZ, Izaskun (org). **Conflicto, negociación y resistencia en las Américas**. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, p. 141-163.
- MONTEJO, Carmen Arrechea. **Sociedades negras en Cuba 1878-1960**. La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 2004.
- MONTERO, Susana Sánchez. Los huecos negros del discurso patriarcal. **La Habana**, Ed. Ciencias Sociales, 2007.
- PASTOR, Brígida. **El discurso de Gertrudis Gómez de Avellaneda**: Identidad femenina y otredad. (Cuadernos de América sin nombre, Centro de Estudios Iberoamericanos Mario Benedetti, 6). Alicante: Universidad de Alicante, 2002.
- POUMIER, María. **La cuestión tabú**: El pensamiento negro cubano de 1840 a 1959. Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, 2007.
- SCHMIEDER, Ulrike. Periódicos afrocubanos: la Independencia y el distanciamiento de la élite afrocubana de Haití, África y la esclavitud. In BANDAUI; BRUSKE; UECKMANN (org.) Reshaping Glocal Dynamics of the Caribbean. **Relaciones y Desconexiones**. University Publishing Heidelberg, 2018, p. 423-442.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez., 1995, p. 73.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- STOLCKE, Verena. Mulheres invadidas: sexo, raça e classe na formação da sociedade colonial. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 61-73, 1991.
- _____. Racismo y sexualidad en la Cuba colonial. **Intersecciones**. Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2017.
- _____. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, 1991b.
- SUEIRO, Victoria Rodríguez. Cienfuegos 1840-1898: vida y cultura en una ciudad del interior de Cuba. Tebeto: **Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura**, nº. 15, 2002, págs. 259-290.
- _____. Modernidad y discurso feminista a finales del siglo XIX y primeras décadas del siglo XX en dos publicaciones cienfuegueras: **La familia y El álbum de las damas**. In VENEGAS; HERNÁNDEZ; VALDÉS; FÁBREGAS (coord.). Por sus fronteras las conoceréis. Región, interconexiones y sistema mundo. Saltillo, Universidad Autónoma de Coahuila, 2013, p. 75-95.
- UXÓ, Carlos. **Representaciones del personaje del negro en la narrativa cubana**. Una perspectiva desde los estudios subalternos, Madrid: Verbum, 2010.
- VILLAVARDE, Cirilo. **Cecilia Valdés**. La Habana: Letras Cubanas, 2008.
- WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Asociacionismo negro-mestizo y sus contribuciones al desarrollo educativo en la sociedad cubana de 1879 a 1961

Black-mestizo associationism and its contributions to educational development in Cuban society from 1879 to 1961

O associacionismo negro-mestiço e suas contribuições para o desenvolvimento educacional na sociedade cubana de 1879 a 1961

Kezia Zabrina Henry Knight¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2277-5785>

Resumen: El presente estudio de caso se enfoca en las asociaciones de instrucción y recreo de negros y mestizos fundadas en la ciudad de Camagüey, Cuba en el período histórico de 1879 —año de la primera asociación fundada — hasta 1961, año en que cierran las existentes por disposición legal. Se impone la necesidad de profundizar desde perspectivas teóricas transdisciplinarias las contribuciones del asociacionismo afrodescendiente al desarrollo educativo en contextos e interacciones complejas y específicas.

Palabras clave: Asociacionismo negro-mestizo; prácticas educativas contrahegemónicas; desarrollo educativo.

Abstract: This case study focuses on the associations for the instruction and recreation of blacks and mestizos founded in the city of Camagüey, Cuba, in the historical period of 1879 - the year of the first association founded - until 1961, the year in which the existing ones were closed by legal disposition. There is a need to deepen, from transdisciplinary theoretical perspectives, the contributions of Afro-descendant associativism to educational development in complex and specific contexts and interactions.

Keywords: Black-mestizo associationism; Counter-hegemonic educational practices; Educational development.

Resumo: Este estudo de caso se concentra nas associações para instrução e recreação de negros e mestiços fundadas na cidade de Camagüey, Cuba, no período histórico de 1879 - ano da fundação da primeira associação - a 1961, ano em que as existentes foram fechadas por disposição legal. Trata-se da necessidade de aprofundar, a partir de perspectivas teóricas transdisciplinares, as contribuições do associativismo afrodescendente para o desenvolvimento educacional em contextos complexos e interações específicas.

Palavras-chave: Associativismo negro-mestiço; Práticas educativas contra-hegemônicas; Desenvolvimento educativo.

1 Autora: Kezia Zabrina Henry Knight. Dra. Ciencias Sociológicas. Universidad de la Habana, 2020. MSc. Cultura Latinoamericana. Universidad de las Artes, Habana, 2009, Lic. Historia del Arte, Universidad de Oriente, 1991. Especialista Principal. Investigaciones Históricas. Oficina del Historiador de la Ciudad Camagüey, Cuba. Profesora adjunta Universidad de Camagüey, Cuba. keziabrinahenryknight@gmail.com.

INTRODUCCIÓN. LABOREOS METODOLÓGICOS

La amplia revisión bibliográfica determinó la pertinencia del tema al advertirse la ausencia de un análisis teórico y empírico del asociacionismo en Cuba, Camagüey, que distinga una perspectiva transdisciplinar. Hasta entonces no se habían desarrollado estudios que destacaran las contribuciones al desarrollo educativo del asociacionismo negro-mestizo a partir de prácticas contrahegemónicas en un entorno social excluyente y racista. Se sumó la no existencia de un análisis de las asociaciones de instrucción y recreo de negros y mestizos (AIRNM) sin fragmentaciones y desde un posicionamiento sistémico. .

En este sentido, la revisión bibliográfica abrió la posibilidad de desarrollar un ejercicio de transdisciplina, mostrando las potencialidades de los campos de análisis híbridos y de la integración unidisciplinar tan promovido por lo más avanzado de la vanguardia del pensamiento social contemporáneo. Por otra parte permitió el análisis de los alcances de las investigaciones sobre asociacionismo de negros y mestizos desde comunidades científicas de poder: Europa y Estados Unidos. Asimismo, en América Latina, el Caribe y en Cuba donde generalmente las AIRNM son advertidas como instituciones reproductoras y receptoras de los patrones culturales hegemónicos, sin distinguir suficientemente los componentes de contrahegemonía y resistencia cultural de sus prácticas (PIGNOT, 2010; DUARTE, 2013; RODRÍGUEZ, 2015; RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2015). En efecto, para una valoración de los patrones de resistencia en contextos de dominación y hegemonía cultural se necesitan teorías sociales contemporáneas que expliquen que no todos los sujetos sociales se conforman ni aceptan de manera pasiva la lógica dominante (GRAMSCI, 1971, p. 244; GIROUX, 1983; GRIMSON, 2013).

En consecuencia, las teorías críticas y decoloniales permiten advertir las prácticas contrahegemónicas que contribuyen al desarrollo educativo no solo para los miembros y familiares sino también para la sociedad de Camagüey de 1879 -1961. De tal modo se define como objetivo general del presente estudio fundamentar las contribuciones de las AIRNM al desarrollo educativo contrahegemónico en la ciudad de Camagüey, 1879 – 1961. Los fundamentos teóricos que sostienen la investigación se guían por las matrices del pensamiento social del estructural funcionalismo, la teoría crítica-revolucionaria y la Teoría de los Sistemas Complejos (TSC), desde una perspectiva metodológica mixta.

Las técnicas utilizadas al nivel empírico: se entrevistaron en profundidad a 27 familias de exmiembros de las asociaciones objeto de estudio; el análisis de las fuentes documentales directas y análisis de contenido de los expedientes de estas asociaciones atesorados en el Archivo Histórico Provincial de Camagüey (AHPC), las publicaciones sincrónicas como Boletines de las Asociaciones y la prensa nacional y local preferentemente dirigidas por negros y mestizos durante 82 años. Igualmente la observación no participante de los

antiguos locales donde se fundaron y desarrollaron estas asociaciones y la entrevista grupal. A un segundo nivel se le dio una lectura teórica a la información generada que permitió el análisis de hasta qué punto los miembros de las AIRNM potenciaron las prácticas educativas contrahegemónicas en contextos diversos discriminatorios y excluyentes en diferentes plazos históricos.

Se vincula los análisis macro y micro sociales porque explica los reajustes de la Ley de Asociación del Código Civil Español de 1876 a la provincia de ultramar, Cuba, en el contexto del Pacto de Zanjón (1878) a nivel macro y al mismo tiempo el estudio se enfoca en los procesos sistémicos microsociales asociativos de instrucción y recreo de negros y mestizos en el contexto de la ciudad de Camagüey, entre los años 1879 -1961 a largo, mediano y corto plazo históricos. Los resultados investigativos se sintetizan en el carácter contrahegemónico de las prácticas educativas y en los componentes del desarrollo educativo desempeñados por las AIRNM.

Esta metodología precisa un conjunto de procesos sistemáticos, empíricos y críticos que implican la obtención y el análisis de datos cuantitativos y cualitativos, así como su integración y discusión conjunta para realizar inferencias producto de toda la información recabada (metainferencias) y lograr un mayor entendimiento del fenómeno (HERNÁNDEZ-SAMPIER, 2014 p. 534).

Los Métodos a nivel teórico pertinentes: Holístico. Entendido éste como una forma integrativa de la vida y del conocimiento que advierte sobre la importancia de apreciar los eventos desde la integralidad y su contexto (HURTADO, 2000). El objeto de estudio se enfoca en la integralidad del hecho asociativo de un sector de la población desde sus inicios hasta su declive. En un diálogo dialéctico y relacional con los contextos, el orden social, asociaciones, sujetos sociales y las prácticas educativas que trasciende las divisiones tradicionales del saber y el conocimiento, aunque no las ignora. Se desarrolla la triangulación de diferentes fuentes de datos y métodos de los datos orales, escritos, visuales que advierten la objetividad del estudio bajo examen.

El análisis crítico de las fuentes como la prensa escrita sincrónica (revistas y periódicos), las actas de los expedientes de las asociaciones objeto de estudio y de otras asociaciones de la misma tipología pertenecientes a otras capas sociales: blancos y extranjeros y de otras tipologías permitieron contrastar los objetos sociales y las prácticas culturales. Las muestras fueron todas las asociaciones de la ciudad de Camagüey registradas en el AHPC, conformada por la totalidad de los expedientes de las asociaciones de instrucción y recreo de negros y mestizos: 31 y a la vez 27 familias residentes en Camagüey, que tenían en común la convivencia de un familiar exmiembro permanente en el hogar, con archivos particulares contentivos de prácticas culturales de las AIRNM.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

En la discusión teórica sobre el tema del asociacionismo, Emile Durkheim (1858-1917) abre el enfoque institucional del asociacionismo como un sistema social, punto de vista compartido en varias matrices teóricas sociológicas entre ellas el estructural funcionalismo, la teoría crítica-revolucionaria y la Teoría de los Sistemas Complejos (TSC), recorrido teórico que guía el estudio. En este sentido Durkheim destaca el asociacionismo en su carácter de subsistema social que es parte de una totalidad mayor y a su vez intermediario entre las normas² instituidas socialmente y los intereses comunes de los asociados.

Max Weber aporta otras descripciones que lo ubica en un lugar distintivo en la teoría particular de las instituciones al determinar que una asociación puede ser: a) autónoma o heterónoma; b) autocéfala o heterocéfala. Autonomía significa que el orden de la asociación no esté otorgado –impuesto– por alguien fuera de la misma y exterior a ella, sino por sus propios miembros. Autocefalia indica que el dirigente de la asociación esté nombrado según el orden de la asociación y no por alguien externo a ella (1971, p. 40). Como rasgo homogéneo las AIRNM son autónomas y autocéfalas.

LAS AIRNM Y LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS CONTRAHEGEMÓNICAS

Para el análisis de las prácticas educativas contrahegemónicas es pertinente distinguir el concepto hegemonía de A. Gramsci, pues lo define como una forma de dominación que ejerce el control social a partir de las instituciones sociales, entre ellas la educación, que impone una visión del mundo sobre los dominados. A su vez, esta concepción del mundo se convierte como una percepción lógica para la mayoría de las personas que la aceptan por consenso, pues se desarrolla a partir de las prácticas cotidianas (GRAMSCI, A. citado en ALBAREZ GÓMEZ, N. 2016, p. 159).

En este sentido, el análisis de las prácticas educativas desde un posicionamiento del pensamiento crítico desarrolla un alcance mayor. Pues, se demuestra que los mecanismos de la reproducción social y cultural nunca están completos y siempre están enfrentados con elementos de oposición parcialmente percibidos. El análisis se dirige a profundizar en la ruptura, discontinuidad y tensiones de la historia en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Procesos que se desarrollan más allá del salón de clases, de profesores y alumnos, se observa en el

2 Las normas son reglas que prescriben 'lo que se puede hacer' y 'lo que no se puede hacer' en el comportamiento individual cotidiano. Estas reglas pueden ser formales y codificadas en constituciones y leyes, o pueden ser implícitas y acatadas formalmente. El concepto de normas se ha usado durante más de un siglo, al menos desde Durkheim ([1901] 1982), para referirse a este elemento restrictivo de la cultura (PORTES, A. 2006, pp. 13-56).

vecindario, la familia, el trabajo, instituciones culturales, entre otros, sin ignorar los problemas de la mujer, el color de piel y los grupos subordinados (FREIRE, pp. 31-32; GIROUX, 1995, p. 20).

Desde esta postura, se determina como fundamental el papel activo no solo en escuelas, sino también en familias, sindicatos, medios de comunicación masiva, asociaciones, entre otros, que generan prácticas educativas en objeción con la cultura dominante. Esta visión se sustenta en la teoría de la resistencia al distinguir su función reveladora, que contiene una crítica a la dominación y ofrece las oportunidades teóricas para la autorreflexión y la emancipación propia y social (GIROUX, 1995, p. 23).

De modo que, se destaca en el proceso de enseñanza y aprendizaje la formación de individuos autónomos, (aprender a ser) como a vivir aquellos valores cívicos que hacen posible y profundicen la democracia (aprender a vivir juntos). En ese sentido, considera esas prácticas educativas que redefine los límites del modernismo, revela los intereses eurocéntricos, patriarcales, racistas y de determinadas clases, los cuales son producidos y legitimados por el canon establecido en los distintos niveles de la enseñanza.

Desde este ángulo: el contra-texto, el contra-discurso, se oponen a las prácticas que marginan las distintas culturas e historias de los alumnos. Al seguir esta línea de análisis Giroux distingue las prácticas educativas que cuestionen críticamente los silencios y las tensiones entre las narrativas maestras y los discursos hegemónicos que forman el currículum oficial y las auto representaciones de los grupos subordinados en la forma en que puedan representarse en las "olvidadas" historias, memorias, experiencias y narrativas de la comunidad (GIROUX, 1995, p. 80).

El análisis anterior permite develar las prácticas educativas que concientizan a los educandos como sujetos sociales críticos. Una de las más importantes hipótesis de la teoría de la resistencia es que los estudiantes de la clase trabajadora no son meramente el producto del capital, sometidos en forma cómplice a los dictados de maestros autoritarios y escuelas que los preparan para una vida de trabajo mortal. Más bien, las escuelas representan terrenos (criticados) marcados no sólo por contradicciones estructurales e ideológicas sino también por resistencia estudiantil colectivamente formada. Conflicto y resistencia tienen lugar dentro de relaciones de poder asimétricas que siempre favorecen a las clases dominantes, pero el punto esencial es que hay complejos y creativos campos de resistencia a través de los cuales las prácticas mediadas de clase y sexo frecuentemente niegan, rechazan y expulsan los mensajes centrales de las escuelas.

Para Michael Apple además de criticar el modelo de la reproducción porque puede llevar a creer que no se dan formas significativas de resistencia al poder, determina que se debe incorporar el estudio de los procesos de resistencia que se dan en las luchas de los trabajadores, mujeres, pobres, negros, otros, como manifestación de lo que se puede deno-

minar trabajo contrahegemónico (citado en AUBERT, 2004, p. 43). Este análisis es capital por cuanto el estudio analiza como elemento sustantivo las prácticas educativas protagonizadas por elementos subalternos, negros/mestizos, mujeres, pobres, (revolucionarios) veteranos e hijos de la guerras de independencia en un contexto de hegemonía cultural etno-eurocéntrica y racista.

En Cuba, finales del siglo XIX y en los inicios del XX, las prácticas científicas y educativas oficiales se sustentaron con las ideologías del Darwinismo social, la Craneometría, la Eugenesia y la Criminología que circularon dentro de una red de intelectuales e incorporaron diversos discursos sobre la raza. Las concepciones generalmente, se ajustaron para el estudio de los sujetos considerados degenerados e inferiores (VALLEJO y MIRANDA, 2010, pp. 225-258). En ese sentido, la Sociedad antropológica de Cuba (1877) publica en sus Actas que: «Las relaciones interraciales son la causa de la degradación de las razas y que la inteligencia de la población negra solo es posible desarrollarla si solo se ponía en contacto con la raza superior, léase la blanca.» (VALDÉS, 1879, citado por RANGEL, 2012). Extinguirse, blanquearse o excluirse fueron algunas de las soluciones brindadas para el negro cubano. Asimismo sustentados en las teorías *científicas* limitan la presencia del negro en la sociedad cubana, se practica un “encarcelamiento” social, que mantuvo a gran parte de la población negra marginada de las principales fuentes de empleo, excluida de los trabajos mejores remunerados; con difícil acceso a la instrucción (TORRES-CUEVAS, 2016, p. 171). También se les limita en determinados oficios que no podían aprender ni practicar, al menos de manera oficial.

De manera que, las AIRNM desarrollaron prácticas educativas que contribuyeron a quebrar los designios *científicos* manipulados que *demonstraban* la minusvalía mental y estupidéz *congénita* del negro y mestizo. Y sobre esta plataforma social estructurada desde el racismo y la exclusión las asociaciones objeto de estudio estructuraron estrategias para instruirse y conquistar socialmente un status social, académico y educacional negados por el sistema colonial y obstaculizado en la república por las costumbres racistas heredadas y las asimiladas de la cultura hegemónica norteamericana.

A la par se desarrollan conocimientos teóricos adversos sobre la igualdad e integración racial, en este sentido se distingue, Juan Gualberto Gómez, que a través del Directorio de las Sociedades de Color fundamenta un pensamiento pro instructivo y de integración nacional entre todos los componentes de la sociedad cubana: “La raza de color de la Isla de Cuba es la de una clase social salida de la esclavitud no hace mucho,... y que por la plenitud de vida que respira, por las virtudes que patentiza, por su gran espíritu de orden, su penetrante inteligencia y su rápida elevación moral e intelectual, es factor indispensable en la vida del país cubano” (GÓMEZ, citado por HORREGO, 2004, p. 57)³.

3 De la misma manera Antonio Maceo proclama la igualdad en derechos del hombre negro y del hombre

Es en la llamada Tregua fecunda, 1878 – 1895, donde se autoriza legalmente el asociacionismo en la Isla. Se aplica primero provisional y luego permanente en Cuba la Constitución de la Restauración española, se promulgan circulares, decretos, Reales órdenes y leyes que pretenden crear un clima de libertades. Las leyes relacionadas con la instrucción permiten el acceso de los negros y mestizos a todos los niveles educacionales incluyendo el universitario y las Escuelas de artes y oficios. Educación gratuita para los *niños de color* y escuelas mixtas. La circular se promulgó el 20 de noviembre de 1878 (BARCIA, 2000, p. 83). Sin embargo, la legalidad y la práctica cotidiana se comportan como un proceso en conflicto, pues el colonialismo racista y excluyente ante las presiones de las AIRNM instituye el acceso a la instrucción hasta el nivel superior, pero se contradice su cumplimiento.

Los comportamientos difieren por cada plazo histórico. En el período de corto plazo histórico (1879 – 1898) se fundan 4 asociaciones para un 12,9 % con respecto al período de largo plazo histórico, fundamentalmente entre 1879 a 1884. Las mismas se imprecisan en el período por la Guerra del '95. En el período de mediano plazo (1899 – 1958) se autorregula conforme a los contextos, de 1899 a 1932, se fundan de 13 asociaciones para un 41,9 % con el mayor índice de estabilidad de las AIRNM. El Gráfico 1 muestra la lógica del análisis. Sin embargo, de 1933- 1958 a pesar que se fundan 14 asociaciones, para 45,2 %, en relación con el período de largo plazo histórico cesan sus funciones 18 asociaciones para un comportamiento de cierre al 64,3 % y sólo un 35,7 % de estabilidad. En este período se cierran 9 asociaciones fundadas en el segundo período y las otras 9 nacieron y cesaron en el mismo tercer período para un 44,4 % de permanencia a mediano plazo. Solamente en el año 1938, coincide con el cierre del 55,2 % de las asociaciones. En efecto, se corresponde a un entorno de crisis económica. Los cambios en algunos de los subsistemas en este caso el económico-social irrumpe en las interrelaciones de la estructura social compleja.

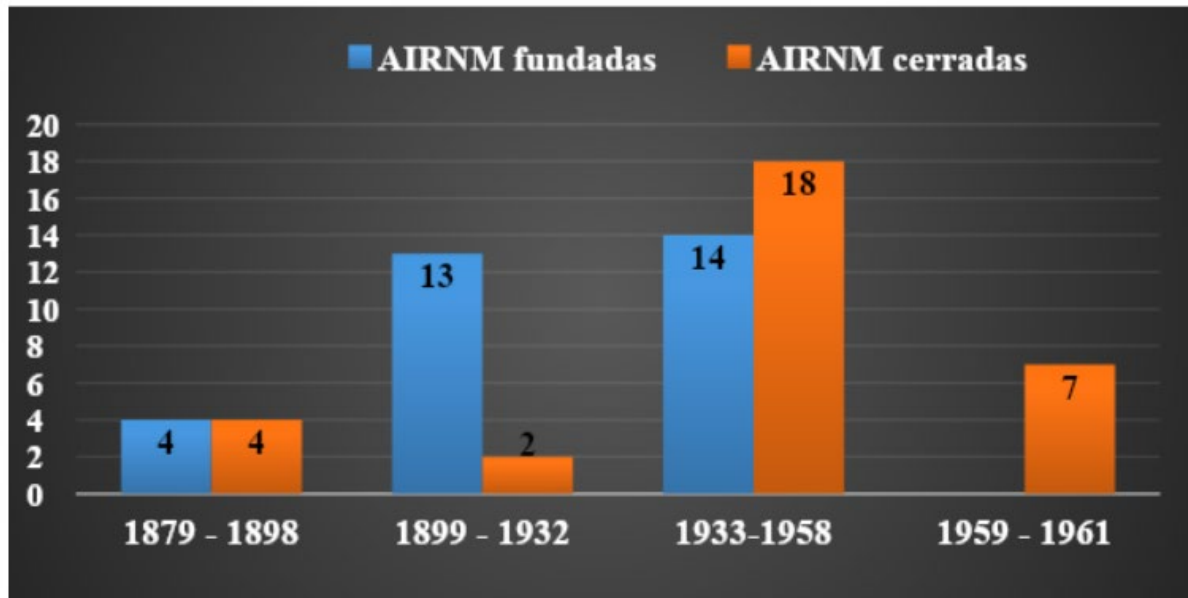
En el período de cambio social (1959 a 1961) no se funda ninguna AIRNM como consecuencia del proceso hacia una revolución radical de base popular que se declara socialista⁴. En este contexto se proscribía la discriminación racial en todos los aspectos incluyendo los centros de recreo y culturales (CASTRO, 1959). De 1959 – 1961 cierran las siete asociacio-

blanco, y la necesidad del negro esclavizado de luchar junto a todos los elementos de la nación por su libertad y expresa en ese contexto esclavista: «El hombre negro es tan libre como el blanco» (MACEO, 1879, p. 106). La visión de José Martí de: *no hay razas*, igualmente desequilibra los principios vinculantes con la exclusión por color de la piel (MARTÍ, t.6, 1975, p. 22).

- 4 Declarar que la Revolución es socialista significa que la Revolución avanza hacia un régimen económico y social socialista, sin la explotación del hombre por el hombre, y condenaba el colonialismo, y condenaba el imperialismo, y condenaba la explotación de un pueblo por las empresas monopolistas de otro país; cuando condenaba el latifundismo, cuando declaraba el derecho del hombre al fruto de su trabajo; cuando declara el derecho de los jóvenes a la educación; cuando declara el derecho de los campesinos a la tierra, sencillamente estaba convirtiendo en una declaración de principios muchas de las cosas que la Revolución había hecho, y al mismo tiempo estaba concretando en fórmulas las aspiraciones de la Revolución Cubana. Fidel Castro Discurso del 26 de julio de 1961.

nes que quedan para un 22,6 %. Esta decadencia expresada en el cierre total de este tipo de asociacionismo se debe a los cambios estructurales del sistema sociopolítico y económico donde la práctica cotidiana discriminatoria por color de la piel queda proscrita.

Gráfico 1 - Fundación y cierre de las AIRNM por períodos históricos (Comparativo)



En el contexto de cambio social (1959-1961) son incompatibles las exclusiones sociales institucionales lo cual provocan turbulencias al sistema asociativo AIRNM. De manera que estructuralmente, el proceso de cambio social, potencia un asociacionismo con nuevas características donde se destaca la inclusión social sin tener en cuenta los matices de los colores de la piel y las diferenciaciones económicas y de clases.

En cuanto a las prácticas educativas desplegadas por las AIRNM en los diferentes plazos históricos la Tabla 1 muestra los indicadores que la autora distinguió como prácticas educativas contrahegemónicas: las Prácticas educativas alternativas, la Fundación de Instituciones de idiomas igualitarias para ambos sexos, la Prensa educativa dirigida por miembros de las AIRNM, la Fundación de Instituciones de oficios diferenciados por sexos, Las Bibliotecas fundadas en las AIRNM para el aprendizaje autodidacta, la Fundación de Instituciones nocturnas gratuitas para obreros y amas de casa, la Fundación de Instituciones educativas particulares para ambos sexos, pagada, La Fundación de Instituciones de Segunda enseñanza igualitaria para ambos sexos, la Fundación de Instituciones igualitarias para ambos sexos dirigidas por mujeres.

Tabla 1 - Prácticas educativas contrahegemónicas.
Período de larga, mediana y corta duración (Comparativa)

Período de larga duración. 1er período. 1879-1898

Indicadores. Prácticas educativas contrahegemónicas.	P. de larga duración	1er. P. 1879-1898	2do. 1899-1932	3ro. 1933-1958	4to. 1959-1961
Fundación de instituciones educativas de Primera enseñanza igualitaria para ambos sexos en las AIRNM	13	4	7	2	0
Fundación de instituciones educativas de Segunda enseñanza igualitaria para ambos sexos	4	0	3	1	0
Fundación de instituciones educativas de Oficios diferenciadas por sexos	22	5	13	4	0
Fundación de instituciones educativas de idiomas igualitaria para ambos sexos	10	2	6	2	0
Fundación de instituciones educativas nocturnas gratuitas para obreros y amas de casa	8	1	6	1	0
Fundación de instituciones educativas dirigidas por mujeres igualitaria para ambos sexos	16	0	14	2	0
Fundación de instituciones educativas particulares igualitaria para ambos sexos pagadas	16	1	13	2	0
Maestros graduados en la Escuela Normal que transitaron por estas instituciones	108	0	33	75	0
Maestras graduadas en la Escuela del Hogar que transitaron por estas instituciones	4	0	2	2	0
Maestros dedicados a la instrucción pública que transitaron por estas instituciones	44	0	23	21	0
Prensa educativa dirigida por miembros de las AIRNM	21	6	13	2	0
Profesionales egresados de universidades de la Habana y Europa que transitaron por estas instituciones	106	0	85	21	0
Prácticas educativas alternativas	19	10	7	1	1
Bibliotecas fundadas en las AIRNM para el aprendizaje autodidacta	11	2	7	2	0
Total	402	31	232	138	1

Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Fondo de asociaciones del AHPC y otras fuentes documentales: periódicos locales y nacionales de la época.

Las Prácticas educativas contrahegemónicas a corto plazo histórico establecen la plataforma del desarrollo educativo que desde estas instituciones aportan a la sociedad de Camagüey: la coeducación, es decir, enseñanza igualitaria para ambos sexos, gratuita, con horarios diferenciados hasta el nocturno para obreros y amas de casas. La inclusión de las asignaturas vetadas para los negros por considerarlos inferiores desde argumentos *cientí-*

ficos.⁵ Asimismo la instrucción de oficios no competentes para los negros y mestizos y mujeres de igual condición étno-racial. De manera que, proyectan la autonomía y emancipación de los excluidos a partir de la instrucción en sus propios espacios asociativos y en academias particulares demostrando en el epicentro estructural de la discriminación racial su potencial intelectual en tanto seres humanos. Por otra parte, de manera latente se preparan para la eliminación definitiva de la esclavitud como estructura social y desde la escritura y la comunicación se establecen puentes con el pensamiento universal y del continente americano.

Se destaca que las prácticas educativas alternativas desarrolladas en el período de 1879-1898 son lideradas por familias recién salidas de los campos de batalla y se comportan como una estrategia efectiva de instrucción. Sobre todo porque se analiza el efecto de la Ley del 9 de septiembre de 1846, decretada en España, puesta en vigor en Cuba en 1879, que restringe la coeducación en las aulas a los más pobres y los de color y no solo limita el acceso sino que inferioriza y oprime al negro y al mestizo impartiendo menos conocimientos (VINAT, 2016, p. 106). Ante esta dominación ideológica las AIRNM contraponen lo legislado y establecen acciones concretas a favor de una instrucción apropiada a las necesidades reales del alumnado discriminado y ávido de conocimientos. Como respuesta se destacan de manera complementaria las prácticas educativas alternativas a través de: charlas/conferencias sobre temas relacionados con la higiene personal y ambiental, a favor de la autoestima del negro, sistematizan la historia del mambisado negro y mestizo, ilustran al alumnado sobre el comportamiento cívico, instituyen espacios de aprendizaje sobre la justicia social, se estudia en los salones de las AIRNM el pensamiento negro universal de Juan Gualberto Gómez, Martín Morúa Delgado, Antenor Firmin, Frederick Douglas, Booker T. Washington, W.E.B. Du Bois, entre otros, incipiente comportamiento de sistematizar una afroepistemología aun solapada en el pensamiento social cubano.

En efecto, las AIRNM establecen prácticas educativas enfrentadas al pensamiento dominante. De manera que estas prácticas educativas alternativas antes referidas, nacidas precisamente desde las mismas capas subalternas, convertidas en acción colectiva generan a su vez una iniciativa política al fomentar una visión otra del mundo y potenciar un cambio de dirección al orden institucional establecido. De modo que, proporciona la aparición

5 El texto con anterioridad describe que el Darwinismo social, la Craneometría, la Eugenesia, la antropología forense y la Criminología que determinaron a los sujetos no blancos como degenerados e inferiores (VALLEJO, y MIRANDA, 2010, pp. 225-258). Manipularon los resultados científicos a partir de tallas óseas, el peso de la masa craneoencefálica de los no blancos y los blancos de manera comparativa, incluyendo a la mujer también, como ejemplos de minusvalía mental por el peso inferior. Por otra parte, se consideró que la inteligencia de la población negra solo es posible desarrollarla si solo se ponía en contacto con la raza superior, léase la blanca (VALDÉS, 1879, citado por RANGEL, 2012). No consideraron las civilizaciones milenarias igualmente muy desarrolladas en ciencias múltiples como Egipto, China, y las civilizaciones precolombinas en América. El alcance científico de la época, al necesitar una plataforma científica para justificar las teorías racistas, no alcanzaron justipreciar las civilizaciones no europeas en su contexto.

de prácticas contrahegemónicas (CAMPANIONE, s/f p.18). En este sentido, hacer aparecer un nuevo discurso que incluya la cultura de las personas marginadas y devolverla a la producción de conocimiento, fomenta el carácter político, personas críticas y democráticas (GIROUX, 1992, pp. 33-47).

En este sentido, las cuatro primeras asociaciones fundadas en el período colonial: La Ilustración (3 de marzo de 1879), la Nueva Aurora (1880), La Fraternidad (1882) y el Progreso (1884) tuvieron en sus salones clases gratuitas, para ambos sexos, de primera enseñanza con las siguientes asignaturas: Lectura, Escritura, Historia universal, Lenguaje, Geografía universal, Aritmética, Mecanografía, Taquigrafía, Inglés. Para 1884 la localidad tenía más 30 centros de instrucción con el Instituto de Segunda Enseñanza (MENA, A. 1999). De manera que esta instrucción alternativa para la población negra y mestiza no es desestimable si se tiene en cuenta el porcentaje poblacional de los de color, pues representa el 16,7 % de la totalidad de Instituciones del período. Si bien en esta etapa de corto plazo histórico no se instituye la Segunda enseñanza en las AIRNM, el joven Tomás Vélez Vázquez, fue el primer negro en Camagüey que matricula en el Instituto de Segunda Enseñanza en el curso 1882 – 1883 de la región (19 años después de su fundación). Él inició el 1er curso con matrícula de honor, opta por el Premio de oposición en las asignaturas Latín, Castellano y Geografía. Luego en Psicología lógica, Filosofía moral, Geometría y Trigonometría, Francés 2do curso (prefiere esta lengua antes que el inglés), Física y Química, Agricultura, Historia natural, Fisiología e Higiene. En este mismo año solicita el premio extraordinario en la sección de Letras y lo logra. El 28 de junio de 1887 termina con éxitos los 5 años de bachillerato (AHPC: Fondo ISE Leg. 63 No.642). Es interesante destacar el dominio del francés y del latín del joven Tomás Vélez Vázquez al punto de optar por Premio y Matrícula de honor en estos idiomas, se infiere la presencia de un magisterio sumergido, no oficializado y muy efectivo que prepara generaciones de educandos a la enseñanza oficial superior y obtienen premios sucesivos. Él marcó una pauta y estableció un paradigma de altruismo.

En 1885 ingresa Graciliano Garay López y logra igualmente que Tomás, Matrícula de honor, pero en el segundo curso en las asignaturas de Latín y Castellano. Se corrobora que hubo un maestro hasta ahora incógnito de estas asignaturas que los prepara, porque ambos en sus pruebas de ingreso y oposición tuvieron Matrícula de honor. En 1890 ingresa Fermín Abad y Agüero y estos tres jóvenes negros que ingresaron en la etapa colonial en el Instituto, fundaron academias de 1ra enseñanza, mientras que Vélez y Garay de 1ra y 2da enseñanzas oficializadas. Según las estimaciones del Instituto de Estadística de la Unesco, aún la tasa de acceso de las niñas a la educación primaria en el conjunto de la región latinoamericana es levemente menor que la de los niños (CEPAL 2016 p.65). De manera que, la fundación de instituciones de primera enseñanza igualitarias en el siglo XIX en la ciudad de Camagüey

fomentadas las AIRNM constituye una práctica contra las costumbres, expresándose como sujetos de derecho, apuntando a la justicia social y al fomento de la emancipación de la niña y adolescente negra y mestiza.

En este sentido, se funda una institución de idiomas para ambos sexos, instituida por el reglamento con el profesor: Manuel Caballero Urgellez, en la calle San Martín No. 35 con horarios distintos y clases pagadas, igualmente se tiene en cuenta a los alumnos con dificultades para abonar pero con talentos demostrados. Por otra parte, la prensa educativa dirigida por miembros de las AIRNM constituyó uno de los materiales de actualización e instrucción de las familias asociadas. Para la fecha, Arsenio Martínez Campos, a partir de agosto de 1878, como ordenamiento social, pacificación y paliativo ante la efervescencia política luego de la Guerra de los Diez Años, autoriza libertad de prensa para el debate y propaganda de las ideas permitidas oficialmente. Consecutivamente, en octubre de ese mismo año se formaliza el ejercicio de censura. De manera que, se prohíbe atacar al gobierno o sus instituciones, desfigurar a las personalidades del Estado y divulgar ideas políticas contrarias al mantenimiento de la integridad española (BASAIL, A. 2004, p.66). Es decir, el poder ante la libertad de prensa es bifronte, permite pero a la vez censura los daños de su imagen y prohíbe el fomento de prácticas liberadoras desde la prensa. Aunque es una prensa leída bajo un abanico de tensiones, desde la presión abierta hasta los problemas financieros, estos hombres toman la iniciativa de utilizar esta tecnología para sus propios propósitos, en oposición a los objetivos sociales dominantes. ¿Quiénes eran los directores y periodistas de este primer período del periodismo negro en Camagüey? En *La Nueva aurora*, 1882 – 1892; *La Fraternidad*, 1883; *El Progreso*, 1884 y 1888; *La Fraternidad*, 1888-1889; *Cuba*, 1887 – 1888; *Las Dos Repúblicas*, 1898 se destacan como directores los veteranos de la Guerra de los Diez Años: Jerónimo A. Guerra, Miguel Orestes Sedrés, Pedro Germán, Nicolás Guillén Urra, — muchos ejemplares no están en existencia. Los directores a su vez escribían y eran los oradores en las AIRNM por su nivel educativo y dominio de la oratoria adquirida también en las asociaciones masónicas. Entre los periodistas se destacan David J. Guzmán, Esteban Caballero, los seudónimos eran muy utilizados, *La fraternidad*, *Margen*, *El aprendiz*, entre otros. En efecto, la antigua coherencia de una cultura letrada especializada es desafiada al mismo tiempo por estas iniciativas y por la reproducción de un material considerado popular (WILLIAMS, 2008, p.102). Se instituye una contracultura desde la plataforma de la prensa propia.

El análisis de contenido muestra un índice de temas generadores que envuelven situaciones límites que son determinantes históricas que al ser percibidas conducen a proceder críticos, de trascendencias históricas, a un estado de conciencia colectiva que asumen formas de protestas de una realidad constituidas por limitantes estructurales (FREIRE, 1972, p. 15). Estas formas de pensamiento contrahegemónico es la plataforma ideológica

que conduce a los asociados a seguir luchando en la Guerra del 95. Las unidades temáticas del análisis del contenido de la prensa escrita que develan el fomento de una ideología contrahegemónica son: instrucción igualitaria y gratuita, familias negras, artes populares, Patria para todos, ayuda mutua, progreso, igualdad social, unión étnica y discriminación racial.

Al tener en cuenta las unidades temáticas generadas, a quienes van dirigidas y la observancia del contexto en que se desarrollan se infiere entonces un periodismo que se funda a partir de prácticas culturales antagónicas a la ideología hegemónica instaurada en el país. Según el pensamiento dominante de la estructura social, la metrópoli, es la madre patria, y en este mismo contexto para los asociados la Patria para todos, es Cuba libre e independiente, dueña de su propio destino sin tutelaje español, sobre todo por su participación hasta entregar sus vidas en los 10 años de guerra, contra España, la esclavitud y la dominación estructural.

Las experiencias de la Guerra de los Diez Años, evento público más distintivo de sus vidas, aumenta sus capacidades personales, los estimula para buscar su ascenso social, cambios positivos en su autoestima, cambiar sus ideas respecto a la omnipotencia del orden sociopolítico vigente, se autoidentifican como cubanos y ciudadanos por encima de cualquier otra condición. No fueron a la guerra como africanos sino como partícipes del altar sacrosanto de la Patria, a conquistar la libertad plena de todos los cubanos.

La Patria se destaca como lo que urge en este período y justifica su accionar insurrecto ya descrito, sin embargo en el período de largo plazo histórico es la instrucción igualitaria y gratuita lo prioritario. Por otra parte, el fortalecimiento de las familias obedece a una situación bipolar: por una parte, como herederos de una esclavitud urbana, dueña de oficios principales, la manumisión y coartación eran procedimientos comunes que les permiten constituir y mantener familias y establecer sus propios hogares. Por otra parte, para optar por estudios superiores tienen que ser hijos legítimos, no naturales, de manera que la institucionalidad del casamiento formal les permite a sus hijos el acceso a niveles instructivos superiores.

En este sentido, los asociados marchan a la Guerra del 95 a conquistar lo que la Guerra de los Diez años declinó en el Pacto del Zanjón y se levanta con Antonio Maceo en la Protesta de Baraguá. Igualmente el progreso y la ayuda mutua constituyen los procesos válidos para conquistar las metas propuestas como cubanos. Se actualiza el directorio profesional, los negocios en defensa de una clientela fija para aportar ingresos constantes a sus congéneres y ser solidarios al elegirse entre ellos mismos sus propios servicios los cuales también están a disposición de la sociedad en general. La prensa se interconecta con las similares en el resto del país. Lo cual actualizan las redes de ayuda mutua entre los negros y mestizos de la nación. Se observa otra de las características de la complejidad del sistema

asociativo negro, por sus numerosas partes interconectadas, posee una alta diferenciación interna, es decir, subsistemas diferenciados pero inter-relacionados.

Los padrones de barrios refieren que de 77 oficios y profesiones, 35 podían ser ejercitados por negros libres. Sin embargo, ¿cuáles fueron los oficios que se enseñaron de manera gratuita para miembros, familiares y en horarios distintos? Precisamente algunos de los negados por la estructura social racista y colonial: enseñanza de Agrimensura por el profesor Sebastián Delgado, Cirugía dental y flebotomía con los profesores Julio López y Andrés Corcino Gutiérrez, el oficio de dorador y platinador con el profesor José Alacio y el reconocido de la carpintería–ebanistería con el profesor Juan Arteaga. En este sentido, al establecer espacios de aprendizaje de lo negado constituyen prácticas contrahegemónicas a lo instituido. Por otra parte, los oficios lícitos y por tradición que las mujeres negras y mestizas cotidianamente realizan no están relacionados como clases en los reglamentos ni en los directorios publicados de la prensa escrita. Sin embargo, instituyeron clases de sastrería, extraño para la época. Se destacan las maestras-sastres Zoila Quesada Zamora y María Zabala Padrón.

Las Bibliotecas para el aprendizaje autodidacta eran dos, contraladas por el presidente de la comisión de instrucción, abiertas durante todo el día desde 8.00 a.m. hasta las 11 p.m. con la finalidad del acceso en diferentes horarios por públicos distintos. La prensa de manera conjunta con las AIRNM actualizan los volúmenes que entran como novedades. Por otra parte, se lee a manera de círculo de estudio determinadas obras de los patriotas como Juan Gualberto Gómez y Martín Morúa Delgado. Se establece un centro de suscripciones de obras científicas y novelas llamadas: Cervantes. Se instituye un patrón de comportamiento de auto superación a partir de la presencia de textos que fomenten la autonomía, la liberación, la emancipación, el reconocimiento de sus propias identidades y de participación como desafío a la cultura hegemónica excluyente y racista. La lectura es base de aprendizaje, se fomenta la búsqueda, la autogestión de la información y superación, y construyen por ellos mismos sus propios conocimientos para revertirlos en acción.

De gran realce fue la fundación de una institución nocturna y gratuita para obreros y amas de casa, como maestro Vicente Vélez Piloña. A partir de 1863 se establece la diferenciación de la enseñanza pública y privada, los ayuntamientos asumen la primera, haciendo obligatoria la primaria aunque no absolutamente gratuita (REMOS, 1956, p. 22). Se infiere entonces que el establecimiento de esta institución nocturna, gratuita, para obreros, amas de casa, de conjunto niñas y niños de manera igualitaria, constituye un desafío al contexto del primer período histórico. Es decir, que se fomenta desde estas instituciones la desobediencia silenciosa de la cultura opresiva que divide a los seres humanos en todos los espacios de la vida social. En consecuencia, fomenta procesos formativos emancipado-

res, interpone en la estructura social un modelo educativo que visibiliza, reconoce y actúa contra las injusticias sociales (DÍAZ, 2018, p. 86). Asimismo fomenta la solidaridad entre sus miembros para alcanzar metas altruistas y las familias establecen estrategias para que sus hijos, sobrinos, nietos alcancen metas que ellos mismos por su condición de preterición no pudieron alcanzar.

Estas prácticas educativas contrahegemónicas del período de corto plazo histórico, 1879-1898, establecieron la plataforma del desarrollo educativo que desde estas instituciones aportan a la sociedad de Camagüey: la coeducación, es decir, enseñanza igualitaria para ambos sexos, gratuita, con horarios diferenciados hasta el nocturno para obreros y amas de casas. La inclusión de las asignaturas vetadas para los negros por considerarlos inferiores desde argumentos científicos. Asimismo la instrucción de oficios no competentes para los negros y mestizos y mujeres afrodescendientes. De manera que, proyectan la autonomía y emancipación de los excluidos a partir de la instrucción en sus propios espacios asociativos y en academias particulares demostrando en el epicentro estructural de la discriminación racial su potencial intelectual en tanto seres humanos. Por otra parte, de manera latente se preparan para la eliminación definitiva de la esclavitud como estructura social y desde la escritura y la comunicación se establecen puentes con el pensamiento universal y del continente americano.

Prácticas educativas contrahegemónicas a mediano plazo (1899 a 1932 -1933 a 1958). En 1899 la provincia de Puerto Príncipe ocupa el segundo lugar en instrucción después de la capital. En el padrón de 1907 el nivel educativo aumenta y la población negra y mestiza muestra gran interés por su inserción social en este escenario. El comportamiento en Cuba de la alfabetización es de 68, 7%; los blancos con un 69, 5% y los negros 66,9%. En efecto, hay un ascenso considerable entre los indicadores de 1899 a 1907, sin embargo, de 1907 a 1919 descienden. En este último, el total de alfabetizados es de 61,3 %; en la población blanca se observa un 63,0% y para la población negra un 56,6%, se deprime en un 10%. Para 1931 el nivel de alfabetismo de la población negra en Cuba asciende de un 56, 6 % a un 71, 5%, demostrando sus esfuerzos para instruirse y ser competentes en el perfil académico, profesional, técnico especializado para su autodesarrollo y presencia en el mercado laboral de mayor remuneración. En 1919, los niveles de instrucción de la población blanca es de 63,0% y en 1931 asciende al 74,3%, de modo que comparativamente el esfuerzo de los negros y mestizos es superior en un 15% por alcanzar metas instructivas efectivas. Sin embargo, para el censo que corresponde a 1943 mientras la población blanca se mantiene con los mismos índices de alfabetismo la población negra desciende al 69,2% de instrucción, es decir en un 2% (Memorias de los Censos nacionales, 1899, 1907, 1919, 1943). Estos datos censales son indicativos de las irregularidades

del sistema instructivo a tono con los altibajos económicos, de la indiferencia estructural hacia las exclusiones mantenidas y a su vez de la efectividad de las estrategias articuladas por los miembros y familias de las AIRNM ajustadas a las necesidades instructivas de un sector de la población preterido por el sistema social.

Por otra parte, se precisa tener los puntos de partida en el análisis del dato estadístico en los estudios que establecen comparaciones entre capas sociales de diferentes orígenes y realidades socioeconómicas, pues cuando los excluidos alcanzan índices académicos superiores, el análisis debe hacer notorio los obstáculos estructurales y a su vez la perseverancia y estrategias de los oprimidos por alcanzar metas loables. Mientras que, los segmentos de las clases hegemónicas que logran estos índices ya forman parte de su patrón de comportamiento habitual unido a la anuencia del orden establecido. Es decir, cuando la nieta de esclavos Cruz Angulo Verdesi en 1916 se gradúa de doctora en Medicina en la Universidad de La Habana, siendo la primera mujer de piel negra en esta profesión en Cuba, sus esfuerzos fueron mayores que los realizados por la nieta de un hacendado de la clase media o alta, de piel blanca, con herencias económicas estimables unido a los cumplidos sociales recibidos desde su niñez sin limitaciones. De manera que, el enfrentamiento a las opresiones significa el inicio de procesos de liberación personal y luego grupal. De manera que, unido al análisis de los patrones de comportamiento de las prácticas educativas contrahegemónicas en los diferentes periodos históricos, el estudio distingue además que estas prácticas fomentan el carácter, la voluntad, la persistencia y el quebrantamiento moral de la cultura excluyente y racista. Al mismo tiempo promueve la conquista de espacios negados por el poder institucionalizado a partir de sus propios recursos autoemancipatorios y la inclusión social requisitos para un cambio social.

Igualmente la estrategia de combinar las prácticas educativas formales con las alternativas como la prensa propia, las bibliotecas en los diferentes salones de las AIRNM, charlas, conferencias, gabinetes de lecturas sobre la plataforma de la ayuda mutua contribuyeron además a que otros sectores desatendidos como las amas de casas y obreros se incorporaran al proceso de enseñanza y aprendizaje. A la par, la mujer negra y mestiza se incorporó a liderar instituciones educativas, al oficio periodístico, al desarrollo de otras ramas de las ciencias como la medicina, la arquitectura, la farmacia, entre otras, como profesional y graduada universitaria invalidando las teorías racistas sobre su disminuida capacidad intelectual. Como resultado favorecieron a su autoestima y a la representatividad social positiva de la mujer negra y mestiza.

La fundación de instituciones de Segunda enseñanza igualitaria para ambos sexos comienza en este período a mediano plazo. Los profesores/dueños de academias fueron los primeros negros en graduarse en el Instituto de Segunda enseñanza. Tomás Vélez Vázquez y

Graciliano Garay, además ganaron por oposición ser catedráticos de la Escuela Provincial de Comercio de Camagüey que se funda en 1930, entre otros cargos educativos a nivel gubernamental, fundamentalmente Vélez, en sí, es una institución educativa en la región:

Aquí debo decir que el bachillerato lo estudié, junto con mi hermano Francisco (un poco más de un año menor que yo) en la academia nocturna del profesor Tomás Vélez,...era un hombre negro y sólido, de elevada talla, que vestía a toda hora de blanco, el llamado dril cien...Pese a su magisterio — y a su majestad — era un hombre de pronta comunicación popular... (GUILLÉN, N. 1982, p. 24).

Es necesario subrayar la doble posición en la estructura socio profesional de estos directores de academias, no solo se dedican al desarrollo de prácticas educativas de las familias de negros y mestizos y de todos los colores de piel que estimen asistir, sino que también se ocupan de la instrucción pública de la localidad, en muchos casos como directivos. Tomás Vélez (padre e hijo) también ejercen el magisterio a los penitenciarios en la cárcel, es decir a desfavorecidos, desatendidos por su condición de convictos, potenciando además su rehabilitación social. Igualmente favorecen la institución educativa religiosa católica de las Madres Oblatas (monjas negras) para niñas pobres fundamentalmente negras, las más oprimidas. En caso de pobreza extrema la sección de instrucción en la persona de Vélez Vázquez auxilia a las Madres Oblatas a establecer carpas improvisadas en los espacios marginados para llevarles la enseñanza desde las primeras letras hasta 8vo grado en sus propios lugares. La amplia diversificación del alumnado es resultado del respeto a los méritos que estos profesores a nivel social tienen. Estas instituciones implantan en las familias negras y mestizas un comportamiento a favor de la superación más allá de la primera enseñanza y el rechazo a aceptar la ignorancia como parte indisoluble de las carencias económicas. Igualmente desarrollan prácticas educativas más justas al alcanzar en sus propios espacios a los que por su condición social y económica el acceso a la instrucción privada les era negado. Como respuesta al rechazo a puestos de trabajo de alta calificación debido a la falta de formación académica o al racismo estructural, en este período se establecen las Academias de segunda enseñanza, las cuales les permite luego acceder a la Escuela de Artes y Oficios en la Habana, a la Universidad, o la Academia de San Alejandro.

Se distingue en este período la fundación de instituciones igualitarias para ambos sexos dirigidas por mujeres de las AIRNM pues confrontan la discriminación que históricamente sufren las mujeres y niñas negras por la atribuida minusvalía mental, moral y profesional con que el racismo y la triple discriminación étnica, de género y condición económica de pobreza, la estereotipan. Estas instituciones se fundan en el período de mediano plazo de 1899 a 1932, se destaca la academia de las hermanas Carnesoltas, luego que Micaela se doctora en Pedagogía en la Universidad de la Habana se dedica al fomento de la Primera enseñanza desde su propia academia para todos los niños sin distinciones de color de piel, ni

origen social o poder socioeconómico. De 1933 a 1958, la Dra. Surama Varona mantuvo su escuela hasta 1961 y luego se incorpora a la Campaña de alfabetización. De manera que el 100% de las Instituciones igualitarias fundadas y dirigidas por mujeres se ubican en el mediano plazo histórico. Se observa que las mujeres fundan y dirigen Instituciones de la primera enseñanza y oficios diferenciados y no se encuentran al frente de instituciones de Segunda enseñanza, aunque las esposas de los maestros y dueños de Academias de esta tipología: Tomás Vélez Vázquez (Aurelia Betancourt Sánchez) y Tomás Vélez Betancourt (Zoila María Urra Cisneros) ambas esposas desempeñaron funciones instructivas junto a sus esposos. En efecto, este análisis aunque no responde solamente a una perspectiva de género, tiene en cuenta la preterición que durante siglos la mujer negra soporta, al estar ubicada en el último peldaño de la escala social (SUBIRATS, 1998; CEPAL 2016). La permanencia de esta estructura social en el tiempo determina que este sector, la mujer negra, es sujeto de exclusión social de manera sostenida. En consecuencia, la presencia de mujeres negras en un status visible fundando y dirigiendo academias para instruir más allá de sus iguales, más allá de las primeras letras, mostrando su título de Dra. en Pedagogía de la Universidad de Habana, apunta a consolidar el criterio que el análisis estadístico solo y fríamente comparativo no es suficiente. Máxime en contextos persistentemente racistas, donde la mujer negra se conoce como: *-esclava-buena paranada-sirvienta-doméstica-lavandera-maloliente-cocinera-prostituta-respondona vendedora ambulante, bulliciosa...* estigmas integrados y mantenidos en el imaginario social.

Las instituciones dirigidas por mujeres fomentan una representatividad social emancipada de la mujer negra en cuanto a su autonomía, en tanto "capacidad de generar ingresos y recursos propios (autonomía económica) y la plena participación en la toma de decisiones que afectan su vida y su colectividad (autonomía en la toma de decisiones)" y ser portadora de ese poder frente a las demás personas para ser escuchada y respetada. Este indicador está vigente en la plataforma para el desarrollo de la inclusión social y de género femenino en el área del Caribe (CEPAL/OIG, 2017a). Estas mujeres se colocan en la referencia y el alcance de metas para aquellas que no han salido de la precariedad y esclavitud mental más que económica, bien por deficiencias de la estructura social, también ausencia de metas familiares y un contexto sicosocial influenciado por los traumas de la esclavitud. Estas dueñas de Academias son mujeres potentes socialmente, por el respeto, la consideración en general. Además la presencia de un magisterio universitario institucionalizado por mujeres negras, independientes, teniendo en cuenta los condicionantes socios históricos antes referidos, modela las prácticas educativas contrahegemónicas y fomenta una cultura de equidad, justicia e inclusión social.

Las prácticas educativas igualitarias desplegadas por los miembros de las AIRNM, combinadas con las estrategias familiares, la ayuda mutua inter-asociativa y el enfoque instructivo conforme a las necesidades e intereses de los asociados y familiares, potenciaron a: Maestros graduados en la Escuela Normal que transitaron por estas instituciones:108, distribuidos de la siguiente forma, 33 se graduaron de (1899 a 1932) y 75 de (1933 a 1958); Maestras graduadas en la Escuela del Hogar que transitaron por estas instituciones: 4, distribuidos de la siguiente forma 2 se graduaron de (1899 a 1932) y 2 de (1933 a 1958); Otros Profesionales egresados de universidades de la Habana y Europa que transitaron por estas instituciones:106, distribuidos de la siguiente forma 85 se graduaron de (1899 a 1932) y 21 de (1933 a 1958). Es en este período donde se gradúan la totalidad de profesionales egresados de la Universidad de la Habana, resultado también de la plataforma instructiva establecida en el período de corto plazo histórico. Para la observancia de esta lógica ver la (Tabla 1).

La totalidad de profesionales que transitaron por estas instituciones ancladas en prácticas educativas contrahegemónicas ascienden a 262, distribuidos en 143 graduados entre 1899 a 1932 para un comportamiento de 54,6 %, mientras que de 1933 a 1958, se gradúan 119 para un 45,4 % lo cual indica que el 100% de los graduados universitarios se ubican en el mediano plazo histórico. Estas prácticas educativas al trabajar desde los intereses de los miembros y familiares, condicionados por las necesidades y realidades económicas, establecen dos redes de instrucción latentes, ambas tuvieron en común como punto de partida la Primera enseñanza y la finalidad de insertarse en el entramado laboral, cultural, político y social de la localidad y la nación.

LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS CONTRAHEGEMÓNICAS EN EL PERÍODO HISTÓRICO DE CAMBIO SOCIAL (1959 - 1961)

A partir de 1959 se desarrollan comportamientos sociopolíticos estructurales que socavaron los patrones de exclusión social y racismo. En ese mismo año se promulga la Ley de Reforma Agraria, la Ley de Reforma Integral de la Enseñanza y se declara disuelta la Asociación de ganaderos. Seguidamente en 1960 se nacionaliza la gran industria, el comercio, la banca, empresas, entra en vigor la Ley de Reforma Urbana, que les permitió a disponer de viviendas en usufructo gratuito. Es en 1961 cuando se firma la Ley de Nacionalización General y Gratuidad de la Enseñanza donde se nacionalizan todas las escuelas privadas, y se establece una escuela nacional laica y un sistema de instrucción popular estatal. En consecuencia las instalaciones deportivas y antiguos clubes de recreo también se nacionalizaron y se fundan los Círculos sociales obreros y los círculos infantiles que aumentan las posibilidades que las madres se incorporen al trabajo estatal. En este contexto se desarrolla la Campaña de

Alfabetización, se desarrollan los sucesos de playa Girón y playa Larga y se declara el carácter socialista de la Revolución.

La Ley Reforma Urbana y las leyes de nacionalización inutilizaron el artículo 13 del Código Civil español vigente en Cuba en ese momento que hacía alusión a esta tipología de asociacionismo y se decreta inaplicable por referirse a las provincias españolas de régimen foral, lo cual Cuba ya no tenía tal condición. La Revolución de liberación nacional de 1959 transforma las relaciones sociales, económicas, institucionales, condiciones de vida e ideas respecto a la racialidad y se ataca con mucha fuerza al racismo y la exclusión social (MARTÍNEZ, 2017, p 17).

En este contexto, se inicia un proceso de cierre progresivo de las asociaciones en funcionamiento: Camagüey Social, disuelta el 4 de mayo de 1959; Alfa Club, el 4 de mayo de 1959; Federación Provincial de Sociedades Cubanas, disuelta por resolución No. 400 el 8 de julio de 1959; Invasores del 68, fue cancelada el 1 de octubre de 1959. Sin embargo, la Antonio Maceo el 19 de enero de 1961 fue su última acta y en Victoria, sus afiliados en la Asamblea del 18 de abril de 1959 en su reunión ordinaria establecen en el Orden del día apoyar a las medidas de Gobierno Revolucionario, en 1961 cambia de nombre y objeto social.

Como conclusión parcial: La fundación de instituciones educativas de Primera y Segunda enseñanza, de oficios, idiomas, instituciones nocturnas para obreros y amas de casa, igualitarias, gratuitas y pagadas contribuyeron a la autoemancipación del negro y del mestizo, a insertarse socialmente en mercados laborales de mejor retribución económica, a alcanzar diferentes profesiones y oficios especializados, a doctorarse en la Universidad de la Habana y en otras universidades del extranjero y a su vez aportaron sus conocimientos para ayudar al desarrollo de los marginados por el color de la piel, el nivel económico, el género, la edad avanzada y en consecuencia a la sociedad camagüeyana en general.

COMPONENTES DEL DESARROLLO EDUCATIVO POTENCIADOS POR LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS CONTRAHEGEMÓNICAS DE LAS AIRNM A CORTO, MEDIANO Y LARGO PLAZO ENTRE 1879 Y 1961 EN LA SOCIEDAD DE CAMAGÜEY

Se establecen como componentes del desarrollo educativo potenciados por las prácticas educativas contrahegemónicas de las AIRNM, a los elementos constitutivos y de necesaria concurrencia que funcionan como sistema en la interdependencia de sus partes y el todo, fomentan la desobediencia del orden del poder instructivo colonial y neocolonial, respectivamente. Son acciones que inician con la identificación y reconocimiento de los problemas, proyectan su disconformidad con la oposición a la condición de dominación, exclusión social y racismo (WALSH, 2013, p. 29).

Los **componentes del desarrollo educativo** potenciados por las prácticas educativas contrahegemónicas de las AIRNM son: La Autonomía institucional de las AIRNM con fines específicos. Los Enfoques curriculares desde y para los excluidos. La Emancipación económica. La Disminución de las asimetrías. La Desconstrucción de los estereotipos negativos en clave étnico racial y de género. Las Estrategias de ayuda mutua para la superación académica.

Estos componentes del desarrollo educativo fomentados por las prácticas educativas contrahegemónicas se transforman en mediación de un conjunto de aspectos normativos de la estructura social, de instituciones y sujetos sociales (HENRY-KNIGHT, 2020).

La autonomía institucional de las AIRNM con fines específicos. Se refiere a la capacidad de decisión sobre las prácticas educativas que se desarrollan y de confrontación a la lógica del sistema normativo instructivo oficial discriminatorio. En este sentido, las AIRNM y los dueños de academias particulares desarrollan la capacidad de decidir sobre un tipo de instrucción que sus hijos necesitan para ser parte sustantiva de la estructura social desde el conocimiento. En consecuencia, defiende la autonomía, la capacidad para proyectarse y articularse en una estructura social hegemónicamente eurocéntrica y a la vez culturalmente diversa (CONTCEPI, 2013, p.33). Es decir, se potencia una instrucción emanada de las dinámicas culturales y organizativas donde se toman las propias decisiones dentro del subsistema instructivo de las AIRNM en interacción con el ecosistema instructivo del país.

En cuanto a **Los Enfoques curriculares críticos desde y para los excluidos.** Se refiere al empleo de métodos que potencian la iniciativa, el sentido crítico y la creatividad desarrollada por los mismos negros y mestizos capacitados para una instrucción diversa y en conocimientos de sus derechos como ciudadanos. Esta perspectiva fomentada por las AIRNM en la ciudad de Camagüey coincide con los objetivos de desarrollo del Milenio y los desafíos para América Latina y el Caribe para avanzar en mayor bienestar, mejor capital humano y más igualdad de oportunidades (CEPAL 2007). En este sentido, el contenido se enfoca sobre la base ¿a favor de quién? ¿a favor de qué? ¿para qué? Hay una comprensión crítica del contenido en la comprensión histórica en la sociedad en que se vive. (Freire, P. 2008, p. 102). Dicho de otro modo, entre las actividades de instrucción del maestro y el aprendizaje del alumnado media el contexto social y cultural de cada persona y de cada actividad, posicionándose cada identidad con respecto a ese conocimiento. Y puesto que no existe un gen ni condición natural alguna para que ningún grupo social esté por encima de otro, tal discriminación es necesariamente cultural, debiendo optar la escuela bien por negarlas, reproduciéndolas por tanto inconscientemente, bien por transformarlas, convirtiéndose así en un agente de cambio social. Por tanto, lo que hay que hacer desde el punto de vista instructivo

es facilitar la construcción de esos contenidos por parte del propio alumnado, no sólo para aprenderlos, sino para impedir que haya aprendizajes en la mayor parte de los casos inconscientes de aceptación de discriminaciones (FOUCAULT, 2005; ARÓSTEGUI, 2011, p. 19).

Mientras que **La Emancipación económica**. Se refiere a la adquisición de la conciencia necesaria para la superación de la estructura social que aliena y somete al subalterno en una jerarquización laboral etno-eurocéntrica y colonial. Esta conciencia se forma, entre otras maneras, con una instrucción crítica, de calidad, construida, igualitaria e inclusiva que permita en la mayoría de los casos desarrollar la capacidad de acceder en igualdad de condiciones a trabajos especializados. La literatura especializada considera que los principales ejes de la inclusión social son: el sistema instructivo y el mercado laboral (CEPAL, 2018).

Por su parte **La Disminución de las asimetrías**. Se refiere al fomento de la equidad étnica, de género, etaria y condición social. Es decir la inclusión social versus exclusión. La literatura científica indica los efectos negativos de la instrucción separada, dividida, incluso por grupos de capacidad, se explica que aquellos sistemas instructivos que no implementan prácticas segregadas son los que consiguen mejores resultados (OLIVER, y GATT, 2010; Pisa, 2015 citados en BUSLÓN, 2017 p.135).

En ese sentido **La Desconstrucción de los roles y estereotipos negativos en clave étnico-racial y de género**. Se refiere a la visibilidad y empoderamiento de la mujer negra y mestiza. En este sentido, la literatura advierte que la autonomía de las mujeres negra y mestiza en América Latina y el Caribe no puede ser alcanzada desde una perspectiva de empoderamiento o autonomía individual. Las mujeres luchan lado a lado con sus pares varones conscientes de que los logros individuales no son suficientes para cambiar la estructura histórica desigual que caracteriza a la región (CEPAL, 2015).

El sexto componente **Las Estrategias de ayuda mutua para la superación académica**. Se refiere a las redes de ayuda mutua fomentadas por la participación familiar, asociaciones fuera de la ciudad y departamentos internos de las AIRNM para lograr matricular y vencer estudios superiores fuera de la ciudad. El componente de la ayuda mutua y la participación en función de las prácticas educativas son elementos sustantivos del desarrollo educativo, entre otros tipos de desarrollo.

En este sentido, el mediano plazo histórico mostró con mayor intensidad el carácter contrahegemónico de las prácticas educativas al defender una autonomía capaz de articular una instrucción emanada de sus necesidades culturales en interacción con el ecosistema instructivo del país, quebraron con sus instituciones las limitaciones impuestas por su condición étnica, de género y económica, fomentaron, conforme a su alcance la inclusión social, el derechos universal a la instrucción igualitaria y de calidad.

CONCLUSIONES

La lectura transdisciplinar desde el enfoque de la TSC propuso un análisis de las AIRNM en perspectivas de largo, mediano y corto plazos históricos lo cual permitió develar que quebrar la preterición social sistémica en cuanto al analfabetismo impuesto a negros, mestizos y mujeres, argumentado por la incapacidad en clave étnico-racial, económica y transversalizada por el género, los miembros de las AIRNM establecieron estrategias a través del despliegue de prácticas educativas que favorecieron la autoemancipación y el desarrollo personal y grupal justamente por su carácter contrahegemónico.

Estas prácticas desplegadas en contextos y plazos históricos diversos les permitió conquistar metas académicas negadas, desmoralizar las teorías racistas que sistematizaron la inferioridad congénita del negro, lograron alcanzar visibilidad y protagonismo en espacios culturalmente hegemónicos negados por su condición étnico-racial, fomentaron la subversión del poder colonial y neocolonial y visibilizaron y protagonizaron su disconformidad con la exclusión social y el racismo.

En consecuencia, la presente investigación revela como sujetos subalternos, excluidos y discriminados por el color de piel, género y condiciones económicas, a través de prácticas educativas contrahegemónicas y de resistencia cultural e históricamente situadas, visibilizaron su cuestionamiento y desafíos al ecosistema opresivo, racista y excluyente y contribuyeron desde la membresía de las asociaciones de instrucción y recreo de negros y mestizos al desarrollo educativo de la sociedad camagüeyana y cubana, como consecuencia, entre los años 1879 a 1961.

Al fomentar la visibilidad y la representatividad social positiva de las familias negras y mestizas en su rol de potenciar en sus hijos valores de altruismo en torno al alcance de capital social y académico en condiciones adversas, contribuirá a la resiliencia, autoestima, alcance de metas, de este sector de la población, lo cual problematizarían con el índice de deserciones en las universidades por los jóvenes negros y mestizos, entre otros comportamientos de desinterés aludiendo como justificación por necesidades económicas.

El presente estudio al profundiza en el pensamiento afrodescendiente contrahegemónico puede generar propuestas en materia de transformación social en el campo político y de estudios afrodescendientes. En este sentido, es una herramienta teórico y metodológica que desde enfoques transdisciplinarios suscita a estudios que develen las prácticas educativas afrodescendientes contrahegemónicas desarrolladas desde la esclavitud hasta los procesos socioeconómicos y políticos actuales neoliberales en aras de sistematizar una mirada sociohistórica y sistémica de las mismas.

BIBLIOGRAFÍA

- APPLE, (2002) **Educación como Dios manda. Mercados, niveles, religión y desigualdad.** Barcelona, España, Editorial Paidós.
- AUBERT, (2004) **Dialogar transformar. Pedagogía crítica del siglo XXI.** Barcelona, España, Editorial Paidós.
- BARCIA, (2009 a) **Capas populares y modernidad en Cuba, 1878- 1930.** La Habana, Cuba, Editorial Ciencias Sociales.
- BASAIL, (2004) **El lápiz rojo. Prensa, censura e identidad cubana (1878 – 1895).** Ciudad de la Habana, Cuba, Centro de investigación y desarrollo de la cultura cubana Juan Marinello.
- BORREGO, (2004) Juan Gualberto Gómez. Un gran inconforme. La Habana, Editorial Ciencias Sociales.
- BUSLÓN, (2017) Investigación con impacto social. Educación de éxito. Tesis doctoral en Sociología. Universidad de Barcelona. España.
- CAMPANIONE, (s/f) Hegemonía y contrahegemonía en la América Latina de hoy- Algunos apuntes hacia una nueva época. Buenos Aires, Argentina. Recuperado el 6 de septiembre de 2017 de www.clacso.org.ar.
- CEPAL (2018) Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe, Naciones Unidas.
- CEPAL (2017) Autonomía de las mujeres e igualdad en la agenda de desarrollo sostenible, Naciones Unidas.
- CEPAL/OIG, (2017) Planes de igualdad de género en América Latina y el Caribe Mapas de ruta para el desarrollo, Cooperación Española, Publicación de las Naciones Unidas.
- CEPAL, 2018 Panorama Social de América Latina, Impreso en Naciones Unidas.
- Censo de la isla bajo la dirección de los EE.UU.** (1899)
- Censos de la República de Cuba, bajo la administración provincial de los EE.UU** 1907, 1919, 1931, 1943, 1953.
- Directorio de la República de Cuba**, 1916.
- DUARTE, (2013) **Las sociedades de negros y mulatos en Pinar del Río (1902 – 1963).** Pinar del Río, Cuba, Ediciones Loynaz.
- DURKHEIM, (2001) **Las reglas del método sociológico.** México, D.F. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, (2005) **Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión.** Argentina, Editores Siglo XXI.
- FREIRE, (2010) **Pedagogía de la autonomía y otros textos.** La Habana, Cuba, Editorial Caminos.
- FREIRE (1972) **Pedagogía del oprimido.** Buenos Aires. Argentina, Editorial Siglo XXI.
- FREIRE (1997) **Pedagogía de la autonomía.** México, España. Siglo XXI Editores.

- GIROUX, (1983) **Teorías de la reproducción y la resistencia en la nueva sociología de la educación: un análisis crítico**. Harvard Education Review (3) Ohio, EE.UU. Miami University.
- GIROUX, (1995) **Teoría y resistencia en educación**, México, Editorial Siglo XXI. Primera edición en español.
- GRAMSCI, (1992) **Cuadernos de la cárcel**, México, Ediciones Era.
- GUILLÉN, (1982) **Páginas vueltas**. La Habana, Cuba, Ediciones UNION
- HENRY –KNIGHT (2020) **Asociaciones de negros y mestizos en la ciudad de Camagüey (1879 - 1961). Sus aportes al desarrollo social**. Camagüey, Cuba. Editorial Ácana.
- HERNÁNDEZ SAMPIER, y otros (2014) **Metodología de la investigación**. México, Mc Grau Hill Educación.
- HORREGO, (2004) **Juan Gualberto Gómez. Un gran inconforme**. La Habana, Cuba, Editorial Ciencias Sociales.
- HURTADO (2000) **Metodología de la Investigación Holística**, Caracas, Venezuela.
- MARTÍNEZ (2017) “La cuestión racial en Cuba y este número de Caminos”. En **Raza y racismo**, La Habana, Cuba, Editorial Caminos, pp. 13-21.
- MENA, (1999) Contribución de la Historia de la Educación local al desarrollo de la Historia de la Educación en Cuba. Tesis presentada en opción al grado científico de doctor en Ciencias Pedagógicas. Universidad de Camagüey, Cuba.
- MIGNOLO, (s/f) **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. Recuperado de <http://www.oei.es/salactsi/walsh>.
- PIGNOT, (2010) Asociacionismo negro en Cuba: una vía de integración en la sociedad republicana. **Revista de Indias**, (250) LXX, revindias.2010.027
- RANGEL, (2012) **Antropología en Cuba. Orígenes y desarrollo**, La Habana, Cuba, Fundación Fernando Ortiz.
- RODRÍGUEZ, (2015) **Prácticas de sociabilidad en la modernización de Bayamo entre 1880 – 1930**. Recuperado de <http://paginas.rosario.conicet.gob.ar/ojs/index.php>. pp. 197 – 193.
- SANDOVAL, (2002) **Investigación cualitativa**. Bogotá, Colombia. ARFO Editores e Impresores Ltda.
- SAUTU et al., (2005) **Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología**. Buenos Aires, Argentina, CLACSO.
- TÖNNIES, (1942) **Principios de sociología**, Ciudad México, México, Editorial Fondo de cultura económica.
- TORRES-CUEVAS, (2016) **En busca de la cubanidad. Religión, raza y pensamiento. III**, La Habana, Cuba, Editorial Ciencias Sociales.
- WEBER, (1971) **Economía y Sociedad**, I, II, La Habana, Cuba, Editorial Ciencias Sociales.